

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Ceifando a cana... Tecendo a vida. Um estudo sobre o *pós/trabalho* nos canaviais

TAINÁ REIS

São Carlos
Maio/2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Ceifando a cana... Tecendo a vida. Um estudo sobre o *pós/trabalho* nos canaviais

Tainá Reis

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos exigidos para obtenção do
título de doutor em Sociologia.
Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes
Silva
Financiamento: CNPq

São Carlos
Maio/2018

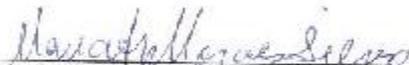


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

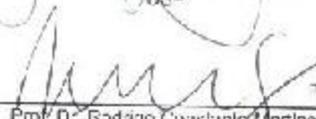
Folha de Aprovação

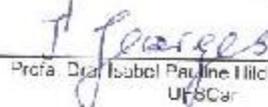
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa da Tese de Doutorado da candidata Tainá Reis de Souza, realizada em 10/05/2016:


Prof.ª. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva
UFSCar


Prof. Dr. Herval Fira Ribeiro
CCNPRAS


Prof.ª. Dra. Vera Lúcia Navarro
UEP


Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
UFSCar


Prof.ª. Dra. Isabel Pauline Hildegard Georget
UFSCar

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que adoeceram nos canaviais e suas famílias.

A todas às mulheres que fazem do cotidiano a resistência, em especial, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À Profa Maria Aparecida de Moraes Silva, orientadora, por ser inspiração, pela compreensão e paciência, pelo afeto e sensibilidade, pela rigidez quando necessária, por me guiar nos tortuosos caminhos da tese e da vida, por ser o anjo da guarda. Não há palavras que possam dimensionar o tamanho do meu agradecimento, mas que fique registrado que sentir essa gratidão traz lágrimas de alegria aos olhos, sempre.

À minha mãe, Ieda Maria Reis, por ser e me possibilitar ser, por resistir.

À Lucy e ao Palmeirinha, pela amizade e tudo o que isso implica.

À Ariane e Gustavo, por dividir comigo uma carga muito pesada para carregar.

À Juliana Bressan, Márcio Antunes e Agatha Cassavia, pela parceria nos cuidados com o corpo e a mente, por terem me permitido viver o período da tese de maneira mais leve.

Aos colegas do grupo de pesquisa TRAMA, por incitar a reflexão crítica dos processos sociais e, por meio de seus trabalhos, inspirar. Em especial, à Juliana Dourado, por estar lá e ouvir, por acalmar, por torcer.

Aos colegas do PPGS-UFSCar, especialmente Pina, Tarcísio, Giuliana, Jéssica, Josimar e Alex, por debater, por suavizar o processo, por oferecer risadas.

Ao clero de Araçuaí - especificamente à figura do bispo Marcelo Romano -, pela acolhida fraterna que viabilizou a pesquisa, pelo aprendizado oferecido a partir de suas próprias caminhadas. Em específico, Pe Fabrizio, Pe Julio, Pe Ederson e, em especial, Pe Marcos, pelas conversas, pelos ouvidos.

Ao Bruno, por apoiar dentro de suas possibilidades, por ensinar, por enfrentar, por tentar.

A todos aqueles que aceitaram participar da pesquisa: assistentes sociais, técnicos, psicólogas, advogados dos órgãos CRAS, CREAS, CAPS, CAPS-AD e Presídio Municipal.

Aos cortadores de cana e suas família, por aceitar revisitar um passado indizível, por mostrar o cotidiano dizível, por resistir. Ofereceram, por meio de suas trajetórias de luta cotidiana e resistência, mais que dados de campo, mas elementos para esta jovem pesquisadora fazer uma socioanálise de si.

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar, território do aprendizado intelectual de toda minha formação acadêmica, por ter proporcionado não só a execução de uma tese, mas a construção de uma pesquisadora.

À Profa Maria Inês Rauter Mancuso, pela contribuição ao trabalho no exame de qualificação. Ao Prof. Rodrigo Constante Martins, por contribuir na qualificação e defesa da tese, por fazer parte da formação desta pesquisadora. À Profa Isabel Pauline Hildegard Georges, pelos apontamentos pertinentes sobre o texto, por abrir horizontes. Ao Prof. Herval Pina Ribeiro e à Profa Vera Lúcia Navarro, pela contribuição na banca de defesa. Ao Prof. Elson Longo da Silva, que, especialista em uma área do conhecimento tão distante da Sociologia, contribuiu sobremaneira por meio de sua criatividade e inteligência com pontos centrais desta tese.

Ao CNPq, que, por meio do financiamento, possibilitou a dedicação exclusiva à formação acadêmica, execução da pesquisa e elaboração da tese.

Como diria Maurice Halbwachs, somos senão um eco.

*Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe
para a gente é no meio da travessia.*

*O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e
esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que
ela quer da gente é coragem.*

(Guimarães Rosa)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi compreender o *pós/trabalho* dos ex-cortadores de cana adoecidos, isto é, a nova trama de sociabilidade em que se emaranham. Para tanto, foi delineada uma metodologia de base qualitativa, com observação direta e assistemática, entrevistas de roteiro semiestruturado, fotodocumentação e registro em diário de campo. Os cortadores de cana são, em maioria, migrantes; muitos, depois de adoecidos, retornam à cidade natal. Por isso, o campo empírico dessa pesquisa é um local de origem desses sujeitos, o município de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha/MG, lugar que contou com intenso fluxo migratório para os canaviais paulistas. Foram buscados além de cortadores de cana adoecidos, seus familiares e profissionais que atuam no atendimento desse público - médicos, assistentes sociais e psicólogos dos serviços de Assistência e Previdência Social e do SUS. O corte de cana é um trabalho desgastante física e emocionalmente, o que pode levar os trabalhadores ao adoecimento. São descartados pela agroindústria sucroalcooleira, pois seus corpos e mentes não aguentam mais o trabalho. Adoecem a tal ponto que perdem a capacidade laboral. Se, de acordo com a interpretação marxiana, o trabalho organiza a sociabilidade dos sujeitos, sua expressão capitalista - a venda da força de trabalho -, estabelece relações estranhadas, ainda mais numa situação de superexploração. O que, então, o adoecimento produz? Adoecido, o sujeito não tem mais a força de trabalho para trocar, mas permanece imerso em relações estranhadas. No *pós/trabalho* o estranhamento se aprofunda, pois as relações coisificadas permanecem, os trabalhadores entendem-se como mercadoria descartada. O descarte gera um sentimento de vergonha compartilhado entre os sujeitos. O cortador de cana adoecido busca no Estado os meios de garantir sua reprodução. As instituições do Estado cumprem o papel regulador na biopolítica, expressam o fazer viver e o deixar morrer. Os descartados da cana não se enquadram mais na norma do trabalho, isto é, não podem cumprir a função para qual foram docilizados: a de força de trabalho. Estabelecem uma nova sociabilidade com assistentes sociais, médicos e psicólogos dos órgãos da previdência e assistência social. Todo o funcionamento do Estado leva a crer que os descartados da cana passam a ser deixados a morrer - não só morte física, mas social -, não são mais vidas a ser geridas e controladas. A família é impactada nesse processo, não só pela perda de uma importante renda no orçamento, mas por repercutir sobre ela os resultados do estranhamento aprofundado. As mulheres - esposas e mães - tornam-se encarregadas pelo cuidado com esses homens adoecidos, lidando com as dificuldades que esse papel carrega. Numa sociedade patriarcal, à mulher é atribuído o cuidado, o que no caso das esposas e mães dos cortadores de cana é intensificado, na medida em que devem cuidar também desse adoecido. Aos homens, por outro lado, é atribuída a masculinidade, virilidade e força, naturalização que se fratura com o adoecimento. As relações de gênero se reorganizam, mas não com a inversão dos polos de poder. Os sujeitos não vivenciam passivamente nenhum desses processos, produzindo diferentes estratégias de resistência, linhas de escape às imposições apresentadas. O cortador de cana - migrante expropriado, força de trabalho superexplorada, ser genérico cindido - estabelece novas relações de sociabilidade no *pós/trabalho* por adoecimento. Desse modo, podemos afirmar que a sociabilidade capitalista se estende para fora do espaço-tempo de trabalho. Para a Sociologia do Trabalho, especificamente aos que debatem trabalho rural, é possível, a partir da presente reflexão, alargar o campo de estudos. O fim das relações de trabalho constitui, como visto no caso dos cortadores de cana descartados, uma outra sociabilidade vinculada exatamente ao espaço-tempo de trabalho, inaugura-se o *pós/trabalho*, tema não diferente, mas pertencente à Sociologia do Trabalho.

ABSTRACT

The goal of this research was to understand the post/work of unhealthy retired sugarcane cutters that is the new sociability network, where they are embraced. We employed qualitative methods with direct and unsystematic observations, semi-structured script interviews, photodocumentation and field research. Cane cutters are mostly migrants; when they get sick, they often return to their hometown. Therefore, the empirical field of this research is a place of origin of these workers, Araçuaí city in Jequitinhonha Vale/MG, where exist an intense migratory flow to the sugarcane plantations of São Paulo state. Unhealthy cane cutters were interviewed, such as their relatives and professionals who work with these persons – medical doctors, social workers and psychologists of the Social Security services and Brazilian health system (SUS). Cutting cane is a physically and emotionally exhausting job that could cause disease. They are discharged by the agro-ethanol industry, because their bodies and minds cannot support the work anymore, since their labor capacity is affected by the disease symptoms. If, according to the Marxian interpretation, the work organizes sociability of the subjects, their capitalist expression - the sale of the labor force - establishes estranged relations, even more so in a situation of overexploitation. What, then, does the illness produce? The subject does not have the labor force to exchange, but remains immersed in estranged relations. In the post/work the estrangement intensifies, because the restrained relations remain, the workers are understood as a discarded commodity. Discarding generates a sense of shame shared among the subjects. The unhealthy sugarcane cutters seek in the State the means to ensure their reproduction. State institutions play the regulatory role in biopolitics, expressing “to make live and let die”. Discarded sugar cane cutters do not fit the labor norm, that is, they cannot execute the function that they were become docile: that of labor power. They establish a new sociability with social workers, physicians and psychologists from social security and welfare agencies. The State acts permit that one to believe that discarded persons of the cane are left to die - not only physical but social death – since their lives are not more managed and controlled. The family is impacted in this process, not only by the loss of a significant income in the budget, but also because it has repercussions on the results of deep estrangement. Women - wives and mothers - become in charge of caring for these sick men, dealing with the difficulties this role entails. In a patriarchal society, women are given care, which in the case of the wives and mothers of sugarcane cutters is intensified, inasmuch as they must also take care of this sick person. Men, on the other hand, are attributed to masculinity, virility and strength, naturalization that fractures with illness. Gender relations reorganize, but not with the inversion of the poles of power. The subjects do not passively experience any of these processes, producing different strategies of resistance, lines of escape to the imposed impositions. The cane cutter - expropriated migrant, overexploited labor force, split generic being - establishes new relationships of sociability in post/work by disease. In this way, we can affirm that capitalist sociability extends out of space-time of work. For the Sociology of Work, specifically those who study rural work, it is possible, from the present reflection, to broaden the field of studies. The end of the work relations constitutes, as seen in the case of the discarded cane cutters, another sociability related exactly to the space-time of work, inaugurates the post/work, theme not different, but belonging to the Sociology of Work.

Índice de figuras

Figura 1: Café da manhã oferecido às participantes do IV Fórum de Mulheres do Jequitinhonha	19
Figura 2: Auditório Planalto Tênis Clube de Araçuaí	19
Figura 3: Sindicalista toca tambor, mulheres cantam e dançam	21
Figura 4: Cartaz no ato contra a violência com a mulher	23
Figura 5: Mulheres caminham em ato contra a violência com a mulher depois das atividades do IV Fórum da Mulher do Jequitinhonha	23
Figura 6: Mulheres caminham em ato contra a violência com a mulher até praça do mercado municipal	24
Figura 7: Trajeto até a comunidade rural Engenheiro Schnoor	28
Figura 8: Rua principal Engenheiro Schnoor	29
Figura 9: Mapa Vale do Jequitinhonha	50
Figura 10 - Laudo médico (2014) de Dinha para o INSS atestando que está inapta para o trabalho	97
Figura 11- Ônibus Lilás em atividade com crianças no município de Coronel Murta, Vale do Jequitinhonha-MG	114
Figura 12 - Dinha mostra retrato antigo dos filhos reunidos na frente da casa	129
Figura 13- Laudo médico de Dinha	130
Figura 14 - Eucaliptos ao redor da Barragem de Irapé	139
Figura 15- Gil mostra a primeira casa que construiu com o esposo Wagner, feita de barro, Comunidade Córrego Narciso	140
Figura 16 - Cozinha construída por Gil, sozinha	144
Figura 17 - Daiane mostra o álbum de casamento, a filha observa	147
Figura 18: Artesanato do Vale do Jequitinhonha	158
Figura 19: Jesus na cruz, rosto sofrido do homem migrante	159
Figura 20: Trabalhador rural crucificado	160
Figura 21: A saga das viúvas de marido vivo	161
Figura 23: Reis velhos e novos caminham até a igreja do Rosário	167
Figura 24: Tamborzeiros chegam ao rio para buscar a imagem de Nossa Senhora do Rosário. População se aglomera ao redor do rio.	168
Figura 25: Pessoas se aglomeram ao redor da imagem de Nossa Senhora do Rosário para segurá-la por alguns instantes.	168
Figura 26: Congadeira segue procissão com garrafa de cachaça na cabeça	170
Figura 27: Cortejo ao rei e rainha do Rosário na porta da igreja	171
Figura 28: Familiares e amigas do rei do Rosário trabalham na organização para a distribuição dos doces durante a festa	171

Lista de Siglas

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS-AD – Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	13
Momentos da descoberta do objeto de pesquisa	13
Primeiro momento: Tantos outros Valdecir - indignação, reflexão e o surgimento de uma pesquisa	13
Segundo momento: IV Fórum das Mulheres do Vale do Jequitinhonha (2014).....	18
Terceiro momento: Uma introdução ao Vale do Jequitinhonha por meio da Missão do Migrante	28
Quarto momento: A descoberta empírica do objeto de pesquisa.....	31
Procedimentos metodológicos	36
Organização do texto	37
INTRODUÇÃO.....	42
Sobre o setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo.....	43
Migração - uma escolha sem opção	46
Sobre a terra natal: o Vale do Jequitinhonha	50
1 - TRABALHO E ADOECIMENTO NO CORTE DE CANA : O ESTRANHAMENTO APROFUNDADO	57
1.1 Trabalho estranhado em Marx.....	57
1.2 Corte de cana: o eito a ser vencido.....	60
1.3 Degradação da força de trabalho	66
1.4 O estranhamento aprofundado dos cortadores de cana adoecidos.....	72
2- DEIXAR MORRER: PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA E RESISTÊNCIA	81
2.1 Breve retomada do conceito foucaultiano de biopoder	82
2.2 Deixar morrer: vidas precárias	85
2.3 A via sacra dos cortadores de cana adoecidos.....	89
3- DE REPENTE, EU SOZINHA: REFLEXÕES SOBRE A INTERSECÇÃO TRABALHO, GÊNERO E ADOECIMENTO	112
3.1 Berenice	116
3.2 Teresa.....	121
3.3 Dinha.....	127
3.4 Olga.....	131
3.5 Gil e Wagner.....	136
3.6 Daiane e Nilton	146
3.7 Cuidado e virilidade no pós trabalho: a reorganização dos papéis de gênero	152
NOTAS SOBRE O ETHOS BARROCO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA.....	158
O <i>ethos barroco</i> e a suspensão do tempo rotineiro como resistência.....	161
A Festa de Nossa Senhora do Rosário	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
Referências bibliográficas.....	181
APÊNDICES	189
Apêndice A - Roteiro de entrevistas	190
Ex cortadores (as) adoecidos	190
Famíliares de ex-cortadores.....	191
Assistentes sociais/psicólogos/sindicalistas.....	191
Médicos	192
Apêndice B – Registro Imagético	193

<i>Espaços de circulação - Araçuaí</i>	193
<i>Comunidades rurais</i>	197
Apêndice C - Perfil dos entrevistados	203

APRESENTAÇÃO

Valdecir, mineiro, negro, tornou-se cortador de cana aos treze anos. Era conhecido como podão de ouro, título concedido àqueles que cortavam maior quantidade de cana - chegou a cortar cinquenta toneladas em um único dia de trabalho. Após 18 anos de trabalho, passou a sentir uma série de dores no corpo. Além das dores cotidianas do trabalho, doíam os braços, mãos, pernas, tórax e coluna. Entre idas e vindas do médico, e convivência diária com dores, decaiu sua produtividade. Fora afastado algumas vezes pelos médicos, até que, enfim, foi proibido de trabalhar; seu corpo não tinha mais condições de cortar cana. Já não podia carregar peso, caminhava com dificuldades e convivia com fortes dores no corpo diariamente, era cuidado pela esposa. Todos os discos de sua coluna estavam desgastados. Adoecido, desempregado e inviabilizado de trabalhar pelo adoecimento, Valdecir procurou o INSS em busca do direito à aposentadoria por invalidez. Apesar das limitações, os médicos do INSS afirmavam que ainda poderia trabalhar. Seguidamente, seu pedido era negado. Vivenciava o ciclo: exames - perícia - negação. A família (sobre)vivia da ajuda de parentes e amigos. Valdecir não conseguia dormir, nem comer, por conta das dores que sentia. Em 2006, aos 33 anos, falece, sem aposentadoria. Ele disse: “Meu sonho é provar para o INSS que não sou vagabundo. Não trabalho porque não consigo, se pudesse, trabalharia”¹.

Momentos da descoberta do objeto de pesquisa

Primeiro momento: Tantos outros Valdecir - indignação, reflexão e o surgimento de uma pesquisa

A história de Valdecir não é rara, apesar de ser desconhecida por grande parte da sociedade e até mesmo dos estudos rurais produzidos nas universidades brasileiras. Os cortadores de cana são, em maioria, migrantes, que saem de suas terras em busca de melhores condições financeiras. Encontram uma realidade laboral penosa - pagamento por produção, alojamentos precários, alimentação deficiente e ritmo de trabalho exaustivo, *vencem* a safra ano após ano; sendo

1 As informações referentes à trajetória de Valdecir estão no vídeo-documentário Fragmentos, realizado pela Profª Drª Maria Aparecida de Moraes Silva, assim como no artigo de mesma autoria, Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas. **InterfacEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. V.3, n.2. abr-ago/2008.

superexplorados², acompanham o desgaste de seus corpos. Expostos ao calor, fuligem, perdem sais minerais no suor, sobrecarregam coração e articulações, com má alimentação, após 10/15 anos de trabalho, têm seus corpos destroçados. São milhares de cortadores de cana que adoecem no decorrer de sua jornada laboral e, em consequência, perdem a capacidade laboral. Essa realidade é ainda mais invisibilizada pela ideologia do etanol, que apresenta a produção desse tipo de combustível como solução para os problemas ambientais - como limpo e sustentável -, escondendo a exploração do trabalho e do meio ambiente que representa (SILVA, VERÇOZA e BUENO, 2013, GAMEIRO, 2017).

As condições de trabalho no corte de cana impõem aos trabalhadores altos índices de produtividade, uma vez que ganham por produção. Essa imposição faz com que levem seus corpos ao limite, podendo causar adoecimento, fazendo com que percam a capacidade laboral precocemente por conta do alto desgaste. Problemas de coluna, osteoarticulares, cardíacos, são resultados de anos nos canaviais. Mesmo em apenas uma safra, já é possível acompanhar todo o desgaste a que esses trabalhadores estão submetidos, como bem mostrou Verçoza (2016). Após anos de degradação de sua força de trabalho, tornam-se imprestáveis para o corte de cana, não podem carregar peso ou se locomover com facilidade, estão inaptos para o trabalho. Por dedicarem-se a um tipo específico de atividade, perdem a capacidade laboral. Há sim nexos causais entre o trabalho no corte de cana e o adoecimento, apesar de o INSS e as usinas se esforçarem para negar tal conexão (LAAT, 2010, VERÇOZA, 2016).

Apesar da inviabilidade para o trabalho, muitos dos adoecidos da cana não conseguem acessar o direito à aposentadoria por invalidez. A maioria das pesquisas em torno da temática do corte de cana não aborda esse tempo depois do trabalho. Pessoalmente, sabia sobre a produção de cana de açúcar e as condições precárias de trabalho nos canaviais, mas nunca havia pensado no *depois*, no que acontecia com os cortadores de cana quando eram expulsos do eito pelo adoecimento. Conheci a história de Valdecir quando ainda estava cursando o mestrado no Programa

2 Entende-se o pagamento por produção como meio de superexploração, uma vez que o salário pago ao trabalhador é menor que o valor de sua força de trabalho, ou seja, não garante efetivamente a reprodução da força de trabalho, submetendo-o a uma reprodução precária (GUANAIS, 2016).

de Pós graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – PPGS UFSCar³. Essa situação de adoecimento e não acesso aos direitos previdenciários - que não é incomum – suscitou-me, antes de tudo, indignação. Como era possível que alguém, após tanto trabalho - e um tipo específico de trabalho explorado - não tivesse acesso ao direito da aposentadoria? Como, após tanto, o que lhes sobrara era tão pouco?

Durante todo o curso de mestrado, em que estudei as relações de propriedade e renda fundiária na produção canavieira no interior paulista, a história de Valdecir - e de tantos outros como ele – permaneceu-me inquietante. Foram essas inquietações que culminaram no projeto de doutorado Fio da navalha: o *não-trabalho* para ex-cortadores de cana adoecidos. Da indignação com uma realidade social, surgiu um problema sociológico. As pesquisas geralmente chegam até o momento do adoecimento, mas não aprofundam o destino daqueles que jamais voltarão ao mercado de trabalho, ainda que produtivos. Assim, a presente pesquisa busca preencher essa lacuna sobre os processos decorrentes do trabalho nos canaviais, estendendo para fora do espaço-tempo de trabalho as consequências das relações de trabalho na agroindústria sucroalcooleira.

A intenção, naquele momento, era compreender como a experiência do *não-trabalho* decorrente do adoecimento impactava a subjetividade dos cortadores de cana, para quem o trabalho era o pilar das relações sociais e, sobretudo, da subjetividade. Contudo, após a experiência da pesquisa em campo empírico - que trouxe elementos não considerados na elaboração do projeto inicial -, ampliou-se a compreensão do *não-trabalho* para o *pós/trabalho*, o que implica considerar não só as relações de trabalho, mas as relações de sociabilidade criadas a partir do adoecimento decorrente de um tipo específico de trabalho: o corte de cana⁴. Concebe-se o *pós/trabalho* como sendo o momento posterior ao espaço-tempo trabalho, mas diretamente vinculado a esse mesmo espaço-tempo, no qual a sociabilidade é reorganizada através do adoecimento. Diz-se através, pois é

3 A Profª Maria Aparecida de Moraes Silva apresentou em uma aula o vídeo documentário Fragmentos, em que a história de Valdecir aparece, dentre outras, para tratar sobre o adoecimento dos cortadores de cana.

4 Nesse sentido, tem-se acordo com a perspectiva de Marx (2010) em que o trabalho, mais do que gasto de energias físicas e psíquicas, é criador de sociabilidade. Entende-se o adoecimento decorrente do trabalho no corte de cana como fator de rearranjo na sociabilidade dos trabalhadores, por isso a compreensão do *pós/trabalho* pareceu mais elucidativa do que o *não-trabalho*.

como se ao adoecer o trabalhador fosse jogado para atravessar uma cortina de fumaça que esconde a realidade posterior ao trabalho. O trabalhador carrega consigo através da cortina de fumaça elementos do trabalho, mas ele já não está nesse espaço-tempo, está em outro, está no *pós/trabalho* - momento em que há uma reorganização da sociabilidade.

Usamos *pós/trabalho*, e não *pós-trabalho* (com uma barra oblíqua e não hífen), na tentativa de instituir diferenciação do uso corrente do prefixo pós. O uso do hífen tem caráter aditivo, adiciona-se o prefixo de tempo “pós”, entendido como momento posterior, seguinte a algo. A barra oblíqua traz a função disjuntiva. No *pós/trabalho*, não se trata somente de um prefixo de tempo, ou de superação posterior de algo anterior (pós-estruturalismo, pós-verdade, pós-marxismo). Embora tenha também a ver com espaço-tempo, não é apenas isso. Na regra gramatical a barra oblíqua pode ser entendida como “ou”, entretanto, nesta tese, usamos como meio de inferir que o tempo e o trabalho se relacionam, mas não aditivamente. O *pós/trabalho* não é apenas o período posterior ao trabalho, apesar de também sê-lo; é uma sociabilidade que está estritamente vinculada ao trabalho. Conjunto de relações que é, cronologicamente, posterior ao período de trabalho, mas, socialmente, são espaços-tempos e relações inteiramente entrelaçadas. Esta tese busca apresentar e refletir sociologicamente sobre alguns aspectos dessas novas relações (ou novos rearranjos das relações já existentes).

A hipótese elaborada foi a de que o trabalho é um elemento constitutivo da identidade social desses indivíduos. Além do sofrimento físico (dores) e material (sem trabalho muitos sobrevivem graças à solidariedade de familiares e amigos), são impingidos a um sofrimento moral, advindo do não reconhecimento de seu direito à aposentadoria que, muitas vezes, lhes submete à pecha de vagabundos. Assim, o objetivo inicial da tese foi compreender os impactos que o *não-trabalho* exercem na subjetividade dos ex-cortadores (as) de cana adoecidos. Após a análise dos resultados da pesquisa de campo, decidimos que o objetivo geral deveria ser compreender o *pós/trabalho*, entendido como momento posterior ao adoecimento em que há uma rede de relações reorganizadas e estabelecidas a partir do próprio adoecimento, causado pelo trabalho. Portanto, há uma relação dialética entre esses dois espaços-tempos. Frisa-se que não se tratam de determinações causais,

porém de relações produzidas dialeticamente por meio de uma cadeia de significados, advindos de várias esferas sociais, incluindo as relações de gênero, além da esfera econômica propriamente dita.

Ainda no propósito do desenho inicial da pesquisa de compreender os impactos do *não-trabalho* na vida dos ex-cortadores de cana adoecidos, foram estabelecidos como objetivos específicos: caracterizar o sentimento que a inviabilidade do trabalho gera nos ex-cortadores adoecidos; investigar as representações de trabalho e saúde dos entrevistados; analisar a trajetória de vida dos “descartados da cana”; compreender como se articulam as relações familiares frente à situação do adoecimento; caracterizar o discurso oficial apresentado pelo INSS como justificativa para a negação do direito à aposentadoria por invalidez; compreender a atuação do Estado em suas políticas de Previdência Social e de justiça trabalhista (especificamente no âmbito rural). Na busca pela compreensão do *não-trabalho*, obtiveram-se elementos que apontaram para o *pós/trabalho*. Os objetivos acima nos levaram à percepção de que mais do que uma experiência subjetiva e circunscrita ao indivíduo, o descarte e adoecimento dos cortadores de cana tem um amplo espectro de repercussões nas relações sociais, afetando a sociabilidade do grupo social, particularmente, da família.

Os cortadores de cana são, em maioria, migrantes (SILVA, 1999), assim, a proposta inicial era comparar aqueles que adoeceram e permaneceram no Estado de São Paulo com os que, adoecidos, retornaram às suas regiões de origem - especificamente o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais⁵. O Vale do Jequitinhonha por muito foi marcado pelo estigma de Vale da pobreza, sendo conhecido apenas por suas agudas restrições econômicas. Após uma série de transformações sociais, como a criação de políticas de transferência de renda (Bolsa família), de políticas para a pequena produção agrícola e a implantação de universidades na região UFVJM e Institutos Federais), a condição do local se transformou - não deixando de manter certa precariedade material. Parte da produção científica sobre o lugar tem tentado problematizar e desconstruir essa retórica. Além disso, historicamente o Vale do Jequitinhonha é um local conhecido por sua rica produção

5 A Profa Dra Maria Aparecida Moraes Silva realizou importante estudo na região do Vale do rio Jequitinhonha/MG ao final dos anos 80, em que demonstrou o processo de expropriação do campesinato e início e intensificação do fluxo migratório para os canaviais paulistas. Com essas justificativas, o local foi escolhido como campo empírico da tese. Os dados do estudo estão apresentados no livro *Errantes do fim do século* (1999).

cultural e artística, o que também é um tema bastante abordado nas análises sobre a região. Destaca-se o trabalho de Leite (2011, 2015), que se detém às formas de reprodução do campesinato no Vale do Jequitinhonha, mostrando que esse campesinato é agora emaranhado em relações sociais de produção assentadas na mobilidade do trabalho. Entretanto, nada se fala sobre os “descartados da cana” que, consenso entre os habitantes de lá, são tão frequentes na região.

Tanto em São Paulo quanto no Vale do Jequitinhonha, a trajetória da professora orientadora desta pesquisa representaria um diferencial, já que havia contato prévio com agentes sociais envolvidos no corte de cana em ambas localidades. Em 2014, participamos do IV Fórum de Mulheres do Vale do Jequitinhonha, em Araçuaí/MG, evento promovido como parte do projeto de extensão Programa Fórum de Integração da Universidade Federal de Minas Gerais no Vale do Jequitinhonha. Lá foi possível entender que o retorno definitivo dos adoecidos da cana às suas regiões de origem traziam outros elementos para a análise. O movimento contrário da migração, o retorno definitivo à região de origem, parecia indicar algo, o Vale do Jequitinhonha mostrava-se como lócus que poderia trazer informações até então não investigadas, e que serão relatadas nesta tese.

Segundo momento: IV Fórum das Mulheres do Vale do Jequitinhonha (2014)

A participação nesse evento foi crucial para a delimitação do campo empírico da pesquisa, por isso cabe uma pequena apresentação. Nessa atividade, participaram mulheres de toda a região do vale do rio Jequitinhonha, quilombolas, indígenas, sindicalistas, artesãs, agricultoras, além de assistentes sociais, psicólogas e outras representantes do poder público. Estavam presentes nesse Fórum mais de 400 mulheres, vindas das áreas rurais e urbanas, algumas saindo ainda de madrugada para chegar ao evento, em ônibus oferecidos pela prefeitura das cidades. Foram dois dias de debate em torno do tema da migração, da participação das mulheres na política e do combate à violência contra a mulher.

As participantes chegaram ao local do evento (o Planalto Tênis Clube de Araçuaí) pela manhã bem cedo, onde foi oferecido café da manhã e almoço nos dois dias do Fórum. Saídas de

áreas rurais distantes e de diversos municípios do Vale do Jequitinhonha, ficaram hospedadas no centro diocesano de Araçuaí. Participaram ativamente dos dois dias de atividade.

Figura 1: Café da manhã oferecido às participantes do IV Fórum de Mulheres do Jequitinhonha



Fonte: Tainá Reis, Araçuaí, 2015.

Figura 2: Auditório Planalto Tênis Clube de Araçuaí



Fonte: Lori Figueiró⁶, Araçuaí, 2015.

6 Lori Figueiró foi o fotógrafo oficial do evento, suas fotos estão disponíveis no Álbum do IV Fórum de Mulheres do Jequitinhonha.

No primeiro dia, houve a fala da promotora Nívea, membro, na época, da Coordenadoria de Direitos Humanos da Promotoria Estadual do Estado de Minas Gerais. Tratou sobre machismo, a condição da mulher na sociedade brasileira e trouxe a experiência da promotoria e demais órgãos do Estado que discutem e atuam no tema da violência contra a mulher, fazendo uma retomada histórica. Após sua fala, sindicalistas da FETAEMG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais) apresentaram uma conquista recente da região, que foi a aquisição do ônibus lilás - unidade móvel para o atendimento às mulheres em situação de violência⁷. Pessoas da plateia fizeram intervenções sobre o ônibus lilás como uma conquista importante para as mulheres da região do Vale do Jequitinhonha, mas apontaram também as limitações dessa política.

Que é bom, é, mas não fiquei feliz não. Porque no dia que a unidades estiver em Itaobim, e os homens matem as mulheres lá em Itinga, no dia que estiver em Jequitinhonha, o que pode acontecer com as mulheres de Araçuaí? Então isso é uma coisa para se pensar. É uma conquista das mulheres, parabéns para todas nós. Mas também não vamos ficar satisfeitas não, porque a violência vai continuar. Isso pode inibir que os machistas continuem explorando nossas mulheres... Então o que será de nós com uma unidade única para o Vale do Jequitinhonha? É muito pouco.

No esteio dessa discussão, algumas mulheres se manifestaram sobre a lei Maria da Penha, trazendo experiências pessoais como meio de questionar, por exemplo, a possibilidade de fiança dos homens condenados. Outras mulheres falaram sobre experiências similares em seus municípios, trazendo casos de violência em que o agressor se manteve em liberdade enquanto a mulher precisou fugir, ou que as agressões se repetiram com ainda mais intensidade depois da soltura do agressor. A promotora respondeu às perguntas concordando com a gravidade da situação e afirmando que a lei tem limites. Apresentou algumas propostas de maior rigidez que estavam em tramitação na época. É relevante que as propostas iam todas na via da punição do homem, mas não atuavam nas questões

7 Por meio da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República foi criado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. O projeto do ônibus lilás faz parte da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; foi anunciado pela então presidenta Dilma Rousseff, em 2011, durante a Marcha das Margaridas - marcha em homenagem à líder sindical Margarida Maria Alves, símbolo da luta das trabalhadoras do campo. São, no país, 54 unidades móveis, distribuídas duas por estado, e que oferecem ações de assistência, prevenção e enquadramento legal, assim como ações educativas por meio de palestras sobre a Lei Maria da Penha e outros assuntos. Em Minas Gerais, uma unidade do ônibus pertence a Belo Horizonte e outra à região do Território da Cidadania Médio Jequitinhonha, resultado da organização das mulheres do local que exigiram do Estado uma unidade para a região.

sociais circundantes à agressão, algo apontado por uma assistente social na plateia - essa mesma profissional seria entrevistada por mim no ano seguinte. O tema da violência contra a mulher apareceu na pesquisa como algo que pode sim ter relação com a situação precária a qual os homens estão submetidos durante o trabalho nos canaviais. Não que a submissão às duras condições de trabalho seja determinante da violência doméstica, contudo, podemos estabelecer uma relação entre a vivência da impotência (no sentido da incapacidade de exercer o poder) econômica, social, sexual e moral com a manifestação da violência (SAFFIOTTI, 1995). O entrecruzamento de gênero e classe permite que essa reflexão seja mais aprofundada no terceiro capítulo.

As atividades do dia seguiram e é relevante destacar que havia forte presença de mulheres quilombolas que levaram tambores; em momentos diferentes tocavam e dançavam músicas tradicionais da região. As mulheres iniciavam as atividades, se reuniam depois do almoço e encerravam o dia com músicas e dança. O almoço foi ofertado no local do evento: arroz carreteiro, frango caipira e farofa de feijão. Comemos com pratos e talheres de plástico, sentadas onde achávamos lugar. Nesse almoço as mulheres conversavam entre si animadamente. Havia durante todo o evento barracas de mulheres artesãs com diversos tipos de peças - desde crochê até o artesanato de argila (muito característico da região) - algumas indígenas e outras que faziam remédios tradicionais com ervas. Quando uma mulher iniciava uma música, todas se reuniam espontaneamente, cantavam e dançavam. Cada uma com sua característica (indígena, quilombola, agricultora, assistente social, etc), mas todas verdadeiramente engajadas na atividade.

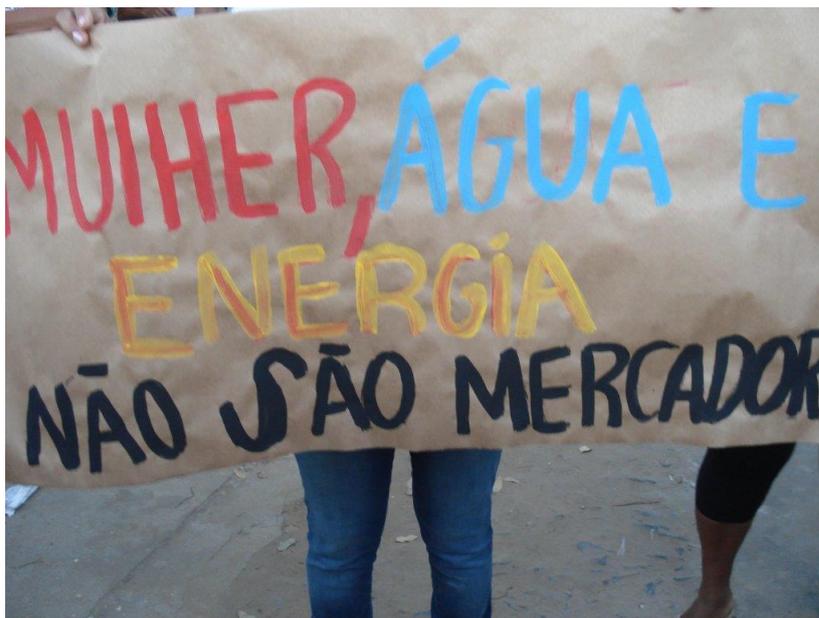
Figura 3: Sindicalista toca tambor, mulheres cantam e dançam



Fonte: Lori Figueiró, Araçuaí, 2015.

Ainda no mesmo dia, passamos a tarde divididas em grupos de trabalho discutindo a intersecção do machismo com outros temas (raça, água, trabalho), e elaborando materiais para a ato que haveria ao fim do dia. O encerramento das atividades do primeiro dia do Fórum das Mulheres do Jequitinhonha foi uma marcha nas ruas da cidade em defesa das mulheres e contra a violência às mulheres. No carro de som algumas jovens do grupo do projeto de extensão da UFMG e sindicalistas da região cantavam palavras de ordem contra o machismo. Foi marcante a convicção com que as centenas de mulheres caminhavam e cantavam, subindo e descendo as ladeiras da cidade em ruas nem sempre asfaltadas, distribuindo panfletos aos lojistas e chamando homens e mulheres do comércio para se juntarem à marcha.

Figura 4: Cartaz no ato contra a violência com a mulher



Fonte: Maria Aparecida de Moraes Silva, Araçuaí, 2015.

Figura 5: Mulheres caminham em ato contra a violência com a mulher depois das atividades do IV Fórum da Mulher do Jequitinhonha



Fonte: Maria Aparecida de Moraes Silva, Araçuaí, 2015.

Figura 6: Mulheres caminham em ato contra a violência com a mulher até praça do mercado municipal



Fonte: Lori Figueiró, Araçuaí, 2015.

No dia seguinte a primeira atividade de discussão era com a Profa Maria Aparecida de Moraes Silva. Foram apresentados elementos sobre o trabalho no corte de cana e a migração -

Ser migrante é ser definido pela ausência. [...] Ele é um ausente porque ele sai e vai para outro lugar, então ele é ausente aqui, ele vai para um mundo que não é dele, não é. E ele não é reconhecido naquele mundo. Ele sofre o preconceito dos paulistas, ele sofre pressão dos feitores, fiscais da empresa, das usinas. As cidades pouco enxergam esses trabalhadores. Para os paulistas é a mineirada, a baianada que está ali cortando cana. Eles são invisíveis lá. Então, vejam bem, aqui ele é o ausente, e lá ele é o outro, o invisível. Essa é a situação do migrante.

Problematizando a condição a qual esses homens são submetidos enquanto estão “fora”, a professora destaca que quando se debate o tema das relações de gênero não se deve falar apenas sobre as mulheres, pois o gênero é construído na relação:

[...] se o patriarcado define a mulher como dominada, como inferiorizada, como incapaz, por outro lado ele define o homem como forte, como valente, como aquele que não fraqueja, e aquele que é responsável pelo sustento da família. Então muitas vezes a comparação do homem com um esteio, com essas vigas que estão lá no alto e que sustentam todo o telhado. E isso, minha gente, é um peso enorme para esses homens, porque se eles não forem eles podem ser cobrados pela própria família, pelos vizinhos, pelos companheiros. “Você é um fraco, você não é capaz de enfrentar”.

A apresentação da Profa Maria Aparecida seguiu trazendo dados sobre o trabalho no corte de cana - as mortes nos canaviais, as diferentes formas de pressão das usinas, as metas de produtividade, os alojamentos, o uso de drogas, etc. Apesar de muitas mulheres presentes na atividade terem familiares que haviam se dedicado ao corte de cana, não sabiam ao exato o que se passava nas “terras de lá” (em oposição à “terra da gente”, lugar em que os vínculos estão enraizados). Destaca-se que na pesquisa de campo, a maioria dos profissionais que atendiam ao público que cortou cana (médicos, assistentes sociais, psicólogos, etc), assim como os familiares, não tinha conhecimento exato do que se passava no período do corte de cana.

A mesa seguiu com a finalização da palestra da Profa Maria Aparecida falando sobre o trabalho das mulheres nos canaviais. Logo em seguida, uma sindicalista da cidade de Francisco Badaró, Margarete, inicia sua fala afirmando a alegria em participar do Fórum, e que, ao ouvir outras mulheres, podia perceber que os problemas eram similares e que as lutas eram necessárias, nas comunidades, com os trabalhadores, etc. Trouxe sua experiência familiar relacionada ao corte de cana e à colheita de café. O esposo de Margarete vive exatamente a situação foco da presente pesquisa: trabalhou por dezesseis anos no corte de cana, perdeu a capacidade laboral pelo desgaste e não consegue se aposentar por invalidez. A sindicalista relatou, ainda, que por conta da distância, os filhos não viam no pai uma figura de referência e, mesmo após sua volta definitiva, preferiam tomar as decisões junto com a mãe.

Porque viver dezesseis anos seguidos nove meses lá, três meses aqui... Então não tem como a pessoa viver bastante apegado. A necessidade que eles sentiam, quem estava por perto era só eu. A gente só comunicava por carta, eram talvez uma ou duas cartas por mês, então não tinha como essas crianças terem o carinho do pai. E na verdade não foi porque ele quis, foi por necessidade, porque a gente precisava desse dinheiro para se alimentar. Aí eu ficava cá com as crianças esperando que ele mandasse o dinheiro para a gente fazer a compra de casa.

Margarete contou outras dificuldades do período em que o marido esteve fora, e histórias de dois conhecidos que faleceram nos canaviais, um de parada cardíaca, outro queimado. Sobre esse último, ainda diz: “Quando trouxe para cá a gente nem sabe realmente se era ele no caixão, porque estava lacrado e eles pediram para não abrir caixão. Então a gente ficava se perguntando: será ele

mesmo que veio no caixão? Não sabemos”. A sindicalista disse ser parte da realidade de sua comunidade rural os relatos dos homens sobre a dificuldade do trabalho, condições de moradia e alimentação precárias no período da safra. Muitos sequer tinham onde tomar banho, iam se lavar na água fria do rio próximo ao alojamento. A cachaça era usada como meio de aguentar os banhos gelados ao fim da tarde.

Após dezesseis anos cortando cana, o esposo da sindicalista deixou de ser chamado, pois não aguentava mais o ritmo de trabalho. Chegou a trabalhar uma vez na colheita de café, mas o corpo não permitia.

[...] ele não aguenta mais viajar nem para o corte de cana nem para a apanha de café, porque ele perdeu o equilíbrio do corpo. Aí vai no médico, o médico fala que é problema de coluna. Dá um atestado, aí vai para a perícia mas não passa na perícia. O médico perito fala que ele está apto para o trabalho. Três vezes ele tentou fazer uma perícia mas não conseguiu. Então, assim, baseado nisso, é uma discriminação muito grande dele pelos médicos peritos.

Contou sobre as idas e vindas ao INSS e o mau tratamento que recebeu por parte dos peritos. Somada sua situação à experiência de trabalho na colheita de café, disse:

[...] não é fácil, ter um marido doente, e eu acredito que é consequência do corte de cana, e não poder fazer nada. [pausa] Quando a gente fala de [...] viajar para fora, isso, assim, eu considero a pior coisa da vida é ter que deixar filhos pequenos e ir em busca do pão para eles mesmos. Não é fácil, porque você deixar um filho pequeno com alguém, você saber que você vai enfrentar uma vida dura lá fora, sem o mínimo de dignidade...

Os temas tratados por Margarete foram caros à pesquisa, o não acesso aos direitos previdenciários e a masculinidade que é ressignificada com a reorganização dos papéis de gênero após o adoecimento são presentes na experiência dos ex-cortadores de cana adoecidos. Era precisamente sobre temas como os apresentados por Margarete que a pesquisa buscava tratar.

Ainda falaram depois de Margarete outras duas mulheres, uma de Francisco Badaró e outra de Chapada do Norte, trabalhadores da colheita de café no sul de Minas Gerais. A segunda relatou com mais detalhes as dificuldades com a migração do marido para a cana, seu falecimento e a luta para a criação dos filhos. Em sua narrativa, o mais marcante foi o momento do assassinato da filha pelo genro.

A então secretária de saúde teve um breve momento de fala com uma pequena atividade dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS. Trouxe a informação de que muitos dos homens que se dedicaram ao corte de cana retornam deprimidos, o que pode ser o início de outras questões psíquicas, e ainda para o alcoolismo e uso de drogas. O trabalho dos homens na cana de açúcar parecia ali fazer parte, em maior ou menor escala, do cotidiano das pessoas – mesmo após o espaço-tempo trabalho, a memória daquela experiência e as consequências daquela migração permaneciam. O conteúdo das palestras no Fórum das Mulheres do Jequitinhonha foi crucial para a definição de Araçuaí como campo empírico da pesquisa. Mas, mais do que isso, foi uma introdução minha àquele povo, àquelas mulheres, àqueles costumes.

Assim, por conta da realidade dos cortadores de cana adoecidos ser tão presente na experiência daquelas pessoas, e por haver uma grande abertura para falar sobre o tema, o município de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, foi delimitado como único campo empírico da pesquisa. Havia a intenção de que a pesquisa fosse realizada em outras cidades do Vale do Jequitinhonha, mas as dificuldades endógenas de transporte e locomoção direcionaram a pesquisa apenas para o município de Araçuaí, onde se concentraram as entrevistas. Algumas outras inserções de campo foram realizadas em outras cidades da região (Virgem da Lapa, Berilo, Minas Novas, Turmalina e Chapada do Norte).

A inserção em campo empírico foi feita por meio da relação prévia com agentes do Serviço Pastoral dos Migrantes. Durante a atividade de comemoração de 30 anos da criação da Pastoral do Migrante em Guariba, em 2014⁸, foi realizado o convite para a participação em uma atividade missionária da Pastoral em janeiro de 2015, que ocorreria na cidade de Araçuaí. Pareceu uma chance importante para realizar a entrada em campo, apesar de a programação original de ida à campo fosse para alguns meses depois. Assim, a participação na missão da Pastoral do Migrante em Araçuaí adiantou a ida a campo em alguns meses, mas permitiu uma observação direta do cotidiano em uma comunidade rural do município de Araçuaí.

8 O Serviço Pastoral do Migrante surge nos anos 1980 como organismo vinculado às Pastorais Sociais da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). No município de Guariba/SP, surge em 1984, atuando principalmente com os migrantes nordestinos e mineiros cortadores de cana. A Pastoral teve importante papel no apoio às greves dos cortadores de cana. A atividade citada, ocorrida em 2014, celebrava os 30 anos da famosa greve dos cortadores de cana em Guariba e criação da Pastoral dos Migrantes no município.

Terceiro momento: Uma introdução ao Vale do Jequitinhonha por meio da Missão do Migrante

A missão da Pastoral do Migrante consistiu em uma vivência de uma semana em uma comunidade rural, com visitas a domicílios e promoção de atividades religiosas. As impressões desse período foram registradas em diário de campo, material usado para a elaboração da reflexão apresentada a seguir. Os missionários (religiosos leigos, seminaristas e diáconos), vindos de diferentes regiões do país, reuniram-se no Centro Diocesano de Araçuaí dia 23 de janeiro de 2014. No primeiro dia, houve a acolhida e mística de recepção dos missionários, refeições e atividades de discussão. Logo em seguida, os grupos foram divididos para as principais comunidades rurais do município (ao total, são cerca de 70 comunidades rurais, mas na missão do migrante nos dividimos em aproximadamente 15 comunidades). Fui, junto com um diácono paraguaio e uma leiga paulista, para a comunidade chamada Engenheiro Schnoor, a aproximadamente 30 quilômetros da cidade de Araçuaí.

Não obstante à proximidade com o centro urbano-administrativo do município, a viagem até a comunidade demorou bastante tempo, resultado das estradas de terra bastante acidentadas. O clima era quente, a vegetação tipicamente de cerrado, estávamos no curto período de chuvas, o que deixou a paisagem verde.

Figura 7: Trajeto até a comunidade rural Engenheiro Schnoor



Fonte: Tainá Reis, Araçuaí, 2015.

Ao chegar, deveríamos procurar a líder da comunidade. A figura de Dona Nerinha consubstanciava várias funções, era ela quem abria e fechava a pequena capela local, quem organizava as demandas dos moradores, quem sabia dos doentes, das crianças, e ela quem receberia os missionários; figura religiosa e política. Hospedamo-nos na casa de outra senhora, Dona Alice, que residia com o diretor da escola estadual da comunidade. Por meio de conversas informais, soube que parte da comunidade residia anteriormente em outra área (o Bola), mas foi obrigada a deslocar-se para Engenheiro Schnoor por conta da seca total do riacho que ali passava.

Figura 8: Rua principal Engenheiro Schnoor



Fonte: Tainá Reis, Araçuaí, 2015.

Fomos designados a visitar a casa dos enfermos, caminhando pelas ruas de terra, encontramos casas de alvenaria e de barro, idosos, mulheres e jovens adoecidos, cuidados quase sempre por familiares, às vezes em condições precárias. Alguns casos foram marcantes, como o rapaz de 19 anos com deficiência mental que não tinha RG nem CPF, criado por duas tias, trabalhadores rurais analfabetas; ou o do senhor de 82 anos, parcialmente cego e surdo, que cuidava

da filha de 50 anos de idade com doença de Alzheimer; ou o caso da família que não podia mais plantar na pequena roça, pois o esgoto poluiu o rio e não havia como realizar a rega ou usar a água para o dia a dia. Não há oferta de água encanada. Foi lá o primeiro contato com algo que para mim parecia paradoxal, a precariedade material misturada com fartura de alguns alimentos. Pés de manga, maracujá e acerola carregados, garantindo sucos naturais continuamente, galinhas e frangos que ofereciam a carne e os ovos, pequenas roças produziam quiabo, chuchu, abóbora. Nos breves períodos de chuva, é possível contar com a produção das pequenas roças para a subsistência, mas o clima é na maior parte do tempo seco. Havia também os relatos sobre a redução do volume de água no rio que corta a comunidade, o Gravatá, o que torna a escassez de água algo presente no cotidiano da comunidade.

Visitávamos diversas casas durante a semana que estive por lá, almoçando cada dia em um local diferente. Os missionários estavam focados em levar o conforto espiritual para os enfermos, enquanto eu tentava entender as engrenagens sociais que produziram aquelas situações. Mas, mais do que isso, percebia uma forma de viver diferente, a ajuda comunitária parecia algo natural. Havia conflitos, com certeza, fofoca e maledicência, violência doméstica, mas as relações pareciam menos individualizadas. Essa forma de relação foi algo que me causou surpresa, uma explicação dicotomizada não dava conta daquele contexto. Além disso, não entendia como podiam resistir àquela dura realidade social. A dificuldade na percepção das sutis e pequenas estratégias de resistência foi algo que me acompanhou durante toda a pesquisa de campo e elaboração da tese.

Na comunidade rural de Engenheiro Schnoor, a sensação era que faltava algo mais do que a presença do Estado, que se fazia presente apenas por meio das políticas de transferência de renda e dos serviços de educação e saúde. Além do Bolsa Família, o que garantia renda para algumas famílias era a aposentadoria rural de membros da família, pequenos comércios internos à comunidade e projetos sociais de entidades católicas internacionais. Os empregos públicos também ofereciam algumas poucas vagas na escola ou na área da saúde (no período da missão do migrante um posto de saúde seria inaugurado na comunidade).

Na época, a Pastoral do Migrante realizava a campanha de combate ao trabalho escravo. Araçuaí, como boa parte do Vale do Jequitinhonha, registra o trabalho migratório como

característica – o que justificou a escolha da região como campo empírico da pesquisa - assim, as associações pastorais tendem a promover esse tipo de discussão. Pude participar de uma atividade como essa, falando aos trabalhadores sobre os direitos trabalhistas, contratos e condições de trabalho. Havia preocupação que os jovens comparecessem a essa atividade, pois são eles que logo que atingem a idade mínima, migram para o corte de cana ou outra atividade rural – deixando os estudos em alguns casos. Esses jovens eram o público alvo da atividade, pois ali haveria orientação sobre direitos trabalhistas básicos. Entretanto, compareceram em maioria homens de idade mais avançada, já aposentados, pequenos agricultores ou empregados em alguma atividade local.

Durante o período da missão não realizei entrevistas, entendia o momento como uma imersão na organização social local. Esse primeiro contato foi importante para habituar a pesquisadora a um diferente *ethos*, onde as relações são organizadas baseadas numa lógica comunitária, de ajuda mútua, convivência com a escassez de água (provavelmente resultado de décadas da exploração de eucaliptos na nascente dos rios) e pequena agricultura familiar. Após a semana de missão da Pastoral dos Migrantes, de volta à Araçuaí, foi realizada uma última atividade e os missionários partiram. Era tempo de começar a pesquisa de campo.

Quarto momento: A descoberta empírica do objeto de pesquisa

Por conta do contato religioso estabelecido no local, hospedei-me durante o período da pesquisa em 2015 e nas posteriores viagens à região, nas dependências da diocese de Araçuaí. Foi uma acolhida inesperada, mas a partir daquele momento pude me aproximar dos membros da Igreja Católica local e perceber uma atuação muito mais comunitária da instituição, em comparação ao conhecido em São Paulo. Além disso, a estreita relação com alguns membros da Igreja facilitou a viagem por outros municípios da região, como Virgem da Lapa e Minas Novas.

Alojada, iniciei o roteiro de campo preestabelecido. Organizou-se a pesquisa de campo, que durou dois meses, em dois momentos diferentes. Primeiro, foram buscados equipamentos sociais que poderiam dar atendimento ao público que cortava cana e suas famílias - Centro de Referência em Assistência Sociais (CRAS), Centro de Referência Especializada em Assistência Social

(CREAS) e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)⁹, além do Sindicato Rural, médicos do SUS, e representantes do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. O intuito era, por meio do procedimento conhecidos como bola de neve, conseguir a partir desses profissionais, indicações de ex-cortadores de cana adoecidos. Na segunda parte da pesquisa seriam contatados os ex-cortadores de cana adoecidos e seus familiares.

Foram realizadas 29 entrevistas, seguindo um roteiro semiestruturado¹⁰. Os sujeitos de pesquisa foram: ex-cortadores (as) de cana, familiares dos ex-cortadores, sindicalistas, assistentes sociais, psicólogos, e médicos (responsáveis pelos laudos para o INSS). A entrevista com os familiares teve o intuito de compreender os impactos do adoecimento nas relações familiares e a organização das relações de gênero. Sendo um dos objetivos específicos da pesquisa a caracterização do discurso médico sobre a aposentadoria, foram realizadas entrevistas com médicos do SUS responsáveis pelos laudos para o INSS e também com os peritos responsáveis pela concessão dos diversos benefícios do INSS. Para além de entrevistas orientadas por roteiros, foram feitas inserções e conversas informais com outros ex-cortadores de cana e familiares, em visitas posteriores à região, nos municípios de Minas Novas, Chapada do Norte, Berilo, Turmalina e Virgem da Lapa.

Além das entrevistas, foi realizada observação direta do cotidiano dos ex-cortadores de cana, buscando compreender as relações entre os sujeitos entrevistados e suas famílias, notando como a situação de doença influi na vida familiar, atentando para as diferenças de gênero que perpassam essas relações. Por meio de contatos com outros membros do clero local e outros agentes, foi possível conhecer outros municípios da região. Como auxílio no registro dessas observações sociológicas foi utilizado o caderno/diário de campo. Esse instrumento de pesquisa teve o intuito de

9 O CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) é uma “unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais” (BRASILa, 2016). O CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social) é “uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situações de risco social ou tiveram seus direitos violados” (BRASILb, 2016). O CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) é uma instituição destinada a “acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

10 O roteiro de entrevistas encontra-se no Apêndice A.

captar as impressões da pesquisadora sobre as interações sociais locais, e mais tudo aquilo que se perde nas gravações das entrevistas, como olhares, tempos, contexto.

A fotodocumentação¹¹ buscou retratar aspectos do cotidiano dos ex-cortadores adoecidos, locais onde circulam, opções de lazer, moradia. Além disso, observaram-se na cidade retratos da presença desse grupo social, bares, igrejas, praças, hospitais, entre outros. Com a autorização necessária, retrataram-se também os próprios adoecidos da cana, seus corpos, suas posturas, suas expressões.

Fotografar esses homens e mulheres separados de suas coisas, meios de trabalho, terra, seria incorrer em erros de análise, dadas as circunstâncias em que ocorrem as relações homem x natureza, homem x coisas. Aí não há uma disfunção. Há um todo, onde a terra, as coisas complementam o homem, agregam-se à sua materialidade e subjetividade (SILVA, s/d, p.03).

O contato com o inimaginável

Seguindo o roteiro de trabalho, buscou-se, a princípio, serviços que poderiam dar atendimento aos cortadores de cana adoecidos e suas famílias. A primeira entrevista realizada foi no CAPS, local que na época pensei buscar para obter informações sobre o adoecimento das esposas dos cortadores de cana, imaginava que poderiam haver trabalhos em grupo para casos de depressão. Fui surpreendida com a informação da psicóloga sobre o adoecimento psíquico dos cortadores de cana. Afirmou que podem manifestar diferentes transtornos mentais, neuroses, psicoses e até esquizofrenia. Essa informação e a imagem do rapaz que desenvolveu esquizofrenia (que estava no CAPS no momento da entrevista e também foi entrevistado) me causaram fortes emoções. Ali pude perceber o quanto as emoções fecundam a razão (palavras da professora Heleieth Saffioti), isto é, também é possível o conhecimento por meio das emoções – conforme Saffioti e várias outras autoras feministas. Trazendo a reflexão sobre a subjetividade do pesquisador colocada em campo (DA MATTA, 1974), podemos afirmar que foi nessa entrevista que o aspecto mais humano do ofício sociológico apareceu. Talvez por estar em meio à transição entre a realidade e o livro, entre aquilo conhecido intelectualmente e o vivido na carne pela pesquisadora (calor, cheiros, gestos, vozes, olhares, posturas corporais), que o impacto ocorreu. Foi

11 O Apêndice B traz parte do registro imagético, outras imagens serão apresentadas no decorrer do texto.

na radicalização da alteridade com o sujeito pesquisado que novas questões surgiram à pesquisa. A pergunta que fiz quando assisti ao documentário Fragmentos se repetia mais uma vez: como aquilo era possível?

A pesquisa seguiu, fui aos dois CRAS de Araçuaí e ao CREAS. Conversando com os profissionais destes serviços, novas informações apareceram. A forte presença do alcoolismo e drogadição entre os cortadores de cana me direcionou para o CAPS-AD como local de pesquisa. O alcoolismo e/ou drogadição, associados ou não ao adoecimento do corpo físico, também pode ter repercussões na própria segurança pública. Uma psicóloga que já havia atendido no Presídio Municipal trouxe o relato da grande presença de ex-cortadores de cana encarcerados. Seguindo essa pista, fui ao presídio, onde pude entrevistar o diretor do espaço e alguns presidiários que tinham na trajetória o trabalho no corte de cana. As respostas do INSS também trouxeram novas questões para a pesquisa – o Estado tem papel crucial nas novas relações estabelecidas. A pesquisa empírica mostrou que mesmo os profissionais que lidam diretamente com os ex-cortadores de cana adoecidos e suas famílias não têm a dimensão nem do processo de trabalho, nem do adoecimento.

A oportunidade de estar em outros municípios, como Virgem da Lapa, Minas Novas e Chapada do Norte, em momentos posteriores ao delimitado à pesquisa de campo, foram importantes para o reconhecimento de que o processo vivenciado pelos cortadores de cana adoecidos e suas famílias não é isolado a um município, mas característico de uma região em que a expropriação empurra os sujeitos à migração para trabalhos superexploratórios, algo que possivelmente se assemelha a outros contextos sociais similares fora do Vale do Jequitinhonha.

Ouvir os relatos dos cortadores de cana - alguns não adoecidos, outros alcoólatras, uns com a coluna completamente desgastada – e de suas esposas, mães, filhas, trouxe uma perspectiva talvez fatalista para a análise dos dados. Mesmo para aqueles que *venceram* tantas safras, construíram a casa e puderam investir em comércio, ou estudos, as memórias do tempo de trabalho traziam algo que parecia um pesar. Mais do que adoecimento, parecia que o tema abordado era o sofrimento, era sobre isso que muitos silenciavam. Por não saber lidar com essas experiências, incorri em muitos momentos a uma análise quase teleológica. Sentia que não havia saída para aquelas situações, pesava sobre minhas costas um tipo de irresponsabilidade em fazer aquelas pessoas buscarem na

memória experiências de sofrimento. Apenas a compreensão da história como processo (BENJAMIN, 1987) pode substanciar uma maneira diferente de análise dos dados. Não há uma estrutura que oprime sujeitos sem ação, não há ação dos sujeitos independente da estrutura social, o que há é um complexo processo de produção social e subjetiva que resulta da relação estrutura-sujeito.

Se antes o projeto focava exclusivamente no adoecimento do corpo físico, durante a pesquisa de campo, o adoecimento psíquico, a adicção e as consequências sociais da articulação entre esses elementos apareceram como questões pertinentes para a compreensão do *pós/trabalho* decorrente do adoecimento. Dada a multiplicidade de elementos empíricos observados, compreende-se que é possível entender mais que o *não-trabalho* - restrito apenas à perspectiva do sujeito -, mas o *pós/trabalho*, como processo decorrente do adoecimento. Assim, o foco da pesquisa deixou de ser o adoecimento em si, mas as consequências - sociais e subjetivas - de um tipo específico de adoecimento, aquele que resultou do trabalho no corte da cana. Para além da relação estranhada de trabalho, o estranhamento de si não mais como trabalhador, mas como aquele que foi expropriado de sua própria força de trabalho e as repercussões dessa expropriação na sociabilidade. Como uma rede de pescador, em que a armação de fios se entrecruza, as dimensões resultantes do adoecimento do cortador de cana devem ser compreendidas em suas singularidades e conexões, em suas cadeias de significados, para que seja possível entender a trama resultante do processo.

Com certeza, em muitos momentos, essa rede de pescador parecia um emaranhado de fios soltos. Porém, estão interconectados, e é esse entrecruzamento que buscaremos apresentar nesta tese. Por último, cabe aqui um excerto do diário de campo sobre a chegada à região do Vale do rio Jequitinhonha, que suscitou uma reflexão que tem me acompanhado:

A paisagem é absurdamente diferente; no lugar de uma planície tomada pelo mar de cana monocromático do Estado de São Paulo, estão as chapadas mineiras. Na região do Alto Jequitinhonha há uma infinidade de eucaliptos, resultado de um projeto governamental de reflorestamento durante o regime militar que expulsou os camponeses de suas terras para dar quase de graça para grandes empresas. A paisagem muda quando se sai da zona dos eucaliptos. Chegando onde se chama de Médio Jequitinhonha, lugar não entregue às empresas reflorestadoras, veem-se os diversos tipos de vegetação de cerrado, árvores baixas, com pouca folhagem - quase secas -, muitos arbustos e vegetação rasteira. As árvores têm suas poucas folhas cobertas de poeira da estrada de terra, o que dá um aspecto marrom para tudo. Mas, em meio àquele marrom e daquelas árvores secas, brotam pequenas

*flores coloridas, amarelas, vermelhas, roxas, que não são cobertas pela poeira.
Como elas não ficam marrons também?*

Em outras viagens à região, as flores sempre me chamavam atenção. Elas resistiam à aridez, ao sol quente e ao constante tráfego de veículos que levantava a poeira da estrada de terra deixando tudo marrom. Depois de fazer a pesquisa e conhecer um pouco mais do povo do Vale do Jequitinhonha, acredito que as flores sejam como as pessoas de lá: resistem. Em seus próprios meios, com suas próprias condições, permanecem ali. Apesar da expropriação, da espoliação, e toda ordem de injustiças a que estão submetidos, resistem.

Procedimentos metodológicos

Para atingir os objetivos propostos no projeto inicial, a metodologia utilizada foi de base qualitativa, contando com revisão bibliográfica e pesquisa em campo - com observação direta em campo empírico, fotodocumentação, entrevistas de roteiro semiestruturado e registro de informações em diário de campo. A descrição sobre a pesquisa de campo foi realizada acima. A revisão bibliográfica se dividiu em grandes temas: trabalho, migração, Estado e gênero. Para falar sobre o trabalho no corte de cana e a migração, foram abordados os principais autores brasileiros que tratam sobre precarização do trabalho, reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro e saúde/doença no corte de cana, como Silva (1999, 2006, 2007, 2008, 2011, 2013), Alves (2006, 2007, 2008), Antunes (2013), Lourenço (2013), entre outros. No tema da migração, contou-se, principalmente, com a reflexão de Gaudemar (1977). Para debater a subjetividade do pós/trabalho, contamos com a reflexão de Marx (2010) sobre alienação e estranhamento e de Dejours (1987) sobre o tema da psicopatologia do trabalho. O cerne da discussão sobre as atuações do Estado foi o conceito de Foucault (2004, 2005, 2006, 2014) sobre biopolítica e biopoder. O debate de gênero foi orientado, principalmente, pelos trabalhos de Saffiotti (1992, 1995, 1997). E, por último, contamos com o trabalho de Echeverría (2011) para abordar o tema da resistência implícita nas práticas culturais, debate que não havia sido considerado no projeto inicial da pesquisa, mas que se mostrou relevante a partir da empiria. Deve-se, ainda, levar em consideração que categorias analíticas como

classe, gênero e raça/etnia se entrecruzam na experiência dos sujeitos, e serão levados em consideração na presente análise.

Organização do texto

Atualmente, tudo o que vem sendo debatido no âmbito da Sociologia sobre as consequências da atual reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro foca nas relações de trabalho, isto é, se refere ao indivíduo que trabalha. Diversas pesquisas mostram as relações degradantes de trabalho nos canaviais (ALVES, 2006, 2007, 2008, SILVA, 2008, 2011, 2013, VERÇOZA, 2016, GUANAIS, 2016, RAMALHO, 2014, entre outros), que se materializa, em muitos casos, no adoecimento dos cortadores de cana. Se dentro do sistema capitalista o corpo aceito é o corpo produtivo, o corpo que trabalha (DEJOURS, 1987), é preciso compreender em profundidade o *pós/trabalho* por adoecimento para os “descartados da cana”; qual trama de sociabilidades se constitui quando o sujeito está permanentemente fora das relações de troca capitalista, ou seja, quando não pode mais vender sua força de trabalho? Esses sujeitos estão no momento posterior àquele demonstrado nas pesquisas, são excluídos do processo de trabalho e perdem a capacidade laboral, são descartados pelo adoecimento, adquirido justamente no trabalho nos canaviais - apesar de os órgãos oficiais negarem esse nexo causal. Os descartados da cana pouco aparecem nas discussões, trata-se de uma realidade que tem sido invisibilizada e que a presente pesquisa busca desvelar.

Entendemos que para apresentar o *pós/trabalho*, é preciso primeiro contextualizar o leitor das relações que precedem esse processo. Apresentaremos, na introdução, a atuação de instituições do Estado na promoção do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. A ação do Estado, historicamente, tem sido direcionada em defesa dos interesses capitalistas. Em São Paulo e em Minas Gerais, por exemplo, sua ação produziu a expropriação do campesinato. A proletarização dos camponeses, no estado paulista, empurrou- os para as periferias das cidades, no mineiro, produziu o migrante permanentemente temporário (SILVA, 1999). A leitura de Gaudemar (1977) permite compreender migração para o corte de cana como mobilidade forçada. O histórico de formação do Vale do Jequitinhonha mostra como essa mobilidade é construída no decorrer do tempo.

Explicado o processo sobre o qual se assentou a migração para o corte de cana, em seguida, a primeira seção recupera a reflexão de Marx (2010) sobre estranhamento para dimensionar o trabalho como constituidor de sociabilidade, o que embasa a compreensão do *pós/trabalho*. Retomaremos os principais autores que tratam sobre o trabalho e adoecimento no corte de cana, mostrando o estranhamento construído nas relações de trabalho capitalista. A partir daí, já traremos os relatos de alguns entrevistados, que em suas trajetórias materializam a exploração, a acumulação por espoliação (HARVEY, 2004) e o estranhamento. Os autores brasileiros que estabeleceram o nexos entre o trabalho no corte de cana, pagamento por produção e adoecimento serão base da discussão sobre a vida nos eitos de cana (SILVA, 1999, LAAT, 2010, VERÇOZA, 2016, RUMIN, 2004, ALVES, 2006, entre outros). Apresentado o trabalho no corte de cana e suas características, desenvolveremos a reflexão sobre o adoecimento que resulta das relações de trabalho superexploradas. Contando com a reflexão de Marx (2010) sobre estranhamento, defendemos que o fim das relações de venda da força de trabalho por adoecimento não retira os sujeitos de relações coisificadas. Ao contrário, entendem-se como mercadoria descartada, o estranhamento não cessa, mas se aprofunda. E é assim que o *pós/trabalho* se constrói, pois a sociabilidade do trabalho se estende para fora do espaço-tempo trabalho.

A reprodução do capital é viabilizada, também, pela ação do Estado, como tentamos demonstrar desde a introdução e ao longo da seção. Uma mostra recente disso é a aprovação da lei 13.467/2017, a Reforma Trabalhista, que, em resumo, regulamenta a precarização do trabalho e retira direitos historicamente construídos (GALVÃO, *et al*, 2017). Faremos uma breve avaliação dessa lei ao fim da primeira seção. O cortador de cana se relaciona com diferentes instituições do Estado, direta ou indiretamente, no decorrer do período de trabalho. Essas relações tomam outra forma quando a legislação se adequa não mais para defender o trabalhador, mas garantir, em suas normas burocráticas, as vantagens do capital. O adoecimento dos cortadores de cana trazem mudanças nessas relações. Na seção 2 serão analisados os aspectos da relação que o ex-cortador de cana adoecido passa a estabelecer com distintos órgãos do Estado.

Impossibilitados de trabalhar por conta do adoecimento, ex-cortadores de cana adoecidos buscam formas de garantir sua reprodução doméstica, seja via Previdência Social, seja via

Assistência Social. A busca por auxílio-doença ou aposentadoria é exaustiva, exige gastos financeiros e deslocamentos dificultosos para os cortadores de cana adoecidos. Por não terem em mãos as carteiras de trabalho, por perderem a qualidade de segurado do INSS, ou simplesmente por não conseguirem acessar os serviços de saúde dadas as limitações dos próprios municípios em oferecer esse tipo de serviço, muitos cortadores de cana adoecidos não conseguem obter o direito previdenciário. Por vezes, os trabalhadores desistem de tentar no meio do trajeto. Desse modo, são direcionados à busca do Benefício de Prestação Continuada – BPC, benefício não previdenciário, mas assistencial. A partir do conceito de biopoder de Foucault (2005, 2006, 2014), analisaremos a ação do Estado, que atua não mais no sentido do fazer viver, mas do deixar morrer – morte social.

Entendemos que o poder circula, não é fixo nem detido por instituições ou indivíduos, está disseminado no tecido social (FOUCAULT, 2005, 2006, 2014). Não é detido pelo Estado, mas operacionalizado por ele por meio da arte de governo (FOUCAULT, 2014). Não se trata de dominação exercida, o governo no biopoder gerencia a vida da massa populacional. O controle disciplinar produziu corpos dóceis para o desenvolvimento do sistema capitalista, a regulamentação biopolítica ordenou a população numa conduta específica. O como viver se tornou imperativo, e o Estado – apesar de não ser um bloco monolítico (SILVA, MARTINS, 2010) - por meio de suas instituições, operacionaliza o biopoder. O poder atua sobre a vida e sobre a população, controlando-a e a normatizando, governando-a como guia de conduta. Uma vez que não se pode separar regime de governo de racionalidade política (FOUCAULT, 2008b), entendemos que a norma que rege as relações do Estado com os sujeitos é o trabalho. Os sujeitos e a população são controlados e normatizados para a utilidade dentro do sistema. O adoecimento dos cortadores de cana os coloca sob outra regulamentação estatal: não mais como úteis, mas como inválidos. Nesse sentido, há uma cisão no todo populacional entre os úteis e inúteis, os que trabalham e os que não trabalham. A partir dessa cisão, no caso dos cortadores de cana, o fazer viver torna-se o deixar morrer. Deixar morrer não como assassinato explícito, mas como abandono, morte política, morte social. Com o detalhamento empírico, faremos essa reflexão na seção. Mas, como Foucault (2004) admitia, onde há poder, há resistência. Os sujeitos não experienciam passivamente a imposição subjetiva do

governo, há linhas de fuga, tensionamentos dos limites colocados pelo saber-poder. Nesse sentido, também apontaremos as estratégias de escape dos sujeitos no caso estudado.

Na terceira seção, a elaboração é sobre as relações sociais de gênero que se modificam com o adoecimento. Entendendo gênero como algo construído em relação (SAFFIOTTI, 1992, 1997), observamos as transformações advindas do adoecimento no corte de cana nas relações familiares. As mulheres - esposas, mães, tias, irmãs - são identificadas por atributos de gênero como as responsáveis pelo cuidado – cuidam dos filhos, cuidam das roças, cuidam do que for necessário para garantir a reprodução do modo de vida camponês (SILVA, 1999). A volta dos homens adoecidos (física ou mentalmente) representa uma requisição a mais de cuidado. O homem, que era antes do adoecimento o esteio, encarregado de boa parte (quando não a única) da renda familiar, não pode mais cumprir com o papel socialmente construído de provedor. O homem tem seu papel reposicionado, não mais como provedor, mas como aquele que é cuidado. Não há exatamente uma inversão nas relações de dominação-exploração (SAFFIOTTI, 1992), mas uma reorganização das relações em que as mulheres têm a função de cuidadora intensificada, e devem desempenhar um trabalho emocional significativo para lidar com a nova situação. Os homens vêm sua identidade baseada em padrões de masculinidade e virilidade fragmentadas. Os relatos de mães, filhas e esposas, e a trajetória de dois casais, conduzirão o capítulo. Há em suas ações, também, linhas de fuga, estratégias de sobrevivência e resistência ao processo vivenciado.

No decorrer da tese buscamos ressaltar que os sujeitos não experienciam passivamente as imposições da estrutura. Há tentativas do que Silveira (1989) chamou de desestranhamento, ou pela via de Foucault (2004), linhas de escape, formas de sobrevivência, resistência, ao vivenciado. A observação direta mostrou que um dos modos de resistência pode ser a participação em festas religiosas locais, por exemplo. Esse tema não havia sido considerado na elaboração do projeto de pesquisa, por isso não foi abordado nas entrevistas. Contudo, a observação direta chamou a atenção para o papel das festas religiosas como elemento relevante no *pós/trabalho*, por isso apresentaremos antes das considerações finais, notas sobre a resistência cultural e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, contando com a reflexão de Echeverría (2011) sobre o *ethos* barroco.

Aprofundamos o debate sobre trabalho - apesar de os cortadores de cana descartados não mais estarem trabalhando -, sobre as diferentes atuações do Estado e sobre gênero no *pós/trabalho*. O tema do adoecimento no corte de cana ainda é pouco abordado na Sociologia, e, menos ainda, as demais repercussões, sociais e subjetivas, decorrentes desse tipo de trabalho. Este momento posterior ao trabalho nos canaviais e a sociabilidade tecida - o *pós/trabalho*, quando o trabalhador foi descartado pelas usinas por não mais atingir as metas de produção, quando por conta do próprio trabalho se perde a capacidade laboral - foi investigado. São esses resultados que serão apresentados nesta tese.

INTRODUÇÃO

Muito já se falou a respeito do trabalho no corte de cana e suas características. Trata-se de uma atividade realizada majoritariamente por migrantes (SILVA, 1999, ALVES, 2007), degradante pela própria organização, com condições de trabalho precárias, exposição a riscos de saúde (ANTUNES, 2013, SCOPINHO, *et al*, 1999, ALVES, 2006, ALESSI, NAVARRO, 1997), pagamento por produção - o que impõe aos cortadores de cana altos ritmos de trabalho como garantia da subsistência, e que, por fim, pode resultar no adoecimento ou até mesmo morte desses trabalhadores (ALVES, 2006, VERÇOZA, 2016, GUANAIS, 2016, SILVA, 2008, RUMIN, NAVARRO, PERIOTO, 2008).

Mas, quem é o cortador de cana? Migrante maranhense, baiano ou mineiro, negro, homem ou mulher, jovem ou de meia idade. Mesmo que usemos o termo cortador de cana como categoria, entendemos que falamos de pessoas. Os cortadores de cana são sujeitos sociais que carregam consigo condições de classe, gênero e etnia, que se entrecruzam na experiência individual. As experiências são atravessadas por essas condições e trazem elementos para a compreensão das relações sociais. Longe de homogeneizar a experiência daqueles que trabalharam no corte de cana, esta tese busca trazê-las à luz. Em suas particularidades, os cortadores de cana vivenciam processos similares de degradação de sua força de trabalho, pois submetidos a condições de trabalho precárias, num regime de exploração-dominação (SILVA, 1999) que leva seus corpos e suas mentes ao desgaste extremo.

Não se trata de apagar as especificidades dos sujeitos cortadores ou cortadoras de cana, mas de dar visibilidade aos processos aos quais estão submetidos. Por meio de suas falas e de outros sujeitos com os quais estão em relação (familiares e agentes do Estado), podemos compreender o que chamamos de *pós/trabalho* e suas consequências sociais e subjetivas. Mas, antes, é preciso compreender os fatores que produziram o cenário prescindível para a reprodução do trabalho no sistema capitalista e, por consequência, o *pós/trabalho*. O Estado teve, e ainda tem, papel crucial nesse processo. Desse modo, apresentaremos, de um lado, a ação das instituições do Estado na formação do setor sucroalcooleiro e, de outro, sua ação na produção da migração para o corte de cana. Contaremos com a reflexão de Gaudemar (1977) sobre a mobilidade do capital e da força de trabalho para aprofundar a reflexão.

Sobre o setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo

A cana de açúcar é cultivada no Estado de São Paulo desde o começo do século XX, dentro das fazendas de café. O Estado teve papel fundamental no desenvolvimento do setor, com a criação do CPDA – Comissão de Defesa da Produção de Açúcar, em 1931, e do IAA – Instituto de Álcool e Açúcar, em 1933. Por meio desses órgãos, estabilizou preços, fixou cotas de produção e comercialização no mercado interno e externo, tendo, nesse último, o monopólio sobre as exportações de açúcar (RAMOS, 1999). Nesse período, a região Nordeste, especificamente Pernambuco, era responsável por grande parte da produção de cana de açúcar do país. Quando a produção cafeeira declina em São Paulo, a produção canavieira ganha espaço no estado. Cria-se uma disputa entre as regiões. E, enquanto a produção nordestina se mantinha atrelada aos senhores de engenho, em São Paulo se organizavam as primeiras usinas. O Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1941, foi uma tentativa por parte do Estado de defender os senhores de engenho frente ao ganho de poder dos usineiros (RAMOS, 1999).

Apesar dos esforços do Estado para manter o poder da classe dominante dos “herdeiros da tradição política dos senhores de engenho” (RAMOS, 1999, p.98), a Segunda Guerra Mundial reconfigurou o quadro produtivo do setor sucroalcooleiro do país. Com os riscos da navegação marítima¹², o transporte do açúcar pela costa brasileira foi afetado, pois parte significativa do comércio interno entre o norte e o sul do país era feito por cabotagem. Os principais consumidores de açúcar estavam no Centro-Sul do Brasil, especificamente São Paulo e Rio de Janeiro, mas o maior produtor da mercadoria estava no Nordeste. Desse modo, pode-se dizer que nesse período o país ficou dividido em dois, uma região com superprodução de açúcar e outra com escassez (SZMERCANYI, MOREIRA, 1991). Com isso, o Estado de São Paulo passou a atender o mercado da região Centro-Sul do país (ALVES, ASSUMPÇÃO, 2009), expandindo cada vez mais sua produção.

Uma das principais características daqueles anos do imediato pós guerra foi o estabelecimento de várias novas usinas de açúcar, particularmente no Estado de São Paulo. A maioria delas era constituída por antigos engenhos, que haviam sido instalados durante a Segunda Guerra para atender prementes necessidades de consumo local, momentaneamente desabastecidas pelas suas habituais fontes de suprimento localizadas no Nordeste. A escala de produção dessas novas unidades era muito pequena, inclusive pelos padrões locais. Seus altos custos de produção e seus baixos níveis de produtividade só se haviam tornado viáveis graças aos

12 Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os ataques submarinos se tornaram uma ameaça real, por isso, tanto as exportações, quanto o comércio interno (baseado no transporte de cabotagem), foram impactadas (SZMERCANYI, MOREIRA, 1991).

elevados preços do açúcar e do álcool fixados pelo IAA durante a Guerra. Esses preços, que se baseavam nos custos de produção e de transporte dos usineiros do Nordeste, eram mais do que satisfatórios para produtores localizados em outras áreas do território nacional, mais próximas dos principais centros de consumo, proporcionando-lhes um forte incentivo para constantemente incrementarem seus níveis de produção e de capacidade instalada (SZMERCSENYI, MOREIRA, 1991, p. 67).

Em 1960, houve o bloqueio internacional à Cuba, que estava entre os grandes exportadores mundiais de açúcar. O volume de exportações brasileiras aumentou significativamente nesse período, chegando a 106% entre os anos-safra 1961/1962 e 1971/1972. Nesse período, o Estado brasileiro investia na modernização da agricultura¹³ e, após o golpe militar em 1964, uma série de leis e planos econômicos foi elaborada com enfoque na produção de produtos exportáveis, aumento de produção e produtividade, como o Estatuto da Terra (1964), por exemplo.

Antes do regime militar, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) teve papel crucial na preparação da modernização agrícola. A lei nada tinha de favorável aos trabalhadores rurais, pois as normas previstas resultaram no processo de volatilização da mão de obra, já que os trabalhadores permanentes eram mais caros do que os volantes. A não inclusão dos trabalhadores temporários no Estatuto do Trabalhador Rural facilitou que os proprietários se esquivassem dos gastos trabalhistas, substituindo a força de trabalho por outra opção mais barata. Com efeito, a lei “regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho” (SILVA, 1999, p.64), representando também a expulsão dos trabalhadores das fazendas.

Justamente por manter a dominação e interesses da classe de proprietários de terra, o Estatuto do Trabalhador Rural foi aceito e mantido na ditadura militar, sendo decisivo para a efetivação do Estatuto da Terra, em 1964. Visando o aumento da produção e produtividade, a industrialização da agricultura foi levada a cabo com a expulsão de parceiros, colonos e arrendatários, configurando o que Silva (1999) denominou de modernização trágica.

Em 1972, o Plano de Revigoração dos cafezais coloca um ponto final na antiga maneira de produzir. Quanto aos parceiros, colonos, arrendatários, pequenos proprietários, sofrem os efeitos do processo de expulsão. No período de 1960-1980, foram expulsos 2,5 milhões de pessoas do campo paulista (SILVA, 1999, p. 63).

Ainda conforme Silva (1999), podemos entender que a efetivação da modernização trágica por meio do Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra, assim como outras legislações que

13 Silva (1999), com quem assentimos, caracteriza esse projeto de desenvolvimento por meio da industrialização da agricultura como *modernização trágica*, uma vez que representou a expulsão de milhares de parceiros, sitiantes, arrendatários e colonos do campo.

garantiam o status quo para as classes dominantes, foram determinantes para o desenvolvimento da produção canavieira no Estado de São Paulo. O Plano Econômico do Desenvolvimento (1968-1971) e o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1973) fortaleceram a política de crédito rural e de industrialização da agricultura. No governo Médici era clara a estratégia de desenvolver a agricultura moderna por meio do estímulo à agroindústria no Centro-Sul do país (NETO, 1997). No setor sucroalcooleiro, destaca-se a efetivação do PLANALSUCAR (Plano de Melhoramento da Agroindústria Açucareira), em 1971, que “garantiu condições extremamente favoráveis à expansão da produção, produtividade e das atividades industriais e agrícolas para a produção de cana e açúcar” (ALVES, ASSUMPÇÃO, 2009, p.109), e do PROALCOOL, em 1975. Sem essa ação do Estado não seria possível garantir a expansão da agroindústria canavieira no país.

Já no final da década de 1980 surgem as primeiras ações de desregulamentação no setor sucroalcooleiro. Se antes o Estado tinha o monopólio sobre as exportações, fixação de preços e determinação de cotas de produção e comercialização por usinas, a partir principalmente da década de 1990 o processo de desregulamentação se radicaliza com o fim do IAA e novas entidades de caráter civil e privado passam a organizar o setor. Pode-se dizer que ao mesmo tempo em que houve um processo de desregulamentação e de diminuição da intervenção estatal no setor sucroalcooleiro, houve, também, “a criação de novas formas de regulamentação, as quais serviram – e servem – para manter alguns dos muitos privilégios que as empresas do setor tiveram até a década de 1990” (NASCIMENTO, 2001, p.60).

Houve a partir deste período a ampla implantação do uso de máquinas colhedoras de cana e uso de agrotóxicos, consolidando a aplicação de tecnologia na agricultura. As máquinas poderiam substituir de 80 a 200 trabalhadores (ALVES, ASSUMPÇÃO, 2002), o que foi usado como ameaça aos trabalhadores – para não perderem o emprego para as máquinas, deveriam aumentar a produtividade. Desse modo, as relações de trabalho tornaram-se ainda mais precárias, com ocorrência de mortes por exaustão e condições análogas à escravidão nos canaviais (SILVA, 2008). Observou-se que o moderno aparato tecnológico incorporado à produção de cana de açúcar coexistiam com a superexploração da força de trabalho. Foram os trabalhadores que sentiram na carne os efeitos da reestruturação produtiva no setor (ALESSI, NAVARRO, 1997).

Terras antes dedicadas a cultivos diversos e ocupadas por parceiros e colonos tornaram-se imensos canaviais, onde sangue, suor e lágrimas de migrantes foram derramados para sustentar a moderna produção sucroalcooleira. No Nordeste de Minas Gerais, a modernização do período militar também expropriava o campesinato de suas terras. Sem a possibilidade de trabalhar na terra,

a migração em busca de trabalho era a saída. No Estado de São Paulo, produziu-se o êxodo rural para a capital paulista – proletarizados, os camponeses passaram a ocupar as periferias da cidade. Em Minas Gerais, os camponeses também migraram para garantir sua reprodução social. O destino foi, entre outros, os canaviais paulistas. Podemos afirmar que o movimento migratório em busca de trabalho – a mobilidade da força de trabalho - ocorrido desde o período militar foi promovido pelo Estado. A partir disso entendemos que a migração é construída socialmente.

Migração - uma escolha sem opção

A concepção de mobilidade forçada apresentada por Gaudemar (1977) orienta a reflexão sobre a migração que será delineada nesta seção. O autor retoma a produção de Marx sobre a força de trabalho para demonstrar a centralidade da mobilidade na reprodução do capital. Entendida como mercadoria, a força de trabalho é possuída pelos sujeitos, e deve ser vendida livremente àqueles que desejam comprá-la. Para a efetivação dessa relação é necessário que o sujeito esteja despossuído de qualquer outra mercadoria que garanta sua reprodução. O trabalhador deve ser livre para vender sua força de trabalho, o que configura, conforme Gaudemar (1977) uma liberdade positiva.

Entretanto, é necessária outra condição de liberdade, em que o sujeito é “livre de tudo, completamente desprovido das coisas necessárias à realização da sua força de trabalho” (GAUDEMAR, 1977, p.189). Uma vez que o sujeito não tem outra mercadoria para vender que possa garantir sua reprodução, a venda da força de trabalho não é tanto uma opção quanto uma necessidade básica de sobrevivência. A venda da força de trabalho se torna indispensável à manutenção da vida, o que Gaudemar (1977) denomina de liberdade negativa. Nesses dois tipos de liberdade, positiva e negativa, há uma dupla determinação: “o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender” (1977, p.190).

Essa dupla determinação da liberdade permite compreender a construção social da mobilidade capitalista do trabalho - a mobilidade do trabalho é produzida historicamente. Se, numa liberdade positiva, o trabalhador pode escolher o local de trabalho à sua preferência, na liberdade negativa, deve-se mover para onde for necessário para garantir a efetivação da venda de sua força de trabalho. A disponibilidade para deslocamento da força de trabalho até os locais preparados pelo capital é uma necessidade para o desenvolvimento e permanência do capitalismo, pois só pode haver produção onde há o encontro entre os meios de produção e força de trabalho. Se é a produção de mais valia o cerne da valorização do capital, a força de trabalho tem papel central nesse processo. É a mobilidade que garante a movimentação da força de trabalho até seu local de venda.

O que tem a aparência de uma relação de troca entre proprietários (da força de trabalho e dos meios de produção) subjaz relações de violência e expropriação, condições necessárias à constituição da força de trabalho. A liberdade de venda da força de trabalho é a essência de sua própria exploração, pois essa venda só é feita de acordo com as necessidades do capital. A mobilidade não é dos sujeitos, mas dos corpos produtivos. Mobilidade forçada e construída a fim de garantir a reprodução do capital (GAUDEMAR, 1977). É desse modo que podemos entender a migração para o corte de cana: menos como escolha - já que não há opção, e mais como necessidade.

A migração para o corte de cana resulta de um movimento de expulsão¹⁴, quando os meios de reprodução no local de origem tornam-se insuficientes a ponto de ser necessário buscar outro lugar para viver (ALVES, 2007, SILVA, 1999). Essa expulsão não se dá ao acaso, é efeito de uma construção social, econômica e política que segmenta o território de acordo com as necessidades do capital, impondo a expropriação do campesinato de suas terras. Esse processo tem sua marca mais clara e recente no período da modernização trágica durante a ditadura militar.

Migrar para os canaviais não se mostra tanto como opção, já que não há alternativas (de trabalho) para se escolher; trata-se de uma migração forçada que impôs um violento processo de proletarianização ao campesinato expropriado. A maior parte do trabalho feito nos canaviais é realizada por migrantes, advindos de regiões pobres do país, como o nordeste de Minas Gerais - no Vale do Jequitinhonha -, Maranhão, Ceará, Bahia, Paraíba, etc (SILVA, 2008). A partir de dados do Censo de 2010, vê-se que o Estado de Minas Gerais, junto com a Bahia, apresentou maior número de saídas para outros estados (MACIEL, 2016).

Em Minas Gerais, destacamos o território chamado Vale do Jequitinhonha como também marcado por esse processo de expulsão e expropriação que produz a mobilidade forçada. Houve uma construção exploratória do espaço na região desde a época da mineração no século XVIII, em que o campesinato expropriado de suas terras, seja pela constituição das grandes fazendas, seja pela destinação da terra para grandes empresas reflorestadoras por parte do Estado, teve no trabalho migratório temporário a única opção para garantia de condições de subsistência (MOURA, 1988, SILVA, 1999, LEITE, 2015). Não há muitas ofertas de emprego em Araçuaí/MG, por isso migrar é o destino. Para garantir a venda da força de trabalho, em outras palavras, no mundo capitalista,

14 “Considera-se expulsão todo e qualquer fenômeno social, econômico, étnico-racial, religioso, político, natural ou de gênero que comprometa, no sentido de impedir, as condições de reprodução do grupo social, colocando a busca por outro local como única alternativa para a sobrevivência” (ALVES, 2007, p.47).

garantir a própria sobrevivência, é necessário *sair*. A falta de escolha na migração foi recorrente na fala de todos entrevistados.

Na época o serviço era muito difícil na cidade, até hoje é difícil. A maioria das pessoas sai da cidade e acaba trabalhando fora porque a situação não dá para sobreviver, por isso que a gente sai fora. Vira bóia-fria lá fora.
Vinícius, ex-cortador de cana (13 de fevereiro de 2015).

O contrato de trabalho no corte de cana de açúcar é por safra, isto é, os trabalhadores são empregados apenas durante o período da colheita, os contratos são finalizados ao fim da safra. Os cortadores de cana são trazidos pelos gatos¹⁵, ficando no Estado de São Paulo de meados de março até o início de dezembro. Até 2009, quando foi firmado um pacto de livre adesão entre as usinas sucroalcooleiras, os representantes dos trabalhadores rurais e o governo federal - o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar¹⁶ - alguns migrantes se mudavam definitivamente para o Estado de São Paulo, trazendo suas famílias para o perto. Entretanto, esse acordo estabeleceu que o trabalhador deveria retornar à sua região de origem para garantir a recontração na safra seguinte. Assim, a ida definitiva da família à cidade de destino do trabalhador se tornou ainda mais difícil, e o trabalhador que quisesse trabalhar nas safras seguintes passou a ficar necessariamente entre idas e vindas (SILVA 2013), intensificando o movimento que já faziam de ir e vir, como andorinhas (SILVA, 1992).

Os cortadores de cana são recontraçados na safra seguinte depois de passarem por uma dupla avaliação, do comportamento e da saúde. Os médicos das usinas avaliam a condição de saúde do cortador de cana, tendo em vista sua capacidade de continuar atingindo as metas mínimas de produção. Não é a saúde do trabalhador em si o importante, mas sim sua capacidade de manter a produtividade. Em relação ao comportamento, são geralmente os gatos responsáveis por fazer essa avaliação, considerando se os trabalhadores participaram de greves, se são assíduos no trabalho, obedientes às regras ou se têm envolvimento com drogas e álcool. Há um verdadeiro controle moral exercido sobre os trabalhadores, devem se enquadrar no modelo de “bom cortador de cana” (alta produtividade, não envolvimento em greves, sem faltas, sem atestados médicos, sem vícios) para

15 São chamadas de “gatos” as pessoas que fazem o contato entre usina e cortador de cana na região de origem do trabalhador. Geralmente são homens de confiança das usinas.

16 O acordo buscou garantir o que se chamou de trabalho decente nos canaviais, listando pontos de ajuste, como contrato de trabalho feito diretamente pela empresa, sem intermediários (os gatos), saúde e segurança do trabalho com uso de EPIs, remuneração e alimentação, entre outros. A tentativa, na realidade, era de adequar a produção de etanol às condições requeridas no mercado internacional, viabilizando a aquisição de certificações ambientais.

garantir a contratação na safra seguinte (SILVA, 2012, 2016). Uma vez que a própria subsistência e a manutenção da família no local de origem dependem do dinheiro advindo do trabalho nos canaviais, “faz-se necessário dar conta de todas as exigências do processo de trabalho, tornando-se ‘trabalhador padrão’” (ALVES, 2007, p.46).

Conforme Lourenço e Bertani (2010), a escolha pela força de trabalho migrante representa vantagens para o capital, já que os encargos trabalhistas e sociais se restringem apenas ao período da safra; trata-se de uma mão de obra mais barata. A distância da família e as adversidades da viagem resultam numa maior subordinação às imposições do trabalho, uma vez que a possibilidade de retorno imediato é baixa, principalmente pela questão financeira. Para as usinas, o trabalho migrante é interessante por uma série de fatores, entre os quais: controle político dos trabalhadores (que muitas vezes residem em áreas ou casa das usinas), garantia da disponibilidade de força de trabalho durante a safra (os trabalhadores não têm condições de voltar para suas cidades durante a safra). Esse tipo de contratação se mostra como uma forma de garantir que esses trabalhadores voltarão às suas cidades de origem no período da entressafra.

Maciel (2016) mostrou que, no caso dos migrantes piauienses, o projeto de migrar também não se constitui sozinho, uma série de relatos que permeia a cidade vai participar dessa decisão. Do mesmo modo, Silva (2007) afirma que as dificuldades e sofrimentos do trabalho são silenciados quando da volta à região de origem, o que pode ser um “fermento para a produção de outras experiências de gerações futuras” (2007, p.73). É necessário, então, constituir o espaço em que a trajetória de migração se desenrolou para compreender os condicionantes que levaram os mineiros do Vale do Jequitinhonha aos canaviais paulistas e o sentido complexo do adoecimento para esses sujeitos e território.

Sobre a terra natal: o Vale do Jequitinhonha

Figura 9: Mapa Vale do Jequitinhonha



Fonte: Portal Pólo Jequitinhonha/ - UFMG

Cabe aqui um espaço para apresentar brevemente a história da região que se convencionou chamar de Vale do Jequitinhonha, local de origem de muitos cortadores de cana, para onde devem retornar na entressafra e onde permanecem definitivamente após o adoecimento. Antes ocupada por povos indígenas, quilombos e alguns europeus, a região da bacia do rio Jequitinhonha, posicionada no nordeste do Estado de Minas Gerais, teve a formação dos primeiros centros urbanos no século XVIII, com a exploração das riquezas minerais locais. Parte do território ficou por longo tempo imune à presença portuguesa por conta do forte controle indígena dos Botocudos (SILVA, 1999, SERVILHA, 2012). O Rio Jequitinhonha nasce na Serra do Espinhaço, no município de Diamantina e percorre um caminho de 920 quilômetros para chegar a sua foz no oceano. Sua bacia, de 70.315 quilômetros quadrados, delimita-se ao norte com a bacia do Rio Pardo e ao sul com as bacias do Rio Doce e Mucuri.

Houve dois movimentos de ocupação no Vale do Jequitinhonha, um na área do Alto Jequitinhonha (região de Diamantina), explorando ouro e diamantes¹⁷, e o segundo, que decorre do declínio dessa exploração, que desceu ao Médio e Baixo Jequitinhonha (sentido Estado da Bahia) (MAIA, 2000, BOTELHO, 1999). No decorrer do rio, pequenos povoamentos se organizaram, desenvolvendo agricultura de subsistência, que servia também como fornecimento de alimentos para aqueles que transitavam pelo rio, e criação de gado. Muitos bandeirantes se fixaram na região,

17 A exploração aurífera teve forte resistência dos indígenas locais, os botocudos. Os bandeirantes, além de buscar ouro e pedras preciosas, também apreendiam índios para vendê-los como escravos em São Paulo. A mão de obra utilizada nas expedições era, muitas vezes, indígena e negra escravizada. (SILVA, 1999, RAMALHO, 2014).

tornando-se criadores de gado em grandes fazendas adquiridas por meio da concessão da Coroa Portuguesa (BOTELHO, 1999).

Com o declínio da exploração aurífera e de pedras preciosas, desenvolve-se o cultivo de algodão na área denominada hoje como Alto Jequitinhonha. A população atuava na produção têxtil, nas grandes fazendas de gado e em suas próprias roças - distribuídas pelas grotas e terras baixas. Já no século XIX, o viajante e botânico francês, Saint-Hilaire (1974), caracterizava o local por sua rica fauna e flora.

Rochedos de uma cor parda mostram-se por toda parte e dão à paisagem um aspecto agreste e selvagem. Por todos os lados surgem nascentes de água e frequentemente se ouve o ruído das águas correndo através dos rochedos. A vegetação muda várias vezes, segundo a elevação e a natureza do solo; mas, em parte nenhuma se veem grandes florestas (p.43).

Apesar da descrição bucólica de Saint-Hilaire, justificada pelo seu interesse específico na botânica local, também aparecia em seus relatos as ocupações humanas do território, que considerou em condições miseráveis. Após o declínio da mineração, parte da população pobre passou a sobreviver no interior das grandes fazendas de gado como agregados e posseiros (RAMALHO, 2014) e parte se espalhou pelas terras livres e férteis da região (SILVA,1999). Leite (2011) afirma que a grande fazenda se impôs nesse período, e que os agregados e posseiros estavam submetidos ao controle dos coronéis-fazendeiros. A população local se dedica à fabricação doméstica de tecidos de algodão, colchas, lençóis e toalhas. Esse material era, majoritariamente, enviado para o Rio de Janeiro para ser exportado para a Europa. Também são feitos chapéus de algodão, vendidos nas aldeias da região (SAINT-HILAIRE, 1974, RAMALHO, 2014, MAIA, 2000, BOTELHO, 1999).

No começo do século XIX há maior movimento rio Jequitinhonha abaixo, pois a Coroa Portuguesa buscava um meio mais facilitado de circulação de produtos entre Minas Gerais e Bahia. Inicia-se, assim, a povoação do Médio e Baixo Jequitinhonha. A cidade de Araçuaí surge nesse momento, sendo um importante entreposto comercial na época. O fluxo comercial era intenso, levando mercadorias para todo o norte do estado. Formaram-se diversos povoados a margem do rio, que hoje são cidades como Virgem da Lapa, Comercinho, Itinga, entre outras. Entretanto, com a abertura da estrada de ferro Bahia - Minas no final do século XIX houve um declínio na expansão local. Nesse período, as fazendas que se estabeleceram no Médio Jequitinhonha coexistiam com a pequena produção camponesa (MAIA, 2000). Com o declínio da produção algodoeira no começo do século XX, foi incentivada a pecuária de gado de corte. Moura (1988) mostrou como a expansão

das fazendas resultou na expulsão dos agregados e na mudança nas relações com a terra, sendo o gérmen do êxodo rural.

A posse da terra no território ao longo da bacia do rio Jequitinhonha ocorreu em três movimentos: pela concessão de cartas de sesmaria; pela posse consentida - agregados e sitiantes ocupavam a terra sob os domínios da grande fazenda; e pela posse desassistida - ocupação do território de maneira independente (BOTELHO, 1999). A produção de subsistência esteve presente na região desde a época da mineração, como fornecimento de alimento às lavras, aos pequenos centros urbanos que se formavam ou como produção autônoma de subsistência, e manteve-se nos demais períodos. A relação dos camponeses com a natureza era simbiótica, baseada não na delimitação de propriedade privada, mas no uso comum da terra, ocupando os espaços das chapadas, grotas e veredas como meios de viabilizar a subsistência. Os camponeses que ali habitavam plantavam milho, feijão e arroz nas grotas, colhiam raízes, caçavam, e soltavam o gado nas chapadas, e ainda pegavam barro nas veredas para produção de artesanato, caracterizando um “modo de vida secular assentado nas relações homem-natureza, no direito costumeiro da posse pessoal e da terra comum e na existência de uma história da natureza” (SILVA, 1999, p.45).

Diversos autores se dedicaram a compreender a formação do campesinato no Vale do rio Jequitinhonha¹⁸. Aqui não se busca dar conta desse debate, apenas sinalizar os elementos históricos que deram base para o processo de migração temporária para o corte de cana. Seja de maneira autônoma ou subordinada aos mandos dos grandes fazendeiros, uma massa de pessoas livres ocupava as terras dali e tinham uma relação específica de uso da terra. Entretanto, para os projetos modernizadores que vinham se formando desde o período colonial, a região carecia de desenvolvimento e em diferentes momentos se buscou estratégias para sua realização. Planejamentos e ações de figuras políticas e religiosas de Diamantina ou Minas Novas se dedicavam a seminários, reuniões e grupos de trabalho com a perspectiva de tornar o Vale do Jequitinhonha mais produtivo e competitivo em suas atividades econômicas. A “estagnação” e o “atraso” deveriam ser combatidos.

Por detrás do discurso do desenvolvimento, havia a proposta de que o Vale do Jequitinhonha fosse local de intervenção estatal, retomando termos como pobreza e miséria para representar a “região” e fazê-la carente dessa intervenção (LEITE, 2015). A bacia do rio Jequitinhonha se tornou

18 A tese de doutorado de Leite (2015) faz uma revisão dessas produções e propõe, ela mesma, uma forma de compreender o processo de formação do campesinato no Vale do Jequitinhonha.

a *região* Vale do Jequitinhonha a partir da criação da CODEVALE - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, em 1964 (SERVILHA, 2012).

A bacia do Vale do Jequitinhonha torna-se uma região delimitada político-administrativamente, com características analisadas segundo interesses estatais (nem sempre públicos), [...] uma articulação proposta a partir de atores e racionalidades específicas que buscam, via políticas estatais, a regionalização do território nacional. Estava criada uma “região-problema”. Estava criada aí, e em especial a partir daí, o Vale do Jequitinhonha (SERVILHA, 2012, p.51).

A reflexão de Oliveira (2013) pode ser esclarecedora sobre a construção do território Vale do Jequitinhonha. Tratando sobre o subdesenvolvimento do Brasil, o autor mostrou que deveríamos entendê-lo menos como uma etapa que seria superada e mais como uma singularidade histórica. Desse modo, não haveria uma evolução para “fora” do subdesenvolvimento, já que essa condição cumpria a função histórica de “fornecer elementos para a acumulação de capital no centro” (OLIVEIRA, 2013, p.126). Interesses de uma burguesia nacional coadunados com o capital internacional, prescindiam do subdesenvolvimento – tratou-se de uma condição de exceção permanente. Do mesmo modo a construção histórica do Vale do Jequitinhonha enquanto região “carente” pode ser entendida. A *região* foi construída sob a égide da pobreza, com a pretensa justificativa de superação de sua condição. O caso ali parece, também, de uma exceção permanente.

O surgimento da *região* enquanto tal vem na via do projeto capitalista de desenvolvimento do período militar, que buscava a modernização, industrialização e integração nacional. Excluído de uma das principais agências de desenvolvimento da época - a SUDENE - criou-se um discurso de homogeneização da pobreza e do subdesenvolvimento sobre o Vale do Jequitinhonha. Essa construção discursiva seria argumento para a implantação de um projeto político para o local, como a cessão de crédito subsidiado para: a implantação da cafeicultura comercial e de larga escala, a produção de florestas homogêneas e modernização da produção pecuária. Esses incentivos fiscais eram diferenciados de acordo com as culturas mencionadas e com os municípios de investimento. Em Capelinha, Pedra Azul e Novo Cruzeiro se concentraram os subsídios para a cafeicultura. Para o reflorestamento, a área escolhida foi o Alto Jequitinhonha, especificamente em terras consideradas desocupadas e inproveitadas, designadas como devolutas (SILVA, 1999).

A Ruralminas - Fundação Rural Mineira - “regulamentou” a ocupação das terras não tituladas, ignorando o uso comum das chapadas. “Esse processo resultou no condensamento da pequena propriedade, desapropriação de camponeses sem posse e títulos de terras e destruição de formas tradicionais de relações de trabalho, como a agregação” (MAIA, 2000, p.42). O Estado atua na promulgação de leis para efetivar o processo modernizador de desenvolvimento para a *região*,

justificada pelo estereótipo da pobreza previamente estabelecido com a homogeneização do território sob a égide da miséria. Silva (1999) mostrou detalhadamente o processo de expropriação do campesinato neste período, efetivado por uma violência legal do Estado que garantia a livre atuação das classes dominantes e grupos empresariais. A terra passava ali a transformar-se em mercadoria.

Para dar um exemplo, no Alto Jequitinhonha, os distritos florestais destinados ao plantio de florestas homogêneas de eucalipto só se efetivaram pela disponibilidade de “terras livres” - terras que foram liberadas pela expropriação do campesinato por meio de uma ação regulamentadora do Estado que desconsiderou as formas de uso do território. A escolha da área para implantar esse projeto tinha como justificativa a “aptidão natural” ou “vocação florestal” da região, contudo, sabe-se que as siderúrgicas do Vale do Aço buscavam a obtenção de carvão vegetal com menor custo de transporte, o que seria resolvido com o acesso à madeira reflorestada em uma área mais próxima (LEITE, 2015). A partir dos dados de Oliveira *et al* (2002), Ramalho (2014) aponta que entre 1975 e 1987 o Estado de Minas Gerais arrendou no distrito florestal do Vale do Jequitinhonha cerca de 240.000 hectares de terras devolutas para empresas do ramo de papel e celulose e siderúrgico.

No baixo Jequitinhonha o incentivo foi   pecuária extensiva, expulsando os agregados do interior das fazendas. Nos anos 70 e 80 ocorreu sucessivamente o movimento de desapropriação de famílias camponesas que não contavam com o título de posse da terra, efetivado por falsos fazendeiros ou fazendeiros que buscavam expandir seus territórios. Os grandes fazendeiros expandiam seus territórios por meio da invasão da posse camponesa e da imposição de relações assalariadas, acabando com as relações tradicionais vigentes há séculos. A imposição de um uso capitalista do solo excluía os camponeses da morada permanente e da roça, e eliminava o uso da terra baseado no direito costumeiro. Embasados juridicamente, os fazendeiros se impunham calcados no documento escrito, mas também na violência física e simbólica. As novas regras de propriedade e trabalho, autorizadas pelo Estado e levadas a cabo seja pelos fazendeiros, seja pelas reflorestadoras, expulsaram o campon es de suas terras adquiridas historicamente (MOURA, 1988).

Toda a forma de organização da produção camponesa de subsistência, baseada no sistema simbiótico grotas-veredas-chapada   destruída em menos de vinte anos. O resultado dessa ação foi a expulsão de agregados e grilagem de terras camponesas, as terras antes destinadas à subsistência foram substituídas por eucalipto e capim (SILVA, 1999, RAMALHO, 2014, LEITE, 2015, MOURA, 1988). O Estado passou a ter imensas porções de terra disponíveis, que destinadas às

empresas de eucalipto, favoreceram as indústrias de celulose e siderurgia. Os projetos fomentados pelo Estado intensificaram a extração de riquezas locais (FÁVERO, MONTEIRO, 2014).

A regulamentação de terras proposta pelo Estado representou a expulsão de milhares de camponeses de suas terras. O Estado enquanto ente político e econômico cumpre o papel de orquestrar a reprodução do capital. Harvey (2004) apontou o papel dos estados-nacionais no que chamou de novo imperialismo, especificamente o EUA, em que a tônica da acumulação é a espoliação. Diferente da acumulação primitiva que tem o caráter pré-capitalista como base, a acumulação por espoliação está intrinsicamente relacionada com o capitalismo. Em sua fase imperialista há duas vertentes, a lógica do capital e a lógica territorial, ambas mediadas pelo poder do Estado. Uma nova ortodoxia econômica foi imposta paulatinamente ao mundo pelos EUA, em que o capital financeiro passou a exercer seu poder disciplinar sobre as ações do Estado. A atividade capitalista não prescinde do Estado para ocorrer, mas se desenvolve melhor com a ação deste. Desse modo, compreendemos que a ação do Estado brasileiro não estava fora do contexto internacional, mas sob a batuta do imperialismo americano, cumpria seu papel no cenário da acumulação por espoliação, em que o controle territorial e a lógica capitalista estão imbrincadas¹⁹.

O projeto de desenvolvimento modernizador - expresso nas políticas de regularização das terras, incentivos ao reflorestamento, à pecuária extensiva e à cafeicultura -, tirou dos camponeses seus meios de vida, empurrando-os para outras formas de reprodução social. Assim, se inicia a migração desses camponeses para o trabalho em outras culturas, como colheita de café, laranja e corte de cana, que se torna *permanentemente temporária* uma vez que ocorre paulatinamente no decorrer dos anos (SILVA, 1999). A destruição e fraudulenta compra das terras dos camponeses os empurraram para a busca de sobrevivência fora dali, e o assalariamento aparece como única opção de sobrevivência; constitui-se o boia fria (LEITE, 2011).

Apesar de muitos autores que realizaram investigações sobre o Vale do Jequitinhonha apontarem o período do regime militar como central para a compreensão da territorialização do capital, assentimos com a reflexão de Leite (2015) de que

o processo de territorialização do capital ocorria, assentado em formas particulares de mobilização do trabalho e de apropriação fundiária, desencadeado ao menos desde a imposição do sistema colonial, conforme o mesmo fora instituindo sua formação territorial. [...] Ainda que a concentração de projetos naquele período e o efetivo avanço das empresas, sobre terras consideradas devolutas por órgãos estatais, sinalizem as décadas de 1960 e 1970 como momentos chave para se

19 Nesse mesmo sentido, entende-se a atual ação do Estado brasileiro na aprovação da Reforma Trabalhista (2017) e articulação para a aprovação da Reforma da Previdência. Falaremos mais sobre a Reforma Trabalhista mais adiante.

interpretar a questão, desde antes, determinadas perspectivas modernizadoras sugeriam a existência de uma ‘estagnação’ econômica e de relações ‘atrasadas’ a serem combatidas (p.317).

Percebe-se que a migração do Vale do Jequitinhonha para o corte de cana não é um fenômeno que ocorre estante as condicionais sociais e históricas. A migração é efetivada no bojo da expropriação camponesa levada a cabo pelo Estado sob a justificativa de promoção de desenvolvimento que, na prática, buscava favorecer as classes dominantes. Esses expropriados tornam-se mão de obra assalariada nos canaviais paulistas, de camponeses transformam-se em boias frias (SILVA, 1999).

Compreendemos que o Estado, por meio de suas instituições, é guardião da ordem capitalista na medida em que atua na via da manutenção do *status quo*. Faz isso por meio de seu aparato jurídico, o que nos permite entender que as leis não são neutras, mas imbrincadas nos fenômenos políticos, econômicos e culturais. Assim, estão explicados os meandros do fortalecimento do setor sucroalcooleiro (como de tantos outros no país) e a produção social da mobilidade do trabalho. Assumimos a migração para o corte de cana como mobilidade forçada (GAUDEMAR, 1977), processo histórico que garante a reprodução capitalista, e que é efetivado pela ação do Estado. Ao capital, interessa a extração de mais-valia, a mobilidade do trabalho permite a realização desse objetivo. O trabalho dentro do sistema capitalista pressupõe a exploração da força de trabalho; é o caso dos cortadores de cana. Submetidos a relações de trabalho superexploratórias, de tanto trabalhar, perdem a capacidade laboral. Mesmo não mais inseridos nas relações de trabalho, o cortador de cana descartado vive em sua sociabilidade, suas relações e subjetividade, as consequências diretas do trabalho. Vejamos a seguir maior detalhamento desse processo e a produção do *pós/trabalho* a partir dele.

1 - TRABALHO E ADOECIMENTO NO CORTE DE CANA : O ESTRANHAMENTO APROFUNDADO

O trabalho é um processo histórico que deve ser entendido não como abstração, mas considerado em sua forma social determinada. A produção deve ser encarada como relação entre homem e natureza (é a transformação ontológica das coisas da natureza que produz os instrumentos e objetos). As relações dos sujeitos entre si são sustentadas pela forma como são distribuídos os produtos (objetos e instrumentos do trabalho) (GIANNOTTI, 1984), por isso podemos dizer que sob sistema capitalista, tem-se a sociabilidade do capital. Por meio dessa compreensão, podemos entender a produção do *pós/trabalho*; é preciso, primeiro, entender o trabalho capitalista como produtor de estranhamento. Desse modo, faremos uma breve retomada do conceito de estranhamento em Marx (2010). O espaço-tempo de trabalho organiza a sociabilidade e subjetividade dos sujeitos, mas o que observamos no caso dos cortadores de cana descartados é que, mesmo fora desse espaço-tempo, os sujeitos permanecem em relações organizadas pela lógica do capital. Desse modo, há uma intrínseca relação entre o trabalho e a sociabilidade e o período posterior a ele, especificamente no caso do descarte no corte de cana. Apresentaremos uma retomada dos principais estudos sobre o trabalho nos canaviais para, em seguida, expor o adoecimento dos trabalhadores. A partir da empiria, defendemos que o estranhamento não cessa com o fim das relações de trabalho capitalista, mas se aprofunda.

1.1 Trabalho estranhado em Marx

Marx apresenta sua reflexão sobre estranhamento na obra *Os Manuscritos Econômicos Filosóficos*. É frequente que o conceito seja confundido com alienação, mas defende-se aqui, no esteio de Ranieri (2001), que tratam-se de faces diferentes de um mesmo processo. Enquanto alienação (*entäusserung*) pode ser entendida como exteriorização, relacionada à atividade trabalho e vinculada com o objeto da produção, o estranhamento (*entfremdung*) é associado ao próprio ser social. As relações que levam à alienação e ao estranhamento são decorrentes da transformação do ser social em mercadoria força de trabalho. Marx (2010) apresenta as contradições da propriedade privada e da separação entre terra, trabalho e capital, demonstrando que a sociedade passa a ser dividida em dois grandes grupos: os proprietários e os trabalhadores (sem propriedade nenhuma a não ser a mercadoria força de trabalho). É na relação de troca capitalista de compra e venda da

mercadoria força de trabalho que o sujeito, ser genérico, é cindido em suas relações com o meio, com outros sujeitos e consigo mesmo, em resumo, torna-se estranhado.

Deve-se, antes de tudo, entender que para Marx (2010) o trabalho significa mais do que mero dispêndio de energia, é criador de sociabilidade. Aparece como relação histórica entre homem e natureza, como mediador, e não só como mero emprego. O trabalho é a própria base sobre a qual a atividade do homem se realiza, sua atividade vital. É no objeto produto desse trabalho que se realiza o ser, enquanto ser genérico. Diferente dos outros animais, que elaboram seus produtos (ninhos, habitações, etc) exclusivamente para atender suas necessidades físicas de sobrevivência, o homem produz para além dessa carência física; produz livremente. E, “[...] na elaboração do mundo objetivo é que o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico” (MARX, 2010, p. 85).

É na relação com o produto do trabalho e com o ato de produção em si que o ser se realiza enquanto tal. A natureza pode ser entendido como corpo inorgânico do homem, pois é apenas por meio do que é oferecido pela natureza que é possível ao homem efetivar sua atividade.

Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação, etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital (MARX, 2010, p.84).

A atividade produtiva se efetiva em sua conexão com esse meio, corpo inorgânico. “Tudo se resolve, portanto, na relação do homem com suas condições naturais de existência, e na maneira pela qual tais pressupostos, ao serem expostos pelo trabalho, de naturais se transformam em históricos” (GIANNOTTI, 1984, p.119). O trabalho deve ser entendido em sua dimensão histórica.

É no produto do trabalho que se objetiva a existência subjetiva do homem – ser genérico. O objeto do trabalho é a materialização da concepção subjetiva do homem, e as relações entre os homens são estabelecidas também a partir das relações de produção. A sociabilidade mediada pelo trabalho seria um “elemento ineliminável do progresso humano” (RANIERI, 2001, p.37), uma vez que é o trabalho que estabelece as relações do homem consigo mesmo, com seu objeto da produção, com o seu meio e com os outros homens. Contudo, o que se tem com as relações de troca capitalista - em que o ser genérico converte-se em mercadoria, e o produto do trabalho é apropriado por um terceiro - é uma sociabilidade do capital. As relações passam a ser mediadas pelo capital (MARX, 2010). O objeto resultado do trabalho do sujeito não lhe pertence, pois essa atividade produtiva também não lhe pertence, mas àquele que comprou sua força de trabalho.

No trabalho alienado, o indivíduo não se apropria do resultado de sua atividade vital, transferindo a energia vital gasta ao objeto - “que se torna *coisa* no sentido de ter adquirido vida própria, um poder autônomo: o estranhamento, o alheamento” (SILVEIRA, 1989, p.50). Então, a energia vital despendida e apropriada nos resultados, que levaria ao processo de *subjetivação* leva, na realidade, ao processo de *coisificação*, uma vez que a *coisa* se apropria do que era próprio do sujeito. Sendo ele próprio mercadoria, *coisa*, entende os outros também como *coisas*. As relações estão, em consequência, *coisificadas*. Nesse sentido, quanto mais mercadorias o trabalhador produz, mais ele produz a si mesmo enquanto mercadoria. E, quanto mais se produz enquanto mercadoria, mais se cinde, mais coisifica a si e às suas relações, mais se estranha.

A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (*entfremdung*) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital. [...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio (MARX, 2010, 81).

Quanto mais se valoriza o mundo das coisas, mais se desvaloriza o mundo dos homens. Os sujeitos se relacionam conforme a apropriação dos meios de produção. Sob o capitalismo não há mais relação indivíduo-indivíduo, e sim entre proprietários - dos meios de produção, da força de trabalho e da terra. Essa relação é organizada a partir da forma como cada sujeito se apropria do objeto do trabalho (GIANNOTTI, 1984).

Na relação estranhada o homem vai considerar o outro a partir do critério em que está inserido, a partir do padrão em que se encontra, que, no capitalismo, é como força de trabalho. Então, a dimensão interna, subjetiva, do sujeito entende-o como trabalhador, força de trabalho, portanto, mercadoria. É a partir dessa subjetividade cindida que o sujeito se relaciona com os outros. Há uma generalização do estranhamento e da alienação nas relações intersubjetivas, inter humanas e inter classes. Se o homem, ser genérico, não se reconhece, não tem condições de reconhecer o outro, “não há identidade genérica entre indivíduos submetidos ao trabalho estranhado” (RANIERI, 2001).

Assim, quando torna-se mercadoria, o homem estranha-se; estranhamento de si mesmo, dos seus e do meio (corpo inorgânico) - há uma cisão interior ao próprio sujeito. A perspectiva ontológica, calcada no ser genérico, permite entender a alienação para além de uma visão estritamente material, isto é, vai além da alienação do produto e da atividade. Articulando esses dois níveis, Marx mostra “os efeitos das relações capitalistas em uma estruturação dos próprios sujeitos” (SILVEIRA, 1989, p.44). É precisamente sobre a subjetividade humana que o conceito de

estranhamento trata. “A questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que o homem está estranhado do outro, assim como cada um deles está estranhado da essência humana” (MARX, 2010, p.86).

Analisando o caso dos cortadores de cana a partir da reflexão sobre estranhamento em Marx, pode-se compreender que, ao dedicarem-se ao corte de cana, os trabalhadores - mercadoria força de trabalho - alienam-se da atividade vital, pois não é deles o produto do trabalho, não podem se apropriar daquilo que, efetivamente, lhes pertence. Essa desapropriação do produto de seu trabalho, de sua atividade vital, os aliena; alienam-se do próprio ser genérico, estranham-se. Verçoza (2016) destaca que os cortadores de cana não apenas não se reconhecem nas atividades desenvolvidas durante o trabalho, mas quando vivenciam as câimbras, cangurus/birolas/canguaris, e perdem o controle dos corpos, tem-se tal dimensão do estranhamento que o próprio corpo parece não pertencer ao trabalhador.

Essa exposição sobre estranhamento serve para que se entenda que o cortador de cana, ao adoecer, já se encontra estranhado de si, dos seus e da natureza (corpo inorgânico). Enquanto despossuído de seu ser genérico, o adoecimento aparece como uma segunda despossessão: da força de trabalho. Esse sujeito, por ter se tornado força de trabalho, afasta-se de si, e por ser força de trabalho superexplorada, perde a própria característica de força de trabalho. Mostraremos, a seguir, como se dão as relações de trabalho no corte de cana, dimensionando o estranhamento no corte de cana e possibilitando o vislumbre do estranhamento aprofundado.

1.2 Corte de cana: o eito a ser vencido

Os cortadores de cana, camponeses expropriados, chegam aos canaviais e encontram uma realidade laboral penosa. Trabalham no sistema 5x1, isto é, cinco dias de trabalho para um de folga. As atividades iniciam às quatro horas da manhã quando acordam, e finaliza às quatro da tarde quando chegam à residência (alojamento, casa alugada pela usina na cidade ou casa alugada pelos trabalhadores). Esse horário pode variar para mais ou menos, dependendo da distância do local em que o corte é realizado. Ao acordar, devem preparar a marmita (quando a mesma não é oferecida pela usina), vestir a roupa de trabalho (calça, botina, lenço, boné de proteção/boá árabe, etc), preparar os instrumentos de trabalho (podão, garrafa de água, etc) e caminhar até o local em que pegam o ônibus que levará os funcionários para o canavial.

O horário de acordar lá é... das quatro as quatro e meia da manhã, porque, senão não tem como; porque a gente tem que estar no ponto pra pegar o carro pra sair,

então é quatro ou quatro e meia a gente tem que estar de pé, que a gente tem que levantar, arrumar comida... arrumar as coisas da gente que a gente tem que levar tudo, né... que se fosse um lugar que a gente trabalhasse livre, que a gente podia já levantar, e já se trocar e sair... mas a gente ainda tem que ajeitar as coisas da gente, porque a gente tem que levar tudo de casa; o que a gente come e o que bebe é tudo de casa, então... tem que ter o tempo para arrumar aquilo lá pra gente sair. E aí tem trabalho... o dia é normal... mas aí quando é três e vinte, vence a diária... três e vinte é hora de parar, parando e indo embora nessa base... umas quatro, quatro e meia por aí a gente já está em casa. Se for muito longe... se tardar muito... mas é muito difícil demorar, até as cinco horas da tarde a gente está em casa.

Wagner, ex-cortador de cana (13 de março de 2015).

O entrevistado explicou a rotina de um dia normal de trabalho. Considera não haver liberdade, pois os cortadores têm de preparar os alimentos, vestimentas e instrumentos de trabalho antes de sair. Esse cotidiano necessário antes do embarque no transporte faz com que tenham que acordar em horário mais cedo do que acordariam se a usina oferecesse o material necessário para alimentação e execução do trabalho. A fala sobre liberdade mostra como os espaços e tempos privados são atravessados pela dinâmica do trabalho. Retomando a reflexão de Gaudemar (1977), poderíamos acreditar que numa liberdade positiva o trabalhador escolheria os termos da venda de sua força de trabalho. Porém, na liberdade negativa, em que é o imperativo do capital que impõe a mobilidade (não só espacial) da força de trabalho, o trabalhador deve organizar sua vida doméstica para atender à necessidade da venda de sua força de trabalho nos moldes impostos pelo capital. Entretanto, essa perspectiva que considera apenas a estrutura não é suficiente para entender as particularidades da exploração do trabalho.

É preciso haver uma disciplinarização extensiva, no âmbito produtivo e reprodutivo, para efetivar a exploração do trabalho no corte de cana. O camponês expropriado converte-se em boia-fria por meio de mecanismos de controle que são internalizados. É a desintegração cultural e a exploração – que reduz os trabalhadores, às vezes, a miseráveis econômica e socialmente – que viabiliza a internalização da disciplina do trabalho. “A produção da disciplina, bem como de sua organização, vai se estruturando no seio das relações de produção e de reprodução” (SILVA, 1999, p.137). Além da disciplina do trabalho (posturas, produtividade de cada indivíduo, manejo rápido do facão), há um controle exercido sobre as vidas privadas dos cortadores de cana, exercido pelos gatos ou feitores que rondam os alojamentos ou bairros de periferia em que residem os trabalhadores²⁰.

20 Os mecanismos de controle e dominação exercidos sobre os cortadores de cana são bem detalhados por Silva (1999).

Este controle exercido no espaço reprodutivo, no espaço privado, resulta das condições históricas da formação desta classe de trabalhadores, já analisadas, ou seja, condições de exploração, expropriação, aviltamento de salários, de um sistema de dominação, disciplina e controle, divisão sexual e étnico-racial do trabalho, desestruturação e controle da organização política. A disciplina na esfera do trabalho e o controle foram possíveis graças à articulação da dominação das três organizações sociais (classe, gênero e raça/ etnia). (SILVA, 1999, p.239).

No trabalho, o cortador deve abraçar certa quantidade de cana com um braço e com a outra mão golpear a cana com o podão ao rés do chão. O corte deve ser feito bastante próximo ao chão, pois é nessa região que a cana apresenta maior quantidade de sacarose. Entretanto, o podão não deve de fato atingir o chão, para que não haja dano à muda²¹. Esse movimento exige a total curvatura do corpo. São desferidos vários golpes de facão e depois a cana deve ser lançada nas leiras²². Laat (2010) concluiu que, em média, os cortadores de cana desferem 3.498 golpes de facão, realizando 3.080 flexões de coluna, cortando em média 12,9 toneladas por dia. Um esforço que Alves (2007) comparou a de um atleta corredor fundista. Porém, os atletas contam com alimentação adequada e preparo físico para o desempenho da atividade, o que não ocorre com os cortadores de cana. Enquanto os atletas evitam o *overtraining* (estresse físico resultado do excesso de treino), os cortadores de cana convivem com a sobrecarga física como parte do trabalho, justamente por serem pagos por produção. “Para garantir o salário, que é determinado por produção, é preciso ultrapassar o limite do corpo todo dia, e, na maioria das vezes, em condições de insegurança alimentar. Nos canaviais, é uma maratona por dia de trabalho” (VERÇOZA, 2016, p.124).

Uma vez que o salário pago aos cortadores de cana é calculado a partir de sua produtividade, pode-se dizer que seu ganho, ou seja, o aumento da produção, e a conseqüente “melhoria” na sua condição de vida, vão depender justamente de sua capacidade física (NAVARRO, 2006, ALVES, 2006, VERÇOZA, 2016). No caso dos cortadores de cana se afirma que o “esforço realizado pelos trabalhadores é decorrente do processo de trabalho combinado com a forma de pagamento” (ALVES, 2008, p. 2). O pagamento por produção garante à empresa a intensificação do trabalho e aumento das jornadas de trabalho, uma vez que para garantir maiores ganhos os trabalhadores se

21 O plantio de cana é realizado da seguinte maneira: o solo é arado e gradeado, são feitos sulcos de plantio que são adubados. Nos sulcos, são depositados os colmos (“nós”) da cana, e depois recobertos por terra. As gemas vegetativas, localizadas nos colmos da cana, darão origem a uma nova planta. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=988>>. Acesso em: setembro, 2016.

22 O *eito*, área do canavial que cada trabalhador deve cortar, é composto por cinco linhas de cana plantada, as *ruas*. O trabalho inicia-se pela linha central, onde conforme o corte se realiza, cria-se uma fileira de cana cortada, a *leira*. As canas das demais ruas devem ser também depositadas na *leira*.

submetem a altos níveis de esforço laboral físico. O trabalho por *rojão*, sem parar para almoçar, era uma prática comum para aumentar a produção.

[...] eu mesmo já cheguei ficar o dia todo sem comer e ficar desesperado por causa de cana... abestado né? Ai né, ficar sem comer... comida na marmita e ficar o dia todo sem comer. "Ah não, porque se eu parar para comer vai demorar".

Wagner, ex-cortador de cana (13 de março de 2015).

O ganho por produção, portanto, faz com que os trabalhadores procurem otimizar seu tempo da maneira que podem, que é, neste caso, não almoçando. Nesse sentido, entende-se que a exploração é efetivada em decorrência de um autocontrole do próprio trabalhador, demonstrando a internalização do controle antes exercido pelos fiscais ou feitores da usina.

O mecanismo de controle externo acaba sendo introjetado pelo próprio trabalhador, de tal forma que ele se transforma em autocontrole, deixando de ser um controle de atos para ser do próprio indivíduo. Isto é conseguido por intermédio da forma de pagamento (por tonelada) e também pela concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Produz-se, assim, a figura do "bom cortador de cana", aquele que corta em torno de dez toneladas diárias. Aqueles que estão muito abaixo desta média sentem-se incapazes, envergonhados, inferiorizados. Pelo jogo desta quantificação, os aparelhos disciplinares hierarquizam, mediante a emulação, os "bons" e os "maus" indivíduos (SILVA, 1999, p.202).

Além de todo este dispêndio de energia, andando, golpeando, contorcendo-se, flexionando-se e carregando peso, o trabalhador sob o sol utiliza uma vestimenta pesada e quente (botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote de brim, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço e chapéu, ou boné), o que faz com que suem em abundância e percam bastante água. Junto com o suor, perdem sais minerais, e a perda de água e sais minerais leva à desidratação e à frequente ocorrência de câimbras (ALVES, 2006). Scopinho *et al* (1999) demonstraram o aumento da ocorrência de doenças cardiovasculares, psicossomáticas e do sistema gastrointestinal entre cortadores de cana. O estudo de Laat (2010) aponta que a atividade do corte de cana é penosa

[...] pelo tamanho do ciclo extremamente curto, de 5,7 segundos para o corte de três ruas e de 4,36 segundo para o corte de uma rua. Esse ciclo é composto de várias operações com exigência de força, destreza atenção e habilidade. Cabe ressaltar que os ciclos menores que 30 segundos representam riscos de lesões osteoarticulares (p.166).

A dor é cotidiana, e a ocorrência de câimbras, vômitos, tonturas e machucados - cortes nas mãos e pés pelo manuseio do facão - é frequente (LAAT, 2010, PRADO, 2011, BITTENCOURT *et al*, 2012). A sensação física ao fim do dia era, via de regra, desgastante. Mas os cortadores relataram

que, pensando na produção, seguiam mesmo com as dores e câimbras, mesmo quando no nível do *canguari*²³.

W.: Ah, machuca muito a gente. A gente... facilita muito, acha que: “não está doendo, não está machucando nada na hora”, não tá nem aí para safra, né... “pode vir a outra que eu estou pegando de novo”. [...] Já chegou muitas vezes de... de chegar e de deitar no chão e dar trabalho para levantar... dando câimbras, sabe?

G.: Dando câimbra até nos olhos...

W.: Dando câimbra por causa de... trabalhar demais, se esforça muito. Na hora a gente não sente, mas mais tarde, na hora que esfria o sangue... Já deu câimbra feia de passar da roça mesmo e não ir embora para casa.

G.: Já teve várias vezes. [...] É, várias vezes...

Wagner, ex-cortador de cana; Gil, ex-cortadora de cana e esposa de cortador de cana (13 de março de 2015).

Apesar de o aumento no ritmo de trabalho garantir maior faixa salarial, já que o pagamento é calculado por produção, o salário não corresponde de fato ao valor efetivo do trabalho. O salário dos cortadores de cana encontra-se abaixo do valor da força de trabalho, configura-se uma superexploração. A própria reprodução da força de trabalho se torna precária (GUANAIS, 2016). Na produção de cana de açúcar a situação é de constante “burla dos direitos no trabalho” (ANTUNES, 2013). Os cortadores de cana recebem por produção, mas, por não terem controle no momento da pesagem da cana cortada, frequentemente são lesados nos valores finais (ANTUNES, 2013, SILVA, 2008, 2012). Isso depois de cortarem uma média de 10 toneladas de cana por dia, num exercício de movimentos repetitivos dos braços, tronco e pernas, sob alta temperatura e exposição à fuligem da queima da cana. Silva e Martins (2010, p.214) afirmam que

[...] a imposição da média, ou seja, da quantidade diária de cana cortada, cada vez mais crescente, tem sido o definidor do aumento da produtividade do trabalho, principalmente a partir da década de 1990, quando as máquinas colhedeiras de cana passaram a ser empregadas em números crescentes.

A renda no corte de cana, sendo ancorada à produtividade do trabalhador, é sempre incerta. Para os cortadores de cana há a boa safra, que garante o sucesso da migração e a aquisição de bens materiais, ou a safra da qual *não se levará nada*, em que muitas vezes o trabalhador volta antes do fim do período de trabalho (MACIEL, 2016). Guanais (2016) mostrou a importância do *dinheiro da cana* na vida das famílias migrantes. Os cortadores de cana enviam parte do salário para as famílias na cidade de origem e, ao fim da safra, a quantia recebida pode viabilizar a compra de

23 *Canguari* é o nome que dado às câimbras que acometem o corpo inteiro do cortador, fazendo com que perca o controle do corpo, podendo vomitar, urinar e defecar. Em outras regiões do país é chamada de birola (São Paulo) ou canguru (Alagoas).

eletrodomésticos, moto, reforma das casas, terreno ou animais. Voltar para o local de origem, voltar com uma quantia de dinheiro que possa garantir o conforto da família, tem um peso simbólico para os cortadores de cana, é o resultado da safra que vai posicioná-lo em suas relações. Ter uma safra ruim ou sequer terminar a safra é sinônimo de fracasso (ALVES, 2007).

Os ex-cortadores de cana falaram sobre a penosidade do trabalho. Relatos sobre o cotidiano em que se levantavam 03h30 da madrugada para fazer o almoço, refeições realizadas em pé para “adiantar o serviço”, já que “todos sabem, quanto mais forçava, mais ganhava”, como o entrevistado Nilton bem disse. Adicionadas às dificuldades do trabalho, os constantes canguaris, a alimentação muito ruim (às vezes estragada), a saudade da família, a vontade de regressar à terra natal, havia as histórias de conquistas advindas da renda do corte da cana: “Coloquei dentadura na boca do meu pai com o dinheiro da cana”. A honra está no trabalho, no esforço de resistir frente às piores dores para, ao fim da safra, levar para a família uma quantia de dinheiro que possa garantir algum benefício.

Todo um trabalho de construção social fez com que esse processo fosse naturalizado e introjetado de forma que sua narração vem num discurso de honra, que valoriza a “luta”, no qual aguentar o sofrimento aparece como uma aptidão. Trata-se de um corpo socializado, corpo que introjetou sua dominação. O cortador de cana Bóris contou como sentia o corpo no decorrer da safra: “Ah, o corpo doía bem, mas só que acostuma, né. Rapidinho você acostuma... você acostuma acordar cedo, acostuma a levantar todo dia às cinco horas, você acostuma acordar todo dia aquele horário. Você acostuma rapidinho também”. Ao fim da safra, o corpo estava muito cansado, mas a perspectiva de voltar para a cidade natal (onde morava com a mãe), animava: “Aí quando fala que acabou [*a safra*], o cara melhora na hora. Aí ele volta ao normal. Tá louco pra chegar em Minas logo”. A importância dos laços sociais na região de origem e as relações de gênero serão mais detalhadas na seção 3. Aqui cabe reter que o processo de superexploração do trabalho era naturalizado e incorporado ao cotidiano.

Muitas vezes, na tentativa de alcançar maior produtividade, os cortadores de cana adoecem. Esse adoecimento os reposiciona no espaço social, uma vez que o sentido simbólico de *vencer a safra* é permanentemente impossibilitado. Se um cortador de cana tem uma safra ruim, pode no ano seguinte melhorar seu desempenho. Quando adoece e perde sua capacidade laboral, isso é impossível. O trabalho por produção oferece às usinas altos níveis de produtividade e, aos trabalhadores, o desgaste de seus corpos e perda precoce da capacidade laboral.

1.3 Degradação da força de trabalho

A exposição anterior revela que o trabalho executado por um cortador de cana é cansativo e desgastante. Esse tipo de trabalho resulta em diversos danos à saúde (doenças respiratórias, cardíacas, osteoarticulares), apesar de o INSS negar essenexo causal. Pesquisas têm demonstrado uma intrínseca relação entre a atividade desempenhada e o desgaste físico dos cortadores de cana. Destacamos a pesquisa recente de Verçoza (2016) como elucidativa do processo de degradação pelo qual passa um cortador de cana. No trabalho realizado em Alagoas, vemos as consequências físicas do trabalho no corte de cana; são apresentadas importantes análises dos reflexos físicos do trabalho durante uma safra no corte de cana. Foram realizados exames para mensurar os índices de carga cardiovascular e capacidade cardiorrespiratória dos cortadores de cana. Ao início da safra, a maioria dos trabalhadores examinados mostrou excelente capacidade cardiorrespiratória, assemelhando-se à capacidade de atletas corredores de longa distância. Os índices de carga cardiovascular são resultado de uma equação que considera a frequência cardíaca em repouso, a média durante a jornada de trabalho e a frequência cardíaca máxima estipulada pelo campo técnico²⁴.

Os dados coletados por Verçoza (2016) evidenciaram a sobrecarga física vivida num dia comum de trabalho nos canaviais. Dentre os trabalhadores examinados, a maioria extrapolou o valor limite de carga cardiovascular. A tabela a seguir foi elaborada com base nos dados apresentados por Verçoza (2016). Aqui serão apresentados apenas a comparação dos valores limites, os resultantes da média dos trabalhadores e o valor máximo encontrado entre os examinados.

24 “No que concerne, especificamente, o corte manual da cana, Lambers et al (1994), indicam o valor de 30% como limite máximo, pois essa atividade é realizada em ambiente com altas temperaturas e com roupas de difícil dissipação de calor. Grandjean (1988), também propõe um método para estabelecer o limite da carga laboral por meio dos batimentos cardíacos, o autor indica que este deve ser de 35 batimentos do coração por minuto, acima da frequência cardíaca em repouso, tendo em vista uma atividade contínua” (VERÇOZA, 2016, p. 150).

Quadro 1: Média de carga cardiovascular e diferença entre frequência cardíaca média e em repouso

	CCV (%)	FCM – FCR (bpm)
Valor limite	33	35
Valor médio	36	48
Valor máximo	46	66

Fonte: Elaborado a partir de Verçoza (2016)

Legenda:

CCV: carga cardiovascular

FCM – FCR: diferença entre frequência cardíaca média e frequência cardíaca de repouso, medida em batimentos por minutos (bpm)

A partir do quadro fica evidente que, em média, os cortadores de cana extrapolam os limites apontados pela literatura de carga cardiovascular e de frequência cardíaca. Enquanto o limite da carga cardiovascular é de 33%, os trabalhadores chegaram a até 46%, sendo a média do grupo de 36%. Os poucos trabalhadores que não ultrapassaram o valor limite foram os que obtiveram menor produção em toneladas de cana cortada. Esses números indicam que há uma razão proporcional entre índices de produtividade e sobrecarga física. Para manter níveis médios de produção – e em consequência garantir a permanência no emprego – é necessário submeter ao corpo ao desgaste. Então o desgaste físico faz parte do cotidiano do cortador de cana.

Outro dado relevante é a diferença entre a frequência cardíaca em repouso e a frequência cardíaca média da jornada de trabalho. A literatura aponta que esse valor deve ser de no máximo 35 bpm, mas a média dos trabalhadores mostrou a diferença de 48 bpm entre repouso e desempenho da atividade. O caso mais extremo foi do trabalhador que teve uma diferença de 66 bpm entre repouso e trabalho, isto é, seu coração bateu mais de trinta vezes por minuto a mais do que o aconselhável. Esse mesmo trabalhador ultrapassou o limite máximo de frequência cardíaca indicada, apresentando 187 batimentos cardíacos por minuto, numa carga cardiovascular de 46% - lembrando que o limite indicado é de 33%.

Verçoza (2016) trouxe o relato de um cortador de cana que afirmava sentir o coração “saindo pela boca”; esse trabalhador chegou a atingir 200 batimentos cardíacos por minuto, com

uma sobrecarga cardíaca de 39%. Esse cortador teve o rendimento de 07 toneladas de cana cortada no dia, enquanto que o citado anteriormente cortou 09 toneladas de cana. Deve-se considerar que, apesar de a sobrecarga cardiovascular estar estritamente relacionada com o aumento de produtividade, nem sempre essa relação é determinante. Os diferentes tipos de cana - cana em pé, “pé de rolo”, cana caída, plantada em terreno plano ou acidentado, crua ou queimada - representam diferentes graus de dificuldade para a realização do corte, que vão implicar diferentes cargas cardíacas.

De qualquer maneira, observou-se que 81% dos trabalhadores examinados obtiveram índice de carga cardiovascular acima do valor limite. Além disso, ingerem grande quantidade de água, em média, 8 litros em um dia de trabalho em que cortam 7 toneladas de cana, com um gasto médio de 3.518 calorias, caminhando até 10 quilômetros. Em Alagoas é frequente o relato dos cangurus, nome dado às câimbras que tomam o corpo inteiro dos trabalhadores, que faz com que percam o controle dos movimentos, encolhendo os braços, como um canguru. Em São Paulo, a mesma sensação é chamada de birôla (SILVA, et al, 2006) e em parte do Vale do Jequitinhonha, de canguarí.

Prazeres (2010) apontou que a força de trabalho só pode ser vendida (e explorada) na medida em que há “saúde” para executar o trabalho. Nesse sentido, não é a saúde do trabalhador em si o que importa, e sim aquela necessária à produção (RIBEIRO, 1999). Lourenço (2013, p.185) afirma que “a alta produtividade do trabalho tem sido acompanhada do saque da vida dos trabalhadores”, sendo essa categoria (saque da vida) resultado da expropriação do trabalhador de sua própria capacidade de trabalho, que o torna imprestável precocemente para o trabalho e suas exigências no sistema capitalista. A saúde do trabalhador é relevante para as empresas apenas no sentido da alteração da produtividade e dos possíveis custos adicionais (SCOPINHO, 2003). O trabalho vivo segue como imprescindível para a produção e acumulação capitalista (RIBEIRO, 2017).

A perda da saúde, que faz parte do cotidiano de trabalhadores assalariados em diversos ramos (RIBEIRO, 2017), tende a ser naturalizada como parte do exercício ocupacional, mas é, com efeito, resultado de um sistema que superexplora a força de trabalho. O desgaste paulatino da saúde se dá lentamente, por “sensações subjetivas pouco valorizadas mesmo pelos que os sentem; mais tarde, tais sensações podem se tornar objetivas, por sinais perceptíveis aos circunstantes que notam que algo vai mal com a saúde e a vida daquela pessoa. É a conjunção de percepções subjetivas e objetivas que leva à quase certeza de que aos poucos a saúde se esvai” (RIBEIRO, 2017, p.151).

Para o trabalhador, não se trata tanto de cuidar da saúde, mas de agir para que a saúde não atrapalhe o trabalho. Por isso, em muitos casos, só quando não podem mais executar a atividade laboral que buscam o médico (DEJOURS, 1987, BOLTANSKI, 1979).

Existe uma tendência por parte dos cortadores de cana em não divulgar os acidentes ou doenças, devido ao medo da perda do emprego (LOURENÇO, 2013). A subnotificação de acidentes (principalmente aqueles que não geram perda da capacidade de trabalho, considerados leves) aparece como uma forma de disciplina e controle, uma vez que, muitas vezes, o pedido de atestado médico pode resultar em punição ou suspensão (SILVA, 2008). A vivência subjetiva, e também objetiva, da dor é adequada à necessidade de manutenção das condições – ainda que precárias – de reprodução social. Esteves relatou que não deu atenção a um corte no tornozelo, voltou a trabalhar após quatro dias de afastamento. Seu machucado infeccionou e foi preciso fazer um procedimento cirúrgico sem anestesia, pois dado o grau da infecção, a anestesia não pegava.

[...] um corte que eu nem ia mostrar porque a maioria dos acidentes você tem mas você não mostra. [...] Porque se você mostrar você fica afastado. Como eu te falei, você perde o acerto, você perde o seu remunerado. E quando você vai receber, às vezes você já está devendo mais do que você... e aí você parado tem muita despesa. Esteves, ex-cortador de cana (02 de março de 2015).

Compreende-se que os problemas de saúde dos trabalhadores não devem ser considerados como questões individuais, mas inseridas em um quadro social e cultural, isto é, não são meramente ocupacionais, mas reflexo das relações sociais e organização do trabalho (LAURELL e NORIEGA, 1989, SILVA, 2008, LOURENÇO, 2013). A naturalização do adoecimento do trabalhador como tendo causa unicamente ocupacional cumpre papel ideológico “de aceitação da violência estruturada das relações de classe e trabalho”(RIBEIRO, 2017, p.159). Adoecimento entendido em sua dimensão não somente física, mas psíquica, oriundo não só do desgaste e fadiga do corpo, mas também da alma (WEIL, 1996). Ribeiro (2017) mostra como na atualidade a morbidez do trabalho tem atingido o psiquismo do trabalhador, sua vida social, afetiva e a própria condição subjetiva. No corte de cana o adoecimento psíquico não é raro, a difícil carga de trabalho atua também na dimensão subjetiva (SELLIGMAN-SILVA, 1994).

As psicólogas entrevistadas relataram o adoecimento psíquico dos cortadores de cana. Somado à predisposição para alguns transtornos mentais, o gatilho para a manifestação de alguns desses transtornos são situações traumáticas – no caso, o trabalho nos canaviais. O tipo de trabalho no corte de cana representa uma carga de estresse que, muitas vezes, é pesada demais para se aguentar. Nesse sentido, pode ocorrer a manifestação de algum transtorno mental, como

esquizofrenia. Então o desenvolvimento de esquizofrenia, por exemplo, pode estar associado ao trabalho, assim como outras questões, como neuroses, psicoses e a dependência química. Os impactos subjetivos do pós/trabalho por adoecimento serão apresentados na quarta seção.

A psicóloga Camila afirmou que as principais reclamações dos ex-cortadores são as condições desumanas de trabalho e que “a forma de trabalho influencia na saúde mental”. A pressão do trabalho gera um estresse mental que afeta significativamente a psique dos trabalhadores, podendo desencadear o uso de drogas.

[...] tinha uma estrutura e não deu conta da situação de pressão... estou lembrando de um caso que atendi [...] que a pessoa falava isso: “Olha, eu não dava conta, era pressão, era dia e noite, era...”. E ter que usar drogas pra aguentar, muitas pessoas até falam disso: “Eu começo a usar uma droga pra aguentar a noite, por causa do sono”, e tal... e acabar se tornando um dependente químico. Essa é uma situação. A outra situação é que uma pessoa que não tem, que aparentemente não tinha transtorno mental, aquela situação de pressão ali fez com que ela desencadeasse aquele transtorno ali.

Camila – psicóloga
03 de fevereiro de 2015

Dejours (1987) afirma que junto com o sofrimento físico advindo da exploração da força de trabalho, deve-se levar em conta que a exploração também passa pelo aparelho mental. O caso mais intenso observado em campo nesse sentido foi o de Sérgio, de vinte e dois anos, ex-cortador de cana e diagnosticado com esquizofrenia.

Ele é um rapaz negro, tinha muitas espinhas no rosto e vestia uma calça e camiseta surrados; sentou no sofá. [...] Ele não pronunciava as palavras e falava sempre com a mão na frente da boca, o que dificultava a compreensão de sua fala. [...] não conseguia responder as coisas diretamente, muitas vezes dizendo que não poderia responder àquela pergunta. Depois a psicóloga me explicou que isso era uma característica de mania de perseguição que a esquizofrenia tem.

Trecho do diário de campo (03 de fevereiro de 2015).

O caso de Sérgio foi marcante, pois por meio de sua experiência se pode visualizar o alcance da exploração do trabalho: é a subjetividade humana sendo degradada. A exploração não é só da força de trabalho, mas - e sendo impossível separá-la daquele que a detém -, do próprio ser social.

No decorrer do período de trabalho não se mostrou incomum o uso de drogas e do álcool, algo relatado não só pelos cortadores de cana, mas também pelos profissionais da assistência social que atendem esse público. Zé, gato entrevistado no município de Chapada do Norte, afirmou que no canavial as pessoas bebem para *desmagoar*. O uso contínuo dessas substâncias pode levar à adicção e as consequências disso extrapolam o *eito* de cana. Dado o controle exercido pelos fiscais sobre os cortadores de cana nos bairros de moradia e alojamentos (SILVA, 2011), o trabalhador pode não ser

recontratado para a próxima safra devido o consumo excessivo de álcool. Com isso, retorna à região de origem onde não é mais contratado, mas tem uma demanda própria em relação ao consumo de determinadas substâncias.

Muitas vezes o uso de álcool e drogas não ocorre desvinculado do adoecimento do corpo físico. A convivência com as dores advindas do processo de trabalho faz parte do cotidiano, então o cortador sente a degradação de seu corpo e se vale do álcool e da maconha para aliviar também essa dor. Depois do descarte, que sua produtividade não representa mais vantagens para a usina, esse sujeito não pode mais trabalhar e ainda tem que lidar com uma série de consequências do uso em excesso dessas substâncias. Conforme as psicólogas entrevistadas, o uso de crack, por exemplo, ou de álcool em excesso, pode atuar como produtor de doenças psíquicas.

Em dados momentos, acometidos por alucinações ou mesmo buscando dinheiro para a manutenção do consumo do álcool ou da droga, esses ex-cortadores de cana cometem pequenos delitos, o que resulta na sanção punitiva do Estado: o encarceramento. O caso mais marcante relatado foi o de um rapaz que acreditava que o *gato* o perseguia e, tomado por essa certeza, fez uma bomba caseira para explodir a casa do mesmo. Por motivo desconhecido, deixou a bomba na rua, o estouro do artefato foi entendido como um atentado e o rapaz foi preso. Esse é um caso em que se recorreu ao PAI-PJ - Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental, política do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que encaminha os presidiários comprovadamente adoecidos mentalmente a centros de recuperação. Apesar dessa política, é muito raro que os usuários consigam acessar essa política. Inclusive pelo peso simbólico de “ser visto como louco”.

O homem adoecido retorna à sua terra natal e lá encontra de volta a família, apesar dos laços muitas vezes afrouxados pela trajetória laboral, como no caso do companheiro da sindicalista Mararete, que deu seu relato no IV Fórum das Múhes do Vale do jequitinhonha. O cortador de cana adoecido vai em busca de algum auxílio, e na falta da Previdência Social, chega à Assistência Social. Sant’ana (2012) mostra como o Estado brasileiro tem privilegiado a assistência social em suas medidas. No setor da Previdência Social, a autora sinaliza que

[...] adoecidos e descartados, migrantes ou residentes, ficam à mercê de políticas públicas, em especial a de assistência social, que os atende na condição de segmento vulnerável e tenta lhe assegurar os mínimos sociais; sua identidade de trabalhadores é negada, pois sequer mencionada, e sua situação de espoliados pelo capital fica subsumida pela de cidadãos usuários de políticas públicas (2012, p.202).

Essa mudança identitária também representa um sofrimento moral para os cortadores de cana adoecidos. Passam a se relacionar com diferentes esferas do Estado: com a Saúde, a Previdência, a Assistência, e às vezes, com a Segurança Pública. Aquele que era legitimado como trabalhador passa a tecer novas relações nesse *pós/trabalho*, mas sob nova capa.

1.4 O estranhamento aprofundado dos cortadores de cana adoecidos

Enquanto sujeito sujeitado, isto é, aquele que internalizou em sua subjetividade o reconhecimento de si mesmo enquanto *coisa*, o trabalhador percebe o adoecimento como vergonha. Desse modo, a elaboração de Dejours (1987) sobre a ideologia da vergonha ajuda a compreender esse processo. O autor mostra que há um consenso social que condena a doença e o doente, o corpo aceito nas classes empobrecidas é o corpo que trabalha, corpo produtivo. Estar fora da esfera produtiva é motivo de vergonha, nesse sentido, não se trata de evitar a doença, mas sim de domesticá-la, conviver com ela para se manter enquanto força de trabalho (DEJOURS, 1987). Mas, no caso do corte de cana, a degradação do corpo faz parte do cotidiano de trabalho. As dores cotidianas do trabalho eram naturalizadas pelos cortadores de cana, os entrevistados afirmaram esconder pequenos acidentes ou recorrer ao uso de analgésicos ao fim do dia para lidar com as dores no corpo resultado de um dia de trabalho. O relato do cortador de cana Bruno elucidava bem essa naturalização:

*O corpo cansa, dói, mas isso é rotina do dia-a-dia mesmo. Todo serviço pesado que a gente tá trabalhando, enquanto o sangue tá quente, tá firme o corpo; depois que toma banho e para pra descansar, aí vem a dor. Mas não pode deixar abalar, não. Tem que passar por cima, porque se ficar “Ah, tá doendo, tá doendo, hoje eu não vou”, não pode, senão aí vai dificultando; a firma já quer mandar embora, no outro ano já não consegue arrumar vaga na firma [...] **A partir do momento que vai pra trabalhar, o corpo querendo ou não querendo, tem que se esforçar.** Já saiu de casa pra fazer aquilo ali, então, mesmo quase parando, ao menos um pouquinho, tem que ir, né. Se fosse ir, com o corpo doendo, e ficar parado debaixo de moita, deitado... é ruim, velho. Já levanta cedo, para preparar as coisas, e chega lá e não quer trabalhar... aí fica difícil. Já que foi, aí é enfrentar”.*
Bruno, ex-cortador de cana (23 de fevereiro de 2015).

Para Boltanski (1979, p.167), as “regras que determinam os comportamentos físicos dos agentes sociais [...] são produto das condições objetivas que elas traduzem na ordem cultural, ou seja, conforme o modelo de dever-ser”. Na mesma via, Ferreira (1994) afirma que o corpo é emblema dos processos sociais nos quais o sujeito está engajado, sendo reflexo da sociedade. Entendemos que o corpo, em classes submetidas a um trabalho superexploratório, é apenas força de trabalho, na medida em que seu uso é destinado quase exclusivamente à produção de mais valor. O

adoecimento retira o cortador de cana dessa relação, mas ele permanece emaranhado em relações estranhadas com outros e consigo mesmo.

As dores vivenciadas durante o trabalho eram justificadas como necessidade para o sustento da família, era preciso viver aquilo para ao fim da safra levar alguma quantia de dinheiro de volta à região de origem. Entretanto, a convivência com as dores crônicas depois do descarte não se enquadram na justificativa do trabalho. São vivenciadas num cotidiano de sofrimento, como Wagner e a esposa Gil relatam:

[...] esses dias eu fiquei quase trinta dias sem poder andar direito.

Gil: Mas ele ficou sem poder pegar um balde d'água. E na hora que ela [a dor] começa mesmo, não tem jeito... ela não para de doer.

Wagner: Trava e eu nem consigo levantar.

Gil: E ele fica inquieto... no chão não tá bom, na cama não tá bom. Ele fala que dói mesmo, que às vezes até manca.

Wagner: Quantas vezes eu fiquei a noite toda sem dormir. Deitava e não conseguia, não tinha jeito. Levantava também... aí eu ia aí pra fora, ficava aí e o povo dormindo...

(13 de março de 2015).

Dejours (1987) afirma que junto com o sofrimento físico advindo da exploração da força de trabalho, deve-se levar em conta que a exploração também passa pelo aparelho mental. Gil, em conversa sem a presença do marido, afirmou que o mesmo enfrentou período de depressão ao vivenciar as limitações do corpo. Wagner tinha, na época da entrevista, em 2015, 50 anos. Então, devemos atentar para o adoecimento em sua dimensão não somente física, mas psíquica. O adoecimento é oriundo não só do desgaste e fadiga do corpo, mas também da alma (WEIL, 1996).

Esse desgaste ao qual estão submetidos os trabalhadores - especialmente em relações superexploradas - produz as características do *pós/trabalho*. Isto é, ao adoecer, o cortador de cana (sujeito estranhado, ser genérico cindido) deixa de ser força de trabalho, mas permanece cindido em suas relações. Quando perde a capacidade laboral, fica impedido de vender a força de trabalho, torna-se força de trabalho descartada, degradada. Enquanto força de trabalho, esteve apartado da natureza, de seu corpo inorgânico. Ao ser descartado por adoecimento, deixa de ser força de trabalho, mas ao invés de voltar a uma relação não estranhada com seu exterior, com seu corpo inorgânico, encontra-se sem disposição física para simples atividades. Está incapacitado fisicamente de se objetivar.

As psicólogas entrevistadas relataram o adoecimento psíquico dos cortadores de cana, com casos de depressão, neuroses, psicoses e dependência química. A psicóloga Márcia afirmou que a situação do desemprego e da incapacidade de trabalhar faz com que os sujeitos consumam mais

álcool e drogas, o que tende a piorar quadros de transtornos psíquicos. O médico Osvaldo falou também sobre o adoecimento psíquico: “Acontece mais depressão, com os cortadores de cana, depressão e depressão com psicose, depressão grave com psicose, psicose não orgânica, e esquizofrenia”. O caso de Sérgio é emblemático, após o trabalho no corte de cana, manifestou quadro de esquizofrenia. Conforme a psicóloga Camila, a predisposição à doença pode existir, mas o quadro nunca se manifestar. É a ocorrência de eventos traumáticos que pode ser gatilho para a manifestação de esquizofrenia. Ou seja, um quadro de adoecimento psíquico de tamanha complexidade pode estar associado ao trabalho. Podemos, assim, visualizar o alcance do estranhamento na superexploração: é a subjetividade humana sendo degradada²⁵.

Entende-se que contar com a reflexão sobre alienação e o estranhamento não encerra o sujeito apenas em relações produtivas, pelo contrário. É na compreensão da cisão do ser genérico e de suas relações, de sua subjetividade, de sua própria humanidade, que é possível compreender a complexidade do adoecimento no corte de cana e o aprofundamento do estranhamento. O esgotamento progressivo do cortador de cana não vem só de seu desgaste físico, mas também da sobrecarga psíquica, há uma esfera subjetiva que é impactada. Se o ser social já se encontra cindido enquanto força de trabalho, ou seja, reconhecendo-se nas relações de trabalho capitalista, fora dela qual a dimensão dessa cisão do sujeito? Ele não deixa de ser estranhado depois do adoecimento, o estranhamento permanece; porém a sociabilidade não é a mesma.

O corte de cana é um trabalho que exige do corpo e da alma dos trabalhadores. No período de 2003 até 2013, foram resgatados 10.709 trabalhadores em condições análogas à escravidão no ramo canavieiro²⁶. As denúncias das mortes por exaustão nos canaviais repercutiram no aumento da fiscalização das condições de trabalho nos canaviais brasileiros, com melhoria em condições de transporte dos trabalhadores, uso de EPIs, pausas obrigatórias para refeição, dentre outros. Mas, devemos destacar que muito do processo apresentado não se enquadrava em condições de trabalho escravo. Os relatos dos entrevistados trouxeram as duras condições de trabalho como parte do cotidiano de trabalho, mesmo após o recrudescimento da fiscalização. Recebiam para beber o “sorinho” (bebida preparada para reduzir os riscos de desidratação), eram obrigados a parar para

25 “Ficar louco no canavial” foi relatado em diversas entrevistas e conversas informais. Faziam parte do cotidiano as histórias de vizinhos, parentes, conhecidos, que tiveram algum tipo de “surto” durante o trabalho no corte de cana. O gato Zé, do município de Chapada do Norte, contou o episódio em que um trabalhador, crente que estava sendo perseguido, começou a correr sem direção. Foi parado por um caminhão e levado para um hospital em Belo Horizonte, onde ficou por nove dias. Após dois anos de volta à comunidade de pertencimento, estava melhor. Foi, então, cortar cana novamente, voltou a ingerir grande quantidade de bebidas alcoólicas. Teve mais uma vez o episódio de perseguição e começou a correr sem direção novamente. Foi despedido pela usina.

26 Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/02/26-Folder_Sucroalcooleiro_web_baixa.pdf. Acesso em fevereiro/2017.

almoçar no local preparado para tanto, usavam os EPIs. Sem ignorar as melhorias nas condições de trabalho advindas do aumento da fiscalização, o que queremos demonstrar é que, mesmo dentro das normas trabalhistas, o adoecimento e estranhamento aprofundado acontecem. Não são processos que ocorrem fora do regime jurídico, mas dentro dele.

1.5 Diferentes facetas do Estado

Podemos dizer que há um tensionamento (assimétrico) dentro das diversas instituições do Estado que, por um lado, tenta garantir os interesses das classes desfavorecidas e, por outro, realiza o movimento contrário, defendendo os interesses das elites²⁷. A legislação trabalhista é resultado, também, dessa assimetria. Durante o período de trabalho, o cortador de cana se relaciona diretamente com a empresa contratante, relação de trabalho regida sob as normas jurídicas do Estado. O Estado atravessa a vida desse trabalhador sob dois aspectos: o mais óbvio, por regulamentar as relações trabalhistas e fiscalizar as condições de trabalho; outro, mais indireto, por incentivar a produção de etanol, favorecendo as empresas sucroalcooleiras por meio de isenções fiscais e outros programas de incentivo²⁸. Sobre a regulamentação das relações trabalhistas, cabe uma breve discussão, dado que esta tese é contemporânea à aprovação da Reforma Trabalhista.

A reforma altera pontos cruciais da legislação trabalhista, representando um retrocesso em termos de direitos dos trabalhadores no país (GALVÃO, *et al*, 2017). Se as precárias condições de trabalho e o adoecimento dos cortadores de cana ocorriam sob um regime de leis trabalhistas que ainda assegurava alguma proteção social, a reforma recém-aprovada regulamenta a desproteção trabalhista. A presente tese traz as consequências de um tipo de trabalho superexplorado para além do espaço-tempo trabalho, possíveis de ocorrer mesmo sob regência da legislação trabalhista então vigente. Com a aprovação da reforma trabalhista, o que restará aos trabalhadores? A reflexão a seguir é pautada no trabalho de diversos pesquisadores vinculados ao Grupo de Trabalho Reforma

27 A articulação entre Estado e interesse das elites exige análise mais detalhada que não é o foco desta pesquisa, contudo, sinalizamos em acordo com Neto (1997) que o Estado teria a função de mediação dos interesses das diferentes elites econômicas (agrícola, industrial, financeira), atuando na via da manutenção do *status quo*.

28 Na Introdução foi exposto um pouco sobre o papel histórico do Estado na conformação da produção de álcool e açúcar no Brasil e no Estado de São Paulo. Mais recentemente, temos o exemplo dos diversos estímulos dados pelo governo Lula (2002-2010) ao setor sucroalcooleiro nacional, especialmente com o incentivo à produção de carros *flexfuel*. Já na gestão de Michel Temer (que assume o governo após o golpe parlamentar de 2016), temos o exemplo da tramitação em tempo recorde no Congresso Nacional do programa RenovaBio 2030. O programa incentiva a produção de etanol como estratégia de descarbonização do setor de transportes no país, podendo produzir até diesel de cana de açúcar. O objetivo é adaptar o Brasil aos acordos da COP-21, o Acordo de Paris, reduzindo a emissão de gás carbônico. A consequência é o incentivo à produção de biocombustíveis, no caso, o etanol, visando a utilização completa da cana de açúcar - o etanol de segunda geração.

Trabalhista, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), do Instituto de Economia da UNICAMP.

Como mostraram Silva e Martins (2010), não se pode entender o Estado como bloco monolítico, que exclusivamente atua como suporte dos interesses da classe dominante. Deve-se “problematizar o Estado em termos de campo de relações, onde instituições, classes e grupos burocráticos competem por condições de hegemonia, produzindo tensões decisivas para as conjunturas sociais de dominação material e simbólica (SILVA, MARTINS, 2010, p.232). Desse modo, não se pode esquecer da atuação do Ministério Público e de procuradores do Ministério do Trabalho na defesa dos cortadores de cana na época das denúncias das mortes por exaustão nos canaviais paulistas²⁹. Do mesmo modo, a aprovação da reforma trabalhista não ocorreu sem resistência de órgãos e agentes do próprio Estado, como o Ministério Público do Trabalho, procuradores e magistrados do Trabalho.

O golpe parlamentar realizado no Brasil em 2016 coloca em prática uma agenda de medidas neoliberais, dentre elas, a flexibilização do trabalho – terceirização irrestrita e reforma trabalhista. Apesar da pressão popular e manifestações contrárias de movimentos sociais e associações de classe, o governo ignorou as lutas históricas que resultaram nos direitos trabalhistas e aprovou a reforma trabalhista. Esse tema faz sentido nessa tese pois são os trabalhadores, mais ainda os rurais, que viverão em suas vidas as consequências das mudanças na legislação. Galvão, *et al* (2017) mostram que a proteção social construída desde a década de 1930 está em desmonte com a reforma trabalhista.

A Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT foi criada por decreto em 1943 pelo governo de Getúlio Vargas. Foi na década de 1930 que, de maneira sistemática, o governo criava mecanismos públicos de proteção social ao trabalho, regulados pela Justiça do Trabalho (criada em 1941). Ainda que a CLT não regesse especificamente as relações de trabalho no campo, o que só seria realizado em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural³⁰, foi um importante meio de regulamentação do trabalho, elevando o direito dos trabalhadores à condição de direitos sociais fundamentais (GALVÃO, *et al*, 2017). Relações de trabalho abusivas foram coibidas e, no decorrer dos textos constitucionais seguintes, mais temas foram adicionados à CLT. Alguns direitos estabelecidos

29 Para mais informações sobre as mortes por exaustão, ver Silva (2006) e, mais recentemente, Costa (2017).

30 Em teoria, os trabalhadores rurais também estariam regidos pela CLT, contudo, foi só com o Estatuto do Trabalhador Rural que se oficializou a extensão dos direitos trabalhistas ao campo. Silva (1999) chamou atenção para os reais interesses por detrás da criação do Estatuto, que vem em resposta às lutas dos trabalhadores rurais. Mais do que meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, a lei mantém o poder político da burguesia agrária, regulamentando a exploração do trabalho rural.

foram: salário mínimo, jornadas máximas de trabalho, descanso semanal, horário de refeição e descanso, férias, licença maternidade, décimo terceiro salário, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), direito à greve, entre outros.

A CLT é vista pelos defensores da reforma como obsoleta para o atual mercado de trabalho e um entrave à modernização, incompatível com a flexibilização do trabalho e aumento de produtividade. O que se sabe é que a CLT foi atualizada no decorrer do tempo, por meio de leis, decretos e emendas, tendo 233 alterações por via legislativa até 2016. Apesar disso, usa-se a justificativa da modernização da lei como meio de legitimar a reforma trabalhista, com argumentos de que a dura legislação causaria insegurança jurídica e maior desemprego. Sobre a justificativa da insegurança jurídica gerada pela legislação “atrasada” da CLT, pergunta-se: para quem? Os dados revelam que a maioria dos processos judiciais é motivada por descumprimento no pagamento de verbas rescisórias e horas extras, isto é, pelo próprio descumprimento de direitos básicos do trabalhador. No caso do corte de cana, não são raros os processos judiciais contra as usinas por conta de direitos trabalhistas não cumpridos ou danos morais e físicos causados por condições de trabalho precárias.

Antes da consolidação do Direito do Trabalho, as relações eram organizadas como contratos entre iguais, tema individualizado e da esfera privada dos patrões e empregados, numa perspectiva liberal. O “Direito do Trabalho passou a conferir caráter público às relações sociais desenvolvidas na esfera privada, colocando-se na contramão do contratualismo liberal ortodoxo. No lugar de direitos e deveres definidos em termos individuais, a lei passou a definir salários e condições de trabalho” (GALVÃO *et al*, 2010, p.11). É precisamente contra essa garantia de direitos cidadãos aos trabalhadores que a reforma age, levando à frente medidas que favorecem o mercado e realizando um verdadeiro desmonte da proteção social e da Justiça do Trabalho. Há a quebra do princípio da gratuidade, ampliação do papel dos instrumentos privados de conciliação e eficácia liberatória dos acordos. A prevalência do negociado sobre o legislado e outras mudanças significam o enfraquecimento da Justiça do Trabalho e do Direito Trabalhista, com a consequente exposição dos trabalhadores a riscos e inseguranças advindos da relação de força inerente às relações empregador-empregado.

Além das mudanças no que tange à Justiça do Trabalho, há ainda as mudanças nos regimes contratuais: trabalho intermitente (trabalhador just in time, sempre à disposição do empregador), jornada parcial (de até 30 horas semanais), trabalho autônomo (restrição do conceito de empregado, exclusão de trabalhadores da proteção trabalhista, *pejotização*), ampliação do trabalho temporário

(contrato de até 270 dias, podendo ser terceirizado), negociação da dispensa (rescisão do contrato por acordo, com recebimento de apenas metade do aviso prévio e da indenização sobre o FGTS), entre outras. A intenção geral é deixar o trabalhador permanentemente à disposição do empregador.

Acompanhando as oscilações da produção, o trabalhador tem sua jornada reduzida ou estendida, sem ter controle sobre seu tempo de trabalho, o que resulta em redução indireta de custos para o empregador. O aumento da disponibilidade do trabalhador para com o empregador se dá via ampliação da compensação de horas extras (banco de horas), generalização da possibilidade de jornada de 12 por 36 horas, alargamento do conceito de regime de tempo parcial e introdução do contrato com jornada intermitente de trabalho (GALVÃO, et al, 2017, p.41).

O trabalho intermitente acarretará a redução salarial, uma vez que será remunerado apenas o dia trabalhado. O Ministério do Trabalho afirma que o cálculo para o pagamento do dia corresponderá ao salário mínimo. Entretanto, se o trabalhador não puder comparecer ao trabalho, ganhará menos. Apesar disso, os defensores da reforma afirmam que essas medidas de flexibilização nos contratos de trabalho representarão aumento no número de empregos. Em outros países que tomaram medidas similares ocorreu exatamente o contrário, a desigualdade se radicalizou. Ademais, há a flexibilização nas jornadas de trabalho, com aumento da compensação do banco de horas, redução do intervalo de almoço, parcelamento das férias, não pagamento das horas de deslocamento e ampliação para todos setores de atividades da jornada 12 por 36.

No que tange aos trabalhadores rurais, não contabilizar a jornada *in itinere* pode representar uma perda significativa de salário, como mostrou a matéria do Repórter Brasil (MAGALHÃES, 2017). Em Jaú, cerca de cinco mil trabalhadores da cana terão, com essa medida, uma redução de 10% a 20% nos salários.

[...] o pacote de alterações quanto à jornada promove a redução de direitos para o trabalhador, levando à perda de remuneração, à intensificação do trabalho (e, conseqüentemente, ao aumento do cansaço e do número de acidentes), à desorganização da vida social e familiar (devido às jornadas incertas e flexíveis) e ao rebaixamento na perspectiva de capacitação e crescimento profissional (GALVÃO, 2017, p.41).

O aumento da jornada de trabalho resultará num maior desgaste físico. Com a nova lei, são permitidas jornadas de até 10 horas, e com redução de tempo de descanso. “Um canavieiro, por exemplo, não consegue trabalhar esse tanto de horas, e se o fizer, vai adoecer”, afirmou Roberto Figueiredo, coordenador do projeto rural do Ministério do Trabalho em São Paulo, em entrevista ao Repórter Brasil (MAGALHÃES, 2017). Na mesma matéria, Guilherme Delgado, economista da UNICAMP, alega: “A filosofia da nova CLT é deixar o mercado de trabalho se autorregular. Em

um mercado desigual como o do agronegócio e do trabalho na zona rural, a reforma vai produzir mais desigualdade”. Desse modo, entende-se o apoio da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e outras federações estatais da agricultura e pecuária à reforma trabalhista, já que a mesma representa vantagens para as empresas na acumulação de mais valia absoluta e relativa. Para trabalhadores urbanos ou rurais, o impacto da reforma trabalhista se fará sentir não apenas nos salários, mas na insegurança e incerteza a que estarão submetidos, e no desgaste do corpo resultante da intensificação do trabalho.

O estranhamento faz parte das relações de trabalho capitalista, assim como a exploração. Com o aval do Estado, o setor sucroalcooleiro estabeleceu uma organização do trabalho que impõe aos cortadores de cana duras condições de trabalho, submetendo-os à superexploração. Como consequência, muitos adoecem e são descartados por não conseguirem atingir as metas de produção. Quando a extração de mais-valia torna-se inviável, a força de trabalho é descartada. Apesar de o trabalhador não ter mais a força de trabalho para trocar, permanece como estranhado. A força de trabalho que se troca não existe independente da figura do trabalhador, e este se reconhece como mercadoria, apesar de não mais tê-la/sê-la após o adoecimento. Forjado em relações coisificadas, o cortador de cana tem o estranhamento arraigado no próprio ser, em sua subjetividade e em suas relações. Destarte, constitui-se o *pós/trabalho*, trama de sociabilidade fora do espaço-tempo de trabalho, mas vinculada diretamente a esse mesmo espaço-tempo. O sujeito está fora das relações de trabalho, mas dentro de relações sociais mediadas pela mercadoria; não deixa de ser mercadoria, torna-se mercadoria descartada. O estranhamento se aprofunda.

Perder a capacidade laboral se torna uma vergonha, pois o corpo aceito socialmente é o corpo produtivo e não cumprir essa demanda representa uma vergonha. Cabe aos cortadores de cana (sobre)viver com as agruras que trouxeram dos canaviais: incapacidade laboral, dores cotidianas, estigma. Quando o homem não pode mais trabalhar, grande parte de sua vida social é ceifada, até mesmo pelo estigma e marginalização que pode sofrer por sua condição. É o Estado que em certa medida, faz uma regulação que mantém o *status quo*, garantindo a reprodução do capital – com ressalvas de alguns órgãos e agentes que tentam mitigar os efeitos da exploração do trabalho, entre outras injustiças sociais. Recentemente vimos essa disputa entre setores do Estado com a aprovação da Reforma Trabalhista. O Estado atravessa a vida dos sujeitos, regulamentando e controlando a vida, o que não é diferente no caso dos cortadores de cana. Contudo, é como se houvesse um

seccionamento entre os cidadãos, o controle é exercido sobre os corpos dóceis e úteis, que passam a ser regulados de maneira diferente quando identificados como inválidos para o sistema. No *pós/trabalho*, os ex-cortadores de cana vão estabelecer relações com diferentes órgãos do Estado. A partir da reflexão de Foucault (2004, 2005, 2006) sobre o funcionamento do Estado, especificamente o fazer viver e deixar morrer, que traçaremos a segunda seção, em que serão apresentados aspectos da relação do cortador de cana com as diversas estruturas do Estado.

2- DEIXAR MORRER: PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA E RESISTÊNCIA

Demonstramos na seção anterior que a moderna produção de cana de açúcar é erigida sobre a expropriação e exploração, processo que é legitimado e incentivado pelo Estado. Não se trata de algo exclusivo do setor sucroalcooleiro, o Estado tem atuado historicamente para atender aos interesses dos diferentes segmentos da elite econômica (industrial, financeiro, agrícola) (NETO, 1997), como vimos recentemente com a aprovação da lei 13.467/2017, a Reforma Trabalhista. Contudo, entendemos o Estado não como um bloco monolítico, mas com diferentes faces e atuações (SILVA, MARTINS, 2010). Desse modo, dentro do próprio Estado houve resistência à aprovação dessa lei, assim como de outras medidas aprovadas após o golpe de Estado de 2016.

No que tange à produção sucroalcooleira, se, por um lado, o Estado incentiva o setor garantindo subsídios e crédito para as usinas, por outro, fiscaliza e regula as relações de trabalho por meio do Ministério Público do Trabalho – mesmo que essas ações sejam insuficientes. No caso dos cortadores de cana, depois do adoecimento, vão se relacionar com outros setores do Estado. A Previdência Social tem um papel crucial nesse momento, pois é a seguridade social que tem a função de garantir a reprodução social do trabalhador na situação de adoecimento. Contudo, como Sant’ana (2012) sinalizou, a política brasileira tem estado bastante voltada para a Assistência Social, que tem como repercussão a subsunção da identidade do trabalhador detentor de direitos pela a de usuário carente de assistência social. Tal realidade também foi observada na presente pesquisa.

Para o cortador de cana que adoeceu nos canaviais, seja com problemas físicos ou psicológicos – não que se possa de fato desvencilhar os impactos do corpo sobre a mente, e vice e versa – o retorno definitivo à região de origem inicia novas relações. Passa-se a ter um vínculo direto com o Estado e seus agentes, em diferentes esferas e por diferentes motivos. Nesta seção buscaremos apresentar a trama de relações que é estabelecida no *pós/trabalho* por adoecimento, especialmente com órgãos da seguridade social, mas também a saúde e a segurança pública. Para tanto, seguiremos aquilo que o médico ortopedista Décio chamou de *via sacra* percorrida pelo cortador de cana adoecido. Desse modo, apresentaremos a busca pelo INSS, o direcionamento à Assistência Social e o entrecruzamento dessas esferas com a Saúde, contando com os relatos de médicos do SUS, agentes do INSS, assistentes sociais e psicólogas dos serviços de atendimento na área de assistência social, e mesmo com a Segurança Pública.

Entende-se que as instituições do Estado (Previdência, Assistência Social, Saúde e Segurança Pública) cumprem, de modos diferentes, funções de controle e disciplina. No esteio da reflexão de Foucault (2004, 2005, 2006, 2008b), afirmamos aqui que a sociedade contemporânea é marcada pelo caráter normalizador e regulamentador - caracterizando o que o autor denomina biopoder; é sob essa perspectiva do fazer viver para deixar morrer que serão analisadas as entrevistas dos representantes do Estado. Para tanto, faremos uma breve retomada do conceito de biopoder em Foucault para, em seguida, trazer a reflexão a partir da empiria atentando para as diferentes estratégias de resistência, de escape (FOUCAULT, 2004) ao processo vivenciado.

2.1 Breve retomada do conceito foucaultiano de biopoder

Foucault (1999, 2004, 2005, 2006, 2008a, 2008b, 2014) cunhou o conceito de poder analisando suas distintas expressões em diferentes tempos históricos. Para o autor, o poder é disseminado em toda a sociedade, enraizado nas relações sociais. Não se trata de dominação exercida de uns sobre os outros, o poder não é circunscrito a algum indivíduo ou grupo, está espalhado e difundido entre os indivíduos e instituições. Desse modo, o Estado não necessariamente é lugar exclusivo do exercício do poder. Contudo, houve o que o autor chamou de contínua estatização das relações de poder, em que as relações de poder foram racionalizadas por e centralizadas no Estado. Neste espaço, nosso foco é analisar as relações dos cortadores de cana com o Estado. Deixamos claro, desde já, que essa escolha não ignora o caráter disseminado do poder, apenas mira em um aspecto específico da circulação do poder. A arte de governar, entendida como o minucioso gerenciamento dos indivíduos, não pertence ao Estado, mas é por meio desse mecanismo que tem se dado sua gestão (FOUCAULT, 2014).

Quando havia um soberano e seus súditos, havia um poder que imperava: o poder de deixar viver e de fazer morrer. Legitimado pela defesa do Estado, o soberano tinha o direito de expor a vida de seus súditos caso julgasse necessário. Tanto a vida quanto a morte dos súditos era atravessada pela vontade do soberano. É precisamente porque pode matar que o soberano exerce seu poder sobre a vida. Mais do que direito de vida e morte, direito de fazer morrer e deixar viver. Esse poder soberano está relacionado diretamente com o período histórico em que a sociedade se encontrava, quando o poder exercido era de apreensão das coisas, do tempo e dos corpos (FOUCAULT, 2006). A arte de governar, nesse período, tinha como princípio as “virtudes

tradicionais”, ou “habilidades comuns” (FOUCAULT, 2008a). A partir de meados do século XVII, na Europa, há uma transição para o governo exercido por meio de uma razão de Estado – racionalidade com princípios e domínios de aplicação próprios do Estado (FOUCAULT, 2008).

No decorrer dos séculos XVII e XVIII havia, na Europa, um controle exercido sobre os corpos, uma disciplina que se instaurava. Na segunda metade do século XVIII e no decorrer do século XIX há a emergência de uma nova tecnologia de poder. Não tecnologia disciplinar - apesar de não excluí-la -, mas que se fixa a partir dela. Diferente da disciplina, que se aplica sobre o corpo, esse novo mecanismo de poder se dirige à vida. Com a busca da garantia da produção, do crescimento e da ordenação das forças, o direito não é mais de fazer morrer e deixar viver (como no poder soberano), mas de fazer viver e deixar morrer. O poder se exerce no nível da vida e da população (FOUCAULT, 2005, 2006).

Foi o desenvolvimento de uma ciência de governo – a Estatística – que possibilitou um conhecimento preciso e sistematizado da população. Para a razão de Estado é preciso ter um conhecimento adequado e detalhado da realidade a ser governada. Esse conhecimento deverá ser usado no sentido de moldar a realidade para que determinados fins possam ser atingidos (BAMPI, 2002, p. 131).

A nova tecnologia de poder se desenvolve desde o século XVIII em dois polos que são interligados: um centrado numa anátomo-política do corpo humano - corpo máquina, adestramento, docilização-, outro numa biopolítica da população, centrado no corpo-espécie, não o indivíduo, mas a massa, biopolítica da espécie humana. A organização do poder sobre a vida se desenvolve a partir tanto das disciplinas dos corpos quanto da posterior, e decorrente, regulação da população. “A instalação (...) anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarnando os processos da vida - caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo” (FOUCAULT, 2006, p.152). A tecnologia do biopoder é direcionada não apenas aos corpos, mas à vida, à população.

Uma tecnologia que é mesmo, em ambos os casos tecnologia do corpo, mas, num caso, trata-se de uma tecnologia em que o corpo é individualizado como organismo dotado de capacidades e, no outro, de uma tecnologia em que os corpos são recolocados nos processos biológicos de conjunto (FOUCAULT, 2005, p.297).

São, então, duas séries que se articulam: uma corpo - organismo - disciplina - instituições e, outra, população - processos biológicos - mecanismos regulamentadores - Estado. De um lado a organo-disciplina da instituição, do outro a bioregulamentação do Estado. A norma é o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulador. A explosão de numerosas e diversas técnicas de sujeição dos corpos e controle das populações abre a era do biopoder, que foi essencial para o

desenvolvimento do capitalismo. Para Foucault (2005, 2006), foi com o controle dos corpos no aparelho de produção e com o ajuste dos fenômenos de população aos processos econômicos que o capitalismo pode se desenvolver. O regime de governo está articulado à racionalidade política; governo não como gestão administrativa, mas como maneira de guiar a conduta dos indivíduos. (FOUCAULT, 2008b). A “articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro” (FOUCAULT, 2006, p.154) foram efetivadas pelo exercício do biopoder, poder que se dedica à vida, à população e às medições da natalidade, mortalidade e longevidade. As práticas de governo estavam ligadas ao liberalismo, assim como ao neoliberalismo.

Pode-se dizer que numa sociedade regida sob o capitalismo, uma norma que opera é a do trabalho. O trabalho como *algo que dignifica o homem*, mais do que como relação de troca forçada desigual. Esquece-se a imposição da venda da força de trabalho, as relações estranhadas e a coisificação do ser são introjetadas de tal maneira que são naturalizadas. Justamente por isso se entende o corpo útil como o corpo que trabalha, e o adoecimento que impede o trabalho aparece como vergonha (DEJOURS, 1987). O controle disciplinar garantiu corpos dóceis, corpos para o trabalho. A regulação da biopolítica ordenou a massa, o como viver tornou-se um imperativo. A vida passa a fazer parte da história no campo das técnicas políticas, isto é, na ordem do saber e do poder. O biológico está no político, e o poder - continuado por meio da norma -, se exerce sobre o ser enquanto membro de um todo, homem-espécie.

A tecnologia de poder - o biopoder - que regula e controla não apenas os corpos, mas a vida, apesar de não restrita ao Estado, é operacionalizada pelo mesmo. Houve uma estatização das relações de poder e, neste sentido, o Estado desempenha importante papel. “Assim, o Estado não é visto como origem do governo, mas como constituinte e constituidor de um campo de cálculos e de intervenções” (BAMPI, 2002, p. 133). O indivíduo é considerado por mecanismos globais e o viver passa a ser regulamentado, cabe ao Estado, por meio de suas instituições, dizer como se deve viver. Tem-se, assim, o direito do fazer viver, é sobre a vida que o poder vai atuar. A morte, ritualizada e entendida como passagem no poder soberano, torna-se privada, escondida, vergonhosa. Uma vez que o biopoder vai intervir para aumentar a vida, controlando suas deficiências e acidentes, fazendo viver, a morte se situa fora de seus domínios.

Numa tecnologia que faz viver, a morte é o momento em que o indivíduo escapa de qualquer poder. Nesse ponto, Foucault (2005) apresenta questionamentos sobre a possibilidade de matar em um sistema que se dedica tanto ao fazer viver, como o Estado que atua na regulação da vida pode

mandar matar - os inimigos ou os próprios cidadãos? O autor apresenta como resposta a reflexão sobre racismo de Estado, que é o “meio de introduzir, afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. [...] uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros” (FOUCAULT, 2005, p.304).

A compreensão do racismo de Estado como uma cisão entre os que devem viver e os que são deixados a morrer é relevante para o aprofundamento da situação dos descartados da cana. Entendemos o racismo de Estado não como uma divisão puramente étnica dentro do todo populacional, mas como uma divisão entre aqueles que se encaixam na norma do sistema e os que estão fora dessa norma. O adoecimento representa essa cisão no todo, pois não poder trabalhar é não ser útil para o sistema, estar fora da norma. Desse modo, o Estado passa a relacionar-se com esses adoecidos de outras formas, por meio de outras instituições. É o caso dos cortadores de cana, que estabeleceram novas relações com o Estado.

2.2 Deixar morrer: vidas precárias

Foucault (2005) afirma que a possibilidade de matar sob o biopoder se efetiva a partir do racismo de Estado. Mais do que uma questão exclusivamente étnica, o racismo se realiza na diferenciação de raças a partir de um crivo biológico positivo, isto é, algumas raças são inferiores e é preciso eliminá-las para que a vida da raça superior seja plena. O autor se utiliza do exemplo do nazismo para exemplificar como a morte do outro inferior não tem a função de segurança, mas de garantia de uma vida melhor. É mais do que matar como defesa de uma ameaça à vida, é matar como garantia da própria vida, não uma relação puramente militar, mas biológica. O imperativo da morte no biopoder só pode ser admitido pelo racismo, no sentido de eliminação de um perigo à própria espécie. E, matar no biopoder não é necessariamente o assassinio direto, “mas também tudo aquilo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc (p.306).

Cabe uma reflexão aqui sobre a própria condição do cortador de cana antes do adoecimento. A cana de açúcar tem sido apresentada como a grande salvadora dos problemas ambientais do presente. Uma verdadeira ideologia do etanol (SILVA, VERÇOZA, BUENO, 2013, GAMEIRO, 2017) promove uma justificativa para o mar de cana que se vê no interior paulista. O etanol aparece como alternativa de combustível sustentável em comparação aos derivados do petróleo. Essa retórica esconde o que há por detrás dos canaviais, que são as relações degradantes de trabalho, adoecimento e morte por exaustão. Nesse sentido, contando com Foucault, pode-se dizer que para

salvar o meio ambiente, para o bem comum, é preciso produzir etanol. Entretanto, a maneira que o etanol é produzido não aparece, escondem-se as mãos que levam a cana às usinas, porque não são vidas que importam; não são as mãos dos que cortam cana que vão dirigir os carros flex.

Na condição de migrantes, os cortadores de cana têm de lidar também com o estigma que carregam nos locais de destino, vivenciando uma situação de vulnerabilidade. São chamados de “baianos”, independentemente se são mineiros, maranhenses ou pernambucanos. Muitas vezes vistos como “ameaças” pelos moradores da região em que se dirigem para trabalhar. Instalam-se nas periferias das pequenas cidades no interior de São Paulo - locais já marginalizados e marcados por tráfico de drogas, criminalidade, etc. Representam “perigo” para os cidadãos “legítimos”, para que a vida seja mais plena, é preciso sumir com os “baianos” dali. Nesse sentido, a reflexão proposta por Butler (2011) auxilia também na compreensão.

Butler (2011) conta com a noção de rosto do Outro de Levinas. Esse rosto não é propriamente um rosto humano, com olhos, boca ou nariz, mas um rosto que fala no sentido de que comunica algo, demanda-nos algo. São demandas morais que não podem ser recusadas. É o rosto do Outro que vai exprimir o significado do “não-matarás”, isto é, uma questão ética. O reconhecimento desse rosto é condição para a humanização do Outro, assim como seu inverso. Ver o rosto é ver a precariedade da vida, “O rosto do outro em sua precariedade e condição de indefeso é, para mim, ao mesmo tempo, a tentação de matar e um chamado à paz, o ‘não- matarás’” (BUTLER, 2011, p.19). A precariedade da vida, o rosto do Outro, não pode ser evitado. Estamos vinculados moralmente a essa precariedade, porque nos identificamos nela. Levinas aponta que o impulso frente à vulnerabilidade do Outro é o desejo de matar. Mas, por reconhecer nele sua humanidade, há a impossibilidade de matar. O princípio da não-violência se constitui na tensão entre o medo de sofrer a violência e o medo de infligir a violência. O vínculo com o Outro não é estabelecido à priori, mas a partir do reconhecimento de sua humanidade. É nessa relação com esse Outro ameaçador que se busca a preservação da própria vida. Há uma autoridade moral, que chega a nós por meio do discurso, que vai construir o vínculo ético-moral com o Outro.

A autoridade moral e o princípio da não violência fazem com que matar o outro seja matar a si mesmo, o que se entenderia como “crueldade do superego”. Mas, o Outro, em sua precariedade, em sua vulnerabilidade, ameaçaria, então, a própria existência do ser humano enquanto tal. Como representar a si mesmo frente à precariedade da própria humanidade, como admitir uma humanidade como aquela do cortador de cana, tomada de precariedade? É na representação de um não-humano que o matarás se torna viável. Sem humanidade não há vínculo ético-moral. É esse

vínculo que vai tornar uma pessoa descartável ou não, reclamável ou não, matável ou não (BUTLER, 2011).

Essa breve retomada da noção de rosto, do princípio da não violência e do vínculo moral com o Outro serve para problematizar a condição dos cortadores de cana; migrantes, geralmente negros, pobres, posicionam-se em um lugar na sociedade do interior de São Paulo. Muitos cortadores de cana relatam sua relação com os residentes das locais que vinham habitar. Sentiam-se estigmatizados, pelas roupas que vestiam e pelas marcas que carregavam consigo: o cheiro de queimado na roupa, a fuligem na pele. Era difícil ir a uma loja fazer um crediário, era difícil ir a uma lotérica pagar uma conta, era difícil ir ao mercado. Em seus corpos, em suas falas, vem inscrito algo. Mas, o quê? Aquele rosto, não físico, mas rosto que vocaliza sem falar, tornava impossível não perceber aquele Outro. Outro que não se quer ver, rosto precário, rosto que ameaça. O trabalhador da cana como uma ameaça. Não ameaça no sentido do perigo latente, ameaça no sentido da moral cotidiana.

O cortador de cana é aquele que não se quer ver, justamente pois sua condição é tão precária que coloca em questão a própria ideia do ser, do ser humano. O caso dos cortadores de cana vai um pouco além, não se trata de uma ação de agressão direta - ainda há alguma humanidade naquele Outro, apesar da vida precária. O contato face a face não permitiria (mas também não impede) um assassinato. Trata-se de um tipo particular de agressão, uma violência cotidiana, um deixar morrer. O deixar morrer é efetivado pelo Estado, mas também é disseminado socialmente. Aqui se retoma Foucault (2005), o deixar morrer é possível pelo racismo de Estado - não racismo étnico, apesar de também sê-lo, mas seccionamento do todo regulável. Esse seccionamento é experienciado não apenas pela (não) gestão do Estado, mas nas relações sociais.

A vida do cortador de cana aparece como vida não reclamável, Outro não reconhecido como humano pela precariedade de sua vida. É invisibilizado na efetivação de um projeto para o “bem comum”, a produção de etanol para “salvar o meio ambiente” e garantir que a vida seja plena - vida de apenas alguns, não dos cortadores de cana. A cisão do ser genérico já havia sido efetivada pela imposição da venda da força de trabalho - o ser enquanto mercadoria força de trabalho. Os corpos foram docilizados para o trabalho. A norma regulamentadora das massas tomou posse da vida, o trabalho - sob o regime capitalista de acumulação do capital por extração da mais-valia - faz parte do como viver. Faz-se viver quando se faz trabalhar. Mas, em vidas precárias não reclamáveis, deixa-se morrer pela exposição à morte. Esse é o caso não só dos cortadores de cana, mas de outros

tipos de trabalho migrante degradante³¹, situação que se generaliza com a aprovação da Reforma Trabalhista.

Os cortadores de cana são deixados a morrer pelo Estado desde o eito. Submetidos a condições de trabalho exaustivas, superexplorados, ganhando por produção, muitas vezes lesados na contabilidade da produtividade. Os que não conseguem atingir a média mínima de produção são despedidos, descartados. Considerados *podões de borracha*, passam por um tipo de morte moral, pois simbolicamente são posicionados como inferiores (pela usina, pelos colegas de trabalho e até pelas famílias no local de origem). Na tentativa de não perder o emprego por não atingir a média mínima, ou de ser visto não como *podão de borracha*, mas como *podão de ouro*, muitos desses trabalhadores - estranhados, docilizados e normatizados - adoecem. Não é apenas o deixar morrer, mas o sequer viabilizar o tratamento médico. Há os que são feitos viver e os que são deixados morrer, e, ainda, os corpos que são tratados e os que não são. O racismo de Estado fragmentou desde o período de trabalho o contínuo biológico, isto é, suas vidas já não importavam desde ali, já havia uma cisão na grande massa da população. Com o adoecimento, esse racismo toma novas proporções. O sujeito passa a se relacionar com outras instituições da biopolítica. No *pós/trabalho* o corpo docilizado para o trabalho deve se enquadrar em diferentes normas, ele é posicionado não mais como útil ao sistema, mas como inválido. Como na rede de um pescador, os nós redirecionam os fios da trama. A expropriação é um nó, o estranhamento outro, o adoecimento outro; a ação do Estado aparece como mais um nó dessa rede³². O cortador de cana adoecido se relaciona com diferentes esferas do Estado, com a Saúde, a Previdência, a Assistência, e às vezes, com a Segurança Pública. Essas são instituições do biopoder e da disciplina.

O município de Araçuaí conta com uma agência do INSS que atende a mais quatro municípios, um hospital municipal e a presença de equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)³³: dois CRAS - Centro de Referência da Assistência Social (divididos por região da cidade) e um CREAS - Centro de Referência Especializada da Assistência Social. Essas unidades públicas são descentralizadas e responsáveis pelo serviço de atendimento na dimensão da proteção

31 Silva (2016) mostrou a permanência do trabalho “indecente” nos casos do México, Argentina, Chile, Uruguai e Equador, contando com as pesquisas de Lara e Grammont (1999), Flores (2012), entre outros.

32 Numa perspectiva orientada pela reflexão de Deleuze e Guattari (1995), podemos aproximar a ideia de rede de pescador a um esquema rizomático. São linhas que se entrelaçam e que fazem contato umas com as outras, em multiplicidade, não em linearidade e ordem.

33 Desde 1993, com a publicação da Lei Orçamentária da Assistência Social (LOAS), a Assistência Social passa a ser parte da Política de Seguridade Social, composta pelo tripé Assistência Social, Previdência e Saúde. Em 2005, cria-se o SUAS, como sistema descentralizado que organiza a assistência em duas linhas, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A primeira oferta programas, projetos e serviços de prevenção de riscos sociais para famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é específica para os casos em que há risco social ou pessoal, com violação de direitos (maus-tratos, abandono, abuso sexual, uso de drogas).

básica e especial do SUAS. Os profissionais que trabalham nesses espaços afirmaram atender ao público que cortou cana e suas famílias, mas que não há dados sistematizados sobre esse grupo. Entendem que há sim uma relação direta entre esse tipo de trabalho e a situação de vulnerabilidade social das famílias, contudo, não há registros oficiais para que possam estabelecer esse vínculo. As informações eram baseadas mais em experiências pessoais dos profissionais do que em dados organizados que vinculassem o trabalho no corte de cana à busca aos órgãos da Previdência e da Assistência - apesar de os profissionais (assistentes sociais e psicólogas), em suas falas, fazerem essa relação.

A ausência de informações sobre os cortadores de cana, usuários dos serviços de assistência social, previdência e de saúde, é um forte indicador. Se a intenção da biopolítica é, por meio de suas instituições, a gestão da vida, por que não ter informações sobre a população gerenciada? Se se trata de governar, no sentido de guiar e moldar a vida, por que não há conhecimento sobre esse grupo? A falta de dados sobre um público, uma massa que é comum na região, sugere que são vidas não geridas. Vidas que não podem mais ser moldadas para o fim político econômico estabelecido. Uma vez adoecidos, os cortadores de cana se enquadram fora da norma do trabalho, não são mais úteis para o sistema. A biopolítica introduz suas instituições para esses que estão fora do campo de “capacidade”. Os descartados da cana deixam de ser alvo do fazer viver, são regulamentados dentro do lugar que lhes cabe na norma: inválidos. Vejamos a seguir o como essa regulamentação se dá. Além disso, entendendo que o poder traz consigo a resistência (FOUCAULT, 2004), apontaremos também as estratégias de resistência frente ao biopoder e à biopolítica.

2.3 A via sacra dos cortadores de cana adoecidos

O médico ortopedista que atende no hospital de Araçuaí disse em entrevista que o ex-cortador de cana adoecido passava por uma *via sacra* para conseguir algum benefício do INSS. A menção à elaboração católica sobre a trajetória de Jesus ao calvário, um caminho longo e penoso, possibilita alguma reflexão. Essa associação, além de denotar o longo caminho percorrido, simboliza um percurso lancinante. Entende-se que essa *via sacra* começa para os cortadores de cana antes mesmo da busca pelo INSS, num caminho intenso e carregado de sofrimentos que se inicia na

partida para os canaviais³⁴. O momento posterior - o *pós/trabalho* -, traz novas relações, carregadas de novos sofrimentos. A busca pelo INSS representa um elemento que corrobora a esse sofrimento.

O paciente, de certa forma, que depende do INSS, ele passa por uma via sacra. Então o paciente ele não chega, passou no ortopedista, você tem uma hérnia de disco, não consegue mais trabalhar, me dá o laudo, vou no INSS e aposento. Não é assim. Me dá o laudo, eu vou no INSS, consigo trinta dias e vai pra casa. Na verdade ele espera chegar uma carta né. Chegou a carta: trinta dias de benefício. Faltando quinze dias para acabar seu benefício você tem que correr atrás novamente. Aí você em quinze dias [...] tem que procurar um ortopedista de novo.
Décio – médico ortopedista ().03 de março de 2015

O médico explica algo que faz parte do *modus operandi* do INSS, antes da concessão da aposentadoria por invalidez, concede-se o auxílio-doença. Esse benefício é direcionado para aqueles acometidos por doença ou acidente temporariamente incapacitante para o trabalho. É preciso apresentar uma série de documentos (carteira de trabalho, carnês de contribuição ou outros que comprovem a contribuição com o INSS, além de RG, CPF, e documentos médicos que atestem a incapacidade para o trabalho) para concorrer ao auxílio-doença, benefício de caráter temporário. O adoecido deve, primeiramente, procurar um profissional que o avalie e ateste suas limitações físicas incapacitantes. No caso de um problema de coluna (lombalgia e hérnia de disco - mais frequentes entre cortadores de cana), deve-se procurar um ortopedista. Dadas as restritas condições econômicas desse grupo, geralmente a consulta com o especialista é via SUS. O médico pode pedir alguns exames, como tomografia ou ressonância magnética. Para poder acessar esses exames via SUS, o paciente deve entrar em uma fila de espera. Ao pegar o resultado do exame, deve voltar ao médico – esperando a disponibilidade de data para a consulta. Ocorre de os trabalhadores esforçarem-se para pagar uma consulta particular, com o intuito de agilizar esse processo. A partir do resultado do exame, o médico elabora um laudo a ser entregue na perícia do INSS. Este processo poder ser bastante demorado, conforme admite o próprio médico perito do INSS e do SUS, Osvaldo: “[...] é um pouco demorado. Até a pessoa conseguir vaga para passar, para fazer uma tomografia, conseguir vaga para passar no ortopedista pelo SUS, a pessoa com uma renda financeira inferior... Agora, eles também fazem particular, vai no ortopedista particular”.

Como outras instituições no sistema capitalista, o Sistema Único de Saúde (SUS) é modulado para efetivar os interesses do capital. Apesar de regulado e legislado como direito constitucional, tem se tornado um setor subsidiário de empresas do setor de saúde, comprador de serviços

34 A saída dos trabalhadores do Piauí e Maranhão para os canaviais paulistas é bem explicada no vídeo documentário, *Migrantes* (2007), de Francisco Alves e Beto Novaes. O livro organizado pelos mesmos pesquisadores (*Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*). São Carlos: EDUFSCar, 2007) aprofunda a exposição.

medicinais e mediador de negócios (gerência de hospitais pelas Organizações Sociais, construção terceirizada de hospitais, entre outros). Desse modo, quem pode pagar, compra os serviços de saúde à granel, quem não pode, fica sem acessar tais serviços, ou “amarga na fila de espera” (RIBEIRO, 2017). Levamos em consideração que o esforço de pessoas de camadas mais populares, como os cortadores de cana, para acessar aos serviços de saúde particulares representa uma forma de resistência, estratégia de escape à imposição biopolítica. Tratem os brevemente sobre essa consideração foucaultiana sobre resistência.

Foucault (2004, 2010, 2014) apresentou em seus últimos trabalhos uma revisão sobre o conceito de poder, trabalhando mais com a noção de governo. Deleuze (2008) indicou que essa passagem no debate de Foucault do governo dos outros para o governo de si, seria uma terceira dimensão desenvolvida por Foucault. Do saber (primeira dimensão), para o poder (segunda dimensão), do poder para o sujeito (terceira dimensão). Foucault teria feito, então, um deslocamento no eixo do poder, e a noção de governo traria uma teoria da ação dos sujeitos (BAMPI, 2002, p.134): “O governo passa a ser visto como uma espécie de região intermediária que não é liberdade nem dominação, não é consenso nem coerção”. Podemos entender essa região como o espaço de ação dos sujeitos, onde aparecem as estratégias de resistência, as linhas de fuga ao poder. Mas, para Foucault, sujeito não se entende apenas como pessoa, são usados

(...) os termos “subjetivação”, no sentido de processo, e “Si”, no sentido de relação (relação a si). E do que se trata? Trata-se de uma relação de força consigo (ao passo que o poder era uma relação de força com outras forças), trata-se de uma “dobra” da força. Segundo a maneira de dobrar a linha de força, trata-se da constituição de modos de existência, [...] Trata-se de inventar modos de existência, segundo regras facultativas, capazes de resistir ao poder bem como se furta ao saber, mesmo se o saber tenta penetrá-los e o poder tenta apropriar-se deles” (DELEUZE, 2008, p.116).

A resistência seria, afinal, essa dobra das linhas de força, não como ação racional organizada e orientada a fins, mas simplesmente como linha de fuga do saber-poder, autoconstituição do eu; é a transgressão e contestação dos limites do saber-poder (BAMPI, 2002). Recorremos a essa noção de resistência em Foucault para compreender a ação dos cortadores de cana e suas famílias. Nesse sentido, mesmo sem as condições financeiras necessárias, esses sujeitos não aceitam a morte social, não aceitam “amargar na fila de espera”. O fato de alguns fazerem o possível (e impossível) para acessar o serviço de saúde particular é um sinal de resistência. As estratégias de fuga são diversas, como veremos no decorrer desta tese.

Oswaldo, especializado na medicina do trabalho e perito do INSS, afirma atender muito mais às pessoas em seu consultório particular do que no SUS, principalmente porque as pessoas “não têm

paciência de esperar”. Entendemos que, mais do que paciência, trata-se da urgente necessidade de subsistência, como a perspectiva do ortopedista Décio mostrou:

[...] se ele não tem condições de pagar uma consulta particular, ele vai ter que passar em um ortopedista pelo SUS. Como que ele vai passar num ortopedista pelo SUS se a fila de espera é de um mês, dois meses, entendeu? Aí o cara tem que voltar a trabalhar, ou ele vai passar fome, ou ele vai vender coisa, vai fazer alguma coisa. Então ele segue uma via-sacra, e acaba que ele se sente marginalizado.

Décio – médico ortopedista (03 de março de 2015).

Os poucos recursos financeiros dos cortadores de cana dificultam o acesso aos exames especializados (tomografia³⁵, ressonância magnética, por exemplo), que geralmente tem que ser realizados em cidades distantes de Araçuaí. Em alguns casos, apresentam apenas um raio-x, o que não é suficiente para visualizar uma lesão na coluna.

a gente sabe que não dá pra ver hérnia de disco em Raio-x, tem que ser uma ressonância ou uma tomografia. Mas, mesmo assim eu considero o afastamento, porque a pessoa não tem dinheiro, como que ela vai pagar uma tomografia? [...] eu até libero o auxílio doença para a pessoa para ela ter um recurso para ela poder fazer o exame. E o pessoal é muito honesto, eles fazem isso, eles recebem o auxílio doença e vão lá e fazem o exame. Aquela pessoa que tá de boa fé, tentando tratar sabe? Tem algumas pessoas que não fazem isso, tem alguns que acomodam com o benefício, com o auxílio né, e não querem tratar. Não vai na fisioterapia, só vai na consulta do médico só pra pegar o laudo, porque tá vencendo a perícia e aí quer renovar a perícia. Não faz um exame, não apresenta pra você um remédio que está tomando...”

Oswaldo – perito INSS (03 de março de 2015)

O perito reconhece a dificuldade para realizar certos exames no município. Em alguns casos, concede o auxílio doença só para que a pessoa tenha condições de realizar o que for necessário. Contudo, ressalta que algumas pessoas *se acomodam* e não buscam o tratamento (fisioterapia) ou realizar a tomografia ou ressonância magnética pedida anteriormente. Nádia, assistente social do INSS, também afirma que para a renovação do auxílio doença é importante que sejam apresentados novos exames, sem os quais a renovação não pode ser efetuada. E, em casos em que não houve vagas para a realização do exame no SUS, isso também deve ser informado ao INSS. Nádia supõe que muitas pessoas que requerem o benefício têm uma cognição mal desenvolvida e não conhecem os trâmites a serem seguidos. Diz que as pessoas precisam entender que, se estão doentes, devem continuar os tratamentos. O ortopedista Décio seguiu o mesmo raciocínio, para ele se a dor realmente incomoda, o paciente deve “correr atrás” para melhorar. Quando, por exemplo, há muitas pessoas na fila de espera para fazer fisioterapia, a pessoa interessada deveria pelo menos

35 A cidade de Araçuaí, até 2016, não realizava tomografias, o que obrigava os pacientes a irem até outra cidade a mais de 200 quilômetros dali para conseguir o exame.

acompanhar o andamento da fila, ou saber o nome da medicação que está tomando, etc. Entretanto, traz a ressalva de que muitas pessoas podem ser “ignorantes” no sentido de não saber como “correr atrás” dos tratamentos médicos ou exames. Ele trouxe também a possibilidade de que o paciente estar simplesmente querendo se aproveitar e enganar o INSS, já que, em alguns casos, os pacientes afirmam sentir dores que, o médico julga maiores, do que o quadro clínico.

Assentimos com Ribeiro (2017) quando o autor faz a crítica aos profissionais da saúde – chamados de profissionais da doença, uma vez que suas práticas estão assentadas mais em mitigar os efeitos do adoecimento do que promover de fato a melhora das condições físicas dos pacientes. A avaliação não diz respeito à formação médica, mas à sua atuação. A medicina tem se dedicado, no que se refere aos cuidados das classes populares, a reabilitar os trabalhadores para que voltem a ocupar seu lugar no sistema produtivo. Os profissionais da saúde (ou da doença), apesar de também assalariados, são *operadores* sistêmicos, força de trabalho auxiliar da produção que gere e controla o trabalho dos mais subalternos” (RIBEIRO, 2017, p. 154). No INSS, a perspectiva biomédica se sobrepõe à biopsicossocial (MACEDO, OLIVEIRA, 2015), restringindo os sujeitos a meros corpos físicos descolados de seus contextos sociais.

Como contraponto às interpretações expostas pelos médicos entrevistados, cabe trazer o caso de Nilton - cortador de cana com problemas de coluna - convive diariamente com dores, obteve o auxílio doença por três meses, porém não a renovação do benefício, não consegue carregar mais de dois quilos de peso, e nem fazer movimentos que exigem flexão do tronco. Nilton reside em uma comunidade rural bastante distante do centro de Araçuaí, são aproximadamente vinte e cinco quilômetros de estrada de terra acidentada. Não há transporte público para o local de sua residência, apenas um ônibus particular que passa uma vez ao dia, a uma distância razoável de sua casa, com o custo de doze reais. Para embarcar nesse transporte, Nilton caminha em torno de uma hora até o local de parada do ônibus – uma árvore de Tamboril. Entretanto, por pertencer a um particular, às vezes, o ônibus não circula, ou adianta o horário. Para chegar até a cidade a pé, Nilton deve caminhar em torno de quatro horas. Sua esposa, Daiane, relatou a dificuldade: “É uma caminhada boa, é prolongada. E pra ele que não tá aguentando... É meio complicado, mas vai ter que ser assim. [...] Não tem outro jeito. Porque ele não aguenta andar muito não, minha filha. Ele anda um pouquinho, com um pouco, ele fica: ‘Ai, eu não estou aguentando’”. Na data da entrevista com Daiane, o esposo havia ido à cidade, pois estava com muita dor. Foi ao hospital a pé, caminhou em torno de quatro horas, para tomar uma injeção para aliviar a dor nas costas.

O caso de Nilton é um exemplo das dificuldades que envolvem chegar à cidade para realizar sejam exames, sejam tratamentos, seja a perícia médica no INSS. A estrutura de atendimento em serviços de saúde representa etapas da *via sacra*, para acessar esses serviços um sofrimento moral é impingido. A esposa de Nilton também afirmou que nem sempre consegue pegar os remédios gratuitamente, lembra uma ocasião em que não tinha o dinheiro necessário para comprar a medicação na farmácia e, por coincidência, encontrou um conhecido na farmácia que lhe emprestou a quantia. Estava agendada para alguns dias depois da entrevista uma nova perícia para Nilton. A esposa explica o trajeto que fariam:

Dia de terça-feira nós dois vamos sair daqui o quê? Nós vamos sair daqui umas cinco horas da manhã. [...] Ele [o ônibus] passa seis e quarenta, sete horas? [...] Se nós sairmos daqui tarde, nós não achamos o ônibus e aí tem que ir andando até Araçuaí e aí chega lá e já passou do horário. Então, nós vamos ter que sair aqui às cinco horas na terça-feira pra ver se nós encontramos, pega esse ônibus no pé de Tamboril e vai pra Araçuaí e na volta pega ele de novo, duas e meia, vem até o pé de Tamboril e de lá pra cá nós vem andando.

Daiane, esposa de ex-cortador de cana (13 de março de 2015).

A partir desse caso, que não é incomum, percebemos que há uma série de obstáculos que envolvem a chegada do paciente até os meios de atendimento de saúde. Uma particularidade da região é que boa parte dos cortadores de cana adoecidos reside em comunidades rurais, o que dificulta mais ainda o acesso aos equipamentos públicos localizados na área urbana do município. Desse modo, acessar aos consultórios médicos e locais de exame, ainda mais os que devem ser realizados em outros municípios, torna-se financeiramente dispendioso e emocionalmente desgastante. Mais do que *acomodação* com o auxílio doença, entende-se que o acesso a esse benefício é um alívio, pois além de garantir, mesmo que temporariamente, alguma segurança financeira para a família, também é o fim (provisório) do desgaste vivido para acessar o direito. A psicóloga Márcia apresentou que em alguns casos o que urge é a subsistência, e não há como pensar em saúde e mais nada: “[...] quando a gente recebe uma família que não tem o que comer, ela vai preocupar com o que, se a primeira necessidade básica a ser superada, a ser suprimida, como que ela vai pensar sequer na saúde se ela não tem o que nutrir o corpo?”.

Afirmar que é má-fé não apresentar exames ou não realizar a fisioterapia é um tipo de interpretação baseada mais num julgamento moral do que nas reais condições do território de acesso a esses serviços. Devem-se levar em consideração as condições concretas dos sujeitos chegarem até os serviços de saúde, assim como desses serviços terem a estrutura para atender os sujeitos. Nesse sentido, entendemos a indicação de Foucault (2004, 2014), em que não há relação de poder sem

resistência. Os sujeitos são produzidos e se produzem como tais, nas práticas de resistência, isto é, nas linhas de fuga, contestam aquilo que lhes é imposto. O intolerável é transgredido. Queremos dizer com isso que, mesmo que o modo medical de interpretação do adoecimento dos trabalhadores os impinja a desconfiança em relação à dor, o julgamento moral de acomodação frente ao adoecimento, mesmo que o Estado os relegue à morte social, oferecendo serviços precários de saúde, os descartados da cana desenvolvem suas estratégias de sobrevivência. Caminham horas até o hospital, fazem o possível para pagar serviços de saúde quando não podem acessar os serviços públicos, buscam de todas as maneiras existir, apesar da ação impetrada pelo biopoder do Estado apagar sua existência.

A ex-cortadora de cana Olga, que se dedicou ao trabalho *sem falhar* nenhuma safra por seis anos. Entrevistada aos trinta e sete anos, havia desenvolvido um problema reumático na coluna e osteoporose. Por quatro anos tentou a consulta médica com o especialista, via SUS, não conseguiu. Trabalhando como cuidadora de idosos, esforçou-se para pagar as consultas particulares. Contudo, após aproximadamente um ano de acompanhamento médico particular, não pôde mais arcar com as custas médicas e abandonou o tratamento. Convive diariamente com dores, que são sanadas com analgésicos e, esporadicamente, anti-inflamatórios. Olga usou dos meios que tinha para viabilizar a própria existência. Se o SUS não oferece o serviço que é necessário, os pacientes, como estratégia de sobrevivência, transgressão daquilo que é imposto (o adoecimento, definhamento e morte social), buscam meios de acessar cuidados médicos via consultórios particulares. Quando não podem pagar, se automedicam. São diferentes recursos em que os sujeitos resistem. A ineficiência do sistema de saúde, por um lado, favorece aos prestadores de serviços de saúde particulares, por outro, empurra os pacientes para a perigosa automedicação.

Olga, como outros casos observados, sequer tentou acessar os direitos previdenciários. Para a ex-cortadora de cana, depender do Estado é pior do que trabalhar com dores. O caso de Olga será mais bem apresentado na seção seguinte, cabe reter que sua ação denota uma resistência à biopolítica. Para muitos, além da dificuldade em acessar o sistema público de saúde, há ainda o desgaste gerado pela relação que passa a se estabelecida com o INSS. As normas tanto para a aquisição como para a renovação de benefícios não leva em consideração a estrutura local de deslocamento e serviços (transporte e saúde, por exemplo). Antes do término do benefício, é necessário ir novamente à consulta médica com o especialista, realizar mais uma vez os exames e obter novo laudo médico, documentação que deve ser apresentada à perícia do INSS para a renovação do auxílio doença. O público que precisa renovar o auxílio doença deve enfrentar

diversos percalços para tentar a renovação do benefício, que nem sempre é garantida. Esse ciclo pode ser repetido durante anos, com aprovações ou reprovações do benefício nesse período. Após certo tempo, o caso pode – ou não – alcançar a aposentadoria por invalidez, como foi sinalizado pelos peritos do INSS.

Teresa acompanhou o marido nesse processo. Diagnosticado com glaucoma, acessou o auxílio doença reiteradamente, contudo, não conseguia a aprovação da aposentadoria por invalidez. Foi procurado por um advogado que entraria com uma ação judicial contra o INSS para conseguir a aprovação da aposentadoria. O advogado tomou posse de todas as carteiras de trabalho do marido de Teresa. Após alguns anos, não receberam mais notícias do advogado, só o que souberam foi que a pessoa se mudou para o município de Teófilo Otoni, a 170 km de Araçuaí. O marido conseguiu se aposentar, posteriormente, por idade.

Não são raros os casos advogados que se propõem a orientar os trabalhadores em ações judiciais contra o INSS. Segundo o Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2011), o INSS está entre os cem maiores réus de ações judiciais no país, correspondendo a 22% dentre as demandas judiciais desse total.

[...] a estrutura é feita para não funcionar, trava tudo ali porque não pode andar a lei não. A maior demandada hoje do Brasil é o próprio Estado [...]. O maior cometedor de atos ilícitos com a população é o Estado, você está entendendo? Então o Estado não tem interesse com que ele seja condenado rápido, entendeu? [...] Por quê? Simplesmente por que o maior demandado é o Estado. Quem são os maiores demandados hoje na justiça? INSS, os estados né, Minas Gerais, São Paulo, são demandados os municípios, a União é demandada, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil. Então assim, é o Estado um dos maiores demandados, para que vai ser sério, para que a justiça vai ser rápida para se condenar?
Flávio – advogado (11 de fevereiro de 2015).

O advogado Flávio chama a atenção para uma lógica interna do Estado de morosidade judicial, já que é o próprio Estado, ao mesmo tempo, réu e juiz. Aprofundaremos essa reflexão mais à frente, por ora, voltemos aos advogados que se candidatam a processar o INSS. Chamados de atravessadores podem reter a documentação dos beneficiários, carteiras de trabalho, por exemplo. Pela região do Vale do Jequitinhonha há a ação de grupos organizados com o intuito de encaminhar os pedidos de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez. Via-de-regra, orientam erroneamente os trabalhadores, ocasionando a recusa do benefício. Com a recusa, podem iniciar o litígio contra o INSS e, em caso de vitória, apropriam-se inteira ou parcialmente do valor. Esse não

é um quadro restrito ao Vale do Jequitinhonha, há casos de fraude espalhados pelo Brasil³⁶, algo já investigado pelo Ministério Público Federal. O próprio INSS realizou cursos de capacitação para prevenir fraudes e ações de quadrilhas³⁷.

Como existem os chamados atravessadores com a possibilidade de requerer um benefício do INSS, mas aí, a via que for mais tranquila eles fazem, porque lá em Engenheiro [comunidade rural], existe muito relato das pessoas com relação a esses atravessadores. Às vezes já tem três anos que está no atravessador e que não andou ainda, e que eles não sabem, não têm resposta...

Tânia - assistente social (11 de fevereiro de 2015).

A ação dos atravessadores é conhecida pelos profissionais da assistência social local. O caso de dona Dinha³⁸, do município de Chapada do Norte, é similar aos registrados em Araçuaí. Impossibilitada de trabalhar, tem em mãos laudos médicos que explicitam a inviabilidade de executar qualquer atividade.

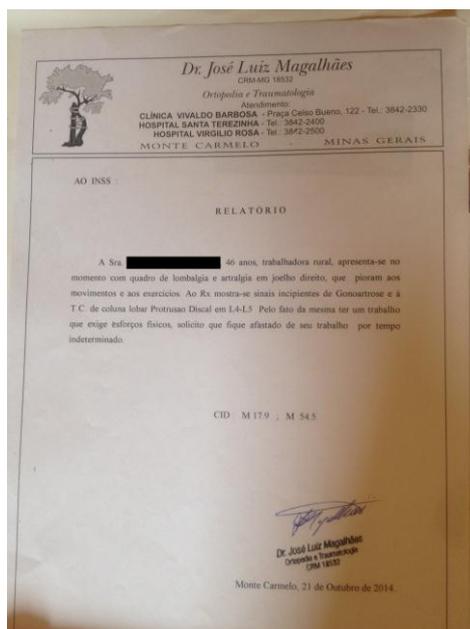
36 O programa televisivo Fantástico apresentou reportagem em 2015 sobre casos de abuso de cobrança e apropriação indébita na Bahia e em Minas Gerais. A reportagem está disponível on line no link:

<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/01/advogados-sao-acusados-de-dar-golpe-em-aposentados-rurais.html>

37 Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62150-curso-para-servidores-do-inss-vai-usar-casos-reais-para-prevenir-fraudes-previdenciarias>.

38 Dona Dinha cortou cana por pouco tempo, trabalhou vinte anos na colheita de café. Seu esposo ainda corta cana, é o único meio de subsistência para a esposa, que havia sido recentemente desvinculada do programa Bolsa Família. O caso de dona Dinha é mais bem exposto na seção 3 desta tese.

Figura 10 - Laudo médico (2014) de Dinha para o INSS atestando que está inapta para o trabalho³⁹



Fonte: Tainá Reis, Chapada do Norte, 2017

Apesar disso, dona Dinha está há oito anos tentando se aposentar. Havia entrado também com processo judicial, mas ainda não havia recebido resposta do advogado sobre o andamento da ação. Residente na mesma comunidade rural, a senhora Das Dores, ex-cortadora de cana, afirma: “Coluna não aposenta”. Sua fala vem da própria experiência, mesmo com sérios problemas de coluna, não conseguiu aposentadoria por invalidez. Segue trabalhando com o que pode, com dores.

O médico perito do INSS explica que se leva em conta para a concessão do auxílio doença, assim como da aposentadoria, a profissiografia, isto é, a relação entre a doença e a atividade profissional exercida⁴⁰. A avaliação da profissiografia vai dizer se a lesão é incapacitante ou não, por exemplo, o tempo de afastamento por lombalgia é diferente para uma secretária e para um cortador de cana, pois esse tipo de lesão inviabiliza mais o trabalho de um do que de outro. O médico afirma

39 Transcrição laudo realizado em 21 de outubro de 2014: “A Sra [*Dinha – nome fictício*], 46 anos, trabalhadora rural, apresenta-se no momento com quadro de lombalgia e artralgia em joelho direito, que pioram aos movimentos e exercícios. Ao Rx mostra-se sinais incipientes de Gonartrose e à T.C. de coluna lombar Protusão Discal em L4-L5. Pelo fato de a mesma ter um trabalho que exige esforços físicos, solicito que fique afastada de seu trabalho por tempo indeterminado. Monte Carmelo, 21 de outubro de 2014”.

40 O INSS tem um formulário chamado Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, em que são preenchidas informações sobre a atividade exercida – exposição a agentes nocivos, intensidade e concentração. Esse formulário deve ser preenchido pelas empresas quando seus empregados estão expostos a agentes nocivos (químicos, físicos, biológicos ou associação a agentes prejudiciais à integridade física e à saúde). O preenchimento do formulário PPP é obrigatório conforme a regulamentação IN INSS 118/2005, e deve ser feito de forma individualizada para os trabalhadores, mesmo os avulsos e cooperados.

que o trabalho no corte de cana, com certeza, está relacionado com esse tipo de adoecimento, pois o esforço realizado – constantes flexões do corpo - sobrecarrega a coluna, podendo levar a uma hérnia de disco. Falou, também, sobre a depressão, que pode se desenvolver a partir da vivência da distância ou quebra de vínculos familiares, somada às condições precárias de trabalho, alimentação e alojamento.

A depressão pode evoluir para um quadro de alucinações, psicose e até esquizofrenia, como também afirmado pela psicóloga do CAPS, Camila. Os casos atendidos por Osvaldo, o médico perito do INSS, são de pessoas jovens (dezoito anos, por exemplo). Tem dois pacientes nessa situação, que são casos que evoluíram para esquizofrenia e têm piorado – possivelmente casos que serão encaminhados para aposentadoria. “Acontece mais depressão, com os cortadores de cana, depressão, depressão com psicose, depressão grave com psicose, psicose não orgânica, e esquizofrenia.” A repercussão subjetiva do *pós/trabalho* será mais aprofundada na seção quatro da tese. Aqui cabe apresentar como os setores do Estado respondem às demandas desse público.

O perito do INSS sinaliza que quando o caso de adoecimento é muito grave, pode-se conceder aposentadoria por invalidez, prontamente, apesar de ser mais comum que se acesse primeiro o auxílio doença até que o beneficiário tenha capacidades terapêuticas de retornar ao trabalho. Afirma que o INSS, principalmente com pessoas mais jovens e escolarizadas, trabalha na via da reabilitação profissional. Desse modo, não apenas os serviços de saúde atuam no sentido da reintrodução do trabalhador no sistema produtivo (RIBEIRO, 2017), mas também o faz a Previdência Social. O advogado Flávio relatou que, em muitos casos, mesmo que a pessoa esteja totalmente incapacitada para o trabalho, o INSS concederá primeiro o auxílio doença, pois o Estado atua na via da recuperação daquela mão de obra. Uma pessoa com vinte anos dificilmente será aposentada, mesmo que não tenha condições de exercer atividade profissional. O entrevistado percebe que essa é a perspectiva capitalista: as pessoas devem trabalhar para manter o sistema funcionando. Faz uma reflexão sobre o próprio termo “inválido”, pois a pessoa está inválida apenas para cumprir seu papel dentro do sistema capitalista, a ideia de que aquela pessoa passa a ser imprestável: “O trabalhador que não está em condições de trabalhar, para o sistema capitalista, ele não presta para nada mesmo, é um inválido”.

A análise realizada que caracteriza uma doença como incapacitante ou não leva em conta a profissiografia e os exames médicos apresentados aos peritos, tudo isso somado a um protocolo interno que deve ser preenchido. No caso do adoecimento mental, o procedimento para a aquisição de laudo médico deve ser feito via CAPS. Neste serviço de saúde mental, o psiquiatra faz o laudo.

Na perícia, além da análise do laudo, observa-se a própria pessoa; o perito alega que é possível perceber quando a pessoa está “desconectada da realidade”. Afirma que, em casos assim, é difícil que a pessoa não consiga nenhum auxílio - contanto que o paciente esteja com exames e laudos médicos em mãos, e que a incapacidade esteja comprovada.

Os profissionais responsáveis pelos laudos, ortopedistas ou psicólogos, afirmam que os laudos são feitos assentados nas condições de saúde dos pacientes e que, muitas vezes, não entendem o porquê da recusa do benefício.

E aí a partir do momento que é feito o diagnóstico, a gente vai ver a viabilidade dessa lesão, se esse paciente tem condições de trabalho, de trabalhar cortando cana ou não. [...] Só que muitas vezes ele não consegue se aposentar. O INSS não considera aquela lesão como uma lesão incapacitante. [...] Eu prefiro fazer uma avaliação ortopédica, e se o paciente tem algum direito em relação a essa, recorrer, isso aí parte dele depois né, ele que procura o INSS, ou a Justiça ou o que quer que seja. Para mim eu faço meu trabalho ortopédico e acabou, acabou ali.

Décio – médico ortopedista (03 de março de 2015).

Muita gente não consegue, passa por uma, duas, três perícias e não consegue. E aí muitas vezes a gente faz, refaz, eles passam por novas avaliações para receber os laudos mais completos possíveis. Porque muitas vezes a gente observa que ela tem a condição, mas quando chega na perícia, ela não passa. E nós não sabemos muitas vezes qual o critério, mas a gente recebe uma justificativa, e que é compreensível de que ela não tem o direito talvez naquela época de receber, tenta na segunda ela consegue. [...] a gente vê que a pessoa precisa, que ela precisa daquele benefício, ela precisa da aposentadoria. Mas em muitos casos a gente conseguiu né, através daqui, com a parceira com outros serviços que essas pessoas estavam inseridas, que elas conseguissem o benefício e a aposentadoria.

Márcia – psicóloga
13 de fevereiro de 2015

Os serviços de atendimento em assistência social (CRAS e CREAS) auxiliam na busca por esses benefícios sociais, quando a demanda chega até eles. As pessoas são orientadas, às vezes pela própria equipe do INSS, a buscar esses locais para orientação. Nos casos de saúde mental, o CAPS e o CAPS-AD tem a mesma função, também elaborando laudos psiquiátricos. A assistente social do INSS afirma que para as pessoas que fazem acompanhamento no CAPS, ou no CAPS-AD, há mais chances de adquirir/manter auxílio doença, pois o vínculo com os órgãos de tratamento são “provas de que [a pessoa] está no acompanhamento médico”.

Nos serviços de saúde mental, os profissionais percebem que mais do que o laudo para acessar algum benefício, é necessária a realização de um acompanhamento psicológico, ou até mesmo psiquiátrico. As assistentes sociais e psicólogas do CRAS, CREAS, CAPS, CAPS-AD e do INSS sinalizaram a dificuldade de manter o tratamento de pessoas com transtornos psíquicos e/ou

alcoolismo e drogadição. Há grande estigma em ser “visto como louco”, por isso, muitos, ao conseguirem o laudo psiquiátrico, não voltam ao serviço de atendimento. O ex-cortador de cana Luis, usuário do CAPS-AD, faz questão de reafirmar que não é louco. Admite o problema com o álcool, mas reitera que não tem nenhum tipo de problema mental. Luis recebe auxílio doença por conta de um problema neurológico. O caso de Luís será apresentado com maior aprofundamento na seção 3, aqui cabe reter sua necessidade de afastamento do retrato da loucura.

A psicóloga Camila, que oferece o atendimento no CAPS, traz uma reflexão sobre o peso que a classificação da invalidez pode trazer. Nesse sentido, o caráter temporário do auxílio doença possibilitaria uma reabilitação profissional. A profissional acredita que a concessão de benefício previdenciário temporário pressupõe a possibilidade de melhora no quadro clínico dos pacientes, pois admite a chance de estabilização e reabilitação dos casos – algo que o CAPS também defende. No caso da saúde mental, questiona como se pode assegurar que a incapacidade é definitiva. Por isso se justifica o recurso ao auxílio-doença, que tem o caráter temporário. Tanto o INSS quanto os serviços de saúde atuam na via da reabilitação profissional, é entendido que as pessoas devem voltar a trabalhar. Dessa maneira, o acesso à aposentadoria por invalidez representaria menos um direito e mais uma vergonha, a vergonha não apenas de não trabalhar, mas de ter reconhecida a condição de invalidez. A aposentadoria seria, nessa perspectiva de reinserção profissional, quase como uma condenação. O auxílio doença, por conta do caráter temporário, daria margem a uma expectativa de melhora. O advogado Flávio relata algo parecido, mas numa perspectiva crítica:

Você não vai aposentar uma pessoa com vinte e poucos anos de idade, então você vai no máximo conceder um auxílio doença para tentar recuperar essa mão de obra mesmo [...] Mas é difícil o INSS reconhecer essa condição de cara, entendeu? Então às vezes concede o benéfico de auxílio doença, passa cinco, passa dez anos, aí depois dá. “Estou vendo aqui que não tem jeito”, aí da aposentadoria por invalidez.

Flávio – advogado (11 de fevereiro de 2015).

O advogado se refere ao fato que muitas vezes são jovens os cortadores de cana que adquiriram condições incapacitantes para o trabalho durante o corte de cana. Nesses casos, mesmo que a pessoa tenha perdido permanentemente a capacidade laboral, o benefício concedido será o auxílio doença. Assim, de tempos em tempos, a pessoa deverá apresentar novos exames para confirmar que a incapacidade permanece. Caso seja avaliado na perícia que houve melhora, deverá buscar alguma inserção profissional. É relevante que a reabilitação profissional apareça como

caminho ideal para os trabalhadores adoecidos. O adoecimento não pode ser aceito, a volta ao trabalho – a reinserção na norma – é a saída que o Estado oferece.

Foucault (2005) mostra como na biopolítica a doença torna-se algo que enfraquece a vida, torna-se fenômeno da massa populacional e, por isso, é administrada pelos mecanismos de normalização. A velhice ou acidentes e enfermidades, em suma, tudo aquilo que posiciona o indivíduo fora do campo da capacidade, vai ser um problema na biopolítica. Nesse regime de saber-poder deve-se fazer viver – o que é o mesmo que dizer, deve-se enquadrar na norma. No sistema capitalista, a norma é o trabalho, a produção, a utilidade. Nos casos observados dos cortadores de cana, a possibilidade de melhora é muito pequena e a reinserção profissional quase impossível. A migração para o corte de cana ocorre exatamente por não haver opções de trabalho na região de origem, como os cortadores de cana, adoecidos e impossibilitados de executar trabalhos braçais, poderiam se inserir profissionalmente na região? Os adoecidos da cana estão, portanto, fora da norma.

Existe um peso simbólico em viver como inválido. O corpo social é construído como corpo produtivo e, enquanto tal é destruído justamente por ser produtivo. Passa a não ser mais produtivo, passa a ser inútil dentro do sistema. E a vivência da “inutilidade”, para quem sempre foi útil, tem reflexos psicológicos também. A superexploração vai além do sofrimento físico, é também moral e psíquico (SILVA, 2012), o adoecimento intensifica esse sofrimento. Os corpos foram docilizados para o trabalho, para garantir a reprodução do capital, internalizaram o controle de tal maneira que estar fora da norma repercute na vida social dos sujeitos. O que é ser um inválido? Em uma cisão do todo biológico da espécie, dentro da “população”, há os válidos - corpos dóceis para o trabalho, e os inválidos - aqueles que não podem trabalhar. Jodellet (2005) mostrou em seu estudo sobre representações sociais como, mesmo aqueles considerados loucos, eram diferenciados a partir da habilidade para o trabalho. Era essa habilidade que separava os bons dos ruins. Assim como os cortadores de cana são separados em bons e ruins de acordo com a aptidão e resistência para o trabalho - não faltar, não usar atestados médicos (SILVA, 2016). E os que adoeceram são constantemente incentivados a voltar ao trabalho, caso contrário, são tidos como inválidos. Configura-se neste ponto um seccionamento entre os aptos e não aptos, úteis e inúteis, os que se faz viver e os que se deixa morrer.

Da perspectiva dos trabalhadores adoecidos, as negativas do INSS causam revolta, pois entendem que realizaram a contribuição previdenciária necessária para acessar o direito. A psicóloga Camila diz: “Aí tem os casos que não conseguem. ‘Ah não, ele avaliou lá’ e mesmo a

gente sabendo que tem o direito, o perito do INSS entende que não, ‘Você está apto para trabalhar’, mesmo com relatório médico, ‘Você está apto, você ainda tem condições’”. Mesmo para a concessão de auxílio-doença, há negativas do INSS. Nesses casos, não é nem a reabilitação profissional que entra em questão, já que o INSS sequer admite que haja uma impossibilidade para o trabalho. Os profissionais do CAPS também não entendem exatamente os motivos das recusas, ainda mais quando o laudo está bastante claro sobre a necessidade daquele benefício.

Além do desenvolvimento de transtornos mentais, a psicóloga do CAPS chama a atenção para o alcoolismo e drogadição como fatores relevantes no caso dos cortadores de cana. O uso abusivo de drogas e álcool inicia-se, ou se intensifica, durante o trabalho nos canaviais, e pode ser também um gatilho para o desenvolvimento de transtornos mentais. Na mesma direção, a psicóloga do CAPS-AD afirma que a negativa do INSS, junto com a incompreensão do funcionamento da burocracia e a própria urgência de respostas, pode gerar uma frustração ainda maior, podendo levar à depressão ou, em alguns casos, aumentar mais ainda o consumo de álcool ou drogas. “Isso para eles muitas vezes é tudo, porque eles não têm outra via, outra saída, porque não têm mais como se empregar, porque não têm mais a saúde e ainda tem o problema do álcool e droga”. A psicóloga Márcia conta o caso de um usuário do CAPS-AD, ex-cortador de cana, que chegou a ir embriagado em uma perícia médica do INSS. Por conta disso, o auxílio foi negado. A equipe do CAPS-AD entrou com um pedido de reconsideração, apresentando que naquele caso o vício havia atingido níveis orgânicos em que a pessoa realmente não conseguia ficar sem aquela substância. Porém, foi só quando o rapaz conseguiu diminuir o consumo de álcool que teve seu auxílio doença aprovado.

Todo esse processo de tentativa de acesso aos direitos previdenciários só pode ocorrer caso o trabalhador ainda esteja na qualidade de segurado, isto é, que comprove a contribuição com o INSS dentro de um período específico. No caso dos cortadores de cana, há aqui dois problemas. Um é a comprovação de contribuição, já que algumas usinas retêm as carteiras de trabalho, outras sequer assinam a carteira profissional e, em alguns casos, não há o repasse dos valores contribuídos. A cortadora de cana Gil, que trabalhou mais tempo cortando cana sem registro em carteira de trabalho do que registrada, acredita que o trabalho “avulso” (sem registro) é melhor, pois não são descontadas as contribuições e assim o ganho é maior. Pelo contrário, seu companheiro e também cortador de cana, Wagner, afirma que é a contribuição que pode garantir acesso à aposentadoria. “A gente trabalhando avulso, a gente ganha um pouco a mais, mas só que não tá contribuindo. Se precisar um dia...”. Wagner desenvolveu um sério problema na coluna durante o trabalho no corte

de cana e não pode mais efetuar atividades que exijam flexão do tronco. Apesar disso, e das contribuições ao INSS, não tem nenhum benefício social, pois optou por não buscar o INSS.

Outra dificuldade para acessar os direitos previdenciários é o tempo; após o término do último contrato de trabalho, o trabalhador permanece segurado pelo INSS por doze meses, passado esse período, perde o direito à seguridade. Além disso, é preciso que haja também a contribuição mínima de doze meses, assim, os cortadores que adoeceram na primeira safra (de seis a nove meses), não estariam segurados. Por conta dessas regras, não é raro que diversos ex-cortadores de cana adoecidos não consigam acessar nenhum direito previdenciário⁴¹.

Em muitas ocasiões, o trabalhador deixou passar o tempo e perdeu a qualidade de segurado do INSS, por isso não tem mais o direito de requerer o auxílio-doença. Em outros casos, não se estabelece vínculo empregatício por não haver comprovação em carteira profissional.

Na verdade eles têm que comprovar que ele teve o vínculo. Muitos deles, por exemplo, pelo menos é o que eles contam, começam um vínculo, mas eles começam a adoecer e aí eles não conseguem mais dar conta no processo de trabalho e eles começam a faltar, faltar, faltar. [...] E às vezes eles são dispensados e não têm como sobreviver mesmo, dispensados mesmo, tem um pequeno acerto e são dispensados. Aí quando eles retornam eles procuram às vezes no sentido de orientação, o que é possível fazer para entrar com um processo para requerer um auxílio. Aí quando é solicitada essa documentação de comprovação, como é que se deu essa desvinculação, dentro da legislação está legal. E eles não comprovaram, por exemplo, não chegaram a procurar a saúde através de laudos, houve a necessidade que eles comessem a provar, que não está indo, não está conseguindo comparecer por problema de saúde, e aí eles perdem.
Tânia - assistente social (11 de fevereiro de 2015).

A afirmação da entrevistada leva a entender que a dispensa do cortador de cana que adoce nos canaviais é feita de acordo com a legislação, o que demonstra que a própria estrutura jurídica tem um viés de classe, pois garante à empresa a manutenção da produção ignorando a real condição do trabalhador. Nesse sentido, é possível pensar no racismo de Estado, mecanismo que garante a vida de alguns em detrimento de outros. O Estado, ao manter o *status quo* assegurando às classes dominantes sua reprodução por meio da própria reprodução do capital, garante a divisão do que na biopolítica se chamou de população. Não mais a massa homogênea, mas, de um lado uma elite que opera seus interesses em articulação com o Estado e, de outro, os descartados da cana, expropriados de sua saúde e capacidade laboral.

41 Os depoentes também trouxeram a possibilidade de contribuição sindical como comprovação de vínculo empregatício. Contudo, apesar de muitos cortadores de cana afirmarem terem contribuído com o sindicato no local de trabalho, não têm esses comprovantes. A orientação do INSS de Araçuaí é que mesmo durante a migração, os cortadores de cana contribuam no sindicato do município de origem. Os entrevistados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí afirmaram que não podem fazer muita coisa no caso dos cortadores de cana pois estes não contribuem com o sindicato local.

Os relatos apontam a dificuldade para a aquisição do auxílio doença, que exige a comprovação da contribuição do trabalhador com o INSS. Quando é possível estabelecer essa comprovação, há ainda a dificuldade em adquirir um laudo médico que ateste para o INSS a situação de adoecimento que inviabiliza o trabalho. Os Centros de Referência atuam principalmente na orientação em relação, mas quando sabem que o acesso não é garantido, indicam o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Há ainda o caso contrário, como foi relatado pela assistente social do INSS, em que os trabalhadores vão ao INSS já em busca do BPC. A assistente social afirma que, quando avalia que a pessoa tem a comprovação de trabalho rural para se encaixar na categoria de segurado especial, pede que um termo de desistência do benefício seja assinado, para aí entrar com pedido de auxílio-doença ou aposentadoria.

O BPC não é uma política da Previdência Social, mas da Assistência, sendo financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Apesar disso, a política é gerenciada pelo INSS, ou seja, são os mesmos peritos e técnicos que fazem a avaliação do auxílio-doença que atendem também para a concessão do BPC. A vantagem desse benefício é que não é necessária a contribuição previdenciária, mas há uma série de requisitos que devem ser cumpridos para que se possa acessar esse benefício. O benefício foi regulamentado por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)⁴². “A unificação da Assistência Social, diante da LOAS [...], faz um esforço em dar à Assistência Social o status de política pública e, desta forma, a desvincular da caridade benemérita. Assim, tenta trazer uma nova concepção de Assistência Social, agora ligada ao direito à proteção social e à seguridade social” (BARBOSA, 2017, p.90). O BPC é uma transferência de renda mensal com o intuito de garantir os mínimos sociais no valor de um salário mínimo para pessoas acima de 65 anos ou com deficiência que traga impedimentos físicos ou mentais de longo prazo, que impossibilitem a participação “plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2017). Além disso, é necessário que a renda per capita da família seja de até um quarto de salário mínimo. Por ser um benefício da Assistência Social, o BPC tem caráter não contributivo, ou seja, não há exigência de contribuição ao INSS para acessar ao direito social, só é necessário que as pessoas se enquadrem no perfil estipulado.

42 A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estipula que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. Por ser parte de uma Política de Seguridade Social, deve prover os mínimos sociais, o que seria realizado através de ações integradas entre a iniciativa pública e a sociedade. Tem por objetivos: “I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, [...] II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos, III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, 1993).

Os cortadores que não conseguem acessar os direitos previdenciários são encaminhados pelas equipes do CRAS para tentar o BPC. Desse modo, é necessário que se enquadrem no grupo de pessoas com deficiência. Esse ponto também representa um sofrimento moral, pois é necessário que passem por todo o ciclo de consultas-exames-perícia. Em alguns casos, mesmo com sérios limitantes físicos, não conseguem acessar nenhum benefício. Retorna-se, assim, às mesmas questões relacionadas ao auxílio doença/aposentadoria por invalidez, também na aquisição do BPC há a ação de atravessadores. O médico Décio afirma que se baseia no quadro clínico do paciente para elaborar seus laudos. O acesso a benefícios ou não caberia ao INSS. Por outro lado, o perito do INSS alega que sua avaliação é fundamentada principalmente nos laudos médicos. Nesse caso, a Saúde e a Seguridade Social (previdência e assistência) não dialogam para que sua ação caminhe no sentido de viabilizar o acesso do trabalhador aos seus direitos.

Contudo, há uma diferença significativa entre a concessão do auxílio-doença e do BPC. Sendo uma política da Assistência Social, a avaliação do BPC conta com uma perícia sócio-assistencial. Nesse caso, assistente social e médico, conjuntamente, são responsáveis por avaliar os requerimentos para esse benefício. A avaliação do BPC, diferente do auxílio doença, deve ter caráter biopsicossocial⁴³. A assistente social do INSS explica que analisa a condição de moradia (zona rural ou não, distância da cidade), escolaridade, situação familiar, outras possibilidades de trabalho para efetuar sua avaliação de concessão do BPC. Macêdo e Oliveira (2015) observaram a manutenção do modelo biomédico na avaliação, que leva em consideração apenas aspectos biológicos da deficiência, ignorando outras questões integradas à vivência da deficiência. Conforme os autores há uma tensão entre o modelo médico e o modelo social de avaliação da deficiência/incapacidade, pois os médicos se valem dos mesmos protocolos previdenciários para avaliar casos de BPC. O caráter assistencial do BPC, que traz a figura do assistente social para a avaliação, quebraria a hegemonia médica dentro do INSS. Numa interpretação biopolítica, entende-se que “o médico adquire, nas relações de poder que atravessam o tecido social, uma posição de destaque, uma autoridade política” (NETO, 2010, p.23).

43 As diversas conferências (estaduais e nacionais) de assistência social tratavam, dentre outros temas, da dificuldade da delimitação e avaliação sobre grau de impedimento das pessoas com deficiência. Em resposta a isso, estudaram-se possíveis mecanismos de elegibilidade. Foi implantada por decreto em 2007 a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), modelo já utilizado no México. Esse modelo “problematiza aspectos relacionados à funcionalidade e à incapacidade, articulando com o diagnóstico da condição de saúde, revelando os limites e as possibilidades das atividades que o indivíduo pode desenvolver ou mesmo participar em seu cotidiano, levando em consideração as funções dos órgãos ou sistemas e estruturas do corpo, bem como as barreiras arquitetônicas/geográficas/atitudinais nas atividades e participação social no contexto ambiental que o/a requerente está inserido” (MACÊDO, OLIVEIRA, 2015, p. 34).

Em maio de 2017 ocorreu uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em que assistentes sociais criticaram a ação da Associação Nacional de Médicos Peritos (ANMP) no desenvolvimento das ações do órgão. Além disso, afirmaram que o governo tem atuado na retirada de direitos dos trabalhadores e criticaram a Medida Provisória 739/16, elaborada para rever os benefícios sociais por meio de uma força-tarefa. O chamado pente fino foi estabelecido como permanente pela lei 13.457/2017, junto com a já referida Medida Provisória. Desse modo, os auxílios doença, aposentadorias por invalidez, e BPCs podem ser revistos a qualquer momento. Há, ainda, o detalhe de que a lei garante, por dois anos, um bônus de sessenta reais aos médicos peritos por cada perícia extra realizada nesse “pente fino”. Os assistentes sociais denunciaram na CDH que, em muitos casos, priorizam-se as revisões de benefício em detrimento à fila normal de perícias.

A assistente social do INSS de Araçuaí informou que, às vezes, trabalhadores que estão realmente doentes não conseguem acessar ao BPC por causa da renda familiar, que deve ser inferior a um quarto de salário mínimo per capita. A renda per capita não pode ser igual a um quarto de salário mínimo, deve ser inferior. Então, além da comprovação necessária para o enquadramento na categoria de deficiência, é preciso estar dentro das regras da renda, o que não ocorre em alguns casos, em consequência, o benefício é negado. A análise social, nesse ponto, pode ser um diferencial, pois leva em consideração fatores sociais que podem flexibilizar a regra da renda per capita. Na regra do BPC, não são contabilizadas no cálculo da renda per capita pessoas fora do grupo familiar (tios, avós, primos etc)⁴⁴. Isto é, suponhamos que um trabalhador adoecido que perdeu a qualidade de segurado resida em uma casa com mais cinco pessoas, com apenas uma ganhando um salário mínimo. Esse trabalhador, enquadrado como deficiente, poderia ser beneficiário do BPC. Porém, se na casa duas pessoas são avós ou tios ou irmãos casados do requerente do benefício, não serão contabilizados no cálculo de renda per capita. Assim, só quatro pessoas serão contadas como parte do grupo familiar, e o BPC será negado. A assistente social afirma que quando percebe que a situação requer mesmo o benefício, mas houve a negativa por conta da renda per capita, orienta entrar com recurso.

Procurando algum meio de garantir a subsistência, o cortador de cana adoecido busca a Previdência Social. Não tendo essa garantia nessa esfera do Estado, recorre à Assistência Social⁴⁵.

44 No grupo familiar estão inclusos o requerente do benefício, seu cônjuge/companheiro, os pais (na ausência deles, inclui padrasto e madrasta), irmãos solteiros, filhos, enteados e menores tutelados que vivam sob o mesmo teto.

45 Grande parte das famílias dos cortadores de cana é beneficiária do Programa Bolsa Família. A técnica responsável pela gestão do programa em Araçuaí afirmou que algumas mulheres escondem o companheiro para não contabilizar a renda advinda do corte de cana. Por isso, quando esses homens voltam adoecidos, as mulheres têm

Sant'ana (2012) mostra como o Estado brasileiro tem privilegiado a assistência social em suas medidas, pois os adoecidos da cana geralmente dependem de políticas públicas da assistência social. Dependendo da assistência os enquadrados num grupo que invisibiliza a identidade de trabalhadores, passam a ser vistos como vulneráveis, necessitados da garantia dos mínimos sociais. Não só sua identidade é subsumida, mas a trajetória que levou o trabalhador à situação de vulnerabilidade também não aparece. No caso dos cortadores de cana, fecham-se os olhos para uma construção social da dita vulnerabilidade – superexploração, expropriação, etc.

Do mesmo modo, apaga-se o não atendimento do Estado às demandas previdenciárias. A justificativa dos peritos do INSS, e mesmo de outros profissionais da área da saúde, foi na via de culpabilizar o trabalhador – desinformado, acomodado, má-fé, cognição mal desenvolvida etc. Apesar de haver outros profissionais (principalmente da assistência social) que se esforçam para auxiliar os cortadores de cana no acesso a seus direitos, o próprio Estado é estruturado de forma a excluir uma parcela de pessoas de sua proteção. Alguns cortadores de cana, conhecendo as dificuldades envolvidas na busca pelos direitos previdenciários, sequer tentam, como é o caso de Wagner. O acesso tanto ao auxílio doença quanto ao BPC se dá por meio de uma pontuação, no primeiro benefício, o formulário de pontuação é preenchido apenas pelo médico, no segundo, em conjunto com o assistente social. Dessa maneira, se o trabalhador não atingir a pontuação necessária, não importa sua necessidade de subsistência, ele não se enquadrará na proteção do Estado.

Retomemos aqui a fala do advogado Flávio: “O maior cometedor de atos ilícitos com a população é o Estado”. Flávio se referia ao fato de o Estado ser o maior demandado judicialmente do país. Entendemos que o próprio Estado tem atuado ilegalmente contra a população, mas, mais do que isso. A negativa de auxílio doença ou BPC está justificada dentro das regras do INSS. As normas permitem ao Estado atuar de maneira que, no limite, causa a morte (social ou efetiva) dos cidadãos. Como mais explicar o caso de Nilton, Dinha, do esposo de Teresa, e tantos outros que permanecem invisibilizados? As regras do INSS deixam de fora da proteção previdenciária e assistencial pessoas que necessitam dessa proteção para viver. Como o médico Décio disse, “Não é mais uma pessoa apta para trabalhar. Então ela fica à margem daquela questão do trabalho né. Então, entra em depressão, família passa fome, existe, família que passa fome, paciente com depressão”. A assistente social Miriam relata:

dificuldade em inseri-los do Cadastro Único, pois não podem justificar a volta do marido. Além disso, têm medo de perderem o benefício caso a invidade seja descoberta.

A maioria vem nesse sentido, com... “a gente já consultou, o médico já falou pra gente não fazer esforço físico, mas ao mesmo tempo o INSS não quer dar a perícia para o auxílio doença, seja pro BPC em alguns casos, por achar que a gente ainda tem condição de trabalhar”.

Miriam – assistente social (03 de fevereiro de 2015).

Os profissionais da saúde reconhecem a debilidade física do cortador de cana, e sua inviabilidade para o trabalho, mas o INSS não. Em alguns casos, a invalidez para o trabalho é reconhecida também pelos peritos do INSS, mas como os requerentes não se enquadram em outras regras para acessar ao benefício, solicitação é recusada. Assistentes sociais do CRAS, do CREAS, do CAPS se esforçam para encaminhar os usuários dos serviços “bem documentados” ao INSS, mas a morosidade e a própria forma de atuação no SUS e do INSS dificultam o acesso aos direitos previdenciários (e até mesmo assistencial, como o BPC). O Estado é organizado de modo a não garantir a vida dessas pessoas, pode controlá-las pela imposição de uma disciplina, mas parece mais deixá-las morrer pelo abandono. A atuação do Estado já está direcionada pelo racismo que divide os que devem viver e os que serão deixados para morrer - morte da vida social, morte em vida.

Adoecido, o descartado da cana pode passar a conviver com a vergonha pelo próprio adoecimento, o que pode gerar depressão e estagnação, recorrendo, às vezes ao alcoolismo. Nas famílias, a falta de uma renda sobrecarrega a esposa com a responsabilidade da subsistência. Foi relatado que, em alguns casos, os filhos recorrem a atividades ilegais para acessar o mundo do consumo. Além disso, em situações em que os cortadores de cana desenvolvem o alcoolismo, há relatos de violência doméstica e até abuso sexual.

Muitos conflitos, principalmente em relação ao uso da, da dependência né, ou seja, do álcool e da droga, então isso gera muito... porque o paciente fica agressivo, fica irritado em relação a intolerância, e isso afeta então as relações familiares.

Nelson - assistente social (13 de fevereiro de 2015).

Para além de apenas a Previdência e a Assistência Social, a Segurança Pública também é impactada nesse processo. Esses órgãos se interligam em suas ações e em suas demandas, o que demonstra como as instituições da biopolítica passam a aparecer na vida dos adoecidos da cana, tecendo novas relações de sociabilidade. Foi relatado que alguns ex-cortadores de cana são encarcerados no Presídio Municipal de Araçuaí. Foram entrevistados o diretor do presídio e alguns presidiários ex-cortadores de cana. Apesar de a maioria dos ex-cortadores de cana encarcerados não estar adoecida, os relatos trazem elementos para a compreensão do pós/trabalho como trama de relações sociais.

O diretor do Presídio Municipal de Araçuaí relatou que, muitas vezes embriagados, cortadores de cana cometem homicídios, ou, para suprir o consumo de drogas, envolvem-se em furtos e tráfico de drogas. Há ainda o caso dos que cometem delitos motivados por psicoses - conforme mencionado na seção 1, como o rapaz que acreditava ser perseguido pelo *gato*. Atribui o consumo de álcool e drogas à “inocência” dos que vão cortar cana. São pessoas, geralmente, oriundas da zona rural, local de onde nunca saíram até migrar para o corte de cana. O contato com as difíceis condições de trabalho, alojamento e alimentação seria, para o diretor, um propulsor para o consumo de álcool e drogas. A saudade da família também apareceu como justificativa para o consumo dessas substâncias, algo relatado também pelos entrevistados no presídio. O cortador de cana Bóris, encarcerado por homicídio, afirmou que depois de um dia de trabalho bebia, até porque o *gato* gerenciava um bar dentro do alojamento, o que facilitava. “[...] a gente ia lá e tomava uma de vez em quando. [...] No dia de pagamento, a gente recebia e pagava ele. [...] Ah, tinha peão lá que no gato tomava até o cartão. Os caras bebiam demais”. Os relatos de trabalhadores que se endividavam por conta do consumo de álcool foram frequentes.

Michael, que trabalhava como guarda no presídio, tinha suas estratégias para lidar com o sentimento. Evitava o consumo de álcool, muitos no alojamento bebiam para lidar com a saudade e toda a condição a qual estavam submetidos durante o trabalho no corte de cana. Michael assistia novela:

Por mais que a gente tá com vinte poucos anos, então, a gente tá muito agarrado à família. Então, a família nesse sentido faz muita falta. Quando você viaja... lá no corte de cana, quem não tem vício de beber, igual eu que não tenho, tem cara que chega do alojamento, janta, mas já janta meio, né, e vai dormir. Aí acho que ajuda até, né. Mas pra gente que não tem esse vício, você fica pensando na morada, a família. Em que a gente se apegava? Em novela.

Michael, ex-cortador de cana (23 de fevereiro de 2015).

O entrevistado trabalhava como guarda no presídio municipal de Araçuaí. O tema das relações familiares e de gênero será aprofundado na seção seguinte, o que cabe reter desse depoimento é a estratégia que o trabalhador tinha para lidar com a saudade. Ver a novela era uma forma de resistência. Foram entrevistados oito detentos, a maioria relatou o consumo de álcool. Estavam quase todos encarcerados por homicídio, um deles assassinou a esposa. Havia, ainda, o entrevistado que não quis falar sobre o motivo de sua prisão, mas soube posteriormente que se tratava de condenação por estupro. O que vale ressaltar é que a trajetória de trabalho aparecia como meio de redenção, como elemento moralizante daquele que se entendia também fora da norma.

Todos disseram que eram trabalhadores, só estavam ali por deslizes e pretendiam a voltar ao trabalho, no corte de cana ou outro, assim que saíssem.

Submetidos às condições de trabalho precárias, à superexploração, cortadores de cana recorrem ao uso de álcool e drogas como alívio da situação vivenciada. Sob efeito dessas substâncias, cometem crimes. Sem suavizar o peso dos delitos cometidos, entendemos que é preciso ter uma visão ampliada sobre os processos sociais. Em Araçuaí, no início de 2016, ocorreu um assassinato entre moradores de rua; o acusado era ex-cortador de cana. De que forma a trajetória no corte de cana engendrou as condições que culminaram em roubos, homicídios, estupro? O que se sabe é que o encarceramento aparece como resposta do Estado a essas questões, e os encarcerados entram em outra estatística, desvinculada do trabalho. Estão também, os detentos, fora da norma, a eles cabe a sanção punitiva do Estado.

O cortador de cana adoecido se relaciona com as instituições da biopolítica, estabelecendo novas relações. Não mais como um trabalhador, mas como “inválido”, força de trabalho degradada e descartada. Na biopolítica, o Estado é quem faz viver e deixa morrer, ou seja, regulamenta a vida ou, por não fazê-lo, destina à morte. A morte aqui é entendida não como assassinio direto, mas como marginalização, abandono, é a morte social. É por meio do racismo de Estado que a massa populacional é segmentada entre os que são feitos viver ou deixados morrer, úteis e inúteis para o sistema. Fora da norma regulamentadora que tem no trabalho seu eixo de diferenciação, os adoecidos vão se relacionar com outras instituições, como a Previdência Social, Saúde, Assistência Social e até mesmo Segurança Pública. Os descartados da cana passam por uma via sacra na tentativa de adquirir o auxílio-doença, já que a aposentadoria por invalidez raramente é cogitada. Muitas vezes sem a documentação necessária para esse benefício previdenciário, são encaminhados para a Assistência Social, buscando o BPC. Esse benefício requer a comprovação do adoecimento incapacitante, a confirmação da invalidez para o trabalho. A aquisição de qualquer um dos benefícios é tão árdua que alguns adoecidos da cana sequer tentam adquiri-los, ou desistem no meio do processo. Há uma lógica de funcionamento do Estado que segmentou a população a ser gerida entre os aptos e não aptos - aptidão para o trabalho. Os que estão fora dessa norma se diferenciam no fazer viver, são mais deixados para morrer. A falta de dados sobre os cortadores de cana adoecidos indica que não há interesse na gestão dessas vidas. Os cortadores de cana que eram feitos

viver, isto é, normatizados, regulamentados, disciplinados e controlados para se fazer trabalhar, adoecidos, são deixados morrer. Mas, frente à morte social, resistem. Desenvolvem estratégias de luta – não luta organizada, mas contestação e transgressão dos modos de subjetivação impostos pelo biopoder. Onde há poder, há resistência, e no esforço para pagar consultas particulares, na tentativa insistente de ir ao INSS, médicos, serviços de assistência, os sujeitos resistem.

3- DE REPENTE, EU SOZINHA: REFLEXÕES SOBRE A INTERSECÇÃO TRABALHO, GÊNERO E ADOECIMENTO

São as mulheres, esposas, mães e filhas as responsáveis pelo cuidado com os homens adoecidos. A busca por direitos previdenciários ou socioassistências é, via-de-regra, feita por essas mulheres; são elas que acompanham os homens nas consultas médicas e nas perícias do INSS. Entre os nós da trama que é a experiência do cortador de cana adoecido, é nos espaços vazios que a ação dos sujeitos se posiciona. Isto é, o adoecimento como um nó da rede de pescador, as relações de gênero como outro, e nos vãos entre um nó e outro, a ação dos sujeitos. É na ação dos sujeitos que podemos compreender a história como processo, para além das condições estruturais. O tema do gênero deve ser tratado relacionalmente, pois mulher e homem se constituem socialmente em relação. Desse modo, esta seção trará a experiência das mulheres em relação aos homens adoecidos, e dos homens, do mesmo modo, em relação às mulheres. Tentando fugir de uma análise que dicotomize as relações de gênero, por meio dessa reflexão, tentaremos entender a reorganização dessas relações no pós/trabalho.

Em boa parte do território do Vale do Jequitinhonha, algumas mulheres são denominadas viúvas de marido vivo⁴⁶. Esse termo surge no contexto de um tipo de trabalho migratório – a migração permanentemente temporária (SILVA, 1999) - em que as esposas dos migrantes cortadores de cana ficam sozinhas até nove meses do ano. Os homens partem para os canaviais deixando para trás as esposas, filhos e roças. Para Silva (2015), o termo viúva de marido vivo pode dar a falsa impressão de que essas mulheres são incapazes de viver sem os maridos, o que “justificaria sua dependência material e afetiva em relação a eles. No entanto, a realidade mostra que as mulheres resistem, por meio de inúmeras práticas individuais e coletivas, às dificuldades impostas” (p.28). As mulheres chamadas de viúvas de marido vivo são, durante a safra em que os maridos estão longe, responsáveis pela criação dos filhos, cuidados com a casa, com os filhos e com as roças.

Eu falo que a mulher que fica, ela não reconhece ainda, ela não consegue ver nesse processo o quanto que ela é guerreira, porque ela é uma quadrivalente, ela é mãe, despacha para escola, ela despacha pra vacina, ela despacha lavoura, ela despacha refeição... E ainda mantém essa relação com esse homem através dos contatos e esse homem limita ela, no sentido da vida social dela. [...] Mas o quanto que essa dinâmica, ela, mulher, não consegue se ver nesse papel. E não é só nessa

46 Essa denominação é tão frequente que aparece, também, na produção artística da região. Artesãos retratam a figura e trajetória das viúvas de marido vivo, como observou Silva (2015). Esse retrato no artesanato local também apareceu no município de Minas Novas, conforme a foto 18 do apêndice B.

relação de trabalho, da necessidade de migração, isso também é a partir de um contexto de construção da nossa vida. Qual o papel que a mulher ocupa na sociedade?

Tânia, assistente social (11 de fevereiro de 2015)

Entende-se, a partir desse trecho de entrevista, que as mulheres já tinham um papel determinado nas relações de gênero, submetidas a uma organização patriarcal da sociedade em que estavam sob o controle dos companheiros. Às vezes mesmo à distância, os maridos controlavam as atividades das esposas. Contudo, as relações de gênero são aqui entendidas como relações de poder, em que não necessariamente a dominação (e exploração) subjuga um lado da relação por completo. Isto é, a dominação do homem sobre a mulher, claro, subjuga a mulher, mas esta não deixa de deter também algum poder na relação. “Com efeito, nos dois polos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais” (SAFFIOTTI, 1992, p.184). Bison (1995) mostrou como a manutenção da vida camponesa no Vale do Jequitinhonha dependia da mulher, principalmente no caso das migrações temporárias dos homens, algo também apresentado por Silva (1988).

A partida do homem para os canaviais produz um contexto em que a mulher deve ser responsável por toda a reprodução familiar sozinha e/ou com a ajuda de outras mulheres (vizinhas, sogra, mãe, irmã), contando apenas com os recursos materiais que o marido traz ao fim da safra. Esse foi o caso de algumas mulheres entrevistadas que terão a trajetória narrada aqui. Entretanto, quando o homem adocece há uma reconfiguração nas relações. As esposas e mães assistem à volta de seus companheiros ou filhos adoecidos, e recai sobre elas o cuidado com esses homens. O advogado Flávio sinalizou que adoecidos que perderam a capacidade laboral e não conseguem acessar direitos previdenciários indo morar com parentes que têm aposentadoria, muitas vezes chegando a tomar o dinheiro dos idosos. Geralmente as mães desses adoecidos são quem mantêm a casa com suas aposentadorias. “O filho está lá adoecido, fala que não tem condições de trabalhar não requereu nada do INSS, a mãe que mantém o lar, mantém o lar e assiste aquela situação, aí fica desesperada que vê o filho caminhando para a morte mesmo...”. Se antes o homem podia trabalhar na roça, na nova situação não pode mais; se esse homem contraiu alguma DST, a esposa, sem dúvida, será contaminada; se o homem se tornou dependente químico, é a mulher que vai lidar com as consequências dessa adicção, muitas vezes vivenciando violência doméstica. A assistente social Tânia relatou que a violência doméstica pode ser resultado de conflitos familiares advindos da vulnerabilidade causada pelo adoecimento.

É compreensível, então, que numa sociedade patriarcal o acúmulo de estresse dos homens transborde sobre suas companheiras por meio de violência. Não é necessariamente a situação de

vulnerabilidade que causa a violência, portanto é errado “responsabilizar aos pobres por uma cultura de violência doméstica, há formas de violência de gênero que só são possíveis para uma população mais abastada, como a subjugação das mulheres em torno do patrimônio” (RAMALHO, et al, 2017, p.09). O homem é socializado para o exercício de poder, numa relação de dominação-exploração, é também a ideia de controle do corpo do outro que permite a ação violenta sobre a mulher (SAFFIOTTI, 1997). A fala de Tânia sobre a violência traz a reflexão de que situações de desemprego, estresse, adoecimento, miséria, podem potencializar a violência doméstica, porém, não devemos entendê-las como causa da violência.

Apesar de não termos ouvido das entrevistadas nenhum relato de violência doméstica, a existência dessa situação não é desconhecida para nenhuma das depoentes. As regiões do Vale do Jequitinhonha e Mucuri ficaram acima da média estadual nas taxas de violência doméstica entre os anos de 2013 a 2016, conforme o Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher de MG (MINAS GERAIS, 2016). O IPEA (2013) mostrou que entre 2009 e 2011, o estado de Minas Gerais ficou em 13º lugar no Brasil em casos de homicídios femininos. Nesse sentido, o Estado foi um dos priorizados no primeiro pacto Nacional pelo Enfretamento da Violência Contra a Mulher de 2007 (BRASIL, 2007). Uma das conquistas desse pacto foi a efetivação das unidades móveis de atendimento à mulher, o ônibus lilás. O Vale do Jequitinhonha foi contemplado com uma unidade móvel para circular entre seus municípios, algo que foi debatido no IV Fórum das Mulheres do Vale como conquista, mas muito aquém das reais necessidades locais.

Figura 11- Ônibus Lilás em atividade com crianças no município de Coronel Murta, Vale do Jequitinhonha-MG



Fonte: Jornal Gazeta Araçuai, 2016.

Em 2016, em audiência pública da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com a participação de mais de 100 mulheres (das secretarias de educação, saúde, segurança pública, defensoria pública etc) representantes de 20 municípios do Vale do Jequitinhonha e Mucuri debateram a necessidade de uma real e efetiva articulação entre os serviços de atendimento à mulher. Apesar dos avanços, as presentes afirmavam que ainda ocorriam muitos casos de violência doméstica. Andreza Abreu Gomes, titular da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Segurança Pública, apresentou que, em 2014, foram registrados no Vale do Jequitinhonha 6.025 notificações de violência contra a mulher, em 2015, 5.996 e em 2016, 3.073. Esses são os dados oficiais, deve-se levar em conta o grande número de subnotificações nesses casos. Os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri têm apenas uma delegacia regional especializada em mulheres. Não há patrulhas do Serviço de Prevenção à Violência Doméstica contra Mulheres (PVD) no Jequitinhonha, a mais próxima está em Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri.

Os mecanismos de apoio e acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica no Vale do Jequitinhonha são débeis, mas a região tem sido alvo de políticas públicas e movimentos em torno do tema. Um exemplo é o Fórum das Mulheres do Vale do Jequitinhonha, promovido pelo Programa Polo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM); a atividade reúne mulheres do baixo, alto e médio Jequitinhonha em debates sobre o combate à violência e formas de autonomia econômica feminina. Outro exemplo é a Rede de Enfrentamento à Violência contra a mulher do Jequitinhonha, que congrega representantes dos serviços de assistência, saúde, educação e movimentos sociais para a promoção de debates, atividades e atos públicos sobre o tema da violência, como o evento que ocorreu em 2015, o Seminário Regional Tecendo a Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher do Médio Jequitinhonha⁴⁷. Há, ainda, o Observatório dos Direitos da Mulher, na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), coordenado pela Profa Claudilene da Costa Ramalho.

Parece contraditório que coexistam no mesmo território a alta incidência de violência doméstica e tantas ações de mulheres para combater esse mesmo cenário. Essa aparente contradição se desfaz quando entendemos, numa perspectiva materialista, que a história se faz no movimento dialético. Os sujeitos não são reféns das condicionalidades externas, pelo contrário, criam e recriam

47 O evento ocorreu durante o período da pesquisa de campo. Pude participar das reuniões de organização da atividade e do evento em si.

a si e às circunstâncias nas quais estão inseridos (MARX, ENGELS, 2007). A realidade social não é fixa e a estrutura social não determina a ação dos sujeitos, é na fusão sujeito-objeto que se cria o mundo social (SAFFIOTTI, 1997). “Não se concebe nem um sujeito absoluto capaz de produzir a história acima dela própria, nem tampouco um sujeito passivo, massacrado pela estrutura” (SILVA, 2010, p.12). Desse modo, entendemos as diferentes ações das mulheres do Vale do Jequitinhonha, que articulam submissão e resistência.

Dentro da esfera familiar se molda o destino da mulher, o que também ocorre em outras relações patriarcais. Isto é, apesar da importância das relações familiares na concepção dos padrões de gênero, não é apenas por meio dessas relações que se estabelecem os atributos de gênero, “o destino de gênero é moldado tanto pela socialização quanto pela experiência de vida (SILVA, 2010, p.12). Desse modo, esta seção da tese será conduzida pelas histórias de mulheres - relatos de mães, esposas e filha de ex-cortadores de cana adoecidos, algumas também ex-cortadoras de cana -, e homens. Debateremos como o adoecimento reafirma o papel socialmente construído para as mulheres de cuidadoras e, ao mesmo tempo, fragmenta os preceitos de masculinidade socialmente construídos. Relacionalmente, os papéis de gênero se reorganizam no período do pós/trabalho. E é por meio das histórias desses homens e mulheres que poderemos nos debruçar sobre esse processo de reordenamento dos papéis de gênero.

3.1 Berenice

Berenice, advinda de uma comunidade rural de Araçuaí, reside já há muitos anos na zona urbana da cidade. O esposo nunca cortou cana, sempre trabalhou na roça própria, mas depois de alguns anos, desenvolveu o hábito de beber. “Desatinou na cachaça que ninguém aguentava mais ele não”. Os dois filhos mais velhos, Leandro e Lucas, foram cortar cana ao completar dezoito anos, enquanto os mais novos (dois rapazes e duas garotas) permaneceram sob os cuidados da mãe, que trabalhava como lavadeira para sustentar a casa. Os mais velhos chegaram a ficar 09 anos sem retornar à Araçuaí.

Em 2011, Leandro retorna definitivamente para Araçuaí, residindo com a mãe. Não era mais contratado para cortar cana devido ao alcoolismo e cirrose em estágio avançado. Na cidade natal, fazia pequenos serviços de servente de pedreiro – carregando consigo sempre uma pequena garrafa de pinga. Chegou a receber como pagamento a quantia de dois reais. Passava bastante mal, parava

de beber e depois de pouco tempo, voltava ao consumo de álcool. Sempre que tinha *vomitadeira*⁴⁸ muito forte, a mãe o acompanhava no hospital. “Aí chegou numa altura que... um dia ele não estava aguentando mais, eu levei ele pra consultar, de lá a médica mandou nós ir para o hospital para ele já... Aí ele já foi pra internar e não voltou mais. Mas nele deu aquela cirrose, aquele que cresce a barriga. E aí deu uma pneumonia nele também, ficou escarrando sangue”. Leandro era o filho mais velho, faleceu aos quarenta anos de idade.

O filho Lucas também bebia bastante, mas quando foi diagnosticado com HIV, reduziu o consumo. Contaminou-se durante o período em que trabalhou no corte de cana, após o diagnóstico, passou a viver em cidade vizinha à Araçuaí, trabalhando como pedreiro. Berenice é quem pega os remédios para o filho em Araçuaí, que vai à cidade uma vez por mês pegar com a mãe os medicamentos. Ela frisa que no trabalho dele ninguém sabe de sua condição, pois, se soubessem, poderiam despedi-lo. Os filhos mais novos, Naldo e Nêgo, foram cortar cana anos depois que os mais velhos. Passaram também os dois a consumir excessivamente bebidas alcoólicas e, depois que não podiam mais trabalhar, retornaram (em momentos diferentes) para Araçuaí e voltaram a residir com a mãe.

Em 2015, Nêgo ainda residia com Berenice. Na data da entrevista, fazia poucos dias que havia voltado do hospital, onde ficou internado por quatro dias (dois em que foi preciso amarrá-lo por conta das alucinações). Berenice conta que o filho começou a beber logo que saiu para cortar cana, aos dezoito anos de idade. Por conta do quadro de saúde comprometido, resultado do alcoolismo, acredita que ele não será mais contratado para o trabalho no corte de cana. “Porque ele, do jeito que ele tá aí, dá uma *vomitadeira*, passa mal... aí com um pouco em um delírio, aí eu levo pro hospital... e antigamente ele sentia até convulsão da bebida”. Nêgo trabalha às vezes capinando algum terreno ou outras atividades desse tipo. Apesar da vontade pessoal de trabalhar, mesmo quando faz trabalhos pequenos, acaba passando mal: “E ele tem muita vontade de trabalhar, ele tem. Tem hora que ele vai trabalhar o dia para os outros de servente, dá um pouco ele não aguenta... Vai bebendo água, bebendo água, suando e aí tem hora que dá aquela *vomitadeira* nele, aí não vai mais”. Berenice reafirma que o filho é trabalhador, mas que “a bebida tá acabando com ele”. Apesar dos vômitos diários, Nêgo não aceita ajuda. Pelo contrário, ele “Sempre fala que ele é o bom, que ele é forte...”. Nêgo tinha, em 2015, trinta e quatro anos.

48 O que Berenice se refere como *vomitadeira* é consequência da abstinência alcoólica do filho. Para aqueles que fazem consumo abusivo da substância, mesmo a interrupção da ingestão de álcool pode levar a consequências como: náusea, vômito, taquicardia, hipertensão arterial, ansiedade, alterações no humor, agitação ou apatia e alucinações.

O filho Naldo, que retornou à Araçuaí antes de Nêgo, passou por situação semelhante. Abusando do consumo de álcool, deixou de ser chamado para o trabalho no corte de cana. Voltou a residir com a mãe, que o acompanhava “nos dias de vomitadeira”, levando-o ao hospital com frequência. Moravam na casa de Berenice também a esposa e o filho de Naldo⁴⁹. Eram comuns as alucinações alcoólicas, ocasionadas nos períodos de abstinência. A seguir um longo, mas importante relato sobre o ocorrido com esse filho de dona Berenice.

Naldo mesmo delirou uns três dias. [...] Aí ele delirou, começou a delirar segunda e terça e quarta. Aí, quando foi na quarta-feira [...] quando chego, ele falou comigo: “Ô mãe, tem gente brigando aí na rua aí”; a mulher dele falou: “Mentira dona Berenice, não tem nada não”. Ele já tinha delirado uma vez, eu falei: “Eu sei o que é que é”. Aí delirou quarta, quinta eu levei no hospital, deram uma injeção, mandaram eu voltar, eu voltei... Quando foi sexta, ele delirando. E eu tinha trabalhado ajudando a mulher a fazer biscoito, aí eu peguei... eu tinha tirado a chave da porta e essa janela era outra, tinha um trinco assim – aquela que eu abri - e outro assim. [mostra como fechava a janela] Aí quando eu acordei de noite... [...] foi ele gritando: “Mãe, ô mãe...”, já era na noite de sábado, “Ô os homem querendo me matar”, eu falei: “Meu filho, não tem ninguém querendo lhe matar, não”, aí ele disse: “Não... tem”. Aí eu mostrei a ele a casa toda assim, e falei: “Vai dormir, meu filho, que você tá cansado” e quando eu fui subindo na cama, ele pegou e falou comigo assim... a mulher dele, a mãe desse menino [refere-se ao neto que estava no cômodo ao lado] gritou, diz que ele falou assim: “Estela, a derradeira vez que eu vejo vocês é hoje que os homem estão querendo me matar”. Aí ela: “Dona Berenice, Naldo pulou... tá querendo pular”. Aí, pulou a janela, eu levantei, ainda consegui de lá de dentro ver ir lá de fora, aí eu peguei e levei ele pro hospital. Aí ela: “Vamos levar pro hospital?”, aí eu falei: “Vamos”. Aí eu levei. Chegando lá deram mais umas duas injeções de novo, falaram que era pra ele dormir, mas ele não dormiu, não. Chegou aqui, falou: “Mãe, vai fazer um cafezinho pra nós?”, falei: “Vou”, mas aí eu falei: “Não tem açúcar, eu vou esperar a Mariela abrir a venda pra ir lá apanhar”. Aí ele pegou e falou assim: “A senhora está mentindo”, e era de vera [verdade], era pra ver se ele dormia. Aí esse moreninho [neto] ficava falando assim: “Vai painho, dormir”, ele abria a boca, mas não dormia. Aí quando eu cheguei aqui era quinze para as seis. Ainda falei assim: “Estela, eu sonhei que ele entrou na sepultura essa noite”. Ele falou: “Ô mãe, o sonho é de vera, era a minha sepultura que a senhora visualizou”. [...] Aí eu peguei e fui fazer café pra ele. Aí a mãe desse menino [neto] pegou, varrendo o quintal da porta de lá e ele querendo pular, correndo pra rua, pular da ponte. E eu com olho nele. Aí quando eu vim pra cá, ele veio pra cá eu também vim. Aí eu estava aí na porta, com a vassoura assim na mão, que eu tinha varrido o quintal. A mulher dele falou assim: “Dona Berenice, põe o café pra Diego, esse menino, que ele pediu um cafezinho”. Eu peguei, quando eu fui apanhar a garrafa, minha filha gritou: “Naldo correu, mãe”. Aí ele correu, era um dia de sábado, não tinha ninguém pra pegar ele, aí ele pulou da ponte. [choro].

Berenice, mãe de ex-cortadores de cana (11 de fevereiro de 2015).

49 A indicação para buscar dona Berenice veio de um funcionário do CREAS, que relatou atender um jovem envolvido com tráfico de drogas filho de ex-cortador de cana criado pela avó.

Berenice narra o dia do suicídio do filho em termos benjaminianos, tece a história como um trabalho manual. Há em sua fala um trabalho artesanal de retomar a memória para transmitir sua experiência, trazendo o passado para o presente. Em sua narrativa, mais do que a voz que comunica, há o trabalho das mãos (varrer, preparar o café), dos olhos (olhando e cuidando do filho) e especialmente da alma. “A alma, o olho e a mão estão inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática” (BENJAMIN, 1987, p.220), a narração. Típica das comunidades camponesas, a narração não traz a necessidade de explicação, pelo contrário, a narrativa evita a explicação, o que carrega é a sabedoria do narrador. O relato da morte do filho faz parte da experiência de Berenice, remete à história natural, que é a base do que é narrado.

Naldo tinha trinta e três anos, chegou a ser levado para Teófilo Otoni, mas não resistiu às lesões na coluna e faleceu. Berenice disse: “E não foi o fato de não cuidado, que a gente estava com cuidado com ele, mas um minutinho que eu distraí ele correu”. Ao comentar que ela estava sempre cuidando dos alcoólatras, dona Berenice afirmou: “Mas eu já acostumei... tem hora que eu falo... não sou só eu que estou nessa vida... são muitas mães”. O cuidado fazia parte do cotidiano de Berenice, algo a que ela *se acostumou*. Acostumar-se significa, acreditamos, a naturalização do sofrimento, reestruturação dos sentimentos. Esse processo traz um tipo de violência, não da coerção física, mas contra a subjetividade, o ser se adequa às condições cotidianas da dor. O cotidiano de cuidados era carregado de dor, acostuma-se com a *vomitadeira*, acostuma-se com o hospital, acostuma-se com a constante possibilidade de morte. A naturalização foi a forma de Berenice se relacionar com seu cotidiano, uma vez que “o encontro com a dor não é algo que se possa enfrentar friamente” (DAS, 1999, p.39).

Para entender a narrativa de Berenice, o trabalho de Das (1999) pode colaborar na reflexão. Falando sobre a violência da Partição da Índia, a autora mostra que para além da violência como fato eventual, há uma esfera cotidiana que se constrói naquele contexto. A vivência desse tipo de violência denota os próprios limites das formas de vida, daquilo que é compreendido como humano. Há um silêncio ou uma narrativa controlada dos aspectos violentos da vida. A vivência dessa violência cotidiana não aparece “com um acento excessivo numa memória paralisada, mas como forma de reabitar o cotidiano” (PEREIRA, 2010, p.359). As mulheres que se tornaram testemunhas vivas da brutalidade da Partição (raptadas e violentadas) carregavam em seus corpos os signos da violência. Silenciavam. Isso foi o que Das (1999) chamou de “conhecimento venenoso”, o saber pelo sofrimento que se expressava numa narrativa controlada.

Diferente do que poderia se imaginar, a “saída” para esse conhecimento venenoso não é nem uma “ascensão para a santidade ou à renúncia; foi uma queda em direção a um cotidiano diferente” (DAS, 1999, p.32), uma reconstrução nas formas de vida, nas relações sociais. Assim como as mulheres indianas foram testemunhas da brutalidade da Partição, os cortadores de cana são testemunhas da brutalidade do agronegócio, do capital. Violência cotidiana, silenciada, trabalhada pelo tempo para a reconstrução de outro cotidiano. Esse processo não é restrito ao indivíduo, mas se estende às suas relações sociais. Dona Berenice nunca esteve em um canavial na vida, mas sobre ela recai a violenta dor do cuidado dos filhos alcoólatras e da morte. Berenice já lidava com o alcoolismo do marido, depois do filho Leandro, que faleceu de cirrose. Naldo seguiu o mesmo caminho, alcoólatra, era cuidado pela mãe nos dias de *vomitadeira*, por conta de alucinações, suicidou-se. Depois Nêgo, também com alcoolismo e sob os cuidados da mãe. Dona Berenice estava “acostumada”, sabia como lidar com a situação.

Assim como as mulheres sequestradas e violentadas na Índia, a “saída” de dona Berenice para sua situação foi construir (e reconstruir, num movimento ininterrupto) um cotidiano e uma narrativa em que sua humanidade e de sua família não se perdesse. Nesse sentido, Das (1999) apresenta a ideia de trabalho do tempo. O tempo não como algo imobilizado, mas como agente. Lidar com o tempo é operar sobre a reconstrução da vida, do cotidiano.

(...) o tempo não é algo simplesmente representado, mas um agente que trabalha nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas e rescritas no embate dos agentes na construção de suas histórias. O passado tem um caráter indeterminado. O presente se converte no lugar onde elementos do passado que foram rejeitados podem assediar o mundo. O acontecimento sobrevive em versões diversas dentro da memória social dos diferentes grupos sociais (PEREIRA, 2010, p.362).

Retomamos essa parte do debate de Das para pensar o cotidiano de dona Berenice, assim como o das outras mulheres cujas trajetórias conduzirão essa seção da tese. Estão “acostumadas” à violência da dor, pois é com esse tipo de narrativa que podem resistir. Resistir, como entendido por Das (1999), significa um movimento não calculado, mas realizado para a “manutenção da existência dos sujeitos no jogo social” (CARVALHO, 2008, p.16). Numa perspectiva benjaminiana, entendemos que “O passado não é um ponto acabado. É um tempo que precisa ser revificado, reproduzido, reconstruído. Somente assim ele será parte constitutiva da identidade individual e social” (SILVA, 1999, p.321). Nesse sentido, os padrões culturais de gênero são manejados na construção dessas narrativas, pois a mãe ou esposa é aquela que, de fato, seria a responsável pelo cuidado. A reconstrução do cotidiano e o silêncio ou controle das narrativas são elaborados historicamente.

3.2 Teresa

Nascida e residente na comunidade rural de Setúbal, em Araçuaí, Teresa mudou-se para a zona urbana por causa dos cuidados com o filho surdo que frequentava a APAE em 1992. Antes disso o filho fez um tratamento em Belo Horizonte, só depois foi criada a APAE no município, local que o filho frequentou por dez anos. Preservou ainda sua roça, de onde ia e voltava todos os dias (por dez anos), cuidando da roça e do filho na cidade. Os outros filhos estavam na creche e na escola. “E eu fiquei nessa luta, indo e voltando. E ele na APAE e o pai dele no corte de cana”.

Mãe de sete filhos, Teresa diz: “Nem gosto de tá contando as coisas que já aconteceu comigo, não, porque é sempre sofrido demais”. Uma das filhas se suicidou. Um estava envolvido com álcool e drogas e seria levado para Belo Horizonte para tratamento. Outra filha, que reside na capital mineira, mãe de três crianças pequenas, havia sido recém-diagnosticada com câncer de mama. Teresa pretendia alugar a casa de Araçuaí para que pudesse se mudar para Belo Horizonte provisoriamente, onde poderia ajudar a cuidar dos netos e acompanhar o tratamento do filho internado. Foi através de outro de seus filhos, Luis, atendido pelo CAPS-AD, que foi possível conhecer a história de Teresa.

Teresa é esposa de um ex-cortador de cana, o filho Luis também cortou cana. O marido trabalhava na colheita de banana em Santos. Depois do casamento, por não conseguir emprego em Araçuaí, passou a se dedicar à colheita de cana. “Todo mundo ia pro corte de cana. Aqueles novos que aguentavam iam pro corte de cana”. Ela nunca o acompanhou, pois precisava cuidar dos filhos e da roça. Dado os longos períodos de distância durante as safras, Teresa passou boa parte das gestações e partos sozinha. O esposo não voltava à região durante as safras. Ela diz: “Vinha não, só mandava dinheiro pra gente, mandava aquele dinheiro pouco, a gente tinha que trabalhar muito na roça pra poder (...) ou vender um frango ou uma dúzia de ovos ou alguma coisa, pra ajudar até pagar a passagem pra vir de lá a aqui”. Conta que só a última filha nasceu no hospital, todos os outros nasceram na roça. O esposo só foi conhecer o filho Luis já aos quatro meses de idade. Teresa conta que teve vontade de fazer uma brincadeira com o marido e trocar seu bebê com o da vizinha, para saber se ele reconheceria o próprio filho, que havia nascido já há quatro meses. Essa brincadeira traz consigo uma reflexão sobre as estratégias desenvolvidas para burlar a própria dor, transformando em brincadeira um drama pessoal.

A ausência dos pais é parte do cotidiano das famílias dos cortadores de cana. Ficando até nove meses fora, os pais perdem o nascimento, os primeiros passos, as primeiras palavras e outros sinais do crescimento dos filhos. Quando só o homem migrava, eram as esposas que cuidavam das

crianças. Nos casos em que as mulheres também migravam, outros parentes ou vizinhos eram responsáveis pelos cuidados com as crianças. No município de Chapada do Norte houve relatos de crianças que eram criadas por vários vizinhos ao mesmo tempo, indo de casa em casa no decorrer de uma safra. Desse modo, configura-se o que Silva (2014) chamou de apropriação do afeto. Os homens e mulheres cortadores de cana, transformados em simples força de trabalho, reduzidos à labor (ARENDETT, 2007), têm suas particularidades, interesses, valores, laços afetivos e relações retirados de si. Nesse sentido, entendemos a transformação do trabalhador em coisa, um processo de coisificação e também reificação (LUKÁCS, 1989).

Teresa viveu a apropriação do afeto do cortador de cana. A usina apropria-se não apenas da vida do trabalhador, mas como que com tentáculos, chega até a região de origem, afetando também as vidas dos que não migraram. O companheiro de Teresa não *falhava* nenhuma safra, apenas em algumas situações não *tirava a safra* - ou por realizar greve ou por ter sido enganado sobre as condições do local de trabalho (más condições de alimentação e alojamento). Certa vez, quando trabalhou em Goiás, ficou responsável por levar uma turma, mas chegando ao local, as condições eram diferentes do combinado. Chegou a ir à Brasília procurar ajuda e teve que voltar escoltado por policial, já que o gato o perseguia. Mesmo no alojamento, ele precisava se esconder do gato, assim como outros que também tinham medo da retaliação. Ao mesmo tempo, Teresa enfrentava as dificuldades do cotidiano com crianças pequenas:

[...] eu já caminhei muito... grávida e ainda carregando saco de feira na cabeça. De Luis mesmo, eu com uns seis dias que Luis nasceu, eu já vim de Araçuaí, vim num... a gente pegava esses caminhão, não tinha ônibus não. A gente tinha que subir no caminhão pra poder vim, e ainda carregando a feira de Gravata [comunidade rural] pra lá... ainda carreguei peso com o Luis no braço, ainda com coisa na cabeça, carregando coisa pra casa.

Teresa, esposa e mãe de ex-cortador de cana (25 de fevereiro de 2015).

O modo de produção e reprodução camponesa é assentado no trabalho familiar (OLIVEIRA, 1986, CANDIDO, 2010). No Vale do Jequitinhonha, a unidade camponesa contava com o trabalho do grupo familiar nuclear assim como da ajuda mútua em mutirões, em que mulheres, homens e crianças desempenhavam as atividades necessárias para a reprodução da vida (LEITE, 2015, SILVA, 1999, AMARAL, 1988). Com a migração dos homens, as mulheres que não migravam passaram a ser responsáveis por essa reprodução nos locais de origem. Desse modo, a manutenção do modo de vida camponês seria impensável sem o trabalho das mulheres; elas mantêm a roça, os filhos, as relações sociais de solidariedade na comunidade, em resumo, mantêm vivo o modo de vida para o qual os homens cortadores de cana vão voltar.

A pesquisa de campo mostrou que as mulheres que abandonam os maridos ou arranjam novos maridos são muito mal vistas pela comunidade, algumas vezes até mesmo mudando de cidade para escapar do julgamento do grupo. Há uma naturalização, uma aceitação social de que as mulheres, mesmo com todas as dificuldades, devem ser boas companheiras e mães – tendo a gravidez e o parto como símbolos da mulher camponesa. De certo modo, pode-se dizer que há uma correlação entre a dominação e a preservação do modo de vida camponês (BISON, 1995), porque o trabalho das mulheres, de certa forma, confirma a organização dos papéis sociais de gênero. O padrão patriarcal das relações pode ser observado em casos como o de Teresa e outros que serão apresentados a seguir, em que o homem migra para trabalhar porque cabe a ele prover a família, a mulher permanece - muitas vezes, em difíceis condições de reprodução social - mantendo a roça, os filhos e todo o modo de vida. Teresa fala também sobre os filhos, que sentiam saudades do pai,

Tinham saudade, tinham saudade. Esse Marcelo [filho que seria internado] mesmo chorava, e eu não sei se ele teve trauma, porque ele adoeceu uma vez que ele ficou até... dando aquela crise, aquela epilepsia e ficava chamando o pai dele. Aí eu passei muito aperto com os meninos, chorava... a menina mais velha minha mesmo, que era muito apegada com o pai, era muito sofrimento pra nós.
Teresa, esposa e mãe de ex-cortador de cana (25 de fevereiro de 2015).

As crianças também se adaptavam à ausência dos pais durante os meses da safra da cana. “Vi pai de família chorar”, foi o que Antonio João, ex-cortador de cana de Turmalina disse sobre essa situação. As crianças, já crescidas, não reconheciam os pais. Antonio João relatou que conheceu a filha com seis meses de idade, quando retornou ao fim da safra seguinte, sua filha correu chorando por não o reconhecer. Ele afirmou ter sentido tanta raiva, que bateu severamente na filha. Hoje se arrepende, diz que foi “bestagem”, mas que na hora só o que podia sentir era raiva. Antonio João foi privado da paternagem por necessitar migrar para o corte de cana, assim como no caso do esposo de Teresa. Para as mães, que ficam responsáveis sozinhas pela criação dos filhos, há uma sobrecarga imensa, não apenas do trabalho que essa criação exige, mas, sobretudo, emocional: vão lidar com os próprios sentimentos relacionados a essa ausência do marido e tudo que isso acarreta, e os dos filhos, que convivem com o vazio deixado em suas vidas pela ausência dos pais.

Teresa relata que, em muitas situações o marido não recebia o pagamento na data prevista e ela ficava sem nada, tendo de dar às crianças o que estava ao seu alcance, às vezes leite de cabra, raramente leite de vaca que conseguia pegar com algum vizinho da roça. Não tinha crédito na cidade para poder fazer a feira, usava só o que tinha na roça (mandioca, feijão, batata, arroz, pequena horta). A ajuda que tinha era do trabalho em mutirão: “Ajudava os outros no trabalho de mutirão, uma vez alguém fazia farinha, a gente ia lá pra ajudar a tirar uma goma, descascar mandioca. Às

vezes dava à gente um pouco de farinha no lugar de trabalho da gente. Outros faziam rapadura, tiravam pra gente”. Fazia *a meia*, sistema em que todos trabalham juntos e os resultados do trabalho são divididos. A ajuda mútua, assim como o trabalho por mutirão ou a simples troca de dias de trabalho são práticas frequentes nas relações camponesas (CANDIDO, 2010, OLIVEIRA, 1986, SILVA, 1999).

As unidades camponesas, apesar de não garantirem as reais condições de reprodução da vida, contam com relações sociais para além do grupo familiar que podem assegurar os mínimos de sobrevivência, minorando a insegurança alimentar. Podemos entender essa ajuda mútua como meio de resistência na via da manutenção do modo de vida camponês (SILVA, 1999). Ao mudar para a cidade, Teresa não podia mais contar com os mutirões, passou a trabalhar como lavadeira para incrementar a renda da família, que dependia das remessas enviadas pelo marido. Mesmo com o companheiro trabalhando no corte de cana, a reprodução da família não era garantida. Como demonstrado por Guanais (2016), o pagamento por produção no corte de cana intensifica o trabalho, representa maior desgaste para o trabalhador, mas o salário não acompanha tal intensificação.

Desse modo, o ganho do trabalhador não é suficiente para sua reprodução social nem de sua família. Guanais (2016) contou com o as reflexões de Ruy Mauro Marini sobre superexploração para elaborar sua tese. A superexploração do trabalho é viabilizada por três mecanismos chave: o prolongamento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade do trabalho e a redução do consumo dos operários para além de seu limite normal, o que configura um modo de produção baseado na exploração da força física dos trabalhadores; aumento da exploração do trabalhador em detrimento de sua capacidade produtiva. Então, é produzido mais valor e mais produtos no decorrer de uma jornada de trabalho, exigindo maior dispêndio de energias do trabalhador. Sabemos, por meio da análise de Marx (2013), que o valor da força de trabalho é o valor de sua reprodução, dos meios de subsistência para que possa se manter vivo. Quanto mais se explora a força de trabalho, em teoria, maior deveria ser seu salário, já que o gasto de energias vitais para sua produção e reprodução é maior, “este desgaste maior incrementa, dentro de certos limites, a massa dos meios de subsistência necessários à sobrevivência e à reprodução dos trabalhadores (GUANAIS, 2016, p.189)”.

Contudo, como demonstrado por Marini (1973), em países dependentes, o salário não corresponde às necessidades de reprodução do trabalhador e sua família; o trabalho é pago abaixo de seu valor. A consequência dessa remuneração abaixo do real valor do trabalho é a reprodução precária do trabalhador, isto é, situação em que acessarão apenas os mínimos para garantir sua

sobrevivência. A família que permanece na região de origem deve buscar seus meios de sobrevivência, o que, no caso dos camponeses, pode vir das relações de solidariedade e coesão social que extrapolam o grupo familiar. A superexploração, e a consequente reprodução precária, produz um quadro em que os trabalhadores “além de passarem a ter cada vez mais dificuldades para conservar sua força de trabalho em estado normal, se tornarão mais propensos ao desgaste e ao esgotamento prematuro (GUANAIS, 2016, p. 238)”.

Teresa afirmou que o esposo tinha três carteiras de trabalho assinadas só de trabalho na cana. Foi obrigado a parar de trabalhar devido ao glaucoma que desenvolveu. Não sabe ao certo a causa do glaucoma, somente que, durante o trabalho, o marido reclamava: “Diz ele que sentiu que ficava correndo uma água quente no olho dele e ele não aguentava. Aí inchava, avermelhava e ele tinha que tampar o olho, dizendo ele que no outro olho corria aquele suor, ardendo e ele não aguentava, de cortar cana”. Ao reclamar na usina, foi direcionado à consulta médica e depois regressou para fazer o acompanhamento em Araçuaí. O resultado dos exames mostrou que se tratava de um glaucoma e que a visão estava comprometida. O esposo perdeu totalmente a visão de um dos olhos e só tem a capacidade de 60% no outro olho. Recebeu auxílio-doença e, depois, aposentou-se por idade. Tentou aposentadoria por invalidez por meio do auxílio de um atravessador, que reteve as carteiras de trabalho dele e depois nunca mais apareceu. Assim, só conseguiu se aposentar quando atingiu a idade necessária. A última notícia que tem é que essa pessoa se mudou para a cidade de Teófilo Otoni. Teresa entende que o valor recebido de aposentadoria está abaixo do que para seria o justo, baseado no valor que o esposo ganhava quando trabalhava.

Depois do adoecimento, o marido voltou a residir na roça, o que permitiu a Teresa ficar mais dias na cidade com os filhos. Diz que não percebeu diferença na personalidade do marido com o passar dos anos, mas que achava ruim ficar sozinha com as crianças. “Eu falava com ele: ‘É muito triste você sair e eu ficar com os meninos’, mas ele falava assim: ‘Não tem jeito, não tem emprego aqui. A gente pega roçado de manga, mas, acaba; a gente pega outra coisa pra fazer aqui, mas acaba; ninguém tem serviço pra gente, então, é o que tem pra poder manter...’”. Nesse sentido, entendemos a referência de Gaudemar (1977) à liberdade negativa. A migração não era uma opção, tratava-se de um deslocamento forçado, mobilidade construída historicamente. Não o direito de ir e vir, mas a imposição do deslocamento para garantir a reprodução da vida. Dos sete filhos, três são homens e quatro mulheres. Luis e Marcelo cortaram cana. Para descrever melhor a história de Teresa, contaremos um pouco da história desses filhos.

Marcelo ainda menor de idade trabalhava como mecânico consertando motocicletas, atividade na qual era muito bom. Quando ainda estava na escola, Teresa encontrou um cigarro de maconha nas coisas do filho. Sua estratégia foi levá-lo para a roça e inquiri-lo. O rapaz negou que o cigarro de maconha pertencesse a ele, afirmava que foram os amigos que colocaram na mochila dele. Teresa sentia um grande pesar com a situação, disse para o filho: “Tudo o que eu já sofri com você, seu pai no corte de cana e eu criando vocês praticamente sozinha, por que você tá se envolvendo com essas coisas?”. Em dado ponto da conversa, ela enraiveceu-se e deu algumas cintadas no garoto e o deixou de castigo. Ao completar dezoito anos, Marcelo partiu para o corte de cana. Casou-se e tem esposa e duas filhas em Araçuaí. Contudo, devido a alguns episódios de violência doméstica (um no qual chegou a ser preso), está separado da esposa. Em 2015 fazia um tratamento pago em Belo Horizonte para a adicção em drogas e álcool.

O outro filho, Luis, acidentou-se aos catorze anos, caiu de um pé de manga, teve um traumatismo craniano e ficou vinte e oito dias em coma. Depois disso, passou a ter constantes convulsões e iniciou uma medicação para controlar o quadro. Aos dezoito anos, foi cortar cana em Goiás. Teresa não queria que o filho fosse, pois preocupava-se que não tomaria corretamente os remédios. Realmente, não tomou. A mãe acredita que devido ao baixo rendimento, Luis foi transferido para a vigilância de máquinas. Exerceu essa atividade por apenas 11 meses, período em que relatou ter ficado preso dentro da máquina para se proteger de onça de madrugada. Teresa insistiu que o filho voltasse. Regressou para partir novamente para o corte de cana depois de pouco tempo, dessa vez, em São Paulo. Ainda trabalhou em Curitiba, na construção civil e como garçom. Em um desentendimento em uma festa no alojamento em Curitiba, entrou em uma briga, sendo agredido por outros homens, batendo a cabeça e sendo levado ao hospital.

Depois do retorno à Araçuaí, Luis continuou bebendo muito. Esteve algum tempo em Belo Horizonte para tratamento médico. Nesse período, tentou se suicidar. O rapaz afirmava não gostar de Belo Horizonte. Reside em Araçuaí com a mãe, que diz estar na cidade apenas por causa do acompanhamento que o filho faz no CAPS-AD. Teresa diz que pretende voltar para a roça, que é onde ela gosta de estar, cuidando das suas plantas e longe da bagunça da cidade. Diz que para Luis também é bom, pois o tempo em que está lá toma os remédios corretamente e não bebe. Mas faz a ressalva, pois mesmo na roça há a presença de muitos bares. Teresa tenta dialogar com os comerciantes para que não vendam bebidas ao filho, mas diz que acabam vendendo mesmo assim. Conta que Luis, em alguns momentos de embriaguez, fica agressivo: “Tem vezes que ele fica agressivo... ele já cortou o pulso dele três vezes. Tem que tá escondendo faca. Ele quebrou meu

tanquinho, quebrou televisão minha”. Diz que o acompanhamento do CAPS-AD está ajudando, mas que o filho não aceita fazer outro tratamento, não aceita a ideia de ficar internado em Belo Horizonte, e mesmo as idas ao CAPS-AD às vezes são difíceis. Não quer nem ir ao neurologista em Belo Horizonte, para encaminhar uma possível operação. Teresa acredita que se o filho tomasse a medicação corretamente, não precisaria fazer nenhuma cirurgia.

Luis recebe um benefício, Teresa não especificou qual, mas provavelmente seja auxílio-doença, pois a justificativa do acesso ao benefício era o vínculo empregatício, tem duração de dois anos. Contudo, o direito foi acessado a partir de outra cidade, Itaobim, já que em Araçuaí o pedido foi negado pelo INSS. A perspectiva é que, se ele não apresentar melhora, aposente-se. Luis estava, em 2015, com 25 anos.

3.3 Dinha

No município de Chapada do Norte, encontramos um caso particular em que a mulher adoeceu. Dinha tinha, na época da entrevista, em 2015, 49 anos de idade, apesar de em sua certidão de nascimento a idade ser de 50 anos⁵⁰. Conta que o pai era muito rígido e não permitia que ela trabalhasse em outras roças além da pertencente à família. Por dois anos foi cortar cana junto com o pai, que só permitiu a migração porque estava acompanhando a filha. Depois disso, trabalhou sempre na colheita de café no sul de Minas Gerais, atividade que exerceu por vinte anos. Casou-se e o esposo trabalhava tanto no corte de cana quanto na colheita de café.

Assim como as outras mulheres entrevistadas, Dinha também relata a dificuldade em criar os filhos sem a presença do marido, ele estava ausente em todos os partos. Precisou lidar também com a morte de dois filhos longe do companheiro, um dos filhos faleceu logo depois de nascido e só depois de oito dias que o marido soube do falecimento. O outro foi picado por um escorpião, o que ocorreu em um período em que o marido também não estava presente. Era comum para Dinha levar os filhos para a colheita de café enquanto o marido cortava cana. “Criava os filhos mais sofrendo”. Recorda das crianças embaixo do pé de café e no colo, diz que aprenderam a colher café com ela. Sempre trabalhou até os últimos dias das gestações. Conta que uma vez caiu de um galho de café aos seis meses de gravidez. Por 15 anos levou duas filhas para o trabalho, os outros filhos ficavam com os avós.

A trajetória de Dinha traz outra reflexão, pois teve a experiência da migração para o trabalho na colheita de café. Apesar de não ter tratado sobre esse tema, sabemos que o município de

50 Outros depoentes afirmaram que era bastante comum que se falsificassem documentos para que os jovens pudessem ir trabalhar, principalmente no corte de cana, antes de atingir a maioridade.

Chapada do Norte onde reside tem sofrido seriamente com a escassez de água – resultado de um bioma semiárido e da degradação dos cursos d'água e nascentes da região pelo monocultivo de eucalipto e mineração. Por conta das dificuldades na manutenção da subsistência na própria roça, a migração para o café tem sido destino de muitas mulheres do Vale do Jequitinhonha, já que nesse caso é possível o trabalho familiar. Diferente do trabalho individualizado do corte de cana, o café (assim como a laranja) tem uma fiscalização muito mais lassa, o que permite que a família trabalhe em conjunto. Não se trata de trabalho individualizado de diferentes membros da família, mas de uma pessoa oficialmente contratada e o restante, principalmente crianças, “ajudando” na colheita, para aumentar a produção daquele membro da família contratado. São diferentes estratégias elaboradas para garantir a reprodução familiar, uma reinvenção criativa que adapta o trabalho familiar ao contexto de exploração da força de trabalho. Porém, a consequência dessa ação é o rebaixamento do valor da força de trabalho (SILVA, 1999).

Depois do endurecimento da fiscalização, os filhos de Dinha ficavam todos com os avós ou ela mesmo não podia mais migrar para a colheita de café. Enquanto o marido era apenas assalariado, ela, também assalariada em alguns momentos, ainda cuidava dos filhos, ou da roça, desenvolvendo diversas atividades para além do assalariamento. É destacável que, enquanto a assalariamento do esposo no corte de cana é individual, Dinha era assalariada num regime de trabalho familiar, que a permitia desempenhar diferentes tarefas (assalariamento somado ao cuidado dos filhos, por exemplo). Nesse sentido, nem há uma conversão total para o assalariamento, nem a permanência estática do modo de vida camponês, são identidades que se refazem continuamente (THOMAZ JUNIOR, 2011).

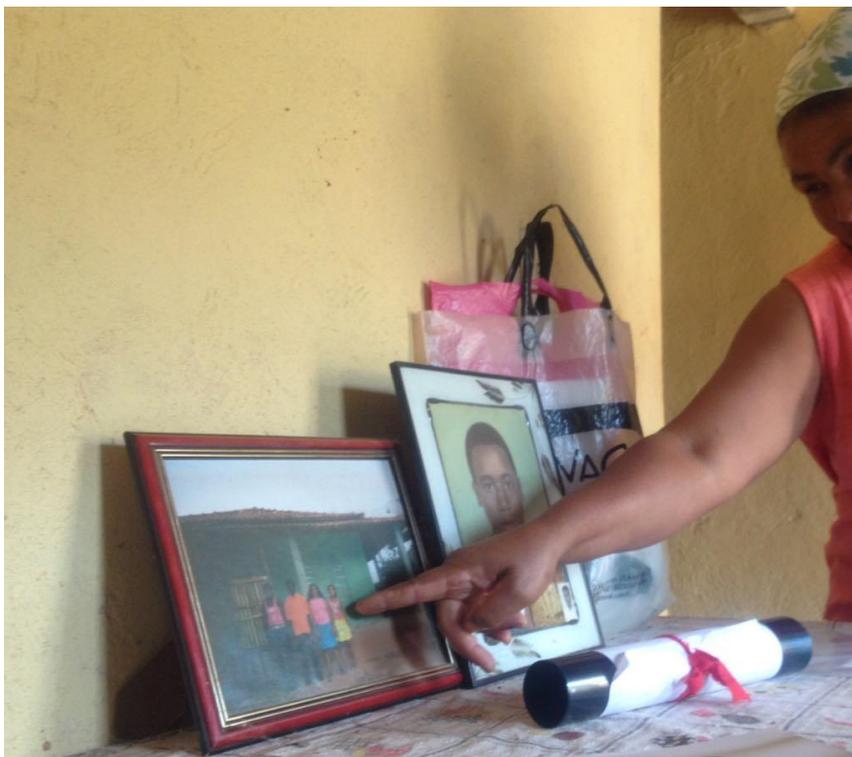
Quando nos ocupamos com a (des)realização e as novas identidades do trabalho territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente, estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da constante redefinição de profissões, habilitações, especializações, inserções autônomas etc., entremeada, em vários casos, com experiências de despossessão (THOMAZ JUNIOR, 2011, p. 318).

Foi a possibilidade de exercer esse tipo de trabalho familiar na colheita de café que viabilizou Dinha, e também seu esposo, poder sempre retornar à própria terra e lá cuidar da roça, mantendo um modo de vida e de trabalho que difere do assalariamento capitalista. Do mesmo modo, essa mobilidade também permite a utilização da força de trabalho temporário a níveis de superexploração, como Guanais (2016) mostrou no caso do corte de cana, que produz ainda mais empobrecimento. Não há aí contradição, mas uma configuração não fixa do trabalho no sistema capitalista. Há um movimento em relação ao trabalho, que “territorializa e indica situações e

condições de trabalho” (THOMAZ JUNIOR, 2014, p.12). Essa plasticidade do trabalho, isto é, as distintas expressões do trabalho no mundo capitalista, permite compreender as circunstâncias às quais os trabalhadores estão submetidos, “há toda uma mobilidade e fluidez do trabalho, que revela os ataques constantes do capital e dos Estados” (THOMAZ JUNIOR, 2011, p. 313). É nessa plasticidade do trabalho que estão emaranhados cortadores de cana que também trabalham no garimpo ilegal de pedras preciosas, ou os que, na entressafra, trabalham como serventes de pedreiro, ou os que se ocupam também na colheita de café, como dona Dinha.

As relações de gênero e familiares são organizadas também por meio dessa plasticidade, atualmente apenas uma filha de Dinha ainda mora na comunidade rural, os outros estão em Jaboticabal, trabalhando no corte de cana, na usina e/ou em outro serviço.

Figura 12 - Dinha mostra retrato antigo dos filhos reunidos na frente da casa



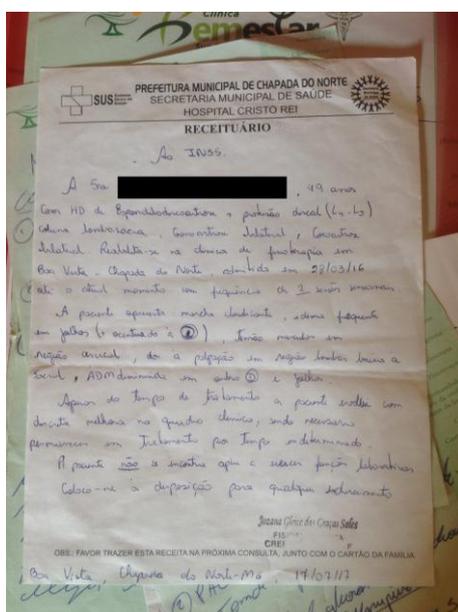
Fonte: Tainá Reis, Chapada do Norte, 2017

A roça de Dinha sempre foi para produção de subsistência. Ela e o marido sempre trabalharam muito, ele mais na cana e ela no café, com a intenção de construir a casa em que hoje mora. Conta que ela foi responsável pela parte mais difícil da construção, que era “cortar o barranco”, e que quando ele chegou só precisou subir as paredes; o trabalho duro de fazer a

fundação da casa, ela fez sem a ajuda dele. Foi um período de bastante restrição econômica, Dinha conta que ficou muito tempo sem nem ver carne e que em algumas situações a filha tinha que pedir dinheiro para outras pessoas para comprar coisas para a escola, mesmo quando o valor era de apenas cinquenta centavos.

Durante o trabalho na colheita de café, Dinha travou a coluna. Mesmo machucada, continuava trabalhando, pois precisava ganhar algum dinheiro. Após certo tempo, não conseguia mais trabalhar devido às dores. Com três hérnias de disco, há 8 anos tenta se aposentar. Já realizou 11 perícias médicas ao todo e, apesar de ter laudos médicos que afirmam que não pode mais trabalhar, e mesmo com a afirmação do médico de que há uma mancha muito grande na coluna, tem sucessivamente a aposentadoria negada.

Figura 13- Laudo médico de Dinha⁵¹



Fonte: Tainá Reis, Chapada do Norte, 2017

Dinha está processando judicialmente o INSS, mas não sabe o andamento do processo. O marido reclama de fortes dores na coluna, mas continua trabalhando no corte de cana para ajudar a subsistência da esposa, principalmente para comprar os remédios - já gastou até seiscentos reais em

51 Transcrição do laudo realizado no mês de julho de 2017: “A Sra [Dinha – nome fictício], 49 anos, com HD [hérnia de disco] de espendilodiscoartrose + protusão discal (L4-L5) coluna lombo-sacra, cronoartrite bilateral, coxoartrose, bilateral. Reabilita-se na clínica de fisioterapia em Boa Vista – Chapada do Norte, admitida em 28/03/16 até o atual momento com frequência de 2 sessões semanais. A paciente apresenta marcha claudicante, edema frequente em joelhos (+ acentuado à D [direita]), tensão muscular em região cervical, dor à palpação em região lombar baixo à sacral, ADM diminuída em ombro D [direito] e joelhos. Apesar do tempo de tratamento a paciente evolui com discreta melhora no quadro clínico, sendo necessário permanecer em tratamento por empo indeterminado. A paciente não se encontra aopta a exercer funções laborativas. Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento”.

medicamentos de uma vez só. Foi beneficiária do programa Bolsa Família por algum tempo, mas o benefício foi recentemente cortado, ela não sabe o porquê. Entristece-se, pois não consegue sequer limpar a própria casa. Diz que hoje não aguenta fazer mais nada, “E aí tem que ficar assim”. Acostumada desde jovem a trabalhar, atualmente tem dificuldades até mesmo para levantar da cama. Apesar disso, fui informada por outras pessoas que ela é bastante ativa na comunidade, participando das atividades e visitando os vizinhos sempre que pode. A trajetória e experiência de Dona Dinha pode ser compreendida por meio da noção resistência de Foucault. Da maneira que pode, busca criar (e recriar) seus modos de existência, transgredindo a morte social que lhe é imposta.

3.4 Olga

O caso de Olga traz outros elementos para a análise. Nascida em Araçuaí, morou na roça com os pais até os catorze anos, onde realizava as tarefas domésticas, fazendo o almoço e levando para aqueles que trabalhavam na roça. Aos doze anos foi trabalhar em uma fazenda junto com os pais. Depois, trabalhou em outra atividade, mas dessa vez no trabalho urbano, como empregada doméstica na cidade, forma de ajudar a mãe e o pai que não eram aposentados, e os irmãos menores. Conheceu um namorado e passou a residir definitivamente na cidade, onde casou-se. O marido cortava cana e Olga relata as dificuldades do período que morou na cidade.

Como no caso de Teresa, e de tantas outras, Olga cuidava de tudo sozinha: “Era horrível! [pausa] Todas as gravidez das minhas meninas ele não estava, entendeu? Eu tinha que me virar sozinha...”. Ele enviava dinheiro todo mês para ela durante a safra, voltava na entressafra, ficava quatro meses e depois retornava ao corte de cana. Nesse período ela trabalhava como faxineira em Araçuaí. Falou que a saudade era difícil, mas “fazer o que né?”. Contou da dificuldade de comunicação: “Tinha dia que eu tinha que ir pro orelhão, aí ele ligava, mandava me chamar. E pra eu ligar daqui pra lá, ainda era pior, porque às vezes tinha alguém que chamava, tinha vezes que não chamava. Falava: ‘Eu não conheço’, entendeu? Aí era mais difícil ainda...”.

Após esse período, Olga foi residir com o esposo no município de Flórida Paulista, no extremo oeste do Estado de São Paulo. Residia numa casa com o companheiro, duas filhas (uma com dois e outra com quatro anos), e mais “oito peão”, sendo responsável por fazer a comida de todos. Logo começou a trabalhar, primeiro por diária - no plantio, na capina e na bituca⁵² -, depois, no corte de cana, tinha vinte e quatro anos na época. Permaneceu nesse serviço por seis anos.

52 O trabalho na bituca consiste na coleta dos pedaços de cana deixados pelas máquinas e guinchos no canavial, atividade de baixa remuneração executada principalmente por mulheres (SILVA, 1999).

No trabalho, acordava entre 3h30/4hs da manhã, preparava o almoço (seu, dos outros trabalhadores e das filhas) e saía para o trabalho. Chegava em torno de 07h no canavial, encerrando o serviço em torno das 15hs. Dependendo da distância do local de trabalho, poderia chegar em casa até às 19hs. Ao chegar em casa, lavava suas roupas e do marido, e fazia a janta para todos que moravam na mesma casa. Tinha um quarto exclusivo para a família e os “peões” se dividiam em outros quartos (não falou quantos). Olga tinha a mesma jornada que os homens, mas ao chegar em casa, ainda era responsável pela alimentação de todos. Assim, mesmo tendo desempenhado atividades iguais as dos homens, tinha a segunda jornada de trabalho dos cuidados domésticos (para sua família e os demais que viviam na mesma casa).

Hochschild (2003) mostra que a dupla jornada feminina acarreta um desgaste emocional. Tendo que lidar com os sentimentos de frustração, cansaço, incômodo, injustiça, até mesmo negação e aceitação, ou qualquer outro que seja despertado pela segunda jornada, a mulher precisa fazer todo um trabalho para lidar com suas emoções. Esse dispêndio de energia para lidar com aquilo que é sentido por conta da dupla jornada é o que configura a terceira jornada, dispêndio de energia com o trabalho emocional. Na turma de trabalho de Olga ainda havia mais onze mulheres, num total de quarenta trabalhadores. Com o aumento da mecanização no corte de cana, as mulheres foram sendo excluídas do corte manual de cana, restando-lhes as atividades mais mal remuneradas, relacionadas ao cultivo de cana de açúcar (plantio, veneno, bituca, recolha de pedras) (SILVA, 2016).

Olga nunca havia desempenhado nenhum trabalho rural, apenas os cuidados domésticos. Mesmo assim, diz que aprendeu em apenas duas semanas a cortar cana e sua produtividade chegava a quatrocentos metros de cana em pé. Apesar de afirmar que ganhava bem, não soube dizer o quanto essa medida equivaleria em toneladas ou em valores. Essa é a situação que Antunes (2013) se refere quando afirma que há a burla dos direitos do trabalhador na produção de cana de açúcar. Ganhando por produção, a falta de controle sobre a quantidade produzida permite que os trabalhadores sejam frequentemente lesados nos valores (SILVA, 2008, 2012, ALVES, 2006)⁵³. Parte dos ganhos de Olga era enviada para Araçuaí para ajudar a filha mais velha, que ficou sob os

53 “O valor do metro só é fixado depois que a cana foi pesada; portanto, embora um metro seja igual a um metro, o valor do metro de cana é diferente do valor de outro metro de cana, na medida em que seus pesos são diferentes. [...] Sabendo o peso da cana, a quantidade de metros de cada talhão e o valor da tonelada, através de regra de três, chega-se ao valor do metro de cana cortado [...] Nas usinas, onde estão localizadas as balanças, é feita a conversão do valor da tonelada para o valor do metro. Como é feito nas usinas, pelo seu departamento técnico, esse cálculo é feito sem o controle do trabalhador” (ALVES, 2006, p.91).

cuidados da avó. Sentia muita saudade da filha, nos seis anos que morou em São Paulo (trabalhando sempre na mesma usina), pode ir apenas uma vez para Araçuaí visitá-la.

São estabelecidas diferentes estratégias para garantir a reprodução social da família, migrar, permanecer, levar alguns filhos, deixar outros para trás. São estratégias não individuais, mas que requerem também a rede de apoio nos lugares de origem. Os laços de solidariedade, especialmente entre as mulheres, são necessários para viabilizar a migração. Enquanto Olga era responsável pelo cuidado com as filhas pequenas, o marido e os outros moradores que residiam com a família no corte de cana, sua mãe, de outra forma, também era responsável pelo cuidado com a neta. De maneiras diferentes, há um reforço no padrão patriarcal que estabelece o papel da mulher como cuidadora. Além disso, percebemos no relato de Olga, mais um caso de apropriação do afeto. Convertida em força de trabalho, tinha retirado de si os laços afetivos.

Ao final do dia de trabalho, Olga sentia bastante dor: “Ah, sentia [*o corpo*] muito cansado, muito mesmo. Às vezes minhas mãos ficavam muito inchadas, sabe? Chegava em casa, não conseguia nem fechar as mãos de tanto inchadas, era calo, né? Muito, demais. E muita dor no corpo. Aí chegava, tomava um banho, tomava um remédio pra aliviar um pouco...”. Era cotidiano tomar paracetamol ou diclofenaco. Foi apenas uma vez ao hospital tomar soro, porque teve “uma tal de virose”: “Passei mal mesmo, porque o sol estava muito quente e aí chovia, e aí ficava aquele mormaço... [...] Aí eu comecei, dor de cabeça, ficar tonta, vomitando. Aí da roça mesmo eu fui, né? E de lá eles me levaram embora”. Relata a frequência de câimbras durante o trabalho; ao sentir isso, parava e esperava a câimbra passar. As câimbras também a acompanhavam quando já estava em casa, e eram tratadas com algum remédio. Afirmou que “não tinha jeito”, que tinha que fazer a refeição, não havia ninguém para auxiliá-la. Na entressafra trabalhava na diária, e em muitos domingos “dobrava”, ou seja, trabalhava também, pois o pagamento era dobrado. Não havia tempo para descanso.

A experiência de Olga, como de tantos outros cortadores de cana, se enquadra no modo de produção canavieiro brasileiro, que conta com a exploração da força de trabalho para incrementar a produção de mais-valor. Para tanto, “os detentores dos meios de produção devem necessariamente lançar mão de uma maior exploração da força de trabalho, seja mediante o aumento de sua intensidade, seja através da prolongação da jornada de trabalho, ou ainda combinando os dois procedimentos” (GUANAIS, 2016, p.182). Com isso, há um maior desgaste das energias físicas e psíquicas dos trabalhadores, o que, somado a um pagamento que é inferior ao necessário para a reprodução do trabalhador (e de sua família), intensifica o processo de estranhamento.

O esposo de Olga se acidentou, perdeu um dedo e foi afastado. Conseguiu acessar a aposentadoria. Depois do acidente, ainda permaneceram morando no estado de São Paulo por algum tempo, mas com ele sem trabalhar. Nesse período já tinham um espaço só para a família. Eles se separaram e ele voltou para Araçuaí. Olga permaneceu cortando cana por mais um ano, e depois também voltou. Sua trajetória traz o divórcio como tema a ser debatido. Permaneceu cortando cana, mesmo sem o companheiro. Mas, parou de cortar cana e voltou à Araçuaí por pedido da família, um irmão bebia muito e a irmã pediu que voltasse para ajudar a cuidar dele, já que os pais já estavam com idade avançada. Além disso, a filha também pedia que ela voltasse. Se, por um lado, conseguiu se desvencilhar do cuidado com o marido, foi chamada a retornar para sua terra natal para executar o cuidado com outros entes familiares.

A última safra que trabalhou foi em 2008. O que a acompanhou para fora dos eitos foi um problema reumático na coluna e osteoporose (na época da entrevista, Olga estava com trinta e sete anos). Trabalha como cuidadora de idosos, dois deles residem em sua casa. Passou a ser assalariada por exercer o cuidado. Diz que em qualquer outra atividade, como faxineira, por exemplo, seria impossível trabalhar, já que mesmo em sua própria casa não tem condições físicas de realizar muitas atividades; a maior parte dos serviços é realizada pelas filhas. Nesse sentido, são outras mulheres (meninas) as responsáveis pelo cuidado doméstico. A construção social que designa as mulheres como cuidadoras é flexível, na medida em que transita entra a esfera do assalariamento e da reprodução da vida.

Olga afirma que durante o trabalho nos canaviais sentia dores, mas que a situação se agravou depois. O engajamento em diversas atividades, rurais (bituca, corte de cana) e urbanas (doméstica, cuidadora), além daquelas ligadas à reprodução familiar, representaram ao longo de menos de quarenta anos, o desgaste do corpo de Olga. Apesar de ter encaminhamento do ortopedista para o INSS, não quis ir atrás, acredita que “encostar” poderia levar a uma acomodação, que não gostaria de ficar em casa sem fazer nada, que gosta de trabalhar.

[...] eu to lá em casa eu fico mais estressada, eu to no serviço... Sabe? Eu sei que eu vou ter meu dinheiro, sempre eu gostei de ter minhas coisas, o meu dinheiro. E desde os catorze anos eu trabalho. Então, se for pra eu ficar parada, dependendo, né, dos outros... Eu já sou separada, entendeu? Eu sou a mulher e o homem lá de casa. Aí eu tenho que trabalhar.

Olga, ex-cortadora de cana e ex-esposa de cortador de cana (27 de fevereiro de 2015).

Este trecho da fala de Olga traz uma série de questionamentos. Por que há mais estresse em casa do que no trabalho fora da casa? Por que a ideia de receber um direito previdenciário se iguala

à dependência? Por que estar separada significa ser o homem e a mulher da casa? Olga reinterpreta o trabalho e o acesso aos direitos previdenciários. Diz não querer depender dos outros, mas quem são os outros? No caso do acesso aos direitos previdenciários, trata-se do Estado o responsável por garantir a subsistência do trabalhador. Para Olga, faz mais sentido seguir trabalhando, mesmo com dores, mesmo com o abuso dos analgésicos, do que receber qualquer benefício do Estado. Além disso, identifica como tarefa masculina prover a casa e, por ser separada, cabe a ela cumprir esse papel. Dessa maneira, existiriam as tarefas femininas e masculinas, pela sua condição de divorciada, ela precisaria desempenhar ambas. Por outro lado, fala sobre a necessidade da independência financeira. Mas a independência, nesse caso, seria em relação ao Estado. Parece que, se o dinheiro para a subsistência não for advindo do próprio trabalho, não é digno⁵⁴.

Depois de quatro anos na fila de espera para se consultar com um reumatologista pela SUS, pagou consulta particular. Fez acompanhamento médico por aproximadamente oito meses, mas, por não conseguir mais pagar as consultas e as medicações, parou o tratamento. Não conseguiu nenhuma medicação, via SUS, pois tais medicações não são distribuídas no posto de saúde. Passou a se automedicar quando a dor “aperta”, tomando relaxantes musculares e anti-inflamatórios. Sobre saúde e doença, afirma: “Eu acho que eu não to bem de saúde, entendeu? Eu acho que eu não to. [...] Ué, pra mim saúde é a pessoa não estar sentindo nada! Normal. Mas igual a mim, que sinto dor no corpo, né, é câimbra, é dor de cabeça...”. Olga entende que seu quadro de saúde não é bom, mas permanece trabalhando, pois necessita do trabalho para garantir a reprodução social.

Acreditamos que além da própria subsistência, Olga está dentro dos padrões socialmente estabelecidos do que se espera das mulheres. Às mulheres não é permitido adoecer, cabe à elas o cuidado com a família. A vivência do corpo no mundo é diferenciada também a partir do gênero (BUTLER, 1988). Dejours (1987) mostrou que a vivência da doença reflete uma vergonha, já que vem atrelada à ideia de passividade e vagabundagem. No caso das mulheres esse processo se intensifica, na medida em que “quando se é mulher, não se pode permitir estar doente, por causa dos filhos” (DEJOURS, 1987, p.30), e também da carga do trabalho doméstico. Há uma intersecção aqui entre a condição de gênero e de classe, na medida em que Olga afirma que deve seguir trabalhando por ser o homem e a mulher da casa, e por ter de vender sua força de trabalho para garantir sua reprodução social. Há uma domesticação do corpo às condições de classe e gênero neste caso.

54 A seção anterior já tratou sobre a relação do trabalhador com o Estado, por isso não nos aprofundaremos essa discussão aqui.

3.5 Gil e Wagner

Outra depoente que também cortava cana foi Gil, natural de Ibitiúva, distrito de Pitangueira, interior de São Paulo. Desde os dez anos de idade corta cana. O cunhado era turmeiro para fornecedor de cana, por isso desde criança ela trabalhava no canavial junto com a família. Diz que foi o irmão mais velho que a ensinou a cortar cana. Orgulha-se em dizer que depois de poucos dias já estava acompanhando os homens no carreador e tinha uma produtividade que se equiparava a deles. O marido mesmo disse: “Ela corta cana que nem homem”. Não usava EPIs porque achava desconfortável, sua produtividade caía. “E não trabalhava com gorro, essas coisas... era camisa assim, com o braço para fora, luva, nada... e um boné virado para trás só para tampar o cabelo. Sem nada, sem nada. E aqui assim [*aponta para braços*], machucava tudo!”. Depois que o cunhado começou a prestar serviço para uma usina, a exigência do uso de EPIs foi mais rígida. Mesmo assim, Gil não gostava de usar, pois o tamanho era grande para ela e atrapalhava a execução do corte da cana. Ela, às vezes, tirava apenas uma das caneleiras para facilitar os movimentos. Os EPIs podem, muitas vezes, representar menos uma proteção e mais uma dificuldade para os cortadores de cana, na medida em que não são ergonômicos para a realização do trabalho (ALVES, 2008, SILVA, 2008).

Gil conheceu o marido no corte de cana. Wagner é nascido na comunidade rural de Córrego Narciso, em Araçuaí. Na época ele era conhecido como *pega da turma, o podão de ouro, campeão*, tendo ganhado inclusive prêmios em diferentes usinas e de fornecedores de cana por sua alta produtividade (cem reais e um rádio, por exemplo). Em uma usina, a premiação era sorteada, mas o cortador de cana que tivesse faltas, mesmo justificadas com atestados médicos, era impedido de participar do sorteio. Aqueles que não faltassem ganhavam também uma cesta básica. Essa era mais uma forma de domesticação dos corpos para o trabalho. Na possibilidade de poder ser selecionado em um sorteio para adquirir um prêmio, os trabalhadores também escondiam as dores e evitavam ir ao médico.

Thomaz Jr. (2002) mostrou que mesmo na colheita de cana mecanizada, a estratégia dos prêmios (valores em dinheiro, motos, televisões, etc) nada mais era do que um estímulo à superexploração, especialmente quando os prêmios ficavam expostos em locais de passagem dos trabalhadores pela empresa. Seja por questão de sobrevivência ou o fetiche relacionado àquelas mercadorias, a cobiça era incitada como meio de garantir alta performance no trabalho, que representa, via-de-regra, o total esgotamento físico e mental dos cortadores de cana.

Esse “incentivo” para que haja aumento da produtividade média do corte por trabalhador/dia está possibilitando que em alguns casos se alcance 20 t de

cana/dia/homem (...) Por via de consequência, eleva ao extremo o desgaste físico do trabalhador, a partir da extensão da jornada diária de trabalho (podendo alcançar 14 horas). Esse processo denominamos de bingo da morte, tendo em vista que o trabalhador poderá ser a próxima vítima desse “sorteio” desleal, pois não mede esforços para alcançar a premiação (THOMAZ Jr, 2002, pp. 211-212)

Wagner morou em alojamentos, mas depois do início do relacionamento com Gil, em 2001, alugaram uma casa juntos. Nesse período, ela deixou de cortar cana por quatro anos. Depois, ela voltou ao corte de cana, trabalho que exerceu até 2013, algumas vezes, sem registro em carteira de trabalho. Os relatos da dificuldade do horário de trabalho, precariedade dos alojamentos, refeições de má qualidade, dificuldade no uso de EPIs, acidentes com o podão, roubo na contagem da quantidade de cana cortada e abuso por parte dos gatos⁵⁵ são parte da experiência do casal.

Gil e Wagner têm dois filhos, uma menina de dez anos e um menino de três. Gil ainda tem outros dois filhos de um relacionamento anterior que são criados pela avó em Ibitiúva, um rapaz de dezoito anos e uma garota de dezesseis. Foram duas vezes para o Córrego Narciso antes de residir definitivamente na região em 2013. Na primeira vez, ainda sem os filhos, Gil ficou apenas dois meses. Depois, já com a primeira filha pequena, permaneceram por mais tempo num terreno que pertencia a Wagner. A casa era de barro, tinha apenas dois cômodos e não tinha água nem luz.

Não tinha nada. Tem uma represa aqui embaixo, uma barragem e também estava seca, porque ficou muito tempo sem chover aqui. E nós saímos, buscava lá na casa do irmão dele, buscava lá na Daiane, ali no vizinho lá embaixo. E nós ficávamos lutando e lutando para ver se... E aí eu falava: “Ai que vontade de ir embora”. Não por mode do lugar, porque aqui é sossegadinho, gostoso, gasta menos. [...] Mas é a água que sofria muito. Tinha que buscar água na cabeça... “Ai, meu Deus, isso não dá pra mim, não. Prefiro cortar cana de novo”. Foi indo né, até que com a benção de Deus nós conseguimos a cisterna de lona. Aí, depois, quase no fim do ano passou tudo em ordem, mas foi eu e ele que abrimos os buracos. [...] Acho que demorou mais de trinta dias... [...] É que nós estávamos abrindo os buracos e já aproveitando, fazendo os adobe pra fazer essa [casa].
Gil, esposa de ex-cortador de cana (13 de março de 2015).

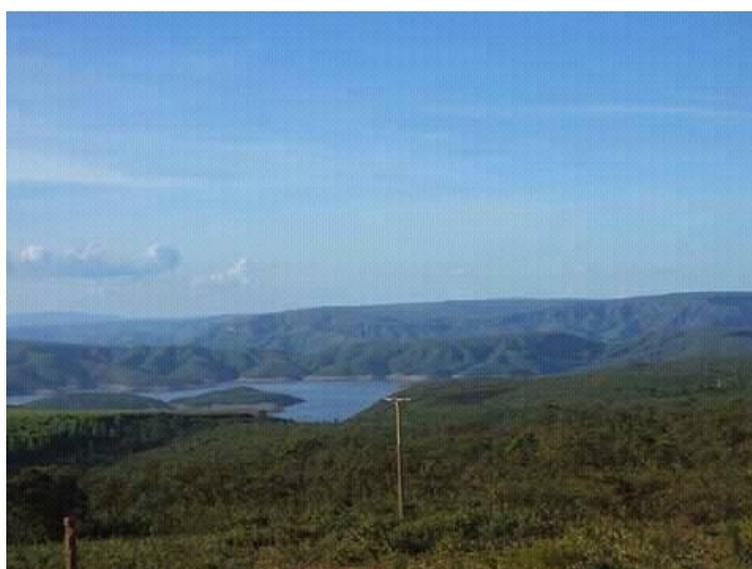
A escassez de água foi algo impactante para Gil. Acostumada com a paisagem da monocultura canavieira, em que a degradação ambiental atinge diferentes patamares, Gil afirma preferir cortar cana do que viver com a escassez de água, situação característica do Vale do Jequitinhonha. Apesar da presença de diversos projetos de convivência com o semi-árido nesta região, defendemos que a escassez vai além das condições biomáticas. Thomaz Junior (2016) chama de agrohidronegócio o modelo concentrador de terras, riquezas e água característico da

55 Wagner relatou que quando morava em alojamento, viveu situações em que o gato vendia todo tipo de coisa, como, botina, facão, alimentos, bebidas, cobertor e até colchão. Tudo era descontado do pagamento.

produção de monoculturas latifundiárias agroexportadoras, como cana, soja, frutas, milho e eucalipto. Como explanado na seção 1, quando apresentamos a trajetória de formação do Vale do Jequitinhonha, parte daquele território foi expropriado dos camponeses para a criação do que se chamou de distrito florestal, com o monocultivo de eucalipto. Entre 1975 e 1987, o Estado de Minas Gerais arrendou cerca de 240.000 hectares de terras devolutas do Vale do Jequitinhonha para empresas do ramo de papel e celulose e siderúrgico (RAMALHO, 2014). Parte do Vale do Jequitinhonha é considerado o maior maciço de eucalipto da América Latina (FÁVERO, MONTEIRO, 2014). Relatos colhidos por Silva (1999) mostram como a chegada dos eucaliptos acarretou uma mudança no sistema hídrico da região, causando a destruição de nascentes e esgotamento dos cursos d'água.

Silva (1999) revelou como a chegada das empresas agroflorestais expropriou o campesinato de suas terras no decorrer das décadas de 1960 até 1980. O mesmo processo ocorreu já nos anos 2000, com a implantação do grande projeto hidrelétrico na região, a Usina de Irapé, localizada na área de transição entre o Alto e o Médio Jequitinhonha. O projeto começou a ser elaborado nos anos 1960, mas só foi concretizado com a assinatura do contrato de concessão da CEMIG. Conhecida como a barragem mais alta da América Latina (220 metros), o empreendimento desalojou 1300 famílias camponesas. Fávero e Monteiro (2014) trazem relatos de camponeses que diziam ter sido encurralados, por um lado, pelo monocultivo de eucaliptos, por outro, pela represa de Irapé. A própria barragem de Irapé é cercada por eucaliptos.

Figura 14 - Eucaliptos ao redor da Barragem de Irapé



Fonte: Tainá Reis, José Gonçalves de Minas, 2015

Durante a pesquisa de campo foi relatado que as comunidades rurais vizinhas de Irapé sofrem com escassez de água e se revoltam por não poder usufruir da água represada.

Além dos impactos produzidos pela hidroelétrica e pelo eucalipto, há ainda a presença da mineração (lítio, cassiterita, granito e pedras preciosas). A mineração é outro tipo de empreendimento incentivado pelo Estado, que representou degradação dos recursos hídricos do Vale do Jequitinhonha. Conforme o Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha (1997), a mineração é feita à céu aberto com desmonte hidráulico de cascalheiras ou mecanizado por meio de grandes dragas. “Esta atividade configura-se com a mais impactante das atividades, causando danos irreversíveis aos ecossistemas, com reflexos negativos nas atividades de navegação, piscicultura e na própria vida do rio principal” (GONÇALVES, 1997, p. 44)⁵⁶. O mesmo relatório coloca em segundo lugar a monocultura de madeira (para carvoarias e siderúrgicas) como fator de degradação ambiental na bacia do rio Jequitinhonha. Desse modo, entende-se que a escassez de água do Vale do Jequitinhonha não é restrita apenas aos aspectos do bioma caatinga, mas intensificada por empreendimentos capitalistas incentivados pelo Estado.

Nessas condições, os moradores do Vale do Jequitinhonha, principalmente os que residem em comunidades rurais, fazem o possível para acessar a água. O município de Chapada do Norte é um dos mais afetados. Em 2015, algumas casas na área urbana ficavam até 20 dias sem nenhum abastecimento. Pessoas iam de carro, de moto ou a pé a locais distantes buscar água nos rios que ainda não haviam secado. A situação em 2017 não está diferente, muitos moradores de comunidades rurais dependem de carros-pipa para o abastecimento, pois o rio Capivari, que abastece a cidade, permanece com baixos níveis de água. Na comunidade de Engenheiro Schnoor, em Araçuaí, as mulheres lavavam roupa e as crianças tomavam banho no já minguante rio Gravatá. São comuns na região projetos e seminários voltados à convivência com o semiárido⁵⁷. Seja por construção individuais de cisternas (como feito por Gil), por acesso à políticas públicas ou projetos de ONGs para construção de pequenos reservatórios, recorrência aos carros pipas da prefeitura ou

56 Em 2017 foi divulgada pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) do Serviço Geológico do Brasil a descoberta de novas reservas de lítio no Vale do Jequitinhonha, que podem incrementar em até vinte vezes a reserva do produto no Brasil, colocando o país em quinto lugar no ranking mundial desse tipo de reserva até 2019. Chamado de petróleo branco, o metal custa cerca de US\$30 mil a tonelada, valor que tende a subir com a demanda. A estimativa é que o valor de mercado total do produto no mundo chegue a US\$43 bilhões em 2020. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/economia/descobertas-novas-reservas-de-litio-no-jequitinhonha-1.1454425>>. Acesso em 26/01/2018.

57 A organização religiosa Cáritas, junto com a Articulação SemiÁrido (ASA) - rede de organizações da sociedade civil -, atua construindo cisternas em comunidades rurais da região. O Programa do governo federal Água Para Todos, instituído em 2011 pelo governo Lula, também executa projetos de construção de cisternas.

mesmo a busca por água nos cursos d'água próximos da residência, os moradores do Vale do Jequitinhonha, especialmente os residentes em comunidades rurais, convivem cotidianamente com a escassez de água. Apesar disso, desenvolvem suas estratégias para garantir a reprodução familiar, linhas de fuga do que lhes é imposto pelo capital e pela ação do Estado por meio do biopoder.

O relato de Gil traz a compreensão dessas estratégias de reprodução, pois do barro extraído para a construção da improvisada cisterna, construiu junto com o esposo sua primeira casa.

Figura 15- Gil mostra a primeira casa que construiu com o esposo Wagner, feita de barro, Comunidade Córrego Narciso



Fonte: Tainá Reis, Araçuaí, 2015

Podemos dizer que se estabelece um tipo de simbiose com a natureza, relação que já existia no campesinato local antes de sua expropriação (SILVA, 1999). Essa relação com as limitações da escassez de água (naturais e produzidas socialmente) adquire caráter simbiótico, pois é elaborada a partir desse vínculo do ser com seu meio externo. É no trabalho não estranhado que o camponês pode se relacionar com a natureza como sendo seu corpo inorgânico (MARX, 2010), tema que será mais abordado na seção 4.

Depois de passar um período na comunidade rural, Gil e o esposo Wagner voltaram para Ibitiúva, onde residiram por mais sete anos. Durante todo o tempo que trabalhou (a maioria dos anos sem registro em carteira de trabalho), Gil teve acidentes com cortes, principalmente na canela. Não buscava médico, pois temia a necessidade de dar ponto nos machucados. Teve também um problema na mão que a deixou afastada por quinze dias. “Era uma dor insuportável, eu não sei se era do melado da cana... Doía tanto que eu pegava uma água morna, passava na minha mão, coisava... abaixava doía, levantava doía, de todo jeito que ficava, doía”. Nesse período, Wagner foi

responsável pelos cuidados com a casa. Gil conta que o marido sempre dividiu as tarefas com ela, quando chegavam do corte de cana, ela ia lavar as roupas e ele fazer o jantar, ou vice e versa. Apesar da fisioterapia, Gil sentia até a época da entrevista formigamentos na mão, relatava inchaço e dificuldades esporádicas em realizar algumas tarefas, como pegar o filho no colo ou uma enxada. Atribuía as dores em parte ao trabalho desde muito jovem no corte de cana, mas mais ao *envelhecimento* (estava com trinta e sete anos na época da entrevista).

Permaneceram residindo no estado de São Paulo até 2013, viajando esporadicamente para Araçuaí. Nesse ano, Wagner teve um problema na coluna durante o trabalho numa usina em Pitangueiras:

[...] eu parei de trabalhar porque eu não tava mais aguentando... Aí já estava quase na hora de sair mesmo.. aí o fiscal lá: “Você precisa parar pra levar, mas já que já está indo embora mesmo, aí não precisa chamar a ambulância para levar você embora, aí você vai no ônibus”.

Wagner, ex-cortador de cana (13 de março de 2015)

Wagner não foi levado diretamente ao hospital, pois já estava próximo ao fim do horário de trabalho, então ele poderia ir de ônibus com os demais companheiros. Mal podia caminhar até o ônibus e do ponto de parada até o hospital, por isso o motorista o deixou por último para leva-lo diretamente ao pronto socorro. Lá tomou uma injeção que melhorou sua dor e conseguiu voltar a caminhar. Recebeu um atestado médico para não trabalhar no dia seguinte e foi orientado a voltar ao pronto socorro para ser encaminhado para os exames e tratamentos. A partir do raio-x realizado, o médico constatou que ele não poderia mais trabalhar, mas que receitaria medicações e fisioterapia na espera de alguma melhora. Wagner seguiu as indicações, diz ter sentido só uma pequena melhora. Depois dos quinze dias, voltou ao trabalho.

O médico da usina pediu para ficar com o resultado dos exames, com a justificativa de que seriam encaminhados para um escritório em Ribeirão Preto. “Aí o médico pediu: ‘Deixa o raio-x aqui, o raio-x vai ficar comigo porque esse raio-x vai para Ribeirão, para fazer o laudo deles, porque aqui eu estou conseguindo ver, no que eu já vi, a sua coluna já está deformada, porque tá torta. Agora vamos ver o que vai sair no laudo, pra ver...’”. O contínuo esforço exercido durante o trabalho no corte de cana sobrecarrega a coluna (VERÇOZA, 2016, RUMIN, NAVARRO e PERIOTO, 2008, LAAT, 2010, ALESSI e NAVARRO, 1997). Mais detalhadamente mostrou Laat (2010, p. 129):

Nota-se também, através das ocorrências, que o cortador realizou 1.209 flexões de coluna e 442 rotações lombares. Considerando a divisão do número de flexões da

coluna pelo tempo de 107 minutos chega-se a média de 11,29 flexões por minuto, ou ainda 1,88 flexões a cada 10 segundos. [...] Como consequência para a jornada nesse dia, estimou-se, a partir da cana cortada total de 12.960 kg, que o trabalhador “D” realizou cerca de 3.080 flexões de coluna e pelo menos 3.498 golpes de podão durante a jornada de trabalho.

Wagner não soube explicar, mas o médico se referiu a um líquido interno à coluna, que caso vaze pode causar paraplegia.

É porque toda junta da gente tem um líquido, que é o que vai movimentar. O líquido que eles falam é que, vazou aquilo lá, que é dentro da junta da gente, que se secar aquilo lá, a gente aleija. Aquilo ali é tipo uma coisa assim... uma graxa para engraxar uma peça, se tirar a graxa para roer um ferro no outro assim, já não trava? Até o motor se não tiver um óleo lubrificante para lubrificar as peças trava logo, né. Aí então, ele falou para eu esperar que os laudos saíssem. Mas aí eu fui trabalhar.

Wagner, ex-cortador de cana (13 de março de 2015).

Sem os exames em mãos, não foi possível saber ao certo o diagnóstico de Wagner⁵⁸. Mas, fica clara a gravidade da situação. LaaT (2010) mostrou que no decorrer de um dia, “o trabalhador permanece 62% do tempo em postura crítica, a flexão lombar, que representa risco de danos ao sistema osteo-articular” (LAAAT, 2010, p.113). Wagner é a materialização desses números em vida humana. Apesar do diagnóstico, ao final dos quinze dias de afastamento, voltou ao trabalho. O médico da usina indicou que trabalhasse devagar e sem muito esforço, como se não realizar esforço fosse possível na execução do corte de cana. Wagner sentia dor, mas automedicava-se com anti-inflamatórios e analgésicos. Antes de receber o resultado do laudo da usina, foi dispensado. O afastamento médico representa uma queda na produtividade e um possível problema para as usinas, que terão que se responsabilizar pelo trabalhador doente. Não é incomum que as usinas demitam trabalhadores que recorrem a atestados médicos, até por isso muitas vezes acidentes e outros problemas de saúde são ocultados (SILVA, 2008). Desse modo, o descarte do trabalhador é programado pelas empresas.

58 Acreditamos que pode se tratar de um ou mais discos intervertebrais desidratados. A coluna vertebral é constituída por um conjunto de ossos - as vertebbras -, que é dividido nas regiões cervical, torácica, lombar e sacro. Entre as vertebbras, estão os discos intervertebrais, estruturas cartilaginosas compostas por um anel fibroso na periferia e um líquido viscoso no núcleo, funcionam como amortecedores dos impactos sofridos. A função primária da coluna vertebral e dos discos é proteger a medula espinhal e suas raízes - os nervos (que conduzem os impulsos nervosos e são responsáveis pelos movimentos). O envelhecimento tende a causar uma desidratação dos discos, o que também pode ocorrer em casos de traumas ou lesões por esforço repetitivo. O desgaste na coluna e nos discos pode levar a atritos e compressões na medula e nervos, o que causa dores e incapacidades. Sendo possivelmente este o caso de Wagner, observa-se um comprometimento geral da estrutura da coluna.

A demissão de Wagner tornou a estada em São Paulo quase impossível, já que lá gastavam dinheiro com aluguel, luz, água e um custo de vida mais alto. Decidiram voltar para Araçuaí, onde não precisariam pagar aluguel. Wagner admite que não vivem em boas condições, mas pelo menos não estão tendo gastos. A casa em que moram ainda não tinha energia elétrica e a água é provida por uma cisterna construída por meio da política de convivência com o semiárido. Por conta do problema na coluna, Wagner quase não pode desempenhar atividades físicas, “Ele não aguenta pegar o balde assim”, diz Gil. Ela conta que, enquanto as construções da primeira cisterna (com lona) e de parte da casa foram realizadas em conjunto, a parte da cozinha da casa, por exemplo, ela fez sozinha.

Figura 16 - Cozinha construída por Gil, sozinha



Fonte: Tainá Reis, Araçuaí, 2015

Cuida sozinha também da pequena roça com mandioca, milho, feijão. Mais distante da casa há uma barragem onde plantam melancia. A roça é de subsistência, mas quando há algum excedente, se juntam com os vizinhos para vender na feira da cidade.

Desde que chegou ao Córrego Narciso, Gil é responsável por praticamente todo cuidado da casa sozinha. Relatou que no começo da estada bebia bastante para aguentar. “Minha filha, eu bebia... cheguei aqui nesse deserto e só eu trabalhando e passando necessidade. Entrei de cara pra trás na cachaça. Eram dois... já cheguei a beber dois litros de cachaça aqui nessa fazenda. [...] E coisa, e emagrecendo, fiquei na pele e osso”. Gil fez promessa para Nossa Senhora Aparecida pedindo que não sentisse mais vontade de beber. Na época Wagner também bebia, mas em quantidade menor do que Gil. Quando Gil parou de beber, quatro meses antes da data da entrevista, o marido aumentou o consumo. Contudo, pouco tempo depois teve um episódio de forte dor na coluna e parou de beber.

Aí ele começou do nada assim, deu esse estralo nas costas dele, que ele estava mexendo não sei no que: “Gil do céu, ai, eu não estou aguentando, ai minhas costas quebrou e não sei o quê?”. Ai eu falei: “O que foi?” [...], eu falei: “Senta”, e ele falou: “Não dá sentado, não”. Ai ele ficava assim pra lá e para cá. Sem sentar, sem deitar, sem nada. Ai eu falei: “Uai Wagner, vai e estica o corpo de uma vez”. Ai ele falou: “Não dá, não dá, que sai uma coisa daqui”. Era um pontinho, parece um osso. Ai eu peguei e falei: “Respira fundo!” Ai eu peguei assim, e fiz assim! Ai fiz assim, ai ele coisou e falou: “Ai, Gil!!! Pelo amor de Deus!” Ai minha cunhada, Daiane, tinha uma pomada, ai passei, fiz massagem, pus na mão assim, ai foi coisando, foi coisando, ele ficou quinze dias, quinze dias! Sem pegar em um nada... só o prato de comida.

Gil, esposa de ex-cortador de cana (13 de março de 2015).

Gil, além de cuidar da casa e da roça, deve atender o esposo sempre que ocorrem episódios como esse relatado acima. Sempre que o marido tenta ajudar na roça, as costas doem e ele fica dias sem poder se movimentar direito. Apesar de Wagner afirmar que ainda podia fazer alguma atividade, Gil, de longe, gritou: “Não mente... você tem que falar: ‘Eu não posso pegar peso’”. Depois ela fez questão de mostrar o pedaço de pau que ele tentou carregar por alguns metros e que causou uma *fisgada* na coluna.

Depois do adoecimento, Gil afirma que foi perceptível que o marido se deprimiu um pouco, pois antes era muito forte e depois do problema na coluna, não consegue fazer mais nenhuma atividade. Nesse sentido que entende também o porquê ele recorria à bebida. Mas, depois do último episódio grave da coluna, ele realmente parou de beber. Foi consenso entre os dois que a bebida na situação em que eles estavam vivendo só traria mais mal, já que brigavam bastante quando bebiam. Preocupados também com o cuidado com os filhos, deixaram de beber. A única renda fixa da casa

para alimentar os quatro e mais um idoso que ocasionalmente ajudam era o Bolsa Família, no valor de R\$266 aproximadamente. Wagner até trabalhava por diária na roça de pessoas da comunidade rural, mas por conta das dificuldades de movimento, deixou de aceitar esses pequenos serviços. Trabalhou por um tempo em um matadouro também, onde recebia trinta reais pelo dia de trabalho. Gil relata que essa era a média de pagamento naquela região, muito abaixo do que ela estava acostumada em São Paulo.

Aí chega aqui, vai trabalhar, é desse jeito. E ele fala: “Ai Gil vambora, vambora”. Eu falei: “Você chega lá, você não aguenta trabalhar, e tem que pagar aluguel, força, água, tudo...”. Falei: “Vamos vivendo aqui, na hora que não der a gente vê o que nós faz, fome nós não passa não”. Uma coisa, ele fala: “Vixe! Eu vou beber!”, “Não bebe que eu saio! Se você voltar pra bebida, eu saio”. Isso não vai resolver, que se resolvesse a gente não estava passando dificuldade... apertado, a gente vai lá compra um litro de pinga, bebe, vai resolver pra gente? Não vai.
Gil, esposa de ex-cortador de cana (13 de março de 2015).

Por não conhecer bem a região, Gil sente dificuldades em ir atrás de outros meios de subsistência. Já recebeu a visita de pessoas – possivelmente do CRAS – que levaram cesta básica e água mineral, mas nunca mais voltaram para encaminhar algo a respeito da condição de saúde de Wagner. O casal afirma que durante o corte de cana sempre pagou o sindicato e agora pedem que façam contribuições com o sindicato local para acessar algum auxílio. Gil pede para que a cunhada Daiane faça alguma coisa, pois faz parte da associação da comunidade e conhece os trâmites necessários. Contudo, Daiane está em situação muito similar, com o marido com problemas de coluna e sem poder trabalhar, caso que será apresentado a seguir.

3.6 Daiane e Nilton

Daiane e Nilton são casados há 11 anos. Na época da pesquisa, em 2015, ela com 40 anos de idade e ele, 34, vivem com os dois filhos (um menino de sete anos e uma menina de cinco) na comunidade rural Córrego Narciso, a aproximadamente 25 km de Araçuaí. Uma parte da casa é construída com tijolo adobe e outra com pau a pique; conta com poucos móveis, fogão à lenha, criação de algumas galinhas e uma leitoa e seus filhotes, plantação de feijão, quiabo e abobrinha, algumas bananeiras, uma cisterna e um forno à lenha do lado de fora da casa. A estrada que chega até a casa é de terra e bastante acidentada. Não há transporte público para o local, apenas um ônibus particular que tem como ponto de parada uma árvore de Tamboril - localizada a 40 minutos a pé da casa de Daiane e Nilton - com um único percurso diário de ida e volta. Próximo dali mora a sogra de Daiane, Soninha.

O casal é oriundo da comunidade em que hoje vive, conheciam-se desde jovens, mas só depois de muitos anos começaram a se relacionar. Daiane relatou o sofrimento de sua juventude, desde cedo trabalhou para cuidar da família, principalmente da mãe, que era alcoólatra. Os irmãos cortavam cana. Aos catorze anos trabalhava torrando farinha, trabalho sofrido, como disse:

Eu cuidava de mim e do meu povo nesse negócio aí, torrando massa. Levantava meia noite, torrava cento e vinte cinco pratos de farinha⁵⁹ em um dia. [...] E é desse jeito, minha filha, a vida é sofrida. Foi sempre sofrida, sempre, sempre. [...] As moças não queriam enfrentar esse serviço pesado por que é um serviço pesado, vou falar pra você... Pra torrar farinha, minha filha... Você levanta duas horas da manhã, e torra esse negócio. Põe fogo debaixo do tacho. [...] Você põe no fogo, põe a massa... Você põe no fogo, põe a massa, vai torrando, vai mexendo, vai mexendo...[...] Você continua mexendo, mexendo, mexendo. Tira uma e põe a outra, tira uma e põe a outra, tira uma e põe a outra.

Daiane, esposa de ex-cortador de cana (13 de março de 2015).

Depois, passou a cuidar de um idoso na região, serviço pelo qual recebia oitenta reais por mês. Viveu por cinco anos em Belo Horizonte, onde era empregada doméstica e babá e de onde só voltou para se casar. Nilton começou a cortar cana com dezoito anos, trabalho que realizou por 12 anos sem *falhar* nenhuma safra. Casaram-se no mês de janeiro de 2006. Após dois meses, Nilton parte para mais uma safra em São Paulo, deixando Daiane para trás.

Daiane relatou que no início do casamento chegou a entrar em depressão. No mesmo período perdeu uma tia que era sua companhia. Sentia-se sozinha e, por vezes, acreditava que Nilton a havia deixado. Chorava muito e não dormia à noite. Nilton a visitava durante a safra e o casal se comunicava com frequência por telefone. Na época, poucos lugares na comunidade tinham sinal de celular; para conversar, Daiane subia um morro próximo dali para completar a chamada. Relatou que, muitas vezes, sentia raiva quando o marido não podia atendê-la.

[...] é difícil, a gente acabar de casar e o marido ir embora. Não é fácil não. A gente fica com muita... assim, acha ruim né? A gente pensa assim: “Ixe, mas o que é isso?”. A gente fica... de a gente não ter felicidade, acaba de casar e o marido vai embora...

Daiane, esposa de ex-cortador de cana (13 de março de 2015).

59 Um prato de farinha tem aproximadamente dois quilos.

Figura 17 - Daiane mostra o álbum de casamento, a filha observa



Fonte: Tainá Reis, Araçuaí, 2015

Os filhos também sentiam falta do pai. Era preciso realizar telefonemas constantes para que Nilton conversasse com o filho, que chorava bastante. “Os meninos ficavam desesperados daqui, e ele doido pra safra acabar logo lá pra ele vir embora. Mas ele não podia vir antes da safra porque senão perdia todos os direitos”. Nilton tirava licenças durante o período da safra para visitar a família.

Com o tempo e aconselhamento de conhecidos, Daiane foi *tirando aquilo da cabeça*. A proximidade da sogra possibilitou o cuidado conjunto da terra. Iam à feira na cidade de Araçuaí juntas, muitas vezes a pé, com o lampião na mão. “A mão da gente chegava a ficar pretinha daquela fumaça do lampião”, disse Soninha, lembrando os longos trajetos percorridos ainda de madrugada. Voltavam da feira com o cesto na cabeça, também a pé. Nesse período Daiane se envolveu na organização da Associação de Moradores do Córrego Narciso.

Após cinco anos de casamento, em que Nilton não *falhava* nenhuma safra, ele retorna definitivamente; caiu no *peneirão*⁶⁰. Nilton teve uma lesão na coluna enquanto trabalhava e teve

60 *Peneirão* é o nome dado à seleção que as usinas fazem no começo da safra, demitindo aqueles que não atingem as metas de produção.

que ir carregado em uma maca para o hospital. Nos dias seguintes, ia e vinha do hospital, pegando dois ou três dias de atestado médico.

Estralou, aí nessa hora eu caí, deitei... cheguei a chorar de dor. Chegou o fiscal, me pegou e levou para o ônibus. Eu ficava chorando de dor, gritando mesmo. [...] Chegando no hospital, lá eles aplicaram injeção, soro, até voltar pro lugar. [...] Aí foi passando a dor [...] Peguei quinze dias de atestado, mas fiquei fazendo as necessidades... fazia em pé... não podia agachar... Pra tomar banho, não podia lavar os pés. [...] voltando, eles me puseram pra trabalhar, mas eu não estava aguentando, porque tornava voltar a travar... tinha que ficar paradinho... Quando eu estava caminhando começava a travar... foi só pra experimentar se eu aguentava, mas eu não aguentava mais, não. Aí me liberou para ir embora. Disse que se eu não podia mais trabalhar de serviço... que eu não podia pegar peso mais... Me mandou embora.

Nilton, ex-cortador de cana (17 de março de 2015).

Daiane conta: “E ele falava pra mim que não aguentava. Até as necessidades ele tinha que fazer em pé porque ele não estava aguentando. A roupa que ele tinha que vestir, o pessoal que ajudava ele”. Nilton afirmava que não conseguia mais trabalhar, e Daiane dizia que ele deveria esperar e tentar algum apoio da usina, pois caso pedisse demissão, perderia todos os direitos. Ele seguiu trabalhando, e apesar da consulta médica com o ortopedista já agendada, caiu no *peneirão* dois dias antes da consulta. Foi demitido e voltou para casa.

Cortador de cana desde os dezoito anos, Nilton era conhecido pela alta produtividade. Afirmou muitas vezes trabalhar sem almoçar, para atingir níveis mais altos de produção. Falou ter tido mais de uma vez o *canguarí*, quando sentia câimbra no corpo todo, até na língua, mas que para chegar nesse grau, era preciso “forçar muito”. Esse mesmo entrevistado afirmou que muitas vezes “Deixava de ir ao médico, mas ia para a roça ganhar mais... É só se estiver morrendo para não ir para a roça”. Entende-se que nesse caso não se trata de evitar a dor, mas sim de domesticá-la, conviver com ela (DEJOURS, 1987). Ganhando por produção, os cortadores de cana não podem perder um dia de trabalho para ir ao médico ou ficar em casa em repouso.

A volta de Nilton adoecido surpreendeu Daiane. Antes, faziam todas as tarefas juntos, mas com a condição física limitada do marido, ela passou a cuidar de toda a roça e casa sozinha. Precisa, ainda, tomar conta de outros idosos da comunidade para adquirir alguma renda.

Foi um pouco difícil pra mim. Eu, realmente, achei muito ruim porque era ele quem me ajudava, nós dois ia pra roça cedo, vinha onze horas e fazia almoço, quando dava umas duas horas nós dois ia pra roça, vinha cinco horas de novo, tomava banho, um tomava banho o outro estava esquentando a janta. Era sempre assim, nós dois. E depois, de repente, eu sozinha.

Daiane, esposa de ex-cortador de cana (13 de março de 2015).

Mesmo sobrecarregada com os cuidados da casa, roça e filhos, Daiane se sentiu contente de estar novamente na companhia do marido. Alega que mesmo que ele não seja mais o mesmo, “pelo menos ele está aqui comigo”. Conformou-se, pensando que em muitos casos o marido sequer volta, falece no canavial ou arranja outra família. Nilton compartilha tudo com a esposa. “Nós dois é muito bom, assim... tudo ele compartilha comigo, fala as coisas que estão acontecendo com ele, não esconde nada de mim”. Neste caso, a manutenção do laço familiar é mais importante do que as dificuldades da reprodução doméstica. Acreditamos que a própria reprodução familiar só é possível pela manutenção desse laço familiar que reforça o papel da mulher enquanto aquela que cuida. Se por um lado os atributos de gênero do homem se desconstroem pelo adoecimento, por outro, os da mulher se fortalecem.

Além do cotidiano já atarefado, em que Daiane deve caminhar longa distância para buscar lenha, cuidar dos animais e roça, dar atenção aos filhos e assistência ao marido, ainda é preciso lidar com a escassez de água. Apesar da presença de cisterna, a chuva da região não é suficiente para prover o abastecimento. A Prefeitura do município provê as famílias com água do carro pipa, entretanto, nem sempre na quantidade suficiente. Daiane afirma que, para economizar água, lava roupas e toma banho na barragem mais próxima - localizada a cerca de quarenta minutos da residência. Em algumas situações, Daiane leva uma lata para trazer água da barragem apoiada na cabeça, o que faz o percurso durar mais de uma hora.

Nilton fica responsável por *olhar* as crianças quando Daiane está fora, Daiane frisou que era realmente só olhar as crianças, pois ele não consegue carregá-las. As próprias crianças têm essa compreensão, a filha mais nova diz: “Papai não aguenta eu não, papai está com a coluna doente”. Nos melhores dias, consegue preparar a comida. Por vezes, tenta buscar lenha, o que resulta numa discussão familiar, inclusive com a mãe, já que quando Nilton realiza qualquer esforço físico, a coluna *trava*. Ele insiste em fazer algumas atividades, apesar da dor. “O que ele pode fazer, coitado? [...] Tem hora que ele fala assim: ‘Não Daiane, deixa doer, mas eu vou buscar um pau de lenha’”. A esposa precisa reforçar que, caso ele tenha uma piora no quadro de saúde devido a algum esforço físico, não haverá meios de levá-lo ao hospital. Com esse argumento, Nilton *acquieta*. Para chegar ao hospital é preciso andar até o ponto em que o ônibus particular para defronte à árvore de Tamboril. A caminhada até esse ponto é de quarenta minutos, mas dadas as condições de Nilton, o trajeto dura cerca de uma hora e meia. Como para os antigos viajantes que tinham as árvores como ponto de encontro ou orientação no caminho, Nilton tem o Tamboril como um marco em sua vida. Sob essa árvore pega o ônibus para a cidade, onde vai em busca de tratamento médico e esperança

de acessar algum direito previdenciário. A árvore é tanto ponto de chegada como ponto de partida, chegar ao Tamboril é vencer a longa e penosa caminhada para, uma vez nesse ponto, partir em busca do alívio das dores. A árvore é um horizonte, representa esperança, resistência, luta.

Daiane afirma que mesmo para pequenos trechos, Nilton sofre muito ao caminhar, reclamando bastante da dor. A esposa precisa insistir para que ele continue, principalmente quando vai até o hospital para tomar injeções, como Voltaren, por exemplo. Quando perdem o ônibus, é preciso ir a pé até a cidade, trajeto que pode durar cinco horas. Além das dores, surgiu um nódulo na região da coluna lombar de Nilton e as pernas estão afinando. Daiane aplica creme nas pernas do esposo para aliviar a dor e, assim, permitir que ele durma - função realizada também pelo constante uso de analgésicos⁶¹.

Tinha dia que eu tinha que passar um trem⁶².. inclusive, eu tenho um remédio que eu comprei, que eu passava pra ver se aliviava pra pelo menos ele dormir. Mas agora, não. Agora já são as duas. Tudo igual, as duas pernas. Então, ele caminha mancando. Ele não aguenta. Ele senta, ele fica assim, incomodado. Ele não aguenta sentar, ele levanta quatro horas da manhã, tem hora que ele levanta e deita ali no sofá pra ver se passa a dor um pouquinho, que ele não aguenta ficar deitado. Então, ele é uma pessoa, coitado, que, sinto muito, mas... eu tenho dó dele por causa disso, porque a coluna é uma coisa muito braba mesmo. [...] Ele não dorme, tem que tomar dipirona - e é muita - pra ver se ele consegue dormir e mesmo assim, coitado, ele não aguenta.

Daiane, esposa de ex-cortador de cana (13 de março de 2015).

O sentimento gerado em Daiane pelo adoecimento de Nilton é, sobretudo, de dó. “E aí, eu fico com dó dele porque uma pessoa sã, muito novo, muito novo... Antes dele aproveitar direito, coitado, já adoeceu, dá dó da pessoa, né? Fazer o quê? A vida tem que ser essa”. E é ela quem vai ser responsabilizada pelo cuidado com o marido, com os filhos, com a casa, com a roça e com a renda doméstica. Às mulheres, cabe o cuidado. A relação de ajuda entre Daiane e a sogra permanece. Trabalham por *mutirão*, ora, uma vai até a roça da outra capinar, ora, outra ajuda a cortar lenha, ora plantando, ora colhendo. A fonte de renda da família é a Bolsa Escola dos filhos. Após alguns meses da volta de Nilton, em 2011, buscaram o INSS para aposentadoria por invalidez. Teve o pedido recusado várias vezes. No final de 2014 foi chamado para realizar uma perícia e recebeu um mês de auxílio-doença. Na data da entrevista, Nilton passaria por nova perícia para

61 Essa situação era vivenciada por Valdecir, cortador de cana adoecido, antigo podão de ouro, inviabilizado de trabalhar, que faleceu sem aposentadoria por invalidez. Sua esposa relatou a dificuldade que o esposo tinha de dormir por conta das dores e o uso de automedicação como forma de alívio (SILVA, 2011).

62 Trem é uma expressão mineira rural - frequente também nos municípios do Estado de São Paulo próximos a Minas Gerais -, utilizada para designar qualquer objeto, pessoa ou acontecimento. Mesmo nos principais dicionários (Aurélio, Michaelis, Houaiss), aparece como regionalismo mineiro que significa qualquer coisa ou objeto.

renovar o benefício. O auxílio-doença foi renovado até o mês de junho daquele ano, e depois passou a ser recusado novamente.

Devemos levar em consideração que o pós/trabalho não se resume ao momento posterior ao trabalho, ao desemprego, como já dito em várias passagens desta tese, mas significa uma trama de relações sociais produzidas pelas relações capitalistas. No pós/trabalho, os sujeitos são descartados. Esse descarte, resultado também da degradação (precoce) de seus corpos, não é apenas individual, mas social; trata-se de uma morte social. Contudo, frente a essa experiência, os sujeitos não permanecem inanes, mas elaboram diferentes estratégias de resistência, como observamos nos relatos apresentados. Seja no esforço físico dos homens adoecidos para executar alguma atividade, seja no uso indiscriminado de medicações, ou caminhando - apesar da dor - longos percursos para acessar o ônibus para a cidade, o que notamos é que os sujeitos agem, lutam para manter sua existência, para combater a morte social que lhes é imputada. Nesse processo, as mulheres desempenham papel crucial.

A resistência não é ao trabalho ou ao que ele causou, mas ao sofrimento moral advindo do descarte. Por meio dos depoimentos acima, pudemos ter uma noção dos mecanismos que os cortadores de cana e seus familiares desenvolvem para sobreviver. Seja no uso indiscriminado de medicamentos, no esforço para realizar alguma atividade física ou, até mesmo, a recorrência ao consumo excessivo de álcool, o que podemos perceber é que os descartados da cana e seus familiares não ficam sem reação ao processo que vivenciam.

3.7 Cuidado e virilidade no pós trabalho: a reorganização dos papéis de gênero

Os pais de Brenda, do município de Chapada do Norte, sempre migraram para o corte de cana. A avó cuidava dela e dos irmãos, mas quando faleceu, passaram a ser deixados na entressafra com a tia. Contudo, a tia já cuidava de seus próprios netos, então mesmo residindo com a tia, Brenda era responsável pelos irmãos menores. Aos sete anos aprendeu a torrar farinha, e aos dez lembra-se de cuidar dos irmãos. Encarava como uma brincadeira de casinha - fazer a comidinha e dar para o bebê. Em algumas situações, a mãe migrava para a colheita de café, levando consigo os filhos. Brenda se lembra de cuidar dos irmãos no barracão em que os trabalhadores se alojavam, não frequentava a escola nesse período. Quando atingiu a idade, os pais a chamaram para cortar cana também. Ela negou, preferiu terminar os estudos. Brenda chegou a caminhar sete quilômetros para chegar até a escola, muitas vezes tendo que atravessar um rio em época de cheia. Buscava para si

um destino diferente dos pais, e meios de garantir melhores condições de vida para a família. Na época da entrevista, Brenda trabalhava como agente de saúde em sua comunidade rural.

Desde criança Brenda foi socializada para o cuidado. Assim como as histórias das mulheres acima, Brenda sempre trabalhou, seja no serviço doméstico, seja na roça da família. A responsabilidade pela reprodução doméstica pertencia às mulheres, do mesmo modo às meninas, às garotas. Desde crianças, já cuidavam. Esse cuidado deve ser entendido como dedicação às demandas daqueles que serão cuidados. Não se trata apenas da garantia da reprodução social de outrem, mas de demandas afetivas que essas relações criam. Há também um trabalho emocional envolvido no cuidado, que é entendido como “uma atividade que é relacional, interativa e emocional” (GEORGES, SANTOS, 2014, p. 49).

Os estudos sobre cuidado se dedicam a entender o lugar da afetividade em relações de trabalho. É precisamente sobre a esfera produtiva que se erige esse debate, na compreensão da articulação entre trabalho e emoção. A partir da empiria da presente pesquisa, questiona-se se não seria importante estender a essa análise para fora das relações trabalhistas? Às mulheres, dentro dos padrões de feminilidade construídos socialmente, cabe o cuidado, de maneiras diferentes nas esferas produtivas e reprodutivas.

No caso das trabalhadoras do cuidado - migrantes internacionais, que vão cuidar de idosos, ou agentes públicas que vão gerir na base políticas públicas socioassistenciais -, trata-se de uma articulação entre afeto e trabalho. No caso das esposas, mães, filhas de ex-cortadores de cana, trata-se articular também afeto, mas um que foi antes apropriado pelo próprio trabalho no regime capitalista. A migração e o trabalho no corte de cana produziram desenraizamento e quebraram os laços afetivos. O adoecimento refaz esses laços, e é por meio do cuidado que esses laços devem se recriar. Mas, as relações não podem simplesmente ser recriadas, elas foram num longo processo de reificação, fragmentadas, fraturadas. Durante o período de trabalho, houve um longo processo de apropriação do afeto. Contudo, os laços não são inteiramente rompidos, o constante ir e vir característico do trabalho permanentemente migratório (SILVA, 1999) permitiu recaptura das relações, apesar das fraturas. O trabalho no corte de cana causa fraturas na estrutura de sentimentos tanto dos homens que partem quanto das mulheres e filhos que ficam (SILVA, 2016, p.152). Contudo, esse processo não ocorre de maneira linear nem por completo, apesar da fragmentação, há a ação dos sujeitos. Numa realidade porosa, os sujeitos traçam linhas de fuga, estratégias de resistência (FOUCAULT, 2004) frente à captura de seus afetos.

Antes do adoecimento, o cortador de cana voltava ao fim da safra trazendo as mercadorias ou a expectativa de compras na cidade. Nos casos relatados, retorna como “descartado”. Guanais (2016) mostrou a importância do *dinheiro da cana* na vida das famílias migrantes. Os cortadores de cana enviam parte do salário para as famílias na cidade de origem para garantir a subsistência e, ao fim da safra, a quantia recebida pode viabilizar a compra de eletrodomésticos, moto, reforma das casas, terreno ou animais. Deve-se entender que a aquisição de mercadorias não apenas sob a ótica do fetiche da mercadoria. Maciel (2016), contando com a reflexão de Appadurai (2004), afirma que a mercadoria não é a *coisa* em si, mas uma fase das *coisas*. Então *as coisas* adquiridas com o *dinheiro da cana* têm aspectos relacionais e simbólicos.

O salário no corte de cana, sendo ancorada à produtividade do trabalhador, é sempre incerto. Para os cortadores de cana há a boa safra, que garante o sucesso da migração e a aquisição de bens materiais, ou a safra da qual *não se levará nada*, em que muitas vezes o trabalhador volta antes do fim do período de trabalho (MACIEL, 2016). No caso do adoecimento, físico ou psíquico, não está nas mãos do trabalhador se a safra será boa ou não. Às vezes na tentativa de alcançar maior produtividade, os cortadores de cana adoecem. Esse adoecimento os reposiciona no espaço social, uma vez que o sentido simbólico de *vencer a safra* é permanentemente impossibilitado. Se um cortador de cana tem uma safra ruim, pode no ano seguinte melhorar seu desempenho. Quando adocece e perde sua capacidade laboral, isso é impossível. O cortador de cana adoecido não é mais aquele que carrega a virilidade no desempenho de seu trabalho e em sua posição de arrimo de família, mas aquele que passa a depender dos cuidados familiares e do próprio Estado.

Recai sobre as mulheres o peso das sequelas do trabalho nos canaviais. Salete, Daiane, Brenda, Berenice, nunca estiveram num canavial. Contudo, suas vidas foram organizadas a partir do trabalho e, depois do adoecimento dos companheiros ou filhos, reorganizadas, no pós- trabalho. Isto é, relações que se organizam totalmente vinculadas, mas completamente fora do espaço de trabalho. Os papéis de gênero são reorganizados num novo cotidiano em que há, por um lado, a desconstrução da masculinidade, o homem agora passa a depender da mulher, por outro, o reforço da função cuidadora da mulher. Voltando à compreensão das relações de gênero como relações de poder (SAFFIOTTI, 1992), entende-se que o adoecimento traz uma nova configuração para os polos envolvidos. Não uma inversão, pois a mulher não torna-se polo dominante, mas uma reorganização dessas relações.

Em uma entrevista coletiva, enquanto um ex-cortador relatava que abandonou o corte de cana por não aguentar mais o trabalho, outro ex-cortador disse, em tom jocoso: “Não aguentou a bronca

né?”. Ambos os cortadores de cana estavam no CAPS-AD por conta do alcoolismo, condição adquirida ao longo dos anos de trabalho nos canaviais. Um admitia não aguentar o trabalho, outro, que viveu condições de trabalho similares, fazia piada por o primeiro *não ter aguentado a bronca*. Por meio dessa interação foi possível observar que a experiência do trabalho era vivenciada por códigos de gênero, em que a virilidade de *aguentar a bronca* se mantém também fora do espaço-tempo trabalho. Wagner, ao contar sobre sua produtividade em uma usina em que a média era de treze toneladas de cana por dia, questiona aqueles que caíram no *peneirão*, ou seja, que não conseguiram atingir a média de produção: “[...] mas como é que o cara é mole que não atingiu essa tonelada?”. A manutenção da virilidade e de outros preceitos patriarcais de masculinidade são produtos culturais. O homem não aparece apenas como indivíduo, ser biológico, mas como “depositário histórico da objetivação valorativa” (SCHOLTZ, 1996, p.13). Para os homens o trabalho aparece como um elemento fundador de identidade, e o adoecimento é a cisão nessa identidade. Voltar para o local de origem, voltar com uma quantia de dinheiro que possa garantir o conforto da família, significa reafirmar esse papel. É também essa cobrança que faz com que os cortadores se dediquem até o limite de seu corpo, que vai findar no adoecimento, tanto físico quanto psíquico.

Conviver com a dor é parte do cotidiano para os cortadores de cana. Ao fim do dia, sentiam o corpo sem forças, as mãos inchadas e muita dor pelo corpo todo, sentiam-se *quebrados*.

Ah, [o corpo] fica dolorido... no final do dia, o olho assim, por exemplo, parece que tá lá na nuca. Você sente cansaço até pra fechar e abrir o olho; pra andar, às vezes quando o ônibus tá longe, de acesso do ônibus pra você pegar ele, nossa! É uma fraqueza, como se você estivesse até desnutrido, sabe? [...] É como se você não tivesse força.

Esteves, ex-cortador de cana (02 de março de 2015).

O trabalho por *rojão*, sem parar para almoçar, era uma prática comum para aumentar a produção, como foi relatado também por Wagner, Nilton, Gil e Olga. A sensação física era, de regra, desgastante. Mas os cortadores relataram que, pensando na produção, seguiam mesmo com as dores e câimbras, mesmo quando no nível do *canguari*. O trabalho por produção impõe ao trabalhador que sua reprodução social e de sua família, ou mesmo o acesso a prêmios, está atrelada à sua produtividade. Também evitando o *peneirão*, ou mesmo ser visto como “frouxo” pelos colegas, internalizando a ideia de que com mais esforço poderá ganhar mais, o cortador de cana leva seu corpo ao limite. Desse modo, o ritmo de trabalho é imposto pelo próprio trabalhador, o que camufla a exploração do trabalho no corte de cana. Tudo se passa como se a responsabilidade dos

acidentes e adoecimentos fosse do trabalhador, e não de um regime de trabalho, em acordo com o projeto de acumulação capitalista, superexploratório.

Nesse sentido, é possível problematizar a vivência do adoecimento dentro das famílias dos cortadores de cana. Para o homem, o trabalho no corte da cana coloca uma dupla responsabilidade: a de manter o padrão de *hombriedade* por meio do esforço no trabalho para mandar alguma quantia em dinheiro para a família que ficou no local de origem, e a da virilidade, atingindo altos níveis de produção, naturalizando a dor, *vencendo a safra e enfrentando o eito*.

É uma outra posição também, porque o homem sai da casa para ser o provedor e ele vai chegar também de uma outra forma né, de um dependente, isso tem um impacto nessa família que espera esse homem.

Beatriz – psicóloga (11 de fevereiro de 2015).

Imagina que tem um esposo como estrutura principal e aí o suporte que ele dá, enquanto ele está lá, é financeiro, manda dinheiro e tudo. Aí, quando volta - normalmente a esposa não trabalha e cuida dos filhos - aí volta doente, ele não tem condições de trabalhar mais, muitas vezes o benefício no INSS é negado, e aí? Como é que fica? Filho e tudo, né... É bem complicado. Poderia pensar: "Ah, então a esposa vai trabalhar? Pra ele cuidar dos filhos?", mas talvez ele não tenha essa condição e também é difícil arrumar emprego assim. Então... bem complicado.

Camila – psicóloga (03 de fevereiro de 2015).

A vida familiar se reorganiza quando o homem, antes arrimo de família, volta adoecido e, muitas vezes, incapacitado para o trabalho. Cuidar da família e enviar os meios de subsistência são também atributos de gênero, uma vez que o bom homem é o que trabalha para a família. O corpo se adapta à sua condição de classe - é preciso trabalhar para (sobre)viver, e de gênero - é preciso *ser macho* para aguentar as dificuldades do corte de cana e garantir o sustento da família. As identidades não se constroem isoladamente, há um aspecto relacional na construção dessas identidades, e um posicionamento histórico. Os atributos de “homem” ou “mulher” não são fixos, mas variantes de acordo com o momento social (SAFFIOTTI, 1992). Então, compreende-se que as mulheres também ocupam um papel social em que são responsabilizadas pelo cuidado com a casa, os filhos, a roça. Esses papéis são reorganizados após o adoecimento do homem.

O adoecimento aparece como uma vergonha, pois não é mais possível trabalhar e, por isso, nem corresponder às expectativas sociais de masculinidade. Dejours (1987), ao falar sobre o adoecimento nas classes populares, mostra como o corpo só é aceito na medida em que trabalha. Adoecer, ir ao médico, é carregado de um sentimento de vergonha em não trabalhar. Essa ideologia da vergonha, como denominou o autor, “consiste em manter à distância o risco de afastamento do

corpo ao trabalho e, conseqüentemente, à miséria, à subalimentação, à morte” (p.34). E, contando com a reflexão de Bourdieu (2014) podemos entender que todo um trabalho de socialização fez com que o corpo do homem fosse construído socialmente como forte em essência, e por assim ser não deve adoecer, apesar da sobrecarga do trabalho. Desse modo o sentimento de vergonha vem em cadeia: a inviabilidade para o trabalho traz a impossibilidade de garantir o sustento da família e de manter o padrão de masculinidade calcado na força física.

Dejours (1987) ajuda a compreender esse silêncio, pois a doença que impede o trabalho deve ser escondida. A ideologia da vergonha cria esse sentimento compartilhado de embaraço pela incapacidade de trabalhar. Em entrevista conjunta com Nilton e Daiane, ela se mostrava surpresa e incomodada ao ouvir a experiência do marido no corte de cana. Com outro casal, o homem dizia que ainda podia trabalhar, e a esposa afirmava: “*Não mente... você tem que falar: ‘eu não posso pegar peso’*”. Esconder da família as duras condições de trabalho e vivência da dor como cotidiano não é raro. Junto à ideologia da vergonha está um mundo social que atribui ao homem uma responsabilidade de força e invencibilidade (BOURDIEU, 2014). Essa responsabilidade já está internalizada e naturalizada e, quando não passível de ser cumprida, gera um sofrimento moral que muitas vezes também é escondido.

As narrativas das mulheres trazem a naturalização de dramas cotidianos, mas também a

(...) capacidade de tecer a própria história, recriando-a, reinventando-a, imprimindo-lhe nuances resultantes da luta pela sobrevivência. Ao contarem suas histórias, permeadas por profundas emoções, chegam ao fim da narrativa com um sabor de vitória. Afinal, lograram sobreviver. A luta pela sobrevivência é o ponto brilhante em torno do qual toda a história, apesar de fragmentada, é tecida. [...] As narrativas expressam vozes que almejam ser escutadas. (SILVA, 2010, p.40)

Os casos apresentados - que são exemplos, mas não raros - demonstram as diversas dimensões que decorrem do adoecimento no corte de cana. As relações familiares se reorganizam na nova situação. À mulher, cabe o cuidado: é ela quem vai fazer todo o trabalho emocional para exercer o cuidado com o marido ou filho adoecido, acompanhá-lo nas consultas médicas, exames e perícias, quem vai se preocupar com a manutenção da casa, com os filhos, alimentação, etc. O papel de cuidadora sempre foi essencializado na figura feminina, o adoecimento do homem traz um reforço desse papel, uma vez que é função da “boa mulher” cuidar do homem adoecido. Ao homem, a destituição da identidade de trabalhador e a desconstrução de sua noção de masculinidade; torna-se dependente. Essa reorganização das relações de gênero não representa uma inversão nos polos de poder, as relações patriarcais se mantêm, mas sob outro formato. A dependência do homem não faz

com que as mulheres tornem-se dominantes, os polos de poder não são fixos, mas sua maleabilidade está de acordo com a estrutura social patriarcal. Mas, é nos espaços de ação dos sujeitos que se desenham as linhas de fuga, as estratégias de resistência. A dominação feminina não se dá tanto mais pela violência e controle masculino – apesar de isso também se manter -, mas pela moral. Socialmente é consenso que as mulheres devem cuidar dos seus (maridos, irmãos, filhos, vizinhos, etc), não fazer isso resulta em sanções sociais. O adoecimento reforça isso, mas desloca o homem de seu papel viril de provedor. O adoecimento tem consequências subjetivas (vergonha do adoecimento, depressão/estagnação, alcoolismo) que vão influir na vida familiar (resultando, ocasionalmente, em violência doméstica). O tema da sexualidade não foi tratado em nenhuma entrevista, o que traz o questionamento se há relação entre os efeitos físicos e psíquicos do adoecimento e a própria sexualidade. Tratar-se-ia de impotência social, em que se articulam a impotência física, psíquica e sexual, o que poderia indicar as manifestações violentas, ou o alcoolismo? Não sabemos, mas sem dúvidas o processo vivenciado traz consequências subjetivas que devem ser aprofundadas.

NOTAS SOBRE O ETHOS BARROCO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

No sertão, até enterro simples é festa.

Guimarães Rosa

O esforço de mostrar a permanência das relações *coisificadas* e da sociabilidade do trabalho além do espaço-tempo *stricto sensu* do trabalho teve o intuito de escovar a contrapelo a história dos cortadores de cana - adoecidos e descartados por relações capitalistas de trabalho. Em suas trajetórias, são marcados pelo estranhamento aprofundado, pela destinação à morte social, pela fratura nas relações - as relações de gênero se reorganizam, em seus interstícios há casos de depressão, alcoolismo, violência doméstica. Porém, é importante que relembremos a metáfora da rede de pescador, em que adoecimento, estranhamento, Estado, representam nós que direcionam a experiência dos sujeitos. É nos espaços vazios, nos vãos entre nós, que está a ação dos sujeitos. Dessa forma, consideramos que esses processos não são vivenciados pelos sujeitos passivamente, como tentamos demonstrar nas seções anteriores.

Retomando Foucault (2004), entendemos que onde há poder, há resistência. Um tema não abordado nas entrevistas, mas observado nas diversas incursões em campo, foi a forte presença do artesanato e de festas tradicionais religiosas e quilombolas que envolviam grande número de pessoas. No IV Fórum da Mulher do Jequitinhonha pudemos ver parte do artesanato produzido por mulheres em comunidades rurais de diversas regiões do Vale do Jequitinhonha:

Figura 18: Artesanato do Vale do Jequitinhonha



Fonte: Maria Aparecida de Moraes Silva. Araçuaí, 2015.

Em Minas Novas, encontramos uma senhora que colecionava diversas peças de artesanato, mostrou uma peça e explicou:

Aqui é o Jesus feito por um homem sofrido, por um desses homens que vão muito viajar. Ele passou pra cara de Cristo todo o sofrimento dele, está vendo? Aí é o Cristo feito por eles. Todo o sofrimento... [...] O homem põe o sofrimento no Jesus que eles fazem, é muito sofrido. E a Nossa Senhora também, é o sofrimento da mulher. O povo é muito sofrido.

Figura 19: Jesus na cruz, rosto sofrido do homem migrante



Fonte: Tainá Reis, Minas Novas. Junho, 2015.

Não é raro encontrar peças de artesanato que relacionam a figura de Jesus crucificado com o trabalhador rural.

Figura 20: Trabalhador rural crucificado



Fonte: Tainá Reis. Araçuaí, 2017.

Entendemos que a manutenção no decorrer do tempo das práticas artesanais e das festas tradicionais traz elementos para a compreensão do *pós/trabalho*. As agruras da migração para o corte de cana se expressavam por meio do artesanato, mostrando que eram presentes no cotidiano das pessoas em partes do Vale do Jequitinhonha, como vemos abaixo na peça que mostra a história das viúvas de marido vivo, em que a mulher se casa, engravida e depois está sempre sozinha. Só ao final da saga o homem retorna à companhia da mulher, mas já com uma muleta, simbolizando seu adoecimento. A colecionadora de peças de artesanato de Minas Novas relata

Isso é coisa que a gente vive, né. Eu vejo. Lá no restaurante chegava o povo pra comer, pra viajar, chorando e contando que estava indo... [...] Os homem indo e as mulheres chorando com os meninos, a gente assiste mesmo de março a abril os ônibus, agora vão de ônibus. As mulheres com os meninos correndo atrás chorando. Essas são as viúvas que ficaram, as viúvas de marido vivo. Os homens se vão e elas ficam aqui sozinhas, se virando, plantando, capinando, colhendo, pra poder sobreviver. E o dinheirinho que ele ganha lá. Isso eu presenciei muito. Pai de aluno também, os meninos às vezes faltavam, não... porque não tinha nem o que comer direito, o pai estava lá pra São Paulo. É coisa que a gente convive. É coisa do dia-a-dia do lugar né, daqui do vale do Jequitinhonha.

Figura 21: A saga das viúvas de marido vivo



Fonte: Tainá Reis. Minas Novas, 2015.

As mulheres, ditas viúvas de marido vivo, muitas vezes são as artesãs de peças de barro ou de madeira. Pode-se entender a manutenção de tradições culturais, tal qual a confecção o artesanato ou a realização de festas religiosas, como uma forma de resistência que posiciona o sujeito não só como força de trabalho, mas como portador de cultura (WILLIAMS, 2000, ECHEVERRIA, 2011). Benjamin (1987) fez, por um lado, a crítica à produção cultural (bens culturais) como testemunhos da barbárie, mas, por outro, apontou a cultura como traço de resistência à dominação. No caso dos cortadores de cana, a cultura (festas, artesanato, poesia, o próprio imaginário) aparece como resistência – resistência ao estranhamento produzido pelo trabalho capitalista, mas, acima de tudo, resistência ao sofrimento, resistência a um projeto de dominação e enquadramento. Compreendemos que uso social do corpo pode sim se destinar a outro tipo de atividade que não apenas a produtiva, particularmente quando o cotidiano penoso do trabalho está em suspenso. Falemos mais sobre esse tema, a partir da reflexão de Echeverría (2011).

O *ethos barroco* e a suspensão do tempo rotineiro como resistência

Retomamos, brevemente, a explicação de Bolívar Echeverría (2011) sobre cultura. O autor elabora sua crítica à modernidade capitalista definindo quatro diferentes formas (espontâneas) de os seres humanos viverem suas experiências cotidianas, formas essas às quais chamou de *ethos*. A identidade moderna se constitui no processo de invenção de um *ethos*, de um modo de vida estratégico para lidar com as contradições da modernidade capitalista. Haveria, então, o *ethos* realista, o *ethos* romântico, o *ethos* clássico e o *ethos* barroco, que não são vividos de modo estanque, mas imbricados. Para evitar uma digressão, apresentaremos os aspectos do *ethos barroco*,

uma vez que é essa conceituação que nos interessa para entender o papel da cultura no pós/trabalho⁶³.

Em contraposição ao *ethos* realista, que significa a afirmação do modo de vida calcado na valorização capitalista, o *ethos* barroco pode ser entendido como uma “rebelião dentro da subordinação ao capital”. É uma fuga dentro do mundo de destruição do valor de uso, uma forma de sobrevivência, de suportar a destruição que a modernidade capitalista implica. O *ethos* barroco está em oposição ao *ethos* realista e à construção civilizatória imposta pela modernidade capitalista. Echeverría (2011) defende que, nas Américas, o *ethos* barroco está diretamente ligado à colonização - à destruição do mundo indígena para a imposição do mundo europeu, ao genocídio, à expulsão, à submissão. Esse vínculo se dá na medida em que os indígenas sobreviventes tiveram que desenvolver a própria sobrevivência.

Este es el comportamiento típicamente barroco: “inventarse una vida dentro de la muerte”. Los indios están condenados a morir, y han venido muriendo ya durante todo el siglo XVI. Y sin embargo, dentro de ese proceso del morir, se inventan una manera de vivir. Esto es lo característico del *ethos* o la estrategia barroca: insistir, mediante una mimesis trascendente en la vigencia del valor de uso del mundo, un valor de uso que está siendo devorado por el valor mercantil (ECHEVERRÍA, 2011, p. 256).

É na estratégia de sobrevivência frente a destruição capitalista que se forja o *ethos* barroco. Não deve ser confundido com uma ação orientada à revolução ou transformação, pois trata-se de um modo de resistência, um meio de viver dentro do sistema capitalista. O *ethos* barroco é, justamente, a tentativa de reconstrução daquilo que foi destruído pela modernidade capitalista, uma revalorização do valor de uso.

A vivência real do mundo moderno capitalista, em que os valores de uso são sacrificados, é convertida em um outro modo de vida, orientado pelo imaginário. A teatralização da vida é o que pode inverter o sentido da devastação capitalista e resgatar o núcleo qualitativo da vida. “El hombre puede soportar las condiciones reales, insoportables de la vida en la modernidad capitalista, solamente si al mismo tiempo se re-crea para sí mismo su experiencia de una manera diferente, una manera imaginaria y “transreal” (ECHEVERRÍA, 2011, p.186). Neste sentido, o autor vai apontar a importância da cultura como cultivo da identidade e meio de dar forma a uma sociabilidade diferente da proposta na modernidade capitalista.

63 Superficialmente, explicamos: o *ethos* realista representa a afirmação da lógica moderna capitalista, é a sujeição da vida à sociedade moderna capitalista (valorização da mercadoria, relações coisificadas, etc). O *ethos* romântico ainda afirma e naturaliza o capitalismo, mas o faz às avessas, transformando-o em um mundo do “inferno”. No *ethos* clássico haveria uma compreensão metafísica da combinação do natural e do capitalista, como que uma necessidade constante de transcendência humana.

Em acordo com Benjamin (1987), Echeverría (2011) entende que a cultura na modernidade capitalista é reprimida. Se, para Benjamin (1987), há uma produção cultural que é “monumento à barbárie”, a cultura também pode ser expressão de resistência. De modo similar, Echeverría assume que a cultura na sociedade capitalista é constantemente hostilizada, mas também é forma de refundar a concretude da vida social dos sujeitos, é potencial de politicidade. A identidade é cultivada em todos os códigos linguísticos e de comportamento dos seres humanos, em toda produção e em todo consumo, em cada ato da vida cotidiana, está a reprodução, o cultivo, da identidade. A identidade barroca, do *ethos* barroco, expressa em seus códigos, a resistência. Nessa via, a arte, a festa e o jogo são aspectos especiais do cultivo da identidade, expressões da reprodução do mundo da vida. No *ethos* barroco, resiste-se à alienação e ao estranhamento por meio da cultura, por meio do imaginário no tempo extraordinário.

A cotidianidade humana, constituidora de identidade, é o entrecruzamento entre tempo da rotina e o tempo do extraordinário. Por meio da tensão entre essas duas temporalidades, o ser humano entende sua própria existência. A tensão

entre el tiempo de una existencia conservadora, que enfrenta las alteraciones introducidas por el flujo temporal mediante una acción que restaura y repite las formas que han venido haciéndola posible, y el tiempo de una existencia innovadora, que enfrenta esas alteraciones mediante la invención de nuevas formas para sí misma, que vienen a sustituir a las tradicionales (ECHEVERRÍA, 2011, p. 421).

O tempo do extraordinário pode ser entendido como ruptura, pois a vida cotidiana organizada pela rotina (do modo de viver, se comportar, códigos cumpridos como por automático) está em suspenso. Pode ser o momento da catástrofe ou da plenitude, da destruição da identidade da comunidade ou de sua “realização paradisíaca”, da efetivação de seus ideais e metas. É um ser ou não ser da comunidade, pois a cotidianidade e a própria identidade estão em questionamento. No tempo extraordinário, a identidade cultural, isto é, os códigos humanos de sociabilidade, se funda e re-funda. E, uma vez que a cotidianidade humana só é possível pela existência dessa dualidade do tempo cotidiano e do tempo extraordinário, pode-se entender que a vida humana se constitui não na aplicação cega dos códigos (tempo rotineiro), mas no movimento de questionamento desses mesmos códigos (tempo extraordinário/tempo de ruptura). Mas, afinal, como se constitui o tempo extraordinário? Echeverría (2011) responde explicando que a ruptura pode se dar no plano do imaginário, dentro do tempo da rotina.

O tempo rotineiro deixa espaço para que haja a ruptura dentro de si próprio, dentro da imaginação da existência rotineira. Aí está o *ethos* barroco e suas imbricações com outras

estratégias de sobrevivência à modernidade capitalista. No próprio modo de vida automático da rotina, é possível haver a resistência. A ruptura tem lugar nas distintas formas de suspensão do cotidiano, que são o jogo, a festa e a arte. Apesar de elementos diferentes, tem em comum o que perseguem: “una sola experiencia cíclica, la de la anulación y el restablecimiento del sentido del mundo de la vida, la de la destrucción y re-construcción de la “naturalidad” de lo humano, de la necesidad de su presencia contingente” (ECHEVERRÍA, 2011, p. 423); são formas de resistência.

Dentro do tempo rotineiro, em que há a aceitação e reprodução cega dos códigos de comportamento do *ethos* realista, naturalização do capitalismo e da destruição do valor de uso, alienação e estranhamento, há o espaço da resistência. Retomamos a compreensão de que, para suportar as condições da modernidade capitalista, o sujeito precisa criar e recriar sua experiência de maneira “transreal”. Desse modo, o jogo, a arte e a festa são manifestações do imaginário do *ethos* barroco que permitem a sobrevivência ao capitalismo, expressões da suspensão do rotineiro. O jogo, por sua inversão dos papéis do azar e da necessidade; a arte por ser a experiência estética que traz ao palco a materialização da dimensão imaginária dentro da rotina, é a conversão da vida cotidiana em drama de palco; a festa, por ser a substituição do real pelo imaginário.

Interessa-nos a festa como modos de resistência do *ethos* barroco, pois no Vale do Jequitinhonha, marcado pela expropriação, exploração, espoliação, as festas religiosas e a produção artística têm destaque. Defendemos essas manifestações culturais como estratégias sobrevivência, linhas de escape daquilo que é apresentado aos sujeitos como mundo rotineiro baseado no estranhamento e na coisificação. A Festa de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, tem tamanha importância que diversos cortadores de cana faziam questão de participar, mesmo perdendo vários dias de trabalho e dispendendo quantia significativa de dinheiro com a viagem. No *pós/trabalho*, os ex-cortadores de cana e suas famílias também participam. Aqueles mesmos que enfrentam o abandono das instituições do Estado, os mesmos que têm as relações familiares reorganizadas, são os mesmos que tocam os tambores do Rosário, que vão ao rio buscar a santa. Falemos, então, sobre a Festa do Rosário.

A Festa de Nossa Senhora do Rosário

A devoção a Nossa Senhora do Rosário remonta o período colonial brasileiro, principalmente entre os negros. Deve-se isso à introdução inicial ao catolicismo pelos portugueses já nas expedições na África; “muitas das identificações feitas posteriormente, no Brasil, entre santos da Igreja Católica e divindades das religiões africanas, foram percebidas e gestadas ainda em

continente africano (BOTELHO, 1999, p.210). A manutenção da fé católica entre os leigos se dava pela organização de irmandades, que, no Brasil, eram divididas por fatores como raça e grupo social. Em Minas Gerais, surgem nos primeiros anos do século XVIII diversas irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, mas apenas duas – em Mariana e Vila Rica – eram organizadas por negros, sendo a segunda documentada em terras mineiras.

Destacamos que as irmandades tinham importante função social, desempenhando o papel assistencial aos doentes e idosos. Nesse sentido, “pertencer a uma irmandade, era uma segurança até após a morte, porque as irmandades eram também responsáveis pela encomenda da alma e pelo sepultamento” (BOTELHO, 1999, p.212). Na época da escravidão, atuavam também na alforria. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (ou Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos), por meio dessa ação, reunia mais membros para comporem a organização.

As irmandades organizavam festas religiosas e procissões. Amaral (1998) afirma que as festas religiosas desde o período colonial atuavam na constituição da sociabilidade, não só por integrar portugueses, indígenas e negros, mas por estabelecer uma mediação entre esses grupos, constituindo uma espécie de pacto cultural. As festas e a religiosidade não se separam, naquele período eram faces da tentativa de afirmação dos valores dos grupos - negociadas de forma assimétrica, sempre havendo a prevalência das tradições portuguesas e da elite. Eram nos momentos das festas que podia haver lazer e descanso fora da rotina de trabalho, “momento de relativização da ordem estabelecida” (AMARAL, 1998, p.06). Nas festas, via-se a distinção entre as irmandades, uma vez que a elite mineira branca investia em toda a pompa e luxo para a execução de suas atividades. Irmandades menos abastadas, como a de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, faziam festas que chamavam a atenção não tanto pelo luxo, mas pela teatralidade, ritmos e danças.

Os negros tinham, nessas irmandades, a oportunidade de manifestarem suas práticas culturais e ritos de origem nos espaços públicos. Adaptadas à cultura católica, mas com a permanência do batuque e da dança, os negros escravizados e libertos podiam, por meio do sincretismo, efetuar seus rituais (BOTELHO, 1999). Até os tempos atuais, a festa de Nossa Senhora do Rosário faz parte das práticas culturais em diversos municípios do Vale do Jequitinhonha, como em Minas Novas, Chapada do Norte, Berilo, Araçuaí, entre outros.

A festa de Nossa Senhora do Rosário parece, como disse um irmão do Rosário, mais uma festa africana do que católica. O que podemos observar é um entrecruzamento das práticas católicas e dos povos negros. A presença do tambor em grupos organizados de tamborzeiros e congadeiras que cantam e dançam durante a festa trazem a característica das práticas culturais não católicas,

contudo, tudo se passa no decorrer de nove dias da novena dedicada à santa. Cada município tem sua Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que elege um rei e uma rainha do Rosário que serão responsáveis por organizar a festa no ano de seu reinado. Além das pequenas diferenças na execução da festa ocasionadas por diferentes organizadores, há ainda que se levar em conta a relação da Irmandade com o pároco local, que pode não aceitar algumas das práticas.

Botelho (1999) expõe que é possível estabelecer um vínculo entre Nossa Senhora do Rosário e Iemanjá, particularmente porque a entidade tem vínculo com a água. Em Portugal, a santa era protetora dos marinheiros, sua vestimenta era azul e branco – assim como de Iemanjá. No Brasil, o mito conta que Nossa Senhora do Rosário foi encontrada em um rio. Levada pelos brancos à capela, apareceu novamente no rio no dia seguinte. Mais uma vez os brancos foram buscá-la, e mais uma vez ela reapareceu no rio no dia posterior. Quando, finalmente, os negros foram buscar a santa, ela nunca mais voltou ao rio. Desse modo, entendeu-se que a santa preferia ser carregada pelas mãos dos negros. Dentre as atividades dos nove dias da Festa do Rosário, um grande evento que mobiliza um contingente de pessoas é a busca da santa no rio. Vamos apresentar rapidamente as principais características da festa de Nossa Senhora do Rosário.

A festa é organizada pelo rei e pela rainha do Rosário eleitos pela Irmandade no ano anterior. “A composição da corte [...] é baseada nos moldes da monarquia portuguesa, com reis e rainhas [...] Utilizam, também, membros dos diversos postos do exército, como guardas e coronéis” (BOTELHO, 1999, p. 222). Tanto o rei e a rainha responsáveis pela festa (chamados de reis velhos) quanto o rei e a rainha que já eleitos serão responsáveis pela festa do ano seguinte (chamados de reis novos) se vestem a caráter em vários momentos da festa. Muito da vestimenta especial é encomendada na capital mineira, em Belo Horizonte, ou em outras cidades polo do Estado. Na foto abaixo podemos visualizar a opulência dos trajes.

Figura 22: Reis velhos e novos caminham até a igreja do Rosário



Fonte: Tainá Reis. Minas Novas. Junho/2015.

A programação difere em alguns municípios, por exemplo, em Minas Novas (onde a festa ocorre em junho), as festividades começam com a lavagem da igreja do Rosário e a distribuição do angu⁶⁴. Em Chapada do Norte (onde a festa ocorre em outubro), ocorrem as novenas e missas nos primeiros dias do evento, e apenas no quinto dia ocorre a lavagem do chão e objetos da igreja, e depois é feita a distribuição do angu. Geralmente um grupo de pessoas, majoritariamente de mulheres, caminha às quatro horas da manhã até o rio carregando baldes e potes de barro para juntar água para lavar a igreja. Essa atividade não ocorre da mesma forma em Berilo, pois lá a Igreja do Rosário foi demolida. No município, um adro foi construído no local da antiga igreja, lá são realizadas as atividades religiosas da festa. Apesar disso, é distribuído angu durante um dos dias da festa – em 2017, o angu foi oferecido em pratos de plástico no centro cultural da paróquia. O rei e a rainha que vão decidir se a distribuição feita será realmente de angu ou outro tipo de refeição. No ano de 2015, em Minas Novas, foram distribuídas pequenas marmitas com feijão tropeiro, arroz e farofa.

Outro ponto importante da festa é a busca da santa no rio. Uma procissão formada por grupos de tamborzeiros e congadeiras e mais uma pequena multidão de pessoas se dirige ao rio para

64 Em diversos momentos da festa são distribuídos gratuitamente alimentos, mas o angu é o mais tradicional. Em Minas Novas percebemos que algumas pessoas advindas de áreas rurais iam à festa em dias específicos para acessar alguns alimentos.

buscar a santa, onde já foi deixada a santa no dia anterior. Na procissão que carrega a santa de volta à igreja, a imagem passa de mão em mão, sempre acompanhada por um responsável da guarda. Em Minas Novas, na festa de 2015, as pessoas formavam desde o rio uma fila para passar a mão na santa, com a intenção de receber uma graça ou benção.

Figura 23: Tamborzeiros chegam ao rio para buscar a imagem de Nossa Senhora do Rosário. População se aglomera ao redor do rio.



Fonte: Tainá Reis. Minas Novas. Junho/2015.

Figura 24: Pessoas se aglomeram ao redor da imagem de Nossa Senhora do Rosário para segurá-la por alguns instantes.



Fonte: Tainá Reis. Minas Novas. Junho/2015.

Durante alguns dias da festa, são realizados à noite leilões de itens como animais (porcos, bezerras, galinhas), alimentos (biscoitos, doces, frango assado) e bebidas (principalmente uísque). No caso dos animais maiores, o leilão é cantado no microfone, às vezes em um palco. Para leiloar itens menores, membros da Irmandade do Rosário caminham com o objeto a ser leiloado nas mãos gritando lances no meio das pessoas que estão nas atividades da festa na praça da igreja matriz. Em Chapada do Norte, os leilões ocorriam dentro da casa do rei e depois da rainha. Além disso, ainda há nos últimos dias da festa a realização de shows, com artistas da região (chamados de prata da casa) ou de outros locais. Os shows não são organizados nem pelo rei ou pela rainha do Rosário, mas pela prefeitura municipal. Em 2017, no município de Chapada do Norte, antes dos shows houve a apresentação de grupos de música, tamborzeiros e congadeiras advindos de área rural, em maioria quilombolas.

Todas as atividades externas à igreja são acompanhadas pelo grupo de tamborzeiros e pelas congadeiras, seja a caminhada até a casa dos reis, a busca da santa, a entrega do cofre da Irmandade para recolhimento das contribuições anuais dos irmãos. Nesses momentos, diversas pessoas acompanham o grupo de tamborzeiros e congadeiras, cantando e dançando. Em dias específicos, o rei e a rainha acompanham a caminhada à caráter. Ocorre ainda uma atividade em que um mastro com uma bandeira com a imagem de Nossa Senhora do Rosário é erguido em frente à Igreja do Rosário. Em Chapada do Norte ocorre uma atividade diferencial na festa, que é a encenação do conflito entre mouros e cristãos.

Destacamos uma prática que ocorreu durante diversos momentos, em todas as festas que foram acompanhadas (Minas Novas, Chapada do Norte, Berilo e Araçuaí). Tamborzeiros ou congadeiras, ocasionalmente, mantêm nas cabeças garrafas cheias de cachaça. Algumas músicas cantadas versavam sobre isso, como:

*Olha a dança da garrafa na cabeça
Olha a dança da garrafa na cabeça
A garrafa cai
Cai não*

Botelho (1999) em sua pesquisa sobre as práticas culturais do Vale do Jequitinhonha afirma que a cachaça presente na garrafa é inadequada para consumo, sendo usada para lavar as mãos e molhar os couros dos tambores. Ainda, atenta para o movimento que é feito com as mãos molhadas, com movimentos de limpeza do corpo, ação que remete a gestos típicos do candomblé.

Figura 25: Congadeira segue procissão com garrafa de cachaça na cabeça



Fonte: Tainá Reis. Chapada do Norte. Outubro/2017.

Entre o cortejo ao rei e à rainha, com ponteio, guarda real, tamborzeiros e congadeiras, a festa de Nossa Senhora do Rosário é uma verdadeira cerimônia, cheia de rituais (coroação dos novos reis, cortejo aos reis velhos, desfiles, encenações). Amaral (1998) apresenta que as festas tem o duplo “papel de negar e reiterar o modo como a sociedade se organiza” (p.07).

Figura 26: Cortejo ao rei e rainha do Rosário na porta da igreja



Fonte: Tainá Reis. Araçuaí. Outubro/2017.

Além disso, uma prática comum durante a festa é que pessoas ou comerciantes façam doações de mantimentos para o rei e a rainha do Rosário, pois em diversos momentos da festa são eles quem distribuem gratuitamente diversos alimentos, como doces, biscoitos, o angu e até refeições. São geralmente as mulheres que ficam incumbidas dessa parte da festa.

Figura 27: Familiares e amigas do rei do Rosário trabalham na organização para a distribuição dos doces durante a festa



Fonte: Tainá Reis. Minas Novas/ 2015.

Durante os dias de festa, são distribuídos doces, salgados, cachaça, refrigerante e o que mais os reis do Rosário quiserem distribuir. Apesar das diferenças de cada localidade na execução da festa, há uma mobilização para que a prática permaneça. Mesmo os irmãos do Rosário que estão fora do município, dão um jeito de contribuir de alguma maneira. Em muitos momentos são mencionados os irmãos ausentes, aqueles que estão fora da cidade em que ocorre a festa, mas que são sempre lembrados. Um cantor da região, Verono, em uma música canta: “A saudade me maltrata e me faz olhar no calendário. Pra ver se faltam poucos dias pra ouvir o tambor do Rosário”. Para participar da festividade, muitos cortadores de cana deixam o eito por alguns dias, para voltar à região de origem no período. Muitos são irmãos do Rosário, tamborzeiros, ou simplesmente acompanham o festejo. A festa do Rosário é, precisamente, o que Echeverría (2011) define como resistência do *ethos* barroco.

No tempo rotineiro de trabalho, os sujeitos vivenciam o estranhamento. Nas relações de trabalho capitalista, enquanto ser genérico, são cindidos. Por ser força de trabalho superexplorada, perdem a própria capacidade laboral. Se antes a rotina era a exploração, no pós/trabalho a rotina é a marginalização e estigmatização. São deixados a morrer pelo Estado, são vistos como coitados pelos familiares, têm sua identidade calcada na virilidade fraturada. Pelo o que vimos até aqui, o tempo rotineiro do ex-cortador de cana no pós/trabalho é eivado com sofrimento – físico e moral. Mas, frente à morte social, os trabalhadores descartados e suas famílias traçam linhas de fuga, estratégias de sobrevivência. Seja caminhando até uma árvore de Tamboril, seja caminhando até o rio para buscar Nossa Senhora do Rosário.

Foram frequentes os relatos de cortadores de cana que durante a safra perdiam alguns dias de trabalho para participar, na região de origem, de festas tradicionais. Mesmo que a ausência dos canaviais representasse perda no pagamento ao final do mês, ou ainda uma despesa financeira significativa, ainda assim, vários trabalhadores faziam questão de voltar para as festas – a Festa de Nossa Senhora do Rosário foi o principal evento relatado. Ir à festa do Rosário, para os “ausentes”, não representa apenas a participação em uma atividade festiva religiosa. A presença dos cortadores de cana na festa de Nossa Senhora do Rosário é uma resistência, pois é quando o tempo rotineiro da exploração está suspenso.

[...] a festa se mostra como solução simbólica pois, ao unir o ser ao não-ser, através da realização de todas as utopias ainda que por breves períodos, ‘coloca em cena’,

por meio de seus aspectos mais dramatizados, projetos coletivos e individuais, concretiza sonhos, anseios e fantasias (AMARAL, 1998, p.07).

No *pós/trabalho* suspende-se a rotina de negativas do INSS, olhares de dó e piedade, vergonha, depressão... Para Echeverría (2011), a experiência festiva (e sagrada) traz a subjetividade de volta ao sujeito. A participação na Festa do Rosário é, então, uma resistência ao estranhamento, e ao estranhamento aprofundado. A festa substitui o dramático real é pelo imaginário, é, como já dito, um meio de “inventarse una vida dentro de la muerte” (ECHEVERRÍA, 2011, p.256).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Valdecir - migrante, negro, cortador de cana adoecido e descartado que faleceu tentando se aposentar - suscitou a elaboração desta tese. O trabalho no corte de cana é desgastante e pode levar ao adoecimento e até à morte, algo já demonstrado em diversas pesquisas que revelaram o que estava escondido por detrás do mar de cana: exploração (ALVES, 2007, 2008, ANTUNES, 2013), superexploração (GUANAIS, 2016), adoecimento (ALESSI e NAVARRO, 1997, LAAT, 2010, RUMIN, 2004, VERÇOZA 2016), morte (ALVES, 2006, SILVA, 2008), saque da saúde e da vida (LOURENÇO, 2013). Homens e mulheres ainda em idade produtiva foram extirpados da própria capacidade laboral por conta do tipo de trabalho que desempenhavam. O corte de cana é uma atividade que exige grande dispêndio de energia, mas o pagamento por produção faz com que os corpos sejam levados ao limite para a garantia da própria subsistência. Para ganhar, é preciso *forçar*; esforço não apenas físico, mas também mental, do próprio ser. Com problemas de coluna, articulações, alcoolismo, mentais, muitos cortadores de cana foram descartados. No vídeo-documentário Fragmentos, uma cortadora de cana diz que a usina usa os trabalhadores como usa a cana de açúcar: até o bagaço, e depois joga fora. Depois, corrige, o bagaço da cana a usina ainda utiliza pra alguma coisa, os trabalhadores, não, são descartados. Coube a questão: qual o destino desses descartados da cana?

As pesquisas sobre o trabalho no corte de cana em Sociologia não iam até o depois. Era como se o tema do trabalho se encerrasse com o fim da relação de trabalho. O que, afinal, aconteceu aos tantos outros Valdecir, que, adoecidos e descartados, perderam a capacidade laboral precocemente? A pergunta que permanecia era: como depois de tanto trabalho, o que restara era o abandono? Uma indignação que foi convertida em reflexão sociológica orientou esta tese. Buscamos aqui alargar a compreensão desse processo, indo desde antes do trabalho no eito - concebendo a migração como mobilidade forçada, mostrando o papel do Estado no processo de expropriação do campesinato -, até depois, até a sociabilidade tecida no *pós/trabalho*. A questão inicial da pesquisa era saber como o adoecimento impactava a subjetividade dos sujeitos. Por meio da experiência da orientadora e da participação no IV Fórum da Mulher do Jequitinhonha, decidimos fazer a investigação numa região de origem dos cortadores de cana.

Durante o IV Fórum da Mulher do Jequitinhonha, as mulheres participantes relataram o cotidiano com os familiares descartados da cana. Mostraram que o retorno dos adoecidos à região de origem poderia trazer elementos relevantes para a análise. O município de Araçuaí foi escolhido

como lócus da pesquisa, posteriormente, outros municípios foram visitados, como Virgem da Lapa, Minas Novas, Chapada do Norte e Berilo. O Vale do Jequitinhonha foi forjado enquanto território pelo discurso da escassez e da miséria, o que esconde os processos efetivados pelo próprio Estado que representavam a manutenção dos interesses das elites econômicas. Podemos dizer que o Estado, por meio de parte de suas instituições e de seu aparato jurídico, atua como mantenedor do *status quo*, isto é, da ordem capitalista. Nesse sentido, entendemos a ação estatal que possibilitou a mobilidade forçada (GAUDEMAR, 1977) no Vale do Jequitinhonha. A migração para o corte de cana foi produzida pela expropriação do campesinato, processo que ocorreu sob a égide do Estado.

A pesquisa realizada em alguns municípios do Vale do Jequitinhonha permitiu o alargamento do objetivo da tese. Os relatos dos agentes de diversas instituições do Estado (assistentes sociais, psicólogas, médicos), de ex-cortadores de cana descartados e seus familiares, permitiu-nos delimitar o que chamamos de *pós/trabalho* (com a barra oblíqua, e não hífen). Entendemos que mais do que repercussões subjetivas, havia uma rede de sociabilidade tecida através do descarte e do adoecimento. Retomemos a metáfora da cortina de fumaça, o trabalhador é como que jogado através dessa cortina quando é descartado. Em aparência, está em outro espaço-tempo, desvinculado do espaço-tempo anterior (do trabalho). Contudo, o que tentamos demonstrar nesta tese é que, pelo contrário, a sociabilidade é reorganizada no espaço-tempo posterior ao trabalho, mas de forma intrinsecamente relacionada ao espaço-tempo anterior.

A reflexão sobre o *pós/trabalho* também só foi possível pela concepção marxiana de que o trabalho é constituidor de sociabilidade e, em sua expressão capitalista, a sociabilidade é organizada por meio de relações coisificadas. O trabalho, como relação histórica, é a base sobre a qual a atividade do homem se realiza, justamente por ser mediação entre homem e natureza. O ser genérico se realiza no produto de seu trabalho, mas, em relações de trabalho capitalista, o produto do trabalho é apropriado por outro. A cisão do ser genérico ocorre quando este se transmuta em mercadoria força de trabalho; configura-se a sociabilidade do capital, pois as relações passam a ser mediadas pelo capital. Nesse sentido, podemos entender os cortadores de cana como imersos em relações estranhadas. O espaço-tempo de trabalho no corte de cana é composto pelo processo de estranhamento. Constituído como força de trabalho, mercadoria, o sujeito, ser genérico, é cindido em suas relações (com outros sujeitos, com seu meio – o corpo inorgânico -, e consigo mesmo).

Enquanto força de trabalho, os cortadores de cana são superexplorados. Nesse processo de extração de mais-valia, muitos adoecem – como o bagaço da cana, são usados e depois descartados. De tanto trabalhar, os cortadores de cana perdem a capacidade laboral – seja por problemas de

coluna, osteoarticulares, cardíacos, de adicção e/ou mentais. Entretanto, mesmo o sujeito não tendo mais a força de trabalho para trocar, permanece imerso em relações coisificadas. Reconhece-se como mercadoria, apesar de não mais tê-la/sê-la. Em relações (com outros, com o meio e consigo mesmo) mediadas pelo capital, o sujeito não deixa de se entender como mercadoria, pelo contrário, entende-se como mercadoria descartada. O estranhamento não cessa, mas se aprofunda.

Compreendendo a sociabilidade do capital, afirmamos que o espaço-tempo trabalho e o *pós/trabalho* estão inerentemente vinculados. O sujeito carrega elementos do trabalho capitalista para suas relações, mesmo fora do espaço-tempo de trabalho. Assim sendo, compreendemos o sentimento de vergonha que acompanha os cortadores de cana adoecidos no *pós/trabalho*. O corpo socialmente aceito é o que trabalha, ser improdutivo é estar acompanhado de estigma e marginalização. Os cortadores de cana estabelecem outras relações no *pós/trabalho*, mas vinculadas diretamente às relações anteriores. Não há linearidade, há processo⁶⁵. Destacamos a ação do Estado nesse processo, que, por um lado, incentiva a produção sucroalcooleira e, recentemente, altera as normas trabalhistas desfavorecendo ainda mais os trabalhadores. No *pós/trabalho*, o cortador de cana descartado vai se relacionar com diferentes órgãos do Estado.

Quando o cortador de cana retorna definitivamente à região de origem, sem a capacidade laboral, passa a estabelecer relação com outras instituições do Estado, em especial a Previdência Social, a Saúde, a Assistência Social e, em alguns casos, com a Segurança Pública. Contando com a reflexão foucaultiana sobre biopoder e biopolítica, entendemos que esses órgãos funcionam como normatizadores e disciplinadores, cabem a eles o fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 2005, 2006, 2014). Reiteramos que o poder não pertence ao Estado, que está em todo o lugar e que circula. Contudo, o Estado operacionaliza o biopoder por meio da arte de governo. O governo, como guia de conduta, controla e normatiza a vida e a população (FOUCAULT, 2014). Afirmamos que a norma que organiza as relações do Estado com os sujeitos é o trabalho. Os sujeitos e a população são controlados e normatizados para a utilidade dentro do sistema. Essa interpretação embasa a compreensão da produção do bom cortador de cana, realizada por meio da docilização dos corpos e disciplina (SILVA, 1999).

O adoecimento dos cortadores de cana os reposiciona na relação com o Estado, com as instituições da biopolítica, não são mais úteis ao sistema, são inválidos. Sendo força de trabalho degradada e descartada, posicionam-se sob outra regulamentação. Se antes a biopolítica e a arte de governo os fazia viver – pois fazer viver é normatizar a conduta para o trabalho –, depois do

65 Caberia, em outras pesquisas, uma análise sobre o *pós/trabalho* embasada em Deleuze e Guattari (1995), pois a característica deste processo é sua não linearidade e ordenamento, é marcado por sua multiplicidade, como rizoma.

adoecimento, os cortadores de cana descartados são deixados a morrer. Morte social, na medida em que a regulamentação da vida se afrouxa a tal ponto que relega os descartados da cana à marginalização. Uma vez que o trabalho é o eixo de diferenciação do todo populacional, a massa é dividida entre os úteis e inúteis, entre os que são feitos viver e os que são deixados morrer. Essa diferenciação é efetivada por instituições da biopolítica, como a Previdência Social e a Assistência Social.

Os relatos dos entrevistados mostraram a *via sacra* percorrida para que os descartados da cana possam garantir sua subsistência no *pós/trabalho*. A aposentadoria raramente é cogitada pelos profissionais da previdência, pois o órgão atua na tentativa de reinserção profissional dos trabalhadores. Como resposta aos adoecidos, é apresentado o auxílio-doença, benefício previdenciário temporário para os que adoeceram durante o período de trabalho. A ideia é que depois do tempo estipulado (entre um até doze meses) a condição de saúde do trabalhador seja reavaliada. Caso tenha havido melhora, o trabalhador poderá voltar à sua atividade profissional. Entretanto, no caso dos cortadores de cana, observamos que o quadro de saúde geralmente não se modifica.

Para acessar ao auxílio-doença, é preciso apresentar uma documentação que nem sempre é fácil de conseguir, como a comprovação de contribuição com o INSS que garante a qualidade de segurado (carteiras de trabalho, por exemplo) e exames e laudos médicos comprovando o adoecimento e a inviabilidade para o trabalho. O insuficiente serviço de saúde pública entrava o acesso dos trabalhadores a consultas com os especialistas ou a determinados exames. O município de Araçuaí, por exemplo, só foi ter uma máquina de tomografia em seu hospital em 2016, o que obrigava os pacientes a se deslocar para outras cidades para fazer o exame gratuitamente, percorrendo uma distância de mais de duzentos quilômetros de distância. Isso depois de aguardarem, pelo menos, dois meses na fila de espera para realizar o exame. Muitos fazem malabarismos financeiros para conseguir pagar consulta médica ou exames particulares. Em casos em que não há a documentação exigida para comprovar o vínculo com a Previdência Social, os trabalhadores são encaminhados para a Assistência Social. Como Sant'ana (2012) mostrou, os cortadores de cana adoecidos se confundiam no meio do público vulnerável dependente da Assistência Social.

Os descartados da cana são, então, encaminhados para a busca do BPC – Benefício de Prestação Continuada. Esse é um benefício assistencial que não exige a contribuição com o INSS, destinado a pessoas com mais de 65 anos ou com deficiências incapacitantes para o trabalho. Os

cortadores de cana adoecidos se enquadrariam na categoria de deficientes. Para tanto, é preciso também apresentar laudos médicos e exames. Há mais uma vez, os empecilhos de acesso aos serviços de saúde pública, pois o SUS não tem estrutura para atender a demanda por consultas médicas especializadas e exames médicos específicos (ressonância magnética, por exemplo) em boa parte do Vale do Jequitinhonha. Às vezes obter os requisitos para o BPC, assim como para o auxílio-doença, é tão trabalhoso e cansativo que alguns adoecidos da cana simplesmente desistem do processo, ou sequer tentam adquirir tais direitos.

As instituições do Estado que deveriam gerenciar a vida, deixam morrer. Não há nos serviços que atendem aos cortadores de cana dados sistematizados sobre esse público, são vidas não gerenciadas. A normatização, regulamentação, controle e disciplina eram exercidos sobre os corpos úteis, se fazia viver quando se fazia trabalhar. Mas, o adoecimento e descarte transformam os corpos em inúteis ao sistema, assim sendo, são deixados morrer. Mas, os sujeitos não vivenciam passivamente a morte social que lhes é impingida, desenvolvem estratégias de sobrevivência, linhas de fuga. Contestam e transgridem os modos de subjetivação impostos pela biopolítica quando se esforçam para pagar consulta particular, quando insistem em adquirir auxílio-doença mesmo após as negativas do INSS, quando deslocam-se longas distâncias para chegar ao hospital. De formas diferentes, dentro do cotidiano, os sujeitos resistem à morte social.

A busca pelos direitos previdenciários, as idas e vindas dos hospitais e perícias do INSS, as informações sobre opções de assistência social, geralmente são realizados não pelo ex-cortador de cana sozinho. As estratégias de resistência são tecidas no seio das relações sociais e, mesmo que não organizadamente, os sujeitos produzem suas linhas de fuga. São as mulheres – mães e esposas – que acompanham os cortadores de cana adoecidos na *via sacra*. Mais do que isso, são as responsáveis pelo cuidado com esse marido ou filho adoecido. Chamadas de *viúvas de marido vivo* ficavam boa parte do ano sozinhas, cuidando dos filhos e da roça, garantindo a reprodução do modo de vida camponês. A volta definitiva do homem reorganiza as relações familiares e de gênero.

A mulher e o homem se constituem socialmente enquanto tais em relação, ou seja, o tema do gênero deve ser tratado relacionalmente. Entendemos as relações de gênero também como relações de poder, em que não ha necessariamente uma dominação, mas polos de poder, mesmo que assimétricos. Se, por um lado, às mulheres na sociedade patriarcal cabia o cuidado, aos homens cabia a virilidade. Então, enquanto os homens fortaleciam a virilidade e masculinidade socialmente construídas ocupando o papel de provedor da família, esteio, as mulheres desempenhavam o papel

socialmente atribuído a elas: cuidadora. No pós/trabalho, essas relações se reorganizam, mas não de modo a se inverter.

A mulher vai ter seu papel de cuidadora intensificado, sendo responsável pela reprodução doméstica sozinha, cuidando dos filhos, roça, garantindo a subsistência e vivendo no cotidiano as consequências do adoecimento no canavial. Mesmo sem nunca ter vindo ao estado de São Paulo, as mulheres (esposas, mães e filhas) experienciam em seus cotidianos as agruras que são repercussões do trabalho superexplorado. Antes o homem trabalhava na roça, adoecido, não trabalha mais. Se o homem contraiu alguma DST, a esposa será contaminada. Há os casos de dependência química, em que mães e esposas têm de lidar com as consequências da adicção, vivenciando, em alguns casos, violência doméstica. A mulher realiza um trabalho emocional para exercer o cuidado, acompanhando o marido ou filho em consultas médicas, naturalizando as dores como estratégia de sobrevivência, linha de fuga.

A boa mulher é aquela que cuida do marido ou filho, que aguenta, que *se acostuma*. O cuidar é essencializado na figura feminina, e o adoecimento do homem reforça esse papel. O homem, forjado na masculinidade, vence a safra pela família, *aguenta a bronca* porque tem honra. O descarte, que mais do que consequência de um trabalho superexplorado, é entendido pelos sujeitos como incapacidade individual para o trabalho, fratura essa identidade. A noção de masculinidade é desconstruída quando o homem se torna dependente. Essa reorganização dos papéis de gênero não representa uma inversão dos polos de poder, pois as relações patriarcais ainda se mantêm.

O homem enquanto dependente da mulher, e não mais arrimo de família, não faz com que a mulher seja dominante na relação. A dominação feminina se dá também pela moral, pois socialmente entende-se que à mulher cabe o cuidado. Ela fica sobrecarregada com um cuidado a mais que deve exercer quando o marido ou filho volta descartado dos canaviais. Aos homens, resta a vergonha por não mais cumprir o papel de virilidade que antes lhe era atribuído. Mas, é nos espaços de ação que os sujeitos tecem suas linhas de fuga, mesmo que sejam apenas uma tentativa de pegar um feixe de lenha.

Pensando nas pequenas estratégias de resistência tecidas pelos sujeitos, atentamos brevemente para a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Entendemos a realização de festas e o contato com o sagrado como momentos de suspensão do tempo rotineiro (ECHEVERRÍA, 2011). Para os descartados da cana, o cotidiano é eivado de sofrimento moral – vergonha, depressão, marginalização, estigma, fraturas identitárias, morte social. Dentro desses cotidianos, tecem linhas de fuga do processo vivenciado, resistem ao estranhamento aprofundado, resistem às negativas do

Estado, resistem às fraturas identitárias. O imaginário do tempo extraordinário, da teatralização da vida, traz ao sujeito sua subjetividade de volta. E essa resistência, como as outras citadas, pode ocorrer dentro do modo de vida rotineiro. Mas, a festa, pertencente ao *ethos barroco*, substitui o dramático real é pelo imaginário. É uma tentativa de inventar a vida dentro da morte (ECHEVERRÍA, 2011, p.256).

Ao mesmo tempo em que os cortadores cana ceifam a cana, tecem a própria vida. Não por livre escolha, mas por estarem imersos em relações capitalistas que produziram a migração, a proletarização, o estranhamento, o adoecimento e o descarte. A vida se consome durante o corte de cana, mas não por completo. Diante do estranhamento aprofundado, da imposição da morte social, das fraturas nas relações, enfim, do *pós/trabalho*, os sujeitos não estão passivos. No que resta do ser, há ainda vida, vida tecida nas estratégias de resistência. Nos interstícios do sofrimento, há vidas que pulsam, que constroem também a sociabilidade do *pós/trabalho*. Esse tema não se distancia da Sociologia do Trabalho, mas a compõe, possibilitando a expansão de seu campo de estudos para além do espaço-tempo trabalho.

Referências bibliográficas

ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, 1997.

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**. São Paulo. v. 15, n.03, set/dez. 2006.

_____. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. In: NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

_____. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. **InterfaceEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. São Paulo, v.3, n.2, abr./ agosto. 2008.

_____; ASSUMPCÃO, M. R. P. Reestruturação e desregulamentação do complexo sucroalcooleiro: disfunções e propostas de políticas públicas. In: PAULILLO, L.F.; ALVES, F. **Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

ANTUNES, R. A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza, NAVARRO, Vera Lúcia. **O avesso do trabalho III**. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. Outras Expressões. São Paulo, 2013.

ARENDT, H. Labor. In: _____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAMPI, L. Governo, subjetivação e resistência em Foucault. **Educação e Realidade**, v.27, n.1, jan/jun, 2002.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre a literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Vol. 01. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BITENCOURT, D.P., RUAS, A.C., MAIA, P.A. Análise da contribuição das variáveis meteorológicas no estresse térmico associado à morte de cortadores de cana. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 28, n 1, jan/2012.

BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

BOTELHO, M.I.V. O eterno reencontro entre o passado e o presente: um estudo sobre as práticas culturais no Vale do Jequitinhonha. 1999. **Tese** (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL (a). **Centro de Referência de Assistência Social** – Cras. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>. Acesso em: março/2016.

BRASIL (b). **Centro de Referência Especializada de Assistência Social** – Creas. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>. Acesso em: março/2016.

BUTLER, J. Vida precária. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar, n.1. 2011.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: Estudos sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1964.

CARVALHO, J. E. C. Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.17, n.3, set. 2008.

COSTA, C. Morte por exaustão no trabalho. **Cadernos CRH**. Salvador, v.30, n.79, jan/abril, 2017.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.14, n. 40, jun. 1999.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.

DELEUZE, G. **Conversações**, 1972-1990. São Paulo: Ed. 34, 2008.

_____, GUATTARI, F. Introdução: rizoma. In: _____. **Mil Platôs** - capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

ECHEVERRÍA, B. El ethos barroco. In: _____. **La modernidade de lo barroco**. Ciudad de México: Ediciones Era, 2011.

FÁVERO, C.; MONTEIRO, F. T. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v.11, n.03. 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos & Ensaio V** – Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A história da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. **Segurança, território, população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **O nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GALVÃO, A., *et al* (orgs). **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista.** Campinas: GT Reforma Trabalhista CESIT/IE/UNICAMP, 2017.

GAMEIRO, M. B. P. O fetiche da mercadoria verde: a questão ambiental na construção social da imagem do etanol brasileiro. 2017. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos, 2017.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital.** Editora Estampa, 1977.

GEORGES, I., SANTOS, Y. G. Olhares cruzados. Relações de cuidado, classe e gênero. **Tempo Social.** São Paulo, v. 26, n.01, 2014.

_____. **As novas políticas sociais na saúde e na assistência:** produção local do serviço e relações de gênero. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

GIANNOTTI, J. A. O ardil do trabalho. In: _____. **Trabalho e reflexão:** ensaios para uma dialética da sociabilidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

GUANAIS, J. B. Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira. 2016. **Tese** (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2016.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOCHSCHILD, A. R. **The managed heart:** commercialization of human feeling. London: University of California Press, 2003.

LAAT, E. F. Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: A maratona perigosa nos canaviais. 2010. **Tese** (Doutorado em engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara D’oeste, 2010.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de Produção e Saúde:** trabalho e desgaste operário. Tradução: Amélia Cohn et. al. São Paulo: Editora HUCITEC: 1989.

LEITE, A. C. G. A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “boia fria” em suas condições regionais de mobilidade do trabalho. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

_____. O campesinato do Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

LOURENÇO, E. A. S. Alienação e agravos à saúde dos trabalhadores no setor sucroenergético. In_____, NAVARRO, Vera Lúcia. **O avesso do trabalho III**. Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões. 2013.

LOURENÇO, E. A. S., BERTANI, I. F. The work and health process in the sugar cane industry in Franca, Brazil. **International Social Work**, v. set.10, p. 1-13, 2010.

MACÊDO, A. C., OLIVEIRA, L. C. Benefício de Prestação Continuada: perspectivas na avaliação médico-social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.18, n.01, jan/jun, 2015.

MACIEL, L. M. Entre o rural e o urbano: processos migratórios de trabalhadores rurais do Alto Médio Canindé piauiense para região central do Estado de São Paulo. 2016. **Tese** (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

MAGALHÃES, A. Novas leis trabalhistas podem aumentar desigualdade no campo. **Repórter Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2017/09/novas-leis-trabalhistas-podem-aumentar-desigualdade-no-campo/>> Acesso em 20/12/2017

MAIA, C. J. “Lugar” e “trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas no Jequitinhonha. 2000. **Tese** (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2000.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**. Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011 [1973].

MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____, ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Centro de Apoio psicossocial** - Caps. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-mental/acoes-e-programas-saude-mental/centro-de-atencao-psicossocial-caps>>. Acesso em: março/2016.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NASCIMENTO, C. A. O. Concentração e centralização de capitais na agroindústria brasileira na década de 1990: o caso do setor sucroalcooleiro. 2001. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2001.

NAVARRO, V. L. **Trabalho e trabalhadores do calçado**: a indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais à reestruturação produtiva. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NETO, L. F. **Biopolíticas**: as formulações de Foucault. Florianópolis, Cidade Futura, 2010.

NETO, W. G. **Estado e agricultura no Brasil**. Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo. Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção na agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, P. P. G. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das. Resenha de: DAS, Veena. Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary. Berkeley, University of California Press, 2007. **Cadernos Pagu**, v.35, jul/dez, 2010.

PRADO, G. F. Impactos cardiopulmonares e inflamatórios da exposição à poluição da queima de biomassa em cortadores de cana queimada e em voluntários saudáveis do município de Mendonça. 2011. **Tese** (Doutorado em Ciências - Pneumologia) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PRAZERES, T. J. Na costura do sapato, o desmanche das operárias: um estudo das condições de trabalho e saúde das pespontadeiras da indústria de calçados em Franca (SP). 2010. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Médicas) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

RAMALHO, C. C. Os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha: entre a superexploração e a resistência. 2014. **Dissertação** (Mestrado em Política Social) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade do Espírito Santo, Vitória, 2014.

_____, TEIXEIRA, E. A. W, SILVA, K. S. A violência contra as mulheres nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. In: 5º Encontro Internacional de Política Social, 12º Encontro Nacional de Política Social. 2017, Vitória, ES. **Anais** (on line). Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/16451/11314>>. Acesso em: Novembro/2017.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

RANIERI, J. **A câmara escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo editorial. 2001.

RIBEIRO, H. P. **A violência oculta do trabalho**: as lesões por esforços repetitivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

_____. **De que adoecem e morrem os trabalhadores na era dos monopólios (1889-2016)**: sociopatias, produção, violência, trabalho e saúde coletiva. São Paulo: Cenpras, 2017.

RUMIN, C. R. Trabalho rural e saúde: um estudo das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos cortadores de cana-de-açúcar do município de Pacaembu – SP. 2004. **Dissertação** (Mestrado em Medicina – Saúde na Comunidade) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

_____, NAVARRO, V. L., PERIOTO, N. W. Trabalho e saúde no *agrobusiness* paulista: estudo com colhedores manuais de cana-de-açúcar da região oeste do Estado de São Paulo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 11, n.2, 2008.

SAFFIOTTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **Violência de gênero**. Poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, n.02, PUC/SP, 1997.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem de Tijuco ao morro de Gaspar Soares pela serra da Lapa. In: SAINT-HILAIRE, Auguste De. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, 1974

SCHOLTZ, R. O valor é o homem. Tese sobre a socialização pelo valor e a relações entre os sexos. **Novos estudos Cebrap**, n. 45, julho de 1996.

SCOPINHO, R.A. et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Caderno Saúde Pública**, jan/mar, v. 1, n. 15. 1999.

SCOPINHO, R.A. **Vigiando a Vigilância**: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2003.

SELIGMANN - SILVA, E. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Cortez Editora, 1994

SERVILHA, M. M. O Vale do Jequitinhonha: entre a di-visão pela pobreza e sua resignificação pela identidade regional. 2012. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVA, M.A.M. **Errantes no fim do século**. São Paulo: Fundação Editora UNESP. 1999.

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 33, n. 2, ago./dez. 2006.

_____. Trabalho e trabalhadores na região do "mar de cana e do rio de álcool". In: NOVAES, Roberto, ALVES, Francisco (orgs). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro*. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

_____. Mortes e acidentes nas profundezas do “mar de cana” e dos laranjais paulistas. **InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v.3, n.2. abr-ago/2008.

_____. Mulheres trabalhadoras rurais. Trajetórias e memórias. *Ruris*, v.4, n.2, set, 2010.

_____. O trabalho oculto nos canaviais. **Perspectivas**. v.39. jan./jun. 2011.

_____. **Fragmentos** (vídeo). São Carlos, UFSCar, CNPQ. 2011.

_____. A nova morfologia do trabalho nos canaviais paulistas. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012.

_____. Sabe o que é ficar *borrado* no eito da cana? **Revista Sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, n.02. 2013.

_____. Melancolia e trabalho. In: Nogueira, Maria das Dores Pimentel; Braga, Maria Alice; Matos, Marlise (coords). **IV Fórum da Mulher do Jequitinhonha**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Pró-reitoria de Extensão, 2015.

_____. Trabalho rural: as marcas da raça. **Lua Nova**, São Paulo, n.99. 2016.

_____, MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, ano 12, n.24, Porto Alegre, mai/ago, 2010.

_____. VERÇOZA, L. V., BUENO, J. D. A imagem do etanol como “desenvolvimento 21 sustentável” e a (nova) morfologia do trabalho. **Caderno CRH**, v.26, n.68, Salvador, mai/ago 2013.

SILVEIRA, P. Da alienação ao fetichismo - formas de subjetivação e de objetivação. In: _____; DORAY, Bernard. (orgs) **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice. 1989.

THOMAZ JUNIOR, A. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, v.7, n., out. 2011.

_____. Capital, trabalho, território e sustentabilidade. **Campo-território - Revista de Geografia Agrária**. Edição especial, jun. 2014.

VERÇOZA, L. V. Os saltos de “canguru” nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde. 2016. **Tese** (Doutorado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos, 2016.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. São Paulo: Paz e Terra. 1996

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de entrevistas

Ex cortadores (as) adoecidos

Eixo 1 – Trabalho

1. Quando começou a trabalhar? No que trabalhava? Tinha terra no local de origem?
2. Quando começou a ir para o corte da cana? Ia em todas as safras? A esposa acompanhava?
3. Qual o significado do trabalho para você?
4. Onde morava quando estava em São Paulo?
5. O que comia? O salário era suficiente? Mandava dinheiro para a família?
6. Descreva um dia normal de trabalho no corte da cana. Qual era a média mínima cortada?
7. Qual era a sensação física depois de um dia de trabalho? E ao fim da safra?
8. Teve algum acidente no canavial? (birôla, picada de animal, machucados com facão)
9. Precisava tomar algum remédio para as dores? Ia ao hospital?
10. Por que não corta mais cana? Quando parou de trabalhar no corte?
11. Trabalha em alguma coisa atualmente?
 - 11.1 Se não, tem alguma outra fonte de renda? O que você sente por não poder mais trabalhar?

O que representa o trabalho na sua vida?

Eixo 2 – Saúde/doença

1. Como foi o processo de adoecimento?
 - 1.1 Teve afastamento médico antes de parar de cortar cana? Trabalhava com dores?
2. Como se sente hoje, em relação à sua saúde?
2. O que você entende por saúde? Qual a diferença entre saúde e doença para você?
4. Precisou fazer algum procedimento cirúrgico?
5. Consegue desempenhar as atividades diárias normalmente? Quais?
6. Toma algum remédio? Se sim, qual? Como consegue os remédios, pega no posto, compra?
7. Acha que o adoecimento tem a ver com o trabalho no corte da cana?

Eixo 3 – Aposentadoria

1. Tentou se aposentar?
 - 1.1 Se sim, como foi o processo de busca por aposentadoria?
 - 1.2 Se não, por quê?

2. O que acha sobre ser um aposentado?
3. O que você espera da vida daqui para frente?

Familiars de ex-cortadores

1. Há quanto tempo é casada com o [*nome do ex-cortador de cana em questão*]?
2. Tem filhos? Quantos?
3. Ele ia cortar cana em todas as safras?
4. Você chegou a morar com ele em São Paulo por algum tempo?
 - 4.1 Se sim, como foi a experiência? (onde trabalhava, onde morava, como se sentia em SP)
 - 4.2 Se não, como era a questão da saudade? E para os filhos?
5. Como você vivia enquanto ele estava fora? Ele mandava dinheiro, você trabalhava?

Participava das atividades da Pastoral ou de outras entidades?

6. Você percebeu que ele foi adoecendo conforme o passar das safras?
7. Qual você acha que foi a causa do adoecimento?
8. Como foi quando ele voltou de vez para cá?
 - 8.1 Procurou tratamento médico?
 - 8.2 Procurou receber a aposentadoria?
 - 8.2.1 Se sim, conseguiu se aposentar?
9. Ele ainda trabalha?
 - 9.1 Se sim, no quê?
 - 9.2 Se não, como sustentam a casa?
10. Como é o dia a dia de vocês?
11. Você sentiu que ele voltou mudado (mais violento)? Como ficou a relação de vocês depois da volta dele?
12. O que você espera da vida daqui para frente?

Assistentes sociais/psicólogos/sindicalistas

1. Há quanto tempo você atua aqui (CAPS/CRAS/CREAS/sindicato)?
2. Você tem contato com pessoas que eram cortadoras de cana em São Paulo?

3. Sabe de casos de pessoas que ficaram doentes (problemas de coluna, de coração, de respiração) por causa do trabalho nos canaviais? É comum esse tipo de caso?
4. O que essas pessoas vem procurar aqui ? Que tipo de assistência vocês oferecem?
5. Essas pessoas conseguem trabalhar ainda?
 - 5.1 Se sim, no quê?
 - 5.2 Se não, do que vivem?
6. Sabe se esses ex cortadores tentaram se aposentar, por invalidez ou mesmo por tempo de trabalho?
7. Sabe se os ex cortadores pensam em processar as usinas?
8. Qual sua perspectiva sobre a situação desses adoecidos da cana a longo prazo?

Médicos

1. Há quanto tempo atende na rede pública de saúde?
2. Você atende muitos ex cortadores de cana?
3. Quais são as demandas deles, do que se queixam?
4. Tem muitos casos de gente que tem que fazer cirurgia? Se sim, quais?
5. Você acha que as queixas dos ex cortadores tem a ver com trabalho no corte da cana? Se sim, por quê?
6. Esses problemas de saúde que os ex cortadores têm são muito graves, a ponto de inviabilizá-los para o trabalho?
7. Os ex cortadores adoecidos buscam por laudos para tentar aposentadoria? Como funcionam esses laudos?
8. Sabe se eles conseguem se aposentar? Se não conseguem, sabe por quê?
9. Qual sua perspectiva sobre a situação desses adoecidos da cana a longo prazo?

Apêndice B – Registro Imagético

Foram capturadas imagens nos municípios de Araçuaí, expondo os lugares de circulação dos ex-cortadores de cana. Ainda foram visitadas comunidades rurais em Araçuaí e em Chapada do Norte. Por último, serão apresentadas imagens da Festa de Nossa Senhora do Rosário nos municípios de Minas Novas, Chapada do Norte, Berilo e Araçuaí.

Espaços de circulação - Araçuaí



Foto 01: Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas. O CAPS-AD dá atendimento àqueles cortadores de cana que desenvolveram alcoolismo ou drogadição. Lá, têm atendimento psicológico individual e/ou familiar e participam de atividades de interação, culturais, de orientação e oficinas. Há casos de permanência, em que o usuário deve passar o dia no CAPS-AD, e casos de participação apenas em atividades específicas durante a semana. Fevereiro/2015.



Foto 02: Centro de Atenção Psicossocial. No CAPS, atendem-se pacientes com transtornos mentais, tais como esquizofrenia, psicoses, etc. Há uma equipe formada por psicólogas, assistentes sociais e enfermeiras. Os usuários podem permanecer o dia todo, todos os dias, na unidade, ou ir apenas para atendimento psicológico em dias específicos. Fevereiro/2015.



Foto 03: Centro de Referência de Assistência Social. O CRAS é um local de auxílio aos cortadores de cana adoecidos e suas famílias, principalmente no que tange à orientação em relação aos trâmites no INSS e requisição do Benefício de Prestação Continuada - BPC. Fevereiro/2015.



Foto 04: Centro de referência Especializado de Assistência Social. O CREAS atende principalmente em casos de violação de direitos. Há atendimento psicológico e social e orientação jurídica com um advogado, além do desenvolvimento de oficinas e atividades culturais. Fevereiro/2015.



Foto 05: Agência do INSS. Essa é a única agência do município e conta com um médico perito e uma assistente social. Além de atender Araçuaí, atende ainda outros municípios da região. Fevereiro/2015.



Foto 06: Cotidiano da cidade. Elementos como a moto, carros e carroças se entrecruzam no cotidiano do município.
Fevereiro/2015.



Foto 07: Presença das motocicletas. Objeto de fetiche de muitos cortadores de cana, a motocicleta serve como meio de trabalho (moto-táxi), locomoção (especialmente nas zonas rurais, onde o acesso é restrito) e status no meio social.
Fevereiro/2015.



Foto 08: Centro antigo de Araçuaí. Local conhecido como o lugar dos *nóias* (usuários de drogas). Fevereiro/2015.

Comunidades rurais



Foto 09: Afluente seco do Rio Gravatá, comunidade rural de Engenheiro Schnoor, Araçuaí. Janeiro/2015.



Foto 10: Rio Gravatá, aflente do rio Araçuaí. Os moradores das comunidades rurais banhadas por esse rio (Engenheiro Schnoor e Alfredo Graça) relataram a gradual redução no volume do rio. Janeiro/2015.



Foto 11: Caminho da comunidade rural Córrego Narciso, em Araçuaí. Caminho percorrido por Nilton e Daiane quando devem caminhar até a árvore de tamboril para pegar o ônibus para o centro urbano de Araçuaí. Março/2015.



Foto 12: Produtos colhidos na roça de Daiane, comunidade Córrego Narciso, Araçuaí. Março/2015.



Foto 13: Cisterna. É comum a presença de cisternas em casas rurais para captação da água da chuva como meio de enfrentamento à seca. Córrego Narciso, Araçuaí. Março/2015.



Foto 14: Casa na comunidade Córrego Narciso, Araçuaí. Março/2015.



Foto 15: Plantação de feijão e milho. Filho de Daiane apresenta a roça. Comunidade Córrego Narciso, Araçuaí. Março/2015.



Foto 16: Casa de ex-cortador de cana adoecido. Córrego Narciso, Araçuaí. Março/2015.



Foto 17: Posto de saúde da comunidade rural Moça Santa, Chapada do Norte. Comunidade em que reside Dinha e outros trabalhadores rurais com problemas de coluna. Setembro/2017.

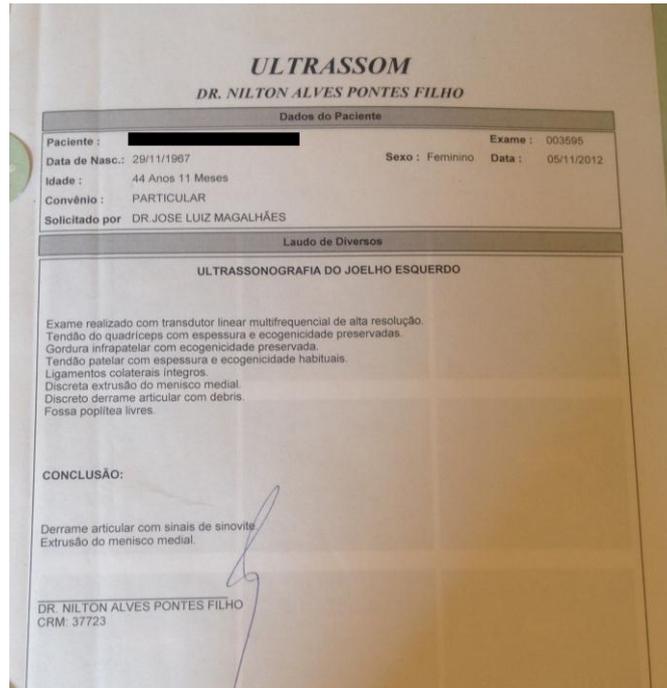


Foto 18: Resultado exame de Dinha, datado de 2012. Conclusão do exame aponta aumento do líquido presente dentro da articulação, inflamação na membrana da articulação (derrame articular com sinovite) e lesão na cartilagem do joelho (extrusão do menisco). Setembro/2017.

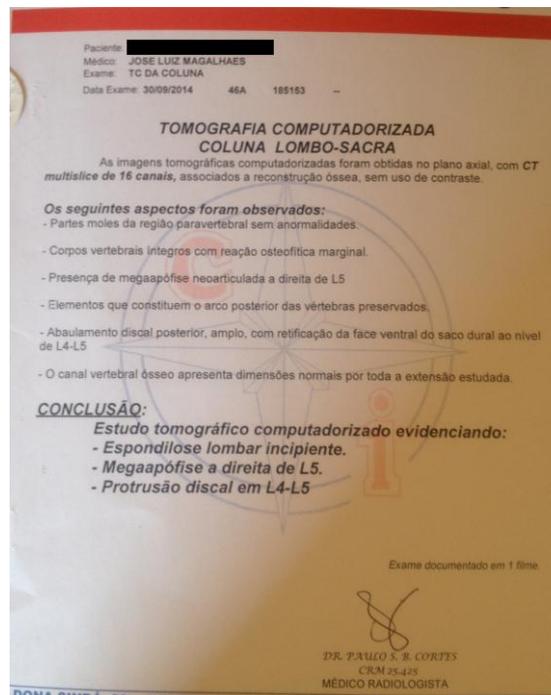


Foto 19: Resultado de exame de Dinha, datado de 2014. Conclusão do exame sinaliza desgaste crônico da coluna lombar, com artrose (espondilose lombar), deslocamento e aumento de vértebra (megaapófise) e deslocamento de disco intervertebral (protusão discal). Setembro/2017.

Apêndice C - Perfil dos entrevistados

A primeira parte da pesquisa de campo procurou buscar profissionais que supostamente dariam atendimento aos cortadores de cana adoecidos e suas famílias. Assim, assistentes sociais, médicos, psicólogas, advogado, sindicalistas e atendentes do Bolsa Família foram os primeiro entrevistados. Com esses profissionais se procurou abordar um quadro geral da situação dos adoecidos da cana e suas famílias, o que buscavam em cada serviço (Assistência Social, Sindicato, Saúde), quais tipos de problema apresentavam, qual a perspectiva do profissional sobre o processo. Abaixo estão listados esses sujeitos e onde atuam.

Quadro 1 - Agentes do Estado

Categoria	Nome (fictício)	Atuação
Médico	Décio	Ortopedista SUS
	Osvaldo	Ortopedista SUS / perito INSS
Psicóloga/o	Bruna	CRAS
	Beatriz	Coordenadora CREAS
	Camila	CAPS
	Márcia	CAPS AD
	Maria Clara	CREAS
Assistente social	Bernardo	Diretor Presídio Municipal
	Miriam	CRAS
	Nádia	INSS
	Nelson	CAPS AD
	Tânia	CREAS
Advogado	Flávio	CREAS
Técnico	Gabriela	Cadastro Único - Bolsa Família

Quadro 2 - Agentes sindicais

Categoria	Nome (fictício)	Atuação
Sindicalista	Bezerra	Presidente Sindicato Produtores Rurais
	Carlos	Tesoureiro Sindicato Produtores Rurais
	Maristela	Diretora de Previdência Social - Sindicato Produtores Rurais
	Nilva	Diretora de Políticas para as mulheres Sindicato Produtores Rurais

Por meio de indicações do primeiro grupo de entrevistados, foi possível encontrar os cortadores de cana adoecidos e suas famílias, residentes na cidade (área urbana) ou na roça (área rural). Abaixo uma caracterização mais detalhada sobre esses sujeitos:

Quadro 3 - Familiares

Nome (fictício)	Idade	Vínculo familiar	Residência	Condição do familiar	Demanda de cuidado
Berenice	NI	Mãe	Cidade	Os quatro filhos cortaram cana, três desenvolveram alcoolismo, um contaminou-se com HIV. Dentre os alcoólatras, dois faleceram, um por cirrose, outro, por suicídio devido alucinações.	Toma conta do neto - filho do cortador de cana que se suicidou. Cuida do outro filho alcoólatra, que por conta do alcoolismo não trabalha. Tem como fonte de renda apenas sua aposentadoria e ajuda de uma filha.
Daiane	41	Esposa	Roça	O esposo tem problemas de coluna, o que o incapacita para caminhadas e atividades que demandem qualquer esforço físico.	Cuida do esposo, dos dois filhos (5 e 7 anos) e da tia. Tem como fonte de renda Bolsa Escola dos filhos e cuida de idosos para incrementar renda. Esposo teve auxílio-doença por três meses, não foi renovado. Todo o cuidado com a casa e a roça é de sua responsabilidade.

Nome (fictício)	Idade	Vínculo familiar	Residência	Condição do familiar	Demanda de cuidado
Gil	38	Esposa	Roça	Esposo com problemas na coluna que o incapacita para atividades físicas	Cuida do esposo e dos filhos (ver idade). Cuida de um idoso para incrementar renda. Tem Bolsa-Escola como fonte de renda. Esposo não tem nenhum benefício previdenciário ou social. Todo o cuidado com a casa e a roça é de sua responsabilidade.
Teresa	NI	Mãe e esposa	Cidade	Filho alcoolista e esposo com problemas de visão.	
Olga	38	Ex-esposa	Cidade	Ex-esposo cortou dedo.	

NI: Não informado

Quadro 4 - Ex-cortadores de cana adoecidos

Nome (fictício)	Idade	Condição de saúde	Ocupação
Esteves	34	Acidentes com cirurgia por três anos consecutivos.	Trabalha como agente de segurança no Presídio Municipal
Nilton	35	Problemas de coluna, baixa mobilidade e convivência diária com dor.	Não trabalha, auxílio-doença por três meses, renovação foi negada
Olga	38	Problema nas articulações. Convivência diária com dor. Uso constante de analgésicos.	Trabalha como cuidadora de idoso
Presidiários	35-60	---	Encarcerados por homicídio e estupro
Wagner	50	Problemas de coluna, baixa mobilidade e convivência diária com dor.	Não trabalha, não tem nenhum auxílio
Usuários CAPS AD	25-50	Alcoolistas	Trabalham em <i>bicos</i> esporadicamente